



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO COSTA**

**OS SENTIDOS DO SOCIALISMO NO DISCURSO DO  
PRESIDENTE LULA**

SALVADOR  
2008

**LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO COSTA**

**OS SENTIDOS DO SOCIALISMO NO DISCURSO DO  
PRESIDENTE LULA**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais, da Universidade  
Federal da Bahia, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida

SALVADOR  
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUÍS ANTÔNIO DE ARAÚJO COSTA

**OS SENTIDOS DO SOCIALISMO NO DISCURSO DO PRESIDENTE LULA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida  
Ciências Sociais/UFBA.

---

EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Victória Espiñera González  
Ciências Sociais/UFBA.

---

EXAMINADOR:

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira  
História/UFBA.

---

Salvador, 22 de dezembro de 2008.

*Aos que negam, quando é fácil ceder.*

*À minha mãe de sangue,  
Cecília Alexandrina de Araújo, e  
à minha mãe adotiva,  
Vera Licia Moreira,  
do Axé Oyá Minilê.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao companheiro, amigo e professor Jorge Almeida pela oportunidade de aprendizado teórico e humano neste período de mais de dezessete anos de convivência política. Através da sua combinação particular (e na medida adequada) de compreensão, rigor intelectual e firmeza pessoal, tornou-se muito mais realizável e factível o esforço individual envolvido nesta dissertação.

Agradeço às instituições que permitiram o desenvolvimento deste trabalho, notadamente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA – PPGCS/UFBA, que desde o primeiro momento acreditaram na sua viabilidade e no seu interesse científico.

Agradeço também a contribuição teórica ao desenvolvimento deste trabalho proporcionada pelo professores Muniz Ferreira e Victoria González, presentes na banca de qualificação e de mestrado. Agradeço também a todos os professores com os quais tive o prazer de conviver neste período, com destaque à professora Miriam Rabelo e ao professor Antônio Câmara.

Não poderia deixar de agradecer imensamente a minha família de sangue, que apesar da perda inestimável de nosso “patriarca”, Sr. João Nunes de Araújo, compreendeu as tensões e particularidades pessoais deste processo de elaboração e sempre esteve ao meu lado. Agradeço especialmente a minha companheira Jalusa Arruda, sem a qual o produto final de tantas reflexões e questionamentos seria irreconhecível.

Seria impossível listar todos os amigos e companheiros, de vários partidos, com os quais compartilhei, nestes mais de 23 anos de convivência política, reflexões e vivências fundamentais sobre a questão do socialismo que estão projetadas nestas páginas. Agradeço a todos e o faço de modo especial, através da memória do companheiro e amigo Genildo Batista.

Por fim, mas não menos importante, recordo a contribuição intensa, para minha readaptação ao universo acadêmico, do convívio leve e instigante com todos os colegas da turma de mestrado de 2006 do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Abraços sinceros para todos.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é estudar os sentidos assumidos pela ideia de socialismo na prática discursiva do presidente Lula em seu primeiro mandato à frente da Presidência da República, de 2003 a 2006.

Analisamos os documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores – PT, o desenvolvimento histórico das disputas internas e as características gerais das realizações do governo a fim de contextualizar os eventos discursivos estudados: artigos, programas de rádio, entrevistas e discursos.

Partindo de uma relação crítica e criativa com a tradição de pensamento marxista, principalmente através de autores que se notabilizaram pela elaboração crítica ao mecanicismo, desenvolvemos uma metodologia que objetivou ser interdisciplinar, combinando as formas quantitativas e qualitativas de análise. Lançamos mão do conceito do mito do petismo autêntico como o motor fundamental de legitimação de um grupo no comando do PT e como esse mito foi reelaborado com as cores de uma dualidade: autoritários *versus* democráticos.

Os resultados a que chegamos ao final desta dissertação apontam que o presidente Lula não afirma claramente o seu pertencimento individual à esquerda. O faz apenas no sentido coletivo e indireto, o que se dá principalmente por meio da sua vinculação com o PT. Na mesma intensidade, procura se diferenciar de práticas consideradas danosas ou equivocadas da esquerda e de setores à sua esquerda, de modo associado à reafirmação do mito do petismo original.

Concluimos, também, que o sentido predominantemente criado para o socialismo pela prática discursiva do presidente Lula não chega a ser positivo, mas sim esvaziado no seu conteúdo social concreto. A ideia de socialismo adquire características de um componente discursivo para a disputa ideológica de segmentos considerados importantes de sua base social, aos quais são endereçadas as críticas aos comportamentos vistos como sectários, amadores, utópicos ou ideológicos do socialismo e dos socialistas, em geral situados de modo crítico ao governo.

**Palavras-chave:** socialismo; ideologia; discurso; presidente Lula; Partido dos Trabalhadores.

## **ABSTRACT**

*The goal of this dissertation is to study the meanings given by the idea of socialism in President Lula's discursive practice during his first term ahead of the Presidency of the Republic, from 2003 to 2006.*

*We reviewed the official documents of the Workers Party – PT, the historical development of internal disputes and the general characteristics of the government's achievements in order to contextualize the discursive events studied: news articles, radio programs, interviews and speeches.*

*Starting with a critical and creative relationship with the tradition of Marxist thought, especially by authors who are notorious for their critical analysis of the mechanism, we developed a methodology that aimed to be interdisciplinary, combining quantitative and qualitative forms of analysis. We use the concept of the myth of authentic 'petismo' as the key to the legitimacy of a group in charge of the Workers Party and how this myth has been reworked with the colors of a duality: authoritarians vs. democratics.*

*The results we reach at the end of this dissertation suggest that President Lula does not clearly state his individual proximity to the left. He does this only in the collective and indirect sense, which happens mainly through his link with the Workers Party. With the same intensity, he seeks to differentiate himself from the left wing practices considered harmful or wrong, associated with the restatement of the myth of original 'petismo'.*

*We also conclude that the meaning predominantly created for socialism by the discursive practice of President Lula, isn't actually positive, but emptied of its concrete social content. The idea of socialism acquires characteristics of a discursive component for the ideological dispute of segments considered important to its social base, towards who are addressed the criticism of behavior seen as sectarian, amateur, utopian or ideological of socialism and Socialists, generally with a critical position towards the government.*

**Key words:** *socialism; ideology; speech; President Lula; Workers Party.*

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS		10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS		12
INTRODUÇÃO		14
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>DIALÉTICA, IDEOLOGIA E DISPUTA HEGEMÔNICA</b>	<b>25</b>
1.1	Conceitos e argumentos preliminares	25
1.2	Método, teoria e prática política	27
1.3	Divergências acerca da dialética	34
1.4	A crítica ao pensamento especulativo e a ideologia	39
1.5	As ideologias como forma de consciência	44
1.6	Ideologias orgânicas, sincronicidade e intelectual coletivo	50
1.7	Bloco histórico, hegemonia e contra-hegemonia	57
1.8	Hegemonia e prática discursiva	62
1.9	O projeto socialista e o transformismo	68
1.10	O socialismo como problema: compreensão ou resolutibilidade?	72
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>CAMINHOS E IDENTIDADES</b>	<b>80</b>
2.1	Contexto e impasses no nascimento do PT	80
2.2	O começo do fim	93
2.3	O socialismo democrático do PT	99
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>ESPERANÇA EM MOVIMENTO</b>	<b>112</b>
3.1	A disputa de 2002	112
3.2	O programa	114
3.3	Mudança e compromisso	120
3.4	Hegemonia e contra-hegemonia no governo Lula	122
3.5	A economia política do governo Lula	123
3.6	A síndrome de Hilferding	130



<b>CAPÍTULO 4</b>	<b>OS SENTIDOS DO DISCURSO</b>	137
4.1	Possibilidades e limites do intermeio teórico	137
4.2	O levantamento do material e as técnicas de pesquisa	138
<b>CAPÍTULO 5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	185
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>		197
<b>FONTES</b>		203
FONTE 1	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>revolução</i> e afins, em ordem cronológica.	203
FONTE 2	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>reforma</i> e afins, em ordem cronológica.	208
FONTE 3	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>esquerda</i> e afins, em ordem cronológica.	213
FONTE 4	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>socialismo</i> e afins, em ordem cronológica.	219
FONTE 5	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>social-democracia</i> e afins, em ordem cronológica.	222
<b>ANEXOS</b>		223
ANEXO 1	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>revolução</i> e afins, em ordem cronológica.	223
ANEXO 2	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>reforma</i> e afins, em ordem cronológica.	241
ANEXO 3	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>esquerda</i> e afins, em ordem cronológica.	273
ANEXO 4	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>socialismo</i> e afins, em ordem cronológica.	307
ANEXO 5	Eventos discursivos selecionados em relação à palavra-chave <i>social-democracia</i> e afins, em ordem cronológica.	319

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Distribuição dos discursos proferidos pelo presidente Lula	135
<b>TABELA 2</b>	Distribuição das entrevistas concedidas pelo presidente Lula	136
<b>TABELA 3</b>	Distribuição dos programas de rádio “Café com o Presidente”	136
<b>TABELA 4</b>	Distribuição dos artigos assinados pelo presidente Lula	137
<b>TABELA 5</b>	Distribuição das palavras-chave em ordem quantitativa decrescente, citadas nos discursos, programas de rádio “Café com Presidente” e entrevistas	138
<b>TABELA 6</b>	Distribuição agregada das palavras-chave citadas pelo presidente Lula no primeiro mandato	140
<b>TABELA 7</b>	Códigos interpretativos associados à ideia de <i>revolução</i>	142
<b>TABELA 8</b>	Códigos interpretativos associados à ideia de <i>reforma</i>	147
<b>TABELA 8.1</b>	Código interpretativo 1: <i>reformas como necessidade positiva, que o Brasil precisa</i>	151
<b>TABELA 8.2</b>	Código interpretativo 2: <i>reforma do Judiciário</i>	152
<b>TABELA 8.3</b>	Código interpretativo 3: <i>reforma da Previdência</i>	152
<b>TABELA 8.4</b>	Código interpretativo 4: <i>reforma tributária</i>	153
<b>TABELA 8.5</b>	Código interpretativo 5: <i>reforma trabalhista e sindical</i>	153
<b>TABELA 8.6</b>	Código interpretativo 6: <i>reforma agrária</i>	153
<b>TABELA 8.7</b>	Código interpretativo 7: <i>reforma política</i>	154
<b>TABELA 8.8</b>	Código interpretativo 8: <i>reforma universitária</i>	154
<b>TABELA 8.9</b>	Código interpretativo 9: <i>reforma da ONU e do seu Conselho de Segurança</i>	155
<b>TABELA 8.10</b>	Código interpretativo 10: <i>referência positiva à ideia de estratégia gradual objetivando o socialismo</i>	155
<b>TABELA 8.11</b>	Código interpretativo 11: <i>referência negativa à ideia de estratégia gradual objetivando o socialismo</i>	155
<b>TABELA 8.12</b>	Código interpretativo 12: <i>reforma ministerial</i>	156

<b>TABELA 8.13</b>	Código interpretativo 13: <i>referência negativa às reformas dos governos Collor, Itamar e FHC</i>	156
<b>TABELA 8.14</b>	Código interpretativo 14: outros	157
<b>TABELA 9</b>	Códigos interpretativos associados à ideia de <i>esquerda</i>	157
<b>TABELA 10</b>	Códigos interpretativos associados à ideia de <i>socialismo</i>	162

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise de discurso
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENPT	Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
HGPE	Horário gratuito de propaganda eleitoral
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
JK	Juscelino Kubitschek
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil

PEC	Proposta de emenda à Constituição
PIB	Produto interno bruto
PRC	Partido Revolucionário Comunista
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária
ProUni	Programa Universidade para Todos
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUS	Sistema Único de Saúde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VS	Vertente Socialista

## INTRODUÇÃO

*O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade.*  
(BARTHES, 1972, p. 163)

O objeto desta dissertação de mestrado é o socialismo na prática discursiva do presidente Lula, no período de seu primeiro mandato, de 2003 a 2006. Nosso objetivo foi identificar os sentidos da ideia de socialismo na prática discursiva do presidente Lula.

A justificativa deste trabalho se deu por diversos aspectos. Como é sabido, ao longo das duas últimas décadas, o Partido dos Trabalhadores construiu uma trajetória que o qualificou, independentemente de quaisquer outros juízos e apreciações, como um dos partidos mais importantes da experiência republicana no Brasil.

Não por acaso, inúmeros estudos, ensaios, artigos e teses foram e serão escritos, devassando os mais variados aspectos, injunções e fatores presentes no longo processo histórico de formação desse partido que, desde os momentos anteriores à sua fundação e até hoje, mantém a autoidentificação como um partido socialista.

A sua autoidentificação socialista não é uma questão menor ou de interesse apenas ‘Bizantino’ de pequenos grupos confessionais, dedicados preferencialmente ao mundo endógeno das discussões ideológicas em torno de um projeto societário de caráter exclusivamente utópico, meramente metafísico e destinado a nunca se aproximar do mundo real, como definido na crítica de SANTOS, 2005.

Trata-se sim, por outro lado, do diálogo criativo de uma importante experiência político-partidária brasileira, com um projeto de sociedade nascido da crítica ao modo de produção capitalista, responsável por uma das mais vastas, complexas e plurais tradições de pensamento da modernidade e, como se tal não bastasse, galvanizador de um movimento político, também plural, e polarizador na história recente da humanidade (HOBSBAWM, 1996).

Os diversos aspectos relacionados ao caráter do socialismo defendido pelo PT, assim como o próprio desenvolvimento desta autoidentificação, foram temas centrais de

debates acalorados nos seus mais de 20 anos de trajetória histórica. As perguntas relacionadas ao socialismo do PT foram repetidas, dentro e fora dos espaços partidários petistas, por ativistas políticos das mais variadas origens sociais, níveis de escolaridade e experiência dirigente. Tanto do ponto de vista da tradição de pensamento marxista, quanto de outras referências teóricas.

Em torno do tema mais geral do PT e sua autoidentificação socialista, existe um amplo leque de questões do tipo: como se deu o processo de formação de um determinado imaginário político de identificação e repulsa, de amplos contingentes de ativistas políticos, em relação às experiências concretas da construção do socialismo em outros países? Quais os principais momentos do seu processo de aprimoramento teórico? Que tipo de relação o PT estabeleceu entre a sua contribuição à experiência de re-institucionalização democrático-liberal brasileira em seus diversos momentos e a incorporação da pauta e do método democráticos entre as diversas correntes socialistas e revolucionárias em seu interior? Esgotou-se o diálogo programático com as tarefas inconclusas do processo de formação nacional no Brasil (FERNANDES, 1973)?

Portanto, desde a temática mais geral do socialismo e seu desenvolvimento, passando pela profundidade das questões circundantes da identidade político-ideológica do PT, até a evidente importância histórica e prática desse que é um dos maiores partidos do sistema brasileiro, estendem-se os aspectos de relevância deste trabalho.

A leitura dos textos fundacionais do PT traz à tona a existência de um processo dinâmico na sua autoidentificação como partido socialista, acompanhando o desenrolar da luta político-ideológica internacional do período, capitaneado pela bipolaridade multidimensional entre EUA e URSS (MELLO, 1999).

Sua “Carta de Princípios”, lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979, é visivelmente marcada pela terminologia e o quadro conceitual marxistas, além de um discurso explicitamente crítico ao capitalismo e à classe dominante, construindo uma postura que almeja “[...] a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes”. O partido afirma seu objetivo final nos termos: “O PT não pretende criar um organismo político qualquer”. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

Pouco menos de um ano depois, ao lançar seu “Manifesto de Fundação”, o PT advogava que o seu surgimento significava o anúncio de um partido de novo tipo no cenário político brasileiro, e reafirmava sua identidade socialista explicitamente nos termos:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas, [...] o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980).

Em meio à ressaca das eleições de 1989, nas quais foi politicamente vitorioso, porém derrotado por pouco nas urnas para a Presidência da República e sofrendo os efeitos da falência política das experiências de construção do socialismo no Leste da Europa e do conseqüente colapso da URSS, o PT inicia uma nova fase. Nela, se vê obrigado a precisar melhor a sua posição a respeito, e de como se identifica com o projeto socialista.

Este movimento defensivo, motivado pela pressão dos críticos e adversários ao projeto socialista e ancorado tanto na viabilidade político-eleitoral do partido, quanto na alegada comprovação da superioridade da sociedade de livre mercado (FUKUYAMA, 1992), irá presidir o tom das reflexões e definições futuras, sem, no entanto, lograr o êxito desejado por alguns, ou seja, fazer com que o PT abandonasse formalmente a sua autoidentificação socialista.

A síntese desse processo se encontra no documento “O Socialismo Petista”, resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, ocorrido entre 31 de maio e 3 junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, e reafirmado no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, entre 24 e 28 de novembro de 1999, um ano depois da reeleição de FHC:

A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a igualdade



fundamental entre cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela libertação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades.

Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos do Estado.

Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999).

O estatuto aprovado pelo Diretório Nacional em 11/03/01 permanece atual e rege a vida interna do PT, mantendo até hoje, no Título 1, Capítulo 1, Art. 1º, a sua autoidentificação socialista:

O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001).

Não é de se estranhar, portanto, que o reiterado esforço interno para que o PT mantivesse ao longo de sua trajetória de crescimento político-institucional uma autoidentificação socialista, mesmo durante os anos da pior crise vivida pela alternativa socialista no século XX, tenha capacitado-o a ocupar o lugar de fala da mudança política e da transformação social e econômica no Brasil.

Ao chegar à Presidência da República pela primeira vez, o PT enfrentou o teste definitivo da prática, através do qual puderam ser observados os limites e a profundidade de sua autoidentificação socialista, em relação às possibilidades de realização política e de construção ideológica oferecidas pela privilegiada posição no Executivo Federal.

As pressões políticas em favor dos interesses concretos das classes dominantes e seus associados e as linhas de afirmação ideológica dos elementos fundamentais da sua hegemonia não tardaram a aparecer.

Em um dos últimos discursos proferidos no seu primeiro mandato – na cerimônia de entrega dos prêmios “Brasileiro do Ano”, pela revista *Istoé*; “Empreendedor do Ano”, pela revista *IstoÉ Dinheiro*; e “Personalidade do Ano”, pela revista *IstoÉ Gente*; na cidade de São Paulo/SP, no dia 11/12/2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou clássico argumento liberal nas seguintes palavras: *“Se você conhece uma pessoa muito idosa que seja de esquerda, é porque ela está com problemas. E se você conhece uma pessoa muito nova que é de direita, ela também está com problemas”*. Lula defendeu que, com o passar do tempo, as pessoas deixam de adotar posicionamentos radicais em relação à política: *“[...] quando a gente tem 60 anos, é a idade do ponto de equilíbrio, porque a gente não é nem um nem outro... a gente se transforma no caminho do meio, aquele caminho que precisa ser seguido pela sociedade”*, o que segundo ele, seria explicado como o desenvolvimento natural da espécie humana: *“[...] quem é mais de direita vai ficando mais ao centro e quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda”*<sup>1</sup>.

Apesar da aparente surpresa gerada, frases com essa tonalidade político-ideológica não foram incomuns no período do primeiro mandato do presidente Lula e dialogam com o cenário de crise do projeto socialista na década de 90. Ao longo desta década, o processo de luta interna do PT já apontava para o enfraquecimento dos setores organizados defensores do projeto socialista e o fortalecimento de posições mais

---

<sup>1</sup> Discurso n.º 68, Anexo 3.

favoráveis à reconstituição do projeto de poder do PT nos marcos da ordem capitalista. A “Carta ao Povo Brasileiro”, o ‘Lulinha paz e amor’ e a macroeconomia ‘pallociana’ de corte neoliberal surgem como manifestações de um processo no qual a autoidentificação petista com o socialismo progressivamente perde força orientadora, deixando espaço para outras concepções de mundo e outros horizontes políticos.

Em vista deste processo, não é de se estranhar que a análise do marketing político aplicado pelo governo Lula caracterize-o como continuidade e ruptura, ou seja, tentativa de manutenção do discurso da mudança e, ao mesmo tempo, construção de uma governabilidade conservadora que

[...] permita acumular forças para – mesmo com perdas momentâneas em vastas parcelas e perdas definitivas entre antigos aliados estratégicos políticos e sociais – viabilizar sua reeleição em 2006. Mas não uma transformação radical da sociedade nem do estado, nem a constituição de um novo poder, nem uma nova hegemonia. [...] Apenas uma recomposição e negociação dentro da hegemonia política e social instituída (ALMEIDA, 2004, p. 19).

Haveria uma característica conservadora no discurso do governo Lula dado por estimular a “*passividade, a acomodação e a espera – quando não simplesmente o sentimento de impotência para se fazer qualquer mudança de interesse dos trabalhadores*”. (ALMEIDA, 2004, p. 21), como demonstrada na campanha de mídia lançada pelo Governo Federal: “O melhor do Brasil é o Brasileiro”, com o reforço da autoestima individual e a despolitização dos problemas concretos vividos pela população:

- Como se pode observar, todos os problemas que aparecem são individuais. Não existem causas nem responsáveis sociais, culturais ou políticos.
- As saídas e soluções também são individuais, fruto de uma força de vontade pessoal.
- Os incluídos continuam incluídos e os excluídos conseguem ser incluídos, mas sempre por seu esforço pessoal.
- Quando existe um apoio a um excluído, este também é resultado de uma livre iniciativa individual. Uma solidariedade (ou caridade) de alguém que tem boas condições de vida.
- Não há por que se revoltar e se organizar, basta ser paciente, persistente e agir dentro da ordem, se adequando ao grupo hegemônico, internalizando seus princípios, dentre os quais o individualismo (ALMEIDA, 2005, p. 10).

Como não poderia deixar de ser, o próprio discurso do PT na televisão passa a reforçar esta lógica “*onde predominou a mensagem de garantias para a propriedade privada, reforço da ordem instituída, elevação ufanista da pátria, e tranquilidade para a família brasileira e da tradição liberal*” (ALMEIDA, 2005, p. 14).

Lembremos que, pelo menos em tese, com a vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002 nas eleições presidenciais, tivemos a primeira experiência em nível de governo federal de um partido que continua mantendo uma vinculação formal com um “projeto socialista democrático”. Posição política reiterada por diversas vezes, inclusive em seu 3º Congresso, realizado no ano de 2007, por meio de resoluções internas atuais e existentes desde sua fundação e aceitas por todos em última instância. Torna-se razoável, portanto, supor que as construções discursivas de Lula, enquanto principal liderança de um partido formalmente socialista, reflitam de alguma maneira a identidade política e ideológica do seu partido.

Ao compararmos as análises anteriores do discurso construído pelo Governo Lula com a autoidentificação oficial socialista do PT, chegamos à evidente conclusão da existência de uma contradição entre o discurso que o PT faz sobre si mesmo, sua autoidentificação socialista, e a prática discursiva construída pelo governo do seu principal líder e fundador, o presidente Lula.

Desta forma, coube a este trabalho, tendo como ponto de partida o referencial da tradição marxista de pensamento, o estudo de um problema teórico: *quais os sentidos assumidos pela ideia de socialismo no discurso do presidente Lula em seu primeiro mandato à frente da Presidência da República?*

Para tanto, partimos do pressuposto lógico de que a ideia de socialismo está presente, de alguma forma, no discurso do presidente Lula, o que nos parece legítimo, na medida em que:

1. O Partido dos Trabalhadores continua mantendo a sua autoidentificação enquanto um partido socialista;
2. A ideia de socialismo pode se articular de formas variadas na luta política e ideológica no conjunto da sociedade, inclusive no interior do bloco histórico dirigido pelas classes dominantes;
3. A ideia de socialismo permanece sendo fundamental à articulação dos projetos políticos e sociais contra-hegemônicos no período analisado.

Subdividimos nosso problema a fim de facilitarmos o desenvolvimento desta dissertação, da seguinte forma:

1. A questão do socialismo está presente no discurso do presidente Lula?
2. Existe correspondência teórica entre o significado do socialismo no discurso do presidente Lula e o significado do “socialismo democrático do PT”?
3. No interior do discurso do presidente Lula, o recurso à ideia de socialismo possui – seja em sua dimensão histórica ou programática – perspectiva estratégica?
4. No interior do discurso do presidente Lula, o recurso à ideia de socialismo possui perspectiva politicamente tática?

Compreendidos os limites dos problemas os quais nos propusemos enfrentar neste trabalho, partimos para a definição e construção do objeto de análise através do qual orientamos nossas reflexões presentes neste texto. Definimos nossas fontes como o conjunto mais amplo de todos os eventos discursivos realizados pelo presidente Lula em seu primeiro mandato. Tratamos enquanto eventos discursivos as quatro modalidades existentes e catalogadas no sítio da Secretaria de Imprensa da Presidência: discursos, entrevistas, artigos e programas de rádio.

A pesquisa, a identificação e a catalogação dos eventos discursivos analisados foram realizadas no período de 2006 a 2007. Posteriormente, o padrão de arquivamento da Secretaria de Imprensa foi alterado e os artigos foram retirados e substituídos pelos *briefings*, que não foram objetos de nossa análise.

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi estudado, portanto, como momento privilegiado de afirmação (ou não) da autoidentificação socialista tantas vezes afirmada pelo Partido dos Trabalhadores em seus documentos oficiais e pelas construções políticas e ideológicas de uma ampla gama de suas lideranças políticas e parlamentares.

Constituiu-se como objetivo geral desta pesquisa identificar e interpretar, no interior do contexto ideológico produzido pelo discurso do presidente Lula, a produção de sentidos acerca do socialismo em um momento-chave de seu percurso histórico: o primeiro mandato no Executivo Federal.

Em diálogo com as subdivisões do problema definidas acima, nossos objetivos foram:

1. Verificar a existência do socialismo na prática discursiva do presidente Lula;

2. Verificar a correspondência teórica entre o significado do “socialismo” no discurso do presidente Lula e o significado do “socialismo democrático do PT”;
3. Identificar se o recurso à ideia de socialismo possui uma perspectiva historicamente estratégica, seja ela concebida e articulada a uma perspectiva macroestratégica gradualista, ou a partir de conexões com uma perspectiva macroestratégica radical, segundo a divisão construída por Mészáros, descrita no primeiro capítulo;
4. Identificar se o recurso à ideia de socialismo possui uma perspectiva programaticamente estratégica, a partir da aparição e/ou influência explícita desta ideia em relação a temas específicos das políticas públicas implementadas pelo seu governo, em questões politicamente relevantes no decorrer do mandato e que podem ser consideradas de forma associada ao desenvolvimento de uma trajetória estratégica de ações voltadas à construção de uma perspectiva histórica socialista;
5. Identificar se o aparecimento da ideia de “socialismo” está vinculado à afirmação identitária em função de necessidades da tática ou da conjuntura política.

Para caracterizarmos o sentido tático do recurso à ideia de socialismo, de modo a complementar as possibilidades de análise, procuramos compreender o fator predominante em função de aspectos determinados da dinâmica política, tais como:

1. A conjuntura política geral e o acirramento (ou abrandamento) da luta política interpartidária no Brasil;
2. As características específicas do público ao qual se dirige o discurso: plateias de partidos de esquerda no espectro político brasileiro e integrante da base aliada do governo, plateias compostas por integrantes do empresariado nacional ou internacional, plateias compostas por segmentos operários e de trabalhadores urbanos e rurais, discursos voltados ao público internacional, cerimônias com autoridades internacionais, dentre outros;
3. A agenda política nacional: períodos eleitorais, períodos de renovação interna da direção de seu partido político, datas comemorativas ou referenciais da tradição política socialista como o 1º de maio e o Dia Internacional da Mulher, dentre outros.

Apontaremos sucintamente, a seguir, a trajetória de nossa pesquisa e de seus resultados, coligidos em quatro capítulos, mais as considerações finais, além de seis anexos.

No primeiro capítulo, construímos nosso referencial teórico mais geral nos situando no interior da tradição de pensamento marxista. Nucleados pela discussão dos conceitos de ideologia e hegemonia, dialogamos com algumas das principais obras de Marx, Mészáros, Gramsci, Lukács e Bakhtin. Buscamos situar algumas questões teóricas e metodológicas que nos possibilitaram um posicionamento lastreado na defesa da dialética como discurso de método, na valorização da contextualização histórica como uma necessidade compreensiva e de uma intenção interdisciplinar como forma de interação com o objeto.

No segundo capítulo, com o intuito de compreender o desenvolvimento das concepções predominantes sobre o socialismo no interior do PT, lançamos mão da perspectiva histórica sobre aspectos que julgamos essenciais de sua luta interna. Enfocamos, também, alguns dos documentos sobre o socialismo petista, os impactos da crise do socialismo burocrático no partido e o processo de redefinição programática e ideológica dos anos 90.

No terceiro capítulo, buscamos apresentar um cenário que permitiu a caracterização da eleição de 2002, que levou o PT à Presidência, como o resultado do anseio de mudança e transformação social das camadas populares e trabalhadoras brasileiras, em um momento de entrecruzamento com as pressões hegemônicas das classes dominantes. Apresentamos, também, uma síntese de posições teóricas que procuram debater, à luz da trajetória histórica do PT e de sua identidade formal com o socialismo, as diretrizes gerais predominantes na gestão presidencial.

Desta forma, desenhamos um marco geral do desenvolvimento histórico da identidade socialista do PT, combinado com uma caracterização geral das linhas de força predominantes na decisão da agenda política, econômica e ideológica do governo petista entre 2003 e 2006.

Isto nos permitiu, no quarto capítulo, analisar quais os sentidos predominantes adquiridos pelo socialismo nas construções discursivas, portanto, ideológicas, do presidente Lula. Neste capítulo, fizemos um breve relato dos passos metodológicos, principalmente das técnicas de pesquisa empírica, através dos quais identificamos um conjunto total de 1.334 eventos discursivos e aproximadamente 4.768 citações das

palavras-chave utilizadas para efetivar a tipificação, codificação e análise dos discursos selecionados.

Formulamos um primeiro conjunto ampliado de palavras próximas e afins ao tema e ao problema estudado, o que nos permitiu cobrir um número expressivo de eventos discursivos nos quais existia a possibilidade de identificação do nosso objeto. No segundo momento, após a implementação de uma pesquisa exploratória nos documentos petistas e em um número menor de discursos, escolhidos de forma aleatória, definimos o conjunto de cinco palavras-chave – *revolução*, *reforma*, *esquerda*, *socialismo e social-democracia* – apropriadas ao nosso tema e às dimensões de uma pesquisa de mestrado.

Selecionamos uma parte da amostra através do mecanismo de escolha aleatória sistemática e outra parte foi analisada integralmente. Ao final, chegamos ao número total de 186 análises efetuadas em um conjunto de 164 eventos discursivos. Tais números se justificam, uma vez que um mesmo evento pode apresentar, mais de uma vez, uma das cinco palavras-chave utilizadas na pesquisa, da mesma forma que um mesmo evento pode conter palavras-chave diferentes, sendo, assim, analisados mais de uma vez.

Terminamos este quarto capítulo com as análises qualitativas propriamente ditas dos sentidos do discurso, apoiados pelos dados fornecidos pela pesquisa quantitativa. Como o número das citações referentes à palavra *reforma* foi muito expressivo, incluímos, logo após o seu bloco específico de discursos, um anexo complementar com a sua distribuição mensal.

Nas considerações finais, procedemos uma síntese do percurso teórico e empírico trilhado ao longo deste trabalho. Neste momento, dadas as conclusões possíveis pelo trabalho desenvolvido, verificamos que os objetivos determinados foram alcançados, o que nos permitiria construir interpretações válidas para o tratamento dos problemas apresentados.

Nos anexos, estão reunidas todas as análises separadas em blocos pelas palavras-chave na sequência iniciada por *revolução*, ao qual se seguem, *reforma*, *esquerda*, *socialismo e social-democracia*. Dentro de cada bloco estarão ordenados os eventos discursivos, em sequência cronológica.



## Capítulo 1

### DIALÉTICA, IDEOLOGIA E DISPUTA HEGEMÔNICA

*[...] Ninguém  
Ninguém vai me sujeitar  
A trancar no peito a minha paixão  
Eu não  
Eu não vou desesperar  
Eu não vou renunciar  
Fugir  
Ninguém  
Ninguém vai me acorrentar  
Enquanto eu puder cantar  
Enquanto eu puder sorrir  
Ninguém  
Ninguém vai me ver sofrer  
Ninguém vai me surpreender  
Na noite da solidão  
Pois quem  
Tiver nada pra perder  
Vai formar comigo o imenso cordão [...]*  
(Chico Buarque, “Cordão”, in: Construção, 1971)

Procederemos inicialmente uma breve discussão teórico-metodológica, de modo a apresentar nossas referências no interior da tradição marxista de pensamento, assim como alguns conceitos basilares para o desenrolar de nosso trabalho.

#### 1.1 CONCEITOS E ARGUMENTOS PRELIMINARES

Formular questões, descrever o contexto no qual estão inseridas, desenvolvê-las para, enfim, correr o risco de apresentar possíveis hipóteses interpretativas sempre será um esforço intenso, intelectual, profissional, familiar e emocional.

É comum ouvir no meio acadêmico, hoje em dia, que é muito mais difícil realizar um trabalho de pesquisa quando não existe alguma espécie de vínculo entre a história de vida do pesquisador e a trajetória concreta do problema ou o percurso teórico dos conceitos que busca compreender. Em geral, o pesquisador recebe influências do meio social desde o momento da identificação e constituição teórica do problema que deseja tratar (BEZZON, 2004). Acredita-se, empiricamente ou ao nível do senso comum, que a paixão é um dos motores que impulsionam o trabalho dos pesquisadores.

Situamo-nos em meio a este campo de opiniões e sensações que acredita na possibilidade de existir uma relação construtiva entre emoções e valores do pesquisador e o seu trabalho de construção dos instrumentos para a compreensão da realidade concreta, apesar de reconhecermos o desconhecimento de qualquer estudo que a comprove numericamente, o que, a nosso ver, seria uma exigência excessiva.

Acreditamos que a trajetória individual, as suas opções políticas mais gerais e o contexto social no qual o pesquisador se insere vincula-se organicamente ao processo de sua formação acadêmica. Deste modo, a descoberta individual dos clássicos de uma ciência específica e de seus comentadores, assim como dos vários campos disciplinares e seus variados arcabouços teóricos e epistemológicos, na mesma medida em que são descortinados pelo pesquisador, vão construindo e reconstruindo o seu próprio olhar e a sua própria condição de reinterpretar aquilo que o cerca e que o apaixona.

Em meio aos vários rituais de passagem usuais no meio acadêmico universitário em nosso período histórico e característicos de uma pesquisa como esta, uma das suas decisões mais difíceis – por sua complexidade e pelas inúmeras decorrências que dela advêm – é o processo de escolha, definição e construção da metodologia a ser empregada.

A vida, dentro e fora da sociabilidade acadêmica e dos condicionantes do seu trabalho intelectual específico, nos traz até o nosso problema. Nesta medida, a sua identificação enquanto tal e a sua construção como objeto de pesquisa e análise teórica (BOURDIEU, 2005) algumas vezes requer uma decisão que envolve outras dimensões, tais como a sociabilidade política e o desenvolvimento da identidade do pesquisador.

Pode ocorrer em muitos casos que a definição por uma metodologia em diálogo com um campo teórico específico, não se resume a uma escolha metodológica fria, entre tal ou qual método. Seria momento de reconhecer então que alguns métodos e campos teóricos nos apaixonam politicamente mais do que outros, passando a compor um campo de significados de grande importância para a nossa construção identitária.

Isso de modo algum exclui a necessidade óbvia de que o método a ser empregado deva ser adequado e eficaz para compreender e lidar com o problema e as questões a ele referidas. Todo e qualquer pesquisador está convencido da adequabilidade do método a ser empregado e assume, mais ou menos conscientemente, o compromisso com o objetivo final de “lidar” com os problemas, as questões e as hipóteses próprias ao seu método. Mas acreditamos poder coexistir algo além da promessa de verificação e da

conduta científica correta e isenta (WEBER, 1972), viabilizadora da aplicabilidade dos métodos.

Pode ocorrer, e em vários casos ocorre, uma opção metodológica em sintonia com a trajetória histórica e a construção política e social do pesquisador. Mesmo quando esta opção não seja tomada na sua forma mais explícita.

Nossa trajetória se inicia pela explicitação da referência à ampla e diversificada tradição de pensamento marxista e, dentro dela, pela escolha da dialética materialista como discurso (MUSSE, 2005) e referência para a construção metodológica do contexto no qual nosso objeto se insere, assim como dos problemas e das questões posteriormente suscitadas.

No interior deste campo teórico repleto de autores clássicos e de polêmicas profundas, muitas delas ainda atuais, procuraremos explicitar a nossa compreensão e o nosso ponto de vista sobre alguns conceitos fundamentais para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Não poderemos avançar demasiado no debate interno ao pensamento social de referência marxista e as suas polêmicas estruturantes, sob o risco de nos perdermos neste vasto labirinto, inadequado aos prazos e objetivos desta dissertação de mestrado. Procuraremos, então, nos posicionar frente a algumas formulações essenciais ao objetivo de nossa pesquisa: a análise dos sentidos do socialismo no discurso do presidente Lula em seu primeiro mandato.

## **1.2 MÉTODO, TEORIA E PRÁTICA POLÍTICA**

A afirmação da centralidade do trabalho como vetor da realização das potencialidades humanas<sup>2</sup> ocupa lugar de destaque na crítica de Marx a Hegel. Nenhum homem, nenhuma mulher, nem a humanidade tomada no geral realiza-se no mundo concreto como uma derivação ou como o resultado da equação de uma razão existente previamente fora dele, em outro plano, seja este em Deus ou no espírito hegeliano. Ao contrário, realiza-se no mundo concreto segundo o desenvolvimento de suas contradições internas, dentre as quais a razão e as formas de consciência do real atuam em múltiplas direções, porém tendo na forma de organização social do trabalho o vetor através do qual o homem, a mulher e a humanidade realizam suas potencialidades.

---

<sup>2</sup> Tendo em vista as formas históricas assumidas pelas classes sociais para sua execução e apropriação.

Neste ponto, a inflexão marxiana se faz definitiva, pois aponta o limite da própria filosofia e a necessidade de adentrar outros campos do conhecimento. Seguindo a interpretação de Marcuse (1988), podemos afirmar que, para a tradição marxista, a autorrealização do homem se dá no desenvolvimento pleno de suas potencialidades, universalmente, em todos os níveis, entre todos os homens e mulheres. Daí que não caberia mais neste momento somente à filosofia o papel protagônico deste processo, uma vez que o modo de organização social capitalista do trabalho é um dos principais fatores de embotamento das potencialidades criadoras da humanidade.

Marx percorre um longo trajeto de reflexão filosófica, apesar de costumeiramente ser relegado ao esquecimento por diversos dos seus críticos. Através dele constrói o método pelo qual compreende o desenvolvimento do sujeito, no caso o homem e a humanidade, no leito da sua história e da história do seu desenvolvimento.

A partir deste enquadramento mais geral, pode ser recolocada por um lado, a questão das formas de produção do conhecimento sobre a realidade empírica, de modo a refletirmos sobre alguns aspectos da contribuição e dos limites das ciências específicas no interior da tradição marxiana. Por outro lado, esse breve movimento de recuperação teórico-conceitual pode também favorecer a interpretação de alguns aspectos do desenvolvimento das relações entre a tradição de pensamento marxista e os partidos de esquerda nela referenciados.

A nosso ver, três fatores principais agiram a favor de certo descaso, um tanto quanto generalizado, dos marxistas com o método dialético. O primeiro fator derivou do objetivo de se desvencilhar das inúmeras contribuições metodológicas de Hegel sobre a obra de Marx, resultando no desestímulo ao conhecimento do método hegeliano, geração após geração, favorecido por uma leitura escolar e esquemática da crítica endereçada por Marx.

Como exemplos, vemos os esforços de importantes autores no interior da tradição marxista, tais como Colletti e Althusser, que se empenharam na tentativa de reinterpretar e reconstituir a genealogia teórica da obra marxiana, levando a cabo intenso debate contra o que era qualificado como as heranças idealistas ainda presentes no marxismo ao longo do século XX. Possivelmente Lukács tenha sido o principal alvo destas críticas, porém vale ressaltar que delas nem o próprio Marx escapou, haja vista as críticas do eminente estruturalista francês ao capítulo sobre o fetichismo da mercadoria, tratado como “flagrante” e “deplorável” exemplo da influência hegeliana sobre o autor de *O Capital* (LOWY, 1998, p. 219).

Em defesa do método dialético e de Lukács frente a alguns de seus críticos, consideramos que ambas tentativas tendem a levar para duas formas de posicionamento, que não esposamos, no interior desta tradição. São elas:

- 1) Tentar substituir Hegel por um outro ‘precursor’ do marxismo – Spinoza para Althusser, Kant para Colletti –, com o resultado de substituir a dialética (‘hegeliana’) pelo materialismo mecanicista (‘spinozista’) ou pelo pensamento analítico (‘kantiano’).
- 2) Recusar, em seguida, as concepções do próprio Marx sobre a gênese de sua obra e sobre o conteúdo de seu método, já que ele sempre insistiu inúmeras vezes na sua relação com Hegel. Vemos assim Althusser descobrir o ‘mal-acabamento teórico do julgamento de Marx sobre si próprio’ enquanto Colletti declara, a propósito de Marx: ‘Um pensador faz descobertas... e, no entanto, é incapaz de ter claro para si mesmo sua genealogia. Sua consciência não consegue dar conta de seu ser (LOWY, 1998, p. 218).

O segundo conjunto de fatos de suma importância que contribuiu com o esvaziamento da dialética como método está em diálogo direto com nossa pesquisa: foram as transformações políticas no interior dos partidos socialistas da segunda e da terceira internacionais.

Vários partidos socialistas durante a segunda internacional passaram pelo processo de adesão a uma lógica positivista e linear de reformas graduais que levariam à mudança da sociedade capitalista para uma sociedade socialista, ou pós-capitalista. Nesta concepção não há espaço para a contradição antagônica manifestada nas diversas formas assumidas pela luta de classes, nem a ruptura e muito menos a superação dialética do capitalismo, pois na melhor das hipóteses este evoluiria gradualmente rumo à nova sociedade (MILIBAND, 1982; MUSSE, 2005; LUXEMBURGO, 2005; dentre outros).

As diferenças de concepção programática e estratégica já existiam há vários anos – como bem demonstra o debate opondo Bernstein, Plekhanov e Kautsky, polemizados por Lênin e Rosa Luxemburgo, para citar somente alguns – quando amadurece a adesão social-democrata ao nacionalismo das burguesias imperialistas europeias, consubstanciado na aprovação dos créditos de guerra pelos grandes partidos operários europeus em 1914.

Aqueles grupos e partidos minoritários, que se posicionavam contra a guerra e a favor do internacionalismo foram reprimidos e passaram a se articular precariamente até a vitória bolchevique em outubro de 1917. Com a revolução bolchevique e a retirada da

Rússia da guerra, a entrada dos EUA desequilibra o conflito definitivamente, selando a derrota alemã e de seus aliados. A onda revolucionária que se segue na Europa convulsiona o cenário político, no entanto é incapaz de romper o cerco estabelecido pelas potências capitalistas contra a nascente Rússia revolucionária. O combate se amplia com as perseguições anticomunistas pelo continente, principalmente na Alemanha, na Hungria, na Polônia e na Itália, e se aprofunda com o desenrolar da guerra civil e as invasões contrarrevolucionárias na Rússia.

A derrota da revolução na Europa e a sobrevivência da revolução Russa configuram um cenário inesperado inicialmente pelas formulações de Lênin e Trotsky, para os quais a vitória na primeira condicionaria a sobrevivência da primeira experiência socialista. Este cenário internacional e a morte de Lênin em decorrência de uma tentativa de assassinato caracterizam o cenário no qual se desenrola a ascensão de Stalin ao comando do partido: o burocratismo, a perda da vitalidade revolucionária das novas organizações dos trabalhadores e as perseguições contra qualquer linha diversa e opositora do oficialismo stalinista.

Reunidos posteriormente na terceira internacional, criada após a revolução na Rússia, as organizações e partidos comunistas rapidamente foram envolvidos pela disputa interna do Partido Bolchevique e se viram forçados a optar: a) de um lado a adesão às orientações oficiais de Moscou, como seções da Internacional Comunista, que se refletiria em todos os aspectos internos do funcionamento político e partidário; b) de outro lado, o descredenciamento enquanto partidos revolucionários, similar internacional à perseguição e banimento dirigido aos opositores do stalinismo, a partir de então tratados como inimigos do partido e da própria experiência socialista na Rússia. Aqueles que divergiam passavam a ser alcunhados de “traidores da revolução”, o epíteto dado pela linha oficial aos trotskistas e demais dissidentes<sup>3</sup>.

Neste contexto, não havia espaço mínimo de liberdade interna para a construção de posições políticas e para o exercício da leitura crítica da teoria. A dialética como método de construção teórica e política, nessas condições, tende ao desaparecimento, dada sua característica antifuncional à *realpolitik* das hierarquias políticas rígidas.

---

<sup>3</sup> Obras clássicas deste processo, todas de Deutscher, I.: “Stalin, a história de uma tirania”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970; “Trotsky: o profeta armado, 1879-1921”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968; “Trotsky: o profeta desarmado, 1921-1929”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005 e “Trotsky: o profeta banido, 1929-1940”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

Quando sobrevive, na melhor das hipóteses, sucumbe a uma existência desfibrada da luta social e política, relegada aos umbrais da vida universitária e tendente ao isolamento. Processo que pôde ser exemplificado nas trágicas histórias de Nicolai Bukharin e Leon Trotsky, entre tantos componentes do Partido Bolchevique Russo que, desde o Comitê Central até as suas estruturas de base, foram alvos da perseguição e condenação stalinista.

O terceiro fator que contribuiu com o abandono da dialética como discurso de método, está relacionado com o desenvolvimento de grandes aparatos institucionais e burocráticos voltados para o ensino, a produção e a divulgação de conhecimentos cada vez mais especializados, em sintonia com a rivalidade internacional interestatal e as necessidades permanentes de expansão da produção capitalista, processo que engendrou uma contínua compartimentalização das ciências em geral.

No caso das disciplinas científicas situadas nas áreas de humanas, o resultado foi o estímulo – compreensível como um mecanismo de autopreservação dos marxistas em seu interior, porém danoso do ponto de vista mais amplo – à construção de epistemologias marxistas específicas em separado umas das outras. Aqui a origem da aceitação, no interior desta tradição, de uma sociologia que não necessita da base econômica, ou uma economia que não passa pela filosofia, ou de uma filosofia que desdenha a ação política, entre outras possibilidades...

Reconhecemos nesse brevíssimo relato um período no qual foram consideravelmente concretas as razões para a generalização das interpretações e leituras da obra marxiana que secundarizavam, ou mesmo descartavam, a referência ao seu percurso teórico-filosófico, rebaixando o perfil de seu método no processo de elaboração da(s) ciência(s) específica(s) e da *praxis* política que se pretendia marxista.

A nosso ver, esta é uma das questões basilares ao desenvolvimento conceitual da tradição de pensamento marxista no período da segunda internacional em diante, com reflexos profundos nas formulações políticas, programáticas, organizativas e estratégicas dos partidos e organizações de esquerda nesta referenciados, independentemente dos vínculos destas agremiações com as principais lideranças do movimento comunista internacional<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Efetivamente várias pautas políticas específicas possuíram, ao longo do século, caráter internacional e geraram amplo debate no interior da esquerda socialista, principalmente àqueles vinculados aos contextos e alternativas revolucionários e suas decorrências posteriores. Temas candentes como a construção do socialismo em um só país em contraste com a teoria da revolução permanente, dividiram os partidos e organizações de esquerda de modo muitas vezes cruel. Porém, em dissonância com a dialética marxista,

A centralidade do trabalho para o desenvolvimento das potencialidades humanas, a perspectiva histórica e a base material determinando em última instância as condições da reprodução da vida, quando compreendidos sem o percurso dialético da crítica filosófica empreendida no pensamento marxista, tendem a ser vistas como totalmente autônomas e dirigentes das dimensões superestruturais e das vontades humanas.

O resultado é um determinismo econômico que elimina as mediações e reduz, ao mínimo possível, o espaço de liberdade de ação das classes, grupos políticos e sociais, além dos indivíduos na vida social e na luta política, reduzindo a capacidade compreensiva do marxismo frente ao desenvolvimento das sociedades e contribuindo ao seu isolamento político e teórico.

É por isso que se torna necessário demonstrar sempre a futilidade do determinismo mecânico, o qual, justificável enquanto filosofia ingênua da massa e tão somente enquanto elemento intrínseco de força, quando é elevado a filosofia reflexiva e coerente por parte dos intelectuais, torna-se causa de passividade, de imbecil autossuficiência; e isto sem esperar que o subalterno torne-se dirigente e responsável (GRAMSCI, 1978, p. 24).

Como podemos ver através da leitura de Marcuse, Marx compreende que as próprias categorias econômicas tornam-se um instrumento útil para a compreensão do real quando “*libertadas das limitações de uma ciência especializada*” [...], pois desta forma, “*se revelam os fatores determinantes da existência humana*” (MARCUSE, 1988, p. 253). Isto significa que, em última instância, mesmo as categorias científicas fundamentais para a compreensão da realização das potencialidades do homem, por lidarem com a organização social do trabalho, devem ser compreendidas, segundo o método utilizado por Marx, em conformidade com a leitura filosófica e histórica do homem e do seu desenvolvimento.

Em outras palavras, o método marxiano de análise e interpretação do real, exige, em nossa leitura, para o seu funcionamento pleno do ponto de vista conceitual, a inseparabilidade da filosofia, da história e das ciências específicas<sup>5</sup>. Isto nos leva à

---

nos acostumamos a ver, com o passar dos anos, que a disputa política na esquerda em geral, e no movimento comunista internacional, mais do que ela mesma gostaria de admitir, assumiu muitas vezes, características sectárias, dogmáticas e idealistas, como um expediente usual para a identificação de diferenças políticas, mais do que teóricas.

<sup>5</sup> Neste sentido, Gramsci (1978, p. 113): “Filosofia-Política-Economia. Se estas três atividades são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de qualquer elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo”. Vale ressaltar que não citamos essa passagem pela busca de homogeneidade do conjunto da



constatação de que a inseparabilidade do método repõe a centralidade da questão da emancipação humana. Mesmo quando não há referência explícita, é a livre realização das potencialidades do ser humano o eixo, o sentido geral e a própria razão de ser, da busca do conhecimento científico pelo teórico e analista vinculado à tradição marxista.

Para que essa postura filosófico-política se viabilize cientificamente, faz-se necessário, por um lado, que a dialética, como método, imponha-se não como charlatanismo político-propagandístico ou esquematismo teórico-conceitual<sup>6</sup> mas como forma de tratamento dos conceitos teóricos trabalhados pelo pesquisador. E, por outro lado, uma vez que o método dialético é a essência teórica do marxismo, (LUKÁCS, 1974) deve haver a compreensão da necessidade de um *ethos* particular entre o pesquisador e o desejo de transformação da realidade social, mesmo que, de momento, as condições de possibilidade da relação entre a teoria e a *praxis* não estejam suficientemente amadurecidas.

A teoria que enuncia isso [a possibilidade de dissolução da ordem capitalista dado o advento do proletariado] não se liga à revolução de maneira mais ou menos contingente nem por laços frouxos ou ‘obscuros’: pela sua essência, não é mais do que a expressão pensada do próprio processo revolucionário. Cada etapa deste processo fixa-se na teoria para assim se tornar generalizável, comunicável, para poder ser aproveitada e continuada; não é mais que a fixação e a consciência de um passo necessário, e torna-se, ao mesmo tempo, pressuposto necessário do passo seguinte (LUKÁCS, 1974, p. 17).

A citação de Lukács acima traz à tona uma visão integradora de teoria, *praxis* social e projeto histórico, traduzindo em si mesma as marcas objetivas e subjetivas do contexto de expansão das ondas revolucionárias que caracterizaram o breve século XX (HOBSBAWM, 1996). A nosso ver uma característica fundamental desse período, é o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, em sintonia com a possibilidade histórica concreta de sua ascensão revolucionária ao poder de Estado e a tentativa de dissolução da ordem burguesa.

---

obra, ao longo da vida de Marx ou da concepção de mundo defendida como a mais adequada pelos marxistas ao proletariado, pois o diálogo com elementos ‘estranhos’ à concepção de Marx, estão presentes no seu processo de construção política e teórica. A importância desta citação se dá pela afirmação da necessária tradutibilidade das linguagens e campos do conhecimento dentro desta concepção de mundo e desta obra. A ausência gera incongruências internas sérias quando da compreensão do mundo concreto, prejudicando sobremaneira a qualidade da reflexão crítica. Por outro lado, a afirmação, negação e superação das concepções ‘estranhas’, é o próprio movimento de apropriação do mundo e construção de uma consciência autorregulada, através da qual homens e mulheres adquirem suas formas de consciência.

<sup>6</sup> Característica de algumas variações mecanicistas no interior do pensamento marxista.

O cenário de derrota das experiências socialistas inverte totalmente esse contexto, tanto ao nível da viabilidade e sobrevivência das agremiações políticas de esquerda referenciadas no marxismo – como veremos adiante no caso específico do PT -, quanto à disputa dos espaços de legitimidade no interior do meio acadêmico pela tradição de pensamento marxista enquanto referência teoricamente válida para a produção do conhecimento. A nosso ver, em ambos os casos, a revalorização da perspectiva metodológica dialética possui algo a nos dizer.

### 1.3 DIVERGÊNCIAS ACERCA DA DIALÉTICA

Anteriormente situamos o elemento da negação de Marx em relação à Hegel na centralidade da questão do trabalho social. Em seguida, nos posicionaremos francamente a favor do reconhecimento do legado hegeliano como essencial ao funcionamento do método teórico empreendido por Marx. O que aparentemente seria uma contradição é, em si mesma, a expressão do próprio movimento dialético que o método marxista pretende utilizar.

A crítica filosófica – a qual objetiva Marx em sua leitura de Hegel – não deve denunciar uma acomodação moral ou política, como faziam os neo-hegelianos criticados por Marx, mas sim revelar como a

[...] possibilidade dessas aparentes acomodações tem sua raiz mais profunda na insuficiência ou na insuficiente formulação de seu próprio princípio... [pois] não se suspeita da consciência particular do filósofo, mas sua forma de consciência essencial é construída e elevada a uma determinada forma e significação, com o que ela é, ao mesmo tempo, ultrapassada (MARX, 2005, p. 12).

Assim, ao contrário de objetivar a supressão do pensamento que é seu objeto e que se deseja criticar, se faz necessária a crítica filosófica para que os seus elementos já repudiados possam ser superados, filosoficamente e historicamente. O processo de superação, que inclui o momento da negação, assim como o momento da conservação, caracteriza a superação dialética. No caso em questão, a relação teórica entre Marx e Hegel, o elemento que permite caracterizar a superação, *aufhebung*, é o próprio método dialético.

A questão do método começou a suscitar diferenças e polêmicas desde o final do século XIX, gerando repercussões importantes ao longo do tempo e que devem ser apontadas brevemente aqui, dadas as suas interferências em nossa trajetória. Entre os

vários nomes de peso que se dedicaram à questão entre os clássicos do marxismo, tais como Labriola, Mehring, Kautsky e Plekhanov, faremos referência sucintamente à crítica de Lukács à Engels.

Musse nos relata a iniciativa de Engels, em sua obra “O Anti-Duhring”, em enfrentar uma das lacunas da obra marxiana: uma exposição nítida de seu método filosófico. Independentemente de ter conseguido ou não, ou de ter acertado ou errado, o fato é que essa obra foi tomada, como resumo autorizado do método de Marx pela posteridade, e mesmo após a sua crítica ter ganhado certa generalização, continuou sendo utilizada, tanto nos processos de formação política da militância de esquerda nos anos posteriores, quanto pelos detratores explícitos da tradição de pensamento marxista, como “prova irrefutável do seu positivismo”<sup>7</sup>.

Engels, assim como boa parte da intelectualidade do período final do século XIX, compartilhava de certa admiração e fascínio pelo avassalador movimento de descobertas nos campos das ciências naturais geradoras de avanços tecnológicos com impactos sociais concretos, tais como vacinas, telégrafo, telefone, produção de energia elétrica, combate a uma série de doenças e a redução da mortalidade infantil, tendo como resultado o aumento das taxas de crescimento demográfico, entre outras alterações verificáveis na vida cotidiana da época.

Para ele, o caminho do avanço tecnológico das ciências naturais e exatas, dada a sua intensidade e velocidade aproximaria esses campos do saber da dialética materialista, em contraposição com um método metafísico especulativo que, por ser:

Unilateral e abstrato [...] enreda-se em contradições insolúveis: atento a objetos determinados, não concebe a gênese e a caducidade; concentrado na estabilidade das condições, não percebe a dinâmica, ‘obcecado pelas árvores, não consegue enxergar o bosque (MUSSE, 2005, p. 373).

A dialética, por sua vez, como seu oposto simétrico:

Investiga os processos, a origem e o desenvolvimento das coisas e as insere em ‘uma trama infinita de concatenações e de mútuas influências, em que nada permanece como era nem como existia’. Nela, os pólos da antítese, apesar de todo antagonismo, ‘se completam e se articulam reciprocamente’. A causa e o efeito, vigentes em um caso concreto, particular, se diluem na ideia de uma trama universal de ações recíprocas, na qual as causas e os efeitos trocam constantemente de lugar e o que antes era causa toma, logo depois, o papel de efeito e vice-versa (MUSSE, 2005, p. 373).

---

<sup>7</sup> Crítica comum, diga-se de passagem, entre certos círculos de pensadores das Ciências Sociais.

Na formulação de Engels, a dialética marxista frente ao seu oponente especulativo-metafísico, além de passar a considerar a natureza terreno próprio ao seu campo de análise, passa a se configurar como um método experimental dotado de saber científico.

O novo materialismo, na medida em que se qualifica a si próprio como ciência, não se propõe a ultrapassar apenas o pensamento de Hegel. É a própria filosofia, em sua totalidade, que se encontra sujeita à condenação, explicitada na famosa frase: “tudo o mais se dissolve na ciência positiva da natureza e da história” (MUSSE, 2005, p. 376).

A ênfase exclusiva na anterioridade da condição material em relação as formas de consciência sobre o mundo, terminou por levar ao erro mecanicista da ‘impossibilidade’ da ação das consciências dos sujeitos históricos sobre a realidade concreta. As formas de consciência seriam determinadas, sem nenhuma mediação, pelas suas condições dadas ao nível da infra-estrutura da sociedade. Equívoco comum entre as interpretações do marxismo enquanto uma ciência específica e mecanicista (LUKÁCS, 1974). É neste processo que surge o socialismo enquanto discurso científico, com as suas leis da dialética e as suas certezas para o desenvolvimento histórico.

Além das passagens já citadas anteriormente do pensamento de Lukács, devemos aprofundar algumas de suas críticas, uma vez que o próprio autor reconhecia o impacto decisivo das formulações de Engels para as posteriores confusões geradas no debate metodológico.

Os mal-entendidos que a maneira engelsiana de expor a dialética suscitou vêm essencialmente de que Engels – seguindo o mau exemplo de Hegel – estendeu o método dialético ao conhecimento da natureza, ao passo que as determinações decisivas da dialética; ação recíproca do sujeito e do objeto, unidade da teoria e da *praxis*, modificação histórica do substrato das categorias como fundamento de sua modificação no pensamento, etc., não se encontram no conhecimento da natureza (LUKÁCS, 1974, p. 19).

Para este autor faltou ao parceiro de Marx a referência que diferencia o método da perspectiva puramente contemplativa que é seu caráter prático, tendo a transformação da realidade como seu problema central.

[...] ao aspecto mais essencial desta ação recíproca, a relação dialética do sujeito e do objeto no processo da história, não chega a ser mencionado, e muito menos colocado (como deveria) no âmago das considerações metodológicas. Ora, privado desta determinação, o método dialético (apesar, é certo, de manter, de forma puramente aparente, a ‘fluidez’ dos

conceitos) deixa de ser método revolucionário (LUKÁCS, 1974, p. 17) (grifos do autor).

Esta ausência torna-se possível na reflexão engelsiana, segundo a crítica de Lukács, pelo foco privilegiado na mudança contínua em detrimento de sua objetividade historicamente determinada, o que termina por favorecer uma ideia de progressão linear de eventos e o esvaziamento da totalidade histórica como perspectiva para a compreensão das suas inter-relações. A dialética engelsiana:

[...] se apresenta como insuficiente, uma vez que não vai além da simples constatação de mutabilidade dos fatos (que pode inclusive se dar dentro de uma mesma ordem social, desde que considerada temporalmente), ou de sua inclusão em um processo contínuo e ininterrupto (LUKÁCS, 1974, 383).

Desta forma o último Engels foi reapropriado por Bernstein e outros teóricos da segunda internacional, em defesa de interpretações nas quais a contradição poderá ser abandonada, em prol da evolução pacífica do capitalismo para o socialismo<sup>8</sup>. Estas leituras basicamente lineares do processo histórico serão consolidadas através dos programas políticos de reformas, defendidos pelas agremiações da social-democracia nos países centrais do capitalismo após o estouro da primeira guerra mundial.

Essas interpretações serão possíveis porque a característica central do caráter revolucionário da dialética não é, isoladamente, o foco no movimento, e sim o ponto de vista da totalidade em movimento. Ao ser excluída a totalidade, o movimento dialético pode ser facilmente traduzido, como o desenrolar dos acontecimentos, como o avanço progressivo das conquistas da classe, ou, no caso dos países periféricos, na busca pelo desenvolvimento.

Marx operou a transmutação da dialética hegeliana em ‘álgebra da revolução’ não como uma simples inversão epistemológica do lugar de causa e efeito, do tipo ‘sai o espírito, entra a matéria’, mas sim pela contextualização do método como momento do mundo concreto e da relação histórico-dialética entre sujeito e objeto. Por isso a reivindicação de que

[...] a compreensão do caráter histórico de um dado factual qualquer esteja vinculada à apreensão dos condicionamentos que o configura como momento determinado de uma totalidade sócio-histórica (LUKÁCS, 1974, 383).

---

<sup>8</sup> Como pode ser visto com mais detalhes na exemplar crítica filosófica de Mészáros ao pensamento de Bernstein e a sua posição explicitamente antidialética (MÉSZÁROS, 2004, p. 376).

Lukács demonstra que, ao recusar o abandono da perspectiva da totalidade, nos recusamos também a pensar a sociedade a partir do ponto de vista do indivíduo, tal como este é constituído através do desenvolvimento das relações sociais próprias do sistema de produção capitalista de mercadorias<sup>9</sup>. Isto pois:

[...] o ponto de vista do indivíduo não pode levar a nenhuma totalidade, quando muito pode levar a aspectos de um domínio parcial, mas na maioria das vezes somente a algo fragmentário: a ‘fatos desconexos ou leis parciais abstratas’<sup>10</sup>.

Pensamos e problematizamos a sociedade capitalista como uma construção histórica de relações conflituosas entre as classes sociais, submetidas por sua vez às formas assumidas historicamente pela reprodução do capital, na qual os indivíduos estão inseridos. Consequentemente isto implica na afirmação do reconhecimento de que as classes sociais, no mesmo processo em que constroem as relações sociais peculiares ao capitalismo, são constituídas por estas mesmas relações sociais de produção e reprodução da vida em seu interior.

Portanto, pensar e interpretar dialeticamente segundo essa perspectiva à qual esposamos, significa colocar a ênfase na compreensão da indissociabilidade fundamental entre sujeito e objeto no interior da totalidade social e histórica.

Ao compreendermos os sujeitos históricos<sup>11</sup> inseridos no mundo concreto como sujeitos e objetos da construção das relações materiais de existência, o passo seguinte é compreendermos que as suas consciências a respeito desse mundo concreto estão inseridas neste mundo. Assim, as formas de conhecimento desenvolvidas pelos sujeitos históricos não se realizam fora do mundo concreto, para depois retornarem a ele. Estão inseridas no movimento da totalidade social e são, ao mesmo tempo, momentos particulares que constituem essa mesma totalidade.

As relações de produção, que restringem e deformam as potencialidades humanas, determinam inevitavelmente a

---

<sup>9</sup> Para Lukács esse é o elemento mais decisivo no processo de transição de Hegel para Marx.

<sup>10</sup> LUKÁCS *apud* MUSSE, 1974.

<sup>11</sup> Não compreendemos o sentido da expressão ‘sujeito histórico’ como um ator submetido a um script determinado por outros agentes ou processos, portanto heterônomo e totalmente determinado de fora. Nem contudo, como um agente totalmente consciente, coerente e portador de uma plataforma inerente a sua constituição social. Compreendemos que a construção social e política do sujeito histórico se dá no processo de luta política e social concreta, inclusive com a possibilidades múltiplas combinações identitárias e programáticas em sua visão de conjunto. Por exemplo, o proletariado. Apesar de seu papel na produção capitalista, não está dado a priori o desenvolvimento de uma determinada consciência revolucionária anticapitalista no seu interior. Nem está dado que a sua consciência ‘natural’ é a adaptação à ordem capitalista. A consciência de classe no sentido radicalmente autônomo, portanto revolucionária, pode ser construída, pode ser bloqueada ou pode ser redirecionada a outros programas e plataformas. O fascismo, para Lukács, é o grande exemplo desta última possibilidade.

consciência do homem, precisamente porque a sociedade não é um sujeito livre e consciente. Enquanto o homem for incapaz de dominar estas relações, e de usá-las para a satisfação das necessidades e desejos do todo, elas tomarão a forma de uma entidade objetiva, independente. A consciência, presa e dominada por essas relações, torna-se, necessariamente, ideológica (MARCUSE, 1988, p. 291).

Enfim, compreendemos que essa breve síntese do nosso ponto de vista teórico metodológico e ao qual nos afiliamos na tradição marxista, se justifica dado que o nosso objeto de pesquisa (os sentidos do socialismo no discurso do presidente Lula) corresponde ao nível das formas de consciência do real. Desta forma, ao nos posicionarmos entre aqueles que pretendem compreender os sujeitos históricos e suas formas de consciência do mundo enquanto momentos de sua realização efetiva, criamos as condições para nos posicionar frente a outro debate extenso e complexo no interior desta tradição: a questão da Ideologia.

#### **1.4 A CRÍTICA AO PENSAMENTO ESPECULATIVO E A IDEOLOGIA**

A referência de Gramsci ao surgimento do termo ideologia e o relato histórico de Terry Eagleton (1997), a respeito do seu desenvolvimento conceitual, situam o seu nascimento no auge do projeto iluminista como aspecto particular do materialismo francês do séc. XVIII, dentro do qual inicialmente significava o estudo científico das ideias humanas, passando rapidamente a referir-se aos próprios sistemas de ideias.

A ideologia nasceu precisamente como uma ciência, como uma investigação racional das leis que governam a formação e o desenvolvimento das ideias (EAGLETON, 1997, p. 66).

Partindo do método analítico, seu objetivo era proceder à análise das ideias através da identificação das suas origens no campo das sensações:

As ideias deveriam ser decompostas em seus ‘elementos’ originários, e estes não poderiam ser senão as ‘sensações’ (GRAMSCI, 1978, p. 61).

Os ideólogos eram, em princípio, filósofos empenhados em entender a base material de nosso pensamento em combate às interpretações misteriosas e místicas sobre o surgimento das ideias. Como porta-vozes da burguesia revolucionária europeia do séc. XVIII, seu objetivo era construir a sociedade segundo bases racionais.

A ideologia, em resumo, relaciona-se com um vigoroso programa de engenharia social, que irá refazer nosso ambiente

social, alterando assim nossas sensações e modificando, por conseguinte, nossas ideias (EAGLETON, 1997, p. 67).

A ideologia, portanto, surge como o “*ramo de um materialismo econômico*”, que na visão do criador do termo ideologia, Destutt de Tracy, seria “*uma região dentro da ciência mais geral do animal humano*”<sup>12</sup>:

Uma vez que toda ciência repousa em ideias, a ideologia desalojaria a teologia como soberana de todas elas, garantindo-lhes unidade. Reconstruiria completamente a política, a economia e a ética, partindo dos processos mais simples de sensação até as regiões mais sublimes do espírito (EAGLETON, 1997, p. 68).

Com o desenrolar das contradições abertas na França revolucionária, e conforme o progressivo abandono de Napoleão daqueles ideais, os ideólogos, enquanto teóricos da construção de um projeto racional, tem sua importância questionada passando a ser vistos como estorvo, por entrarem em conflito com as necessidades da política concreta na visão do Imperador.

O cerne da crítica de Napoleão aos ideólogos é que há algo irracional no racionalismo excessivo. A seu ver, esses pensadores tanto se empenharam em sua investigação das leis da razão que ficaram isolados dentro de seus próprios sistemas fechados, tão divorciados da realidade prática quanto um psicótico. Desse modo, o termo ideologia gradualmente deixou de denotar um cético materialismo científico para significar uma esfera de ideias abstratas e desconexas, e é esse significado que será então adotado por Marx e Engels (EAGLETON, 1997, p. 71).

Eagleton salienta de modo sagaz que a origem do conceito de ideologia não está situada em um capítulo abstrato e frio da história das ideias, pelo contrário, “*está intimamente relacionado com a luta revolucionária e figura, desde o início, como uma arma teórica da guerra de classes*” (1997, p. 70). O que permite compreender a decadência valorativa pela qual passará o ideólogo, enquanto formulador abstrato, e vivida concretamente por Destutt de Tracy, quando o programa revolucionário racionalista progressivamente passa a ser relativizado pelos interesses de classe burgueses concretos em sua dimensão conservadora, traduzidos sintomaticamente como a Razão de Estado:

[...] a irritação de Napoleão tange uma nota que irá ressoar por todo período moderno: a impaciência do pragmatista político

---

<sup>12</sup> DESTUTT DE TRACY *apud* EAGLETON, 1997.



com o intelectual radical, que ousava teorizar toda a formação social<sup>13</sup> (EAGLETON, 1997, p. 69).

Este processo de estigmatização do ideólogo, será visto posteriormente por Lukács como uma manifestação da decadência do pensamento burguês em direção às formas usuais da apologia política:

Esta decadência aparece com a tomada do poder político pela burguesia e o seu deslocamento para a posição central da luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Esta luta de classes diz Marx soou o sino da economia científica burguesa. Doravante não se trata mais de saber se tal ou qual teorema é verdadeiro, mas se ele é útil ou necessário ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo [...] A pesquisa desinteressada é substituída por uma atividade mercenária, à análise científica sem prejulgamentos a má consciência e as intenções impuras da apologética<sup>14</sup>.

Podemos colocar em destaque que para o jovem Marx há alguma forma de contato entre três aspectos envolvidos neste processo, a saber: o conceito de ideologia surgido na arena da luta de classes; a perda de capacidade científica da economia burguesa e, por fim; a necessidade de sua apologia política, em função das necessidades inerentes à sua nova posição protagônica socialmente – progressiva e revolucionária em relação à aristocracia, mas negativa e opressora em relação ao proletariado.

Parece-nos acertada, portanto, a conexão proposta por Eagleton entre a formulação teórica da ideologia para o jovem Marx e a sua teoria da alienação, pois:

Em certas condições sociais, argumenta Marx... os poderes, produtos e processos humanos escapam ao controle dos sujeitos humanos e passam a assumir uma existência aparentemente autônoma. Apartados dessa forma de seus agentes, tais fenômenos começam então a exercer sobre eles um poder imperioso, de modo que homens e mulheres se submetem ao que, na verdade, são os produtos de sua própria atividade, como se estes fossem uma força estranha<sup>15</sup> (EAGLETON, 1997, p. 71).

Os três aspectos citados acima estão presentes na teoria da ideologia do jovem Marx marcada pela lógica de inversão e alienação, pois:

---

<sup>13</sup> Mais a frente, veremos como esta tensão entre projetos concebidos com certo grau de abstração e os interesses concretos da prática política podem se manter atual.

<sup>14</sup> LUKÁCS *apud* CÂMARA, 1999.

<sup>15</sup> O autor aponta inclusive a decorrente relação com a ideia de reificação: “[...] pois se os fenômenos sociais deixam de ser reconhecidos como o resultado de projetos humanos, é compreensível que sejam percebidos como coisas materiais, admitindo-se assim sua existência como inevitável” (EAGLETON, 1997, p. 71).

Se os poderes e instituições humanas podem ser submetidos a esse processo [de inversão e alienação reificadora] então a consciência também pode (EAGLETON, 1997, p. 71).

O que valerá também para as formas de consciência, uma vez que:

Se as ideias são apreendidas como entidades autônomas, então isso ajuda a naturalizá-las e desistoricizá-las; e esse é, para o jovem Marx, o segredo de toda ideologia (EAGLETON, 1997, p. 71).

Este processo foi sistematizado por Marx na metáfora da câmara obscura, através da qual a ideologia se apresenta enquanto uma forma de consciência do mundo, tal qual um reflexo invertido dos homens e circunstâncias presentes neste mundo real.

A apresentação elaborada por Eagleton e sinteticamente descrita acima, acerca da teoria da ideologia no jovem Marx é muito útil para compreendermos a sua lógica interna. Contudo, nos posicionamos ao lado de outras interpretações que valorizam menos a força dessa metáfora, em favor de uma contextualização metodológica mais destacada. Como pode ser avaliado abaixo, ao privilegiarmos o momento do autor e seus objetivos gerais no conjunto da obra, a ideia de ideologia apenas como reflexo invertido do real, não faz justiça com a influência concreta que esta adquire no mundo, nem com a vitalidade explicativa do método dialético.

La conciencia [das Bewusstsein] jamás puede ser otra cosa que el ser consciente [das bewusste Sein], y el ser de los hombres es su proceso de vida real. Y si en toda la ideología, los hombres y sus relaciones aparecen invertidos como en la cámara oscura, este fenómeno proviene igualmente de su proceso histórico de vida, como la inversión de los objetos al proyectarse sobre la retina proviene de su proceso de vida directamente físico.

Totalmente al contrario de lo que ocurre en la filosofía alemana, que desciende del cielo sobre la tierra, aquí se asciende de la tierra al cielo. Es decir, no se parte de lo que los hombres dicen, se representan o se imaginan, ni tampoco del hombre predicado, pensado, representado o imaginado, para llegar, arrancando de aquí, al hombre de carne y hueso; se parte del hombre que realmente actúa y, arrancando de su proceso de vida real, se expone también el desarrollo de los reflejos ideológicos y de los ecos de este proceso de vida. También las formaciones nebulosas que se condensan en el cerebro de los hombres son sublimaciones necesarias de su proceso material de vida, proceso empíricamente registrable y ligado a condiciones materiales. La moral, la religión, la metafísica y cualquier otra ideología y las formas de conciencia que a ellos correspondan pierden, así, la apariencia de su propia sustantividad. No tienen su propia historia ni su propio desarrollo, sino que los hombres que desarrollan su

producción material y su trato material cambian también, al cambiar esta realidad, su pensamiento y los productos de su pensamiento. No es la conciencia la que determina la vida, sino la vida la que determina la conciencia. Desde el primer punto de vista, se parte de la conciencia como si fuera un individuo viviente; desde el segundo punto de vista, que es el que corresponde a la vida real, se parte del mismo individuo real viviente y se considera la conciencia solamente como su conciencia<sup>16</sup> (MARX, 2001, p. 11 e 12) (grifo nosso).

Portanto para auxiliar a compreensão da própria metáfora não se pode perder de vista o contexto geral da sua crítica ao idealismo hegeliano e seus sucessores, que se apresenta em diversas e célebres passagens de “A Ideologia Alemã”:

[...] a estrutura social e o Estado decorrem constantemente (no devir histórico) do processo de vida de determinados indivíduos, mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação (ideológica/senso comum) ou na de outros, (filosófico especulativa), mas como eles são realmente... em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem de sua vontade (MARX, 1979, p. 21).

Desta forma atualizam suas diferenças com o pensamento especulativo afirmando, de chofre, que o movimento para a compreensão do mundo real, não se dá fora dele, nos eflúvios do Espírito. Pelo contrário, as formas mais abstratas da razão humana, tal qual é o Estado para Hegel, possuem no seu processo de construção racional, relações com o desenvolvimento histórico das condições de produção e reprodução da vida dos seres humanos.

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida (MARX, 1986, p. 25).

Marx e Engels não perdem de vista o óbvio, ou seja: a interpretação e o gesto racional continuam tendo a sua característica de abstração, no entanto elas não são mais vistas como abstrações com o poder ‘criacionista’ de gerar as coisas do mundo, ou de se antecipar integralmente a ele.

Marx defende como uma necessidade interpretativa, portanto metodológica, buscar a compreensão do entrelaçamento das formas de conhecimento do mundo real e a vida

---

<sup>16</sup> Utilizamos a versão em espanhol nesta passagem, por transmitir mais intensamente o movimento dialético do método.

material e concreta que possibilita o aparecimento dessas ideias acerca do mundo, pois os homens produzem as suas representações sobre o real, mas se encontram

[...] condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e do intercâmbio (material e espiritual...) que a estes corresponde até as suas formações mais avançadas (ou representações mais avançadas) (MARX, 1979, p. 22).

Tudo aquilo que toca aos homens na reprodução de suas condições de vida e na sua organização social, deve ser buscado, não mais no pensamento absoluto onipotente, pois

[...] são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem a sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento (MARX, 1979, p. 23).

Em nossa leitura, muito embora Marx e Engels construam uma crítica ácida ao idealismo filosófico anterior desde as suas primeiras obras, exatamente por não abandonarem o método dialético, característico também ao pensamento hegeliano, não abraçam o empirismo e o materialismo mecanicista.

Razão pela qual procuramos nos distanciar, ao mesmo tempo: tanto de certas interpretações que vêm se generalizando tal qual um senso comum, reproduzindo mantras e citações deslocadas do contexto metodológico dialético; quanto de certas leituras marxistas que abandonaram conscientemente o seu método.

Desta forma pode-se compreender o materialismo histórico, ou seja – a leitura interpretativa da tradição marxista de pensamento sobre o todo social em seu desenvolvimento histórico – assentado sobre o processo real da produção e reprodução da vida humana em seus diversos aspectos, assim a

[...] produção da vida humana e da forma de intercâmbio ligada a este modo de produção... como base de toda a história, e bem assim na representação de sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência – a religião, a filosofia, a moral – e estudando a partir destas o seu próprio nascimento (MARX, 1979, p. 48).

Uma vez que:

[...] em todos os estádios, se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas capitais e circunstâncias que, por um lado, é de fato modificada pela nova geração, mas que por outro lado também lhe prescreve as suas próprias condições de vida (MARX, 1979, p. 49).

Portanto, diferentemente da visão que supervaloriza a metáfora da câmara escura, podemos descobrir um Marx que leva na devida consideração a arena da disputa ideológica entre as classes, guardando importante papel às formas de consciência nos processos históricos particulares da luta de classes, principalmente nas situações de transformação revolucionária:

Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim (MARX, 1986, p. 25).

### **1.5 AS IDEOLOGIAS COMO FORMA DE CONSCIÊNCIA**

Para Antonio Gramsci, a ideologia representa uma visão de mundo em todos os espaços da vida: arte, literatura, economia etc. englobando tudo que está organizado no plano das ideias e não significando, apenas, concepções introjetadas. A ideologia adquire o:

[...] significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações individuais e coletivas (GRAMSCI, 1978, p. 16).

Diferentemente da leitura marxiana que predominavam até então, o autor rejeita o caráter exclusivamente negativo de ideologia, compreendendo desta forma esse processo histórico de significação:

O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é 'ideológica', isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite poder modificá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é 'pura' aparência, inútil, estúpida, etc (GRAMSCI, 1978, p. 62).

Ao longo do séc. XX diversos autores situados no interior da tradição marxista utilizaram o conceito de ideologia em diálogo com a perspectiva de revalorização inicialmente aberta por Gramsci. Ultrapassa nossos objetivos proceder a um

levantamento mais detalhado deste debate, porém faremos referência, a alguns aportes essenciais para a definição do ferramental teórico necessário à nossa pesquisa.

Neste sentido, as sínteses elaboradas por Eagleton nos serão bastante úteis, pois são bem delineadas teoricamente e encaminham a ênfase de nossa reflexão para a dinâmica construtiva e mobilizadora da ideologia. Sendo assim, o conceito de ideologia é visto como possuidor de:

[...] um amplo espectro de significados históricos, do sentido intratavelmente amplo de determinação social do pensamento até a ideia suspeitosamente limitada de disposição de falsas ideias no interesse direto de uma classe dominante. Com muita frequência, refere-se aos modos como os signos, significados e valores ajudam a reproduzir um poder social dominante, mas também pode denotar qualquer conjuntura significativa entre discurso e interesses políticos (EAGLETON, 1997, p. 191).

A ideologia como uma estrutura material complexa, não é vista apenas como um tipo de subjetividade coletiva (EAGLETON, 1997, p. 113) e, portanto, não reflete somente a visão de mundo dos setores dominantes, mas sim as relações entre os blocos em disputa na sociedade como um todo.

Sua tarefa é recriar, em um nível ‘imaginário’ a unidade da formação social inteira, não apenas emprestar coerência à consciência de seus governantes (EAGLETON, 1997, p. 113).

Desta forma deve ser ampla e flexível o suficiente para atingir e perpassar diversos grupos sociais favorecendo os laços entre suas aspirações subjetivas específicas, suas realidades objetivas e as necessidades objetivas e subjetivas para a reprodução dos interesses das classes dominantes.

[...] deve afigurar-se como uma força social organizadora que constitui ativamente sujeitos humanos nas raízes de sua experiência vivida e busca equipá-los com formas de valor e crença relevantes para suas tarefas sociais específicas e para a reprodução geral da ordem social. [...] A ideologia antes contribui para a constituição de interesses sociais do que reflete passivamente posições dadas previamente, mas, apesar disso, legisla a existência de tais posições por sua própria onipotência discursiva (EAGLETON, 1997, p. 194).

Desta feita, a propagação da ideologia é compreendida como um instrumento através do qual uma classe pode exercer a sua hegemonia sobre as demais, assegurando o apoio de outros importantes contingentes, majoritários ou não.

A ideologia, pois, é um aspecto de massa das concepções filosóficas. A filosofia tem uma dimensão orgânica, mostra-se com características de universalidade, expressa a visão ‘alta’ de

uma classe, de um bloco histórico, de uma hegemonia. A ideologia é a forma pela qual ela se torna ação concreta, transformação da realidade, força real. Aliás, é uma autêntica ‘fase intermediária entre a filosofia e a prática cotidiana’<sup>17</sup>.

A dimensão do aspecto da alienação e do falseamento do real, não desaparece nessa formulação, antes é qualificada em função de sua óbvia efetividade social ao longo do tempo e das diversas sociedades de classe:

Muito do que as ideologias dizem é verdadeiro e seria ineficaz se não o fosse, mas as ideologias também têm muitas proposições que são evidentemente falsas, e isso não tanto por causa de alguma qualidade inerentemente falsa, mas por causa das distorções a que são submetidas nas suas tentativas de ratificar e legitimar sistemas políticos injustos, opressivos (EAGLETON, 1997, p. 193).

Da mesma forma, em Lukács, ideologia é algo também constituinte do real, de tal modo que “*os momentos ideológicos não ‘encobrem’ apenas os interesses econômicos, não são apenas bandeiras e palavras de ordem de luta. São parte integrante e elementos da própria luta real*” (LUKÁCS, 1974, p. 73).

Neste sentido, situa-se o fundamental aporte de Mészáros, definindo que

[...] a ideologia não é uma ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com o conjunto de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus aspectos.

Desta forma,

[...] os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

No transcorrer da luta entre as classes,

[...] as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições tanto como ‘totalizadoras’ em suas explicações e, de outro, como alternativas estratégicas umas às

---

<sup>17</sup> MUSSI, disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=645>>.

outras, desta forma os conflitos entre as classes encontram nas ideologias as suas manifestações necessárias através das quais os homens se tornam conscientes desse conflito e o resolvem pela luta, não pelo domínio legislativo da razão teórica (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

Portanto, o que “determina a natureza da ideologia”, antes de tudo, é o imperativo de se tornar praticamente consciente do conflito social fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de resolvê-lo pela luta (MÉSZÁROS, 2004, p. 66).

Tendo a sua racionalidade específica orientada pela e para a prática social e política, os interesses dos discursos ideológicos estão voltados para a percepção de indicadores efetivos do real e de estímulos mobilizadores direcionados a ações sociais e sujeitos sociais concretos. Atualiza-se, deste modo, a questão da falsa consciência como:

[...] um momento subordinado dessa consciência prática determinada pela época [...] sujeita a uma multiplicidade de condições delimitadoras que devem ser avaliadas concretamente em seu próprio cenário (MÉSZÁROS, 2004, p. 67).

Limites estes que são determinados

[...] pela época, colocando em primeiro plano novas formas de desafio ideológico em íntima ligação com o surgimento de meios mais avançados de satisfação das exigências fundamentais do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2004, p. 67).

Por fim, compreendendo as ideologias como *a consciência social prática das sociedades de classe*, Mézáros reafirma o pressuposto marxista da indissociabilidade entre a realidade concreta, a *praxis* político-ideológica e a elaboração teórica sobre o mundo, e aponta para a existência das conexões entre: os conflitos de classe que caracterizam as sociedades de nosso tempo, as formas de consciência ideológicas sobre esses conflitos e a produção dos conhecimentos sobre os mesmos.

No cenário típico das sociedades divididas em classes e composto por essas conexões, existiriam principalmente com caráter protagônico:

Três posições ideológicas fundamentalmente distintas, com sérias consequências para os tipos de conhecimento compatíveis com cada uma delas (MÉSZÁROS, 2004, 67).

Deste desta perspectiva, elencamos as três posições:



1. Aquela que apóia a ordem estabelecida de modo acrítico, tendo-o como *horizonte absoluto* da própria vida social;
2. Uma outra que apresenta um novo ponto de vista crítico das “irracionalidades da *forma específica* de uma anacrônica sociedade de classes”, exemplificada por pensadores radicais como Rousseau, porém atada às contradições de sua própria posição de classe;
3. E, mais outra, que se contrapõe a ambas, questionando a viabilidade histórica da própria sociedade de classe, propondo como objetivo de sua intervenção prática consciente, a superação de todas as formas de antagonismo de classe. (MÉSZÁROS, 2004, p. 67 e 68)

Em outro momento de sua reflexão, Mézáros discorre sobre o desenvolvimento das ideologias emancipadoras que se forjaram em diálogo com a obra marxiana ao longo do século XIX e início do século XX, identificando no fim sangrento da Comuna de Paris em 1871, a distinção entre duas estratégias diametralmente opostas (Mészáros, 2004, p. 373), que a grosso modo nos arriscamos a caracterizar como:

1. A estratégia gradualista, (também conhecida como ‘social-democrata’), cujo maior expoente foi a social-democracia europeia do período abrangendo a crise da Segunda Internacional até a crise econômica dos anos 80. Esta macro-estratégia têm sido atualizada desde então com as perspectivas da Terceira Via, do Social Liberalismo e de uma variação de neo-liberalismo de esquerda.
2. A estratégia radical, (ou simplesmente ‘socialista’) de viabilização do socialismo pela conquista revolucionária do poder de Estado, que se generalizou pela periferia do capitalismo do pós-guerra. Esta macro-estratégia também passou por uma série de diversificações e reelaborações, desde os expurgos do stalinismo, passando pelas denúncias de Krushev até a crise das experiências de socialismo burocrático de tipo sociético. Seus defensores sofreram o impacto maior desta crise, exatamente por se recusarem a estabelecer compromissos histórico-estratégicos com a ordem capitalista. A crescente influência das elaborações de Gramsci e Rosa Luxemburgo, permitiu para a estratégia radical atualizações combinando a disputa de espaços institucionais com a luta extra-institucional e a afirmação do compromisso anticapitalista.

Conviveram no PT<sup>18</sup>, no período estudado, as duas macro-estratégias, gradualista e radical. As atualizações por que passaram os grupos vinculados a ambas alternativas estratégicas, estiveram em sintonia com a luta pela hegemonia no interior do partido, sofrendo os influxos internacionais predominantes de cada período histórico.

Esta distinção, portanto, nos será muito útil, para a caracterização do contexto enunciativo mais geral propiciado pelo desenvolvimento da luta interna do Partido dos Trabalhadores, assim como na análise de nosso objeto de pesquisa, os sentidos do socialismo no discurso do presidente Lula.

Ao fim dessa pequena síntese sobre o debate acerca do conceito de ideologia, reafirmamos uma leitura específica que busca privilegiar o movimento dialético entre as categorias do mundo real e os conceitos teóricos científicos sem, contudo, romper com os princípios da precedência do mundo material esboçado na construção filosófica de Marx em sua crítica a Hegel.

Objetivamos, deste modo, recusar as leituras reducionistas da tradição marxista de pensamento, críticas ou defensoras, que privilegiam uma causalidade mecanicista que supervaloriza a determinação, na qual não há possibilidade para a autonomia relativa, das formas de construção políticas, ideológicas, culturais e morais, e os sistemas de ideias gerados pelas classes em luta.

Procuramos afirmar a compreensão de um espaço de liberdade possível da política e da ação humana, coletiva e individual, assim como do papel criativo das ideias, dos complexos ideológicos e teóricos sobre o mundo real e não apenas a condição das determinações históricas, econômicas e sociais em última instância. Destacamos que as ideologias não podem surgir de si mesmas, como geração espontânea das ideias, mas elas nascem, dialogam e se desenvolvem em relação com o desenvolvimento humano e suas contradições.

Enquanto inerentemente presentes na vida dos grupos humanos, nas sociedades divididas em classes, as ideologias, por outro lado, interferem concretamente no mundo

---

<sup>18</sup> O autor afirma que para além de suas diferenças há um elemento de unidade substantiva, “o fato de que em *ambas*, foi relegada a segundo plano a exigência marxiana original de subordinação estrita de qualquer movimento político, como um *meio*, ao objetivo central da emancipação econômica das classes trabalhadoras, a qual seria levada a cabo com a transformação radical da divisão do trabalho historicamente estabelecida” (grifos do autor). Este é uma perspectiva válida sobre o debate estratégico, contudo desviaria o foco da nossa reflexão que se dá em um período de aprofundamento das diferenças entre as duas macro-estratégias, gradualista e radical, levando inclusive a rompimentos políticos, como os vivenciados pelo próprio PT.

real, fortalecendo ou enfraquecendo os projetos de dominação, de emancipação ou de adesão negociada presentes na disputa política dessas sociedades.

## **1.6 IDEOLOGIAS ORGÂNICAS, SINCRONICIDADE E INTELLECTUAL COLETIVO**

Entre as várias formulações de Marx e Engels que adquiriram notoriedade, figura a compreensão de que nas sociedades nas quais as classes se dividem, fundamentalmente, pela posse ou não dos meios de produção, a classe dominante materialmente é aquela dominante espiritualmente, pois além de possuírem os instrumentos e meios para a produção das ideias dominantes, essas ideias são a expressão utópica das relações materiais que sustentam o seu domínio.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (MARX, 1979, p. 72).

Assim, os indivíduos que constituem a classe dominante predominam, tanto no exercício do poder econômico, político e militar, quanto predominam também em vários campos da produção das formas de pensar, sentir e valorar as práticas sociais, determinando:

[...] todo o conteúdo de uma época histórica... dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e distribuição de ideias do seu tempo (MARX, 1979, p. 56).

Desta forma, a produção das ideias encontra-se contactada organicamente e historicamente com o conjunto do todo social, no qual estas ideias são produzidas. Em outras palavras, não se trata de considerar que as ideias são a reprodução imediata, mecânica ou reflexiva, das condições materiais de produção e reprodução da vida, dada uma posição social em um determinado período histórico.

Trata-se, isto sim, de compreender que as ideias surgem no interior de um campo de possibilidades econômico, social, filosófico, ideológico e político construído historicamente. E que essas ideias surgem, em muitos casos, em sincronia com o objetivo de interpretar, agir e modificar a concretude das coisas do mundo, assim como as formas de consciência sobre esse mesmo mundo e o campo de possibilidades interpretativas nele presente.

Esta sincronia possui um componente histórico, pois as ideias são formuladas pelos indivíduos e grupos sociais para compreender e agir sobre um mundo já existente, que lhes precede e lhes escapa, através de suas múltiplas relações.

Esta sincronia também possui componentes sociais, dado o fato perceptível de qualquer ponto de vista, de que algumas ideias voltadas para a compreensão e ação, no e para o mundo, compartilham entre si diversos pontos de contato, nos mais variados aspectos. Mais do que o fazem com outras ideias de outros indivíduos, grupos e classes.

Para exemplificar este raciocínio podemos comparar duas ideias-força que possuíram protagonismo político, social e cultural no séc. XX: de um lado a ideia da supremacia racial branca, e de outro lado, a construção do socialismo como superação da sociedade capitalista.

No alvorecer do séc. XXI, em que nos encontramos, muitos ainda podem acreditar piamente que a base do sucesso econômico das sociedades do capitalismo central, exceto o Japão, está na sua composição étnica predominantemente branca<sup>19</sup> e podem empenhar-se no desejo de que é possível comprová-la cientificamente.

Porém, a associação com a barbárie nazista estará sempre presente em nosso período histórico, pesando sobre os formuladores dessa plataforma de compreensão do mundo, como uma marca de indignidade profunda, frente a qual não há outro caminho do que a tergiversação. Pelo menos enquanto a humanidade lembrar-se dos horrores da segunda guerra mundial...

Mesmo aqueles que acreditam nisso, estão historicamente constrangidos e necessitam criar subterfúgios para manter e expor parcelas de suas visões de mundo.

Do mesmo modo, no outro pólo, entre aqueles que não aceitam o vaticínio da insuperabilidade histórica do capitalismo e do estado moderno de corte liberal e conteúdo de classe burguês, e acreditam na possibilidade concreta de sua superação histórica em perspectiva socializante,<sup>20</sup> por sua vez também sofrem de um outro tipo de constrangimento histórico: a necessidade de criticar os equívocos e absurdos presentes na experiência do socialismo burocrático de corte stalinista. Ambos os casos, são

---

<sup>19</sup> Utilizaremos esta terminologia formal tradicional, branco, negro, indígena etc., dado que ela se adequa ao exemplo que pretendemos utilizar. Muito embora, do nosso ponto de vista, essas leituras de corte racial, não sejam tão adequadas quanto parecem, por apagar diferenças culturais, históricas e políticas, no interior do mesmo fenótipo racial, branco, negro, indígena, oriental, etc. a depender do contexto e do local onde são formuladas.

<sup>20</sup> Perspectiva do intelectual frente às realidades do período atual da globalização pós-guerra fria, conforme expressado verbalmente por Milton Santos no documentário dirigido por Silvio Tandler: “Encontros com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá” (ano de produção: 2006; duração: 89 minutos; distribuidora: Caliban Produções Cinematográficas Ltda).

exemplares da necessidade de sincronia histórica das ideias e plataformas voltadas para a compreensão e ação no mundo concreto.

Contudo, não há exemplos em nenhuma parte do mundo, da existência de alguma forma de combinação programática entre a ideia de supremacia racial, orientada por qualquer fenótipo existente, e o programa socialista de superação do capitalismo e a construção da sociedade de homens e mulheres livres. Como eles poderiam associar-se livremente, se a humanidade for dividida entre poderes diferentes de ordem biológica?

Além do problema lógico, a questão de fundo é que a afirmação de um programa social do poder de uns sobre os outros, justificada pelo componente fenotípico racial, é socialmente mais viável, nos espaços sociais nos quais a assimetria de poder é um dado tido como natural, inquestionável. Mais precisamente entre as classes dominantes, que reproduzem formas de consciência reificadoras da sua condição protagônica e os setores subordinados e associados aos seus interesses e aos valores de sua hegemonia.

Quando ideias assim se disseminam pelo conjunto da sociedade, o fazem sob uma combinação intensa de coerção, esmagamento dos opositores e ausência de alternativas, a ponto de serem aceitas – mas não incorporadas integralmente – como uma condição de sobrevivência social. Neste caso, além do nazismo, podemos citar a escravidão africana e indígena nas Américas. No caso desta, a aparente apatia e passividade combinou-se com diversas lutas e enfrentamentos que ao longo da história desses povos permitiu a sobrevivência de diversas práticas de resistência cultural, simbólica e política.

Não há pontos de contato programáticos e metodológicos possíveis entre a ideia de supremacia racial e o programa comunista de fim da exploração do homem pelo homem. Não compartilham entre si semelhanças de família.

Acaso a ideia de supremacia racial viesse a prevalecer como alternativa programática e plataforma de ação anticapitalista, dado o seu caráter antiuniversal, rapidamente tenderia a gerar formas diversas de afirmação despótica de poder e apropriação da riqueza socialmente produzida, inviabilizando, na prática, a afirmação dessas semelhanças e a construção de uma plataforma comum.

O exemplo do partido nazista alemão é útil nesse aspecto, dado que, para ampliar o seu espaço político e combater os comunistas, socialistas e social-democratas em suas bases operárias, utilizava um discurso de crítica difusa aos liberais e à sua forma de organização do Estado e da sociedade. No entanto, essas inflexões antiliberais nunca vieram se tornar oposição em relação à aceitação do capitalismo como modo de produção, seus princípios como a propriedade privada e seus valores.

Portanto, voltando à questão das ideologias que predominam historicamente, podemos afirmar que as ideias que compartilham muitos pontos de contato e processos de construção metodológica entre si, podem ser consideradas enquanto portadoras de determinadas semelhanças de família. Quando essas semelhanças ocorrem em relação aos interesses e valores de uma classe, podemos afirmar que são produzidas tanto em função dos aspectos inerentes à sua condição material e posição social, quanto em relação direta com as outras classes às quais esta classe se defronta, seja em posição de autoridade ou de submissão.

O mesmo se dá em relação às formas da organização política do conjunto da sociedade – seja um Estado, uma cidade autônoma, ou um império. No caso das classes dominantes, por sua vez, essas formas de organização política assumem também o papel de ser a sua representação ideal, símbolo e altar da superioridade dos seus interesses políticos e sociais predominantes.

Desta forma, a luta entre as classes com interesses opostos e/ou contraditórios possui no campo das representações ideológicas uma arena privilegiada, pois,

[...] cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela, é obrigada, apenas para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse comunitário de todos os membros da sociedade, ou seja, sua expressão ideal: a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais e universalmente válidas (MARX, 1979, p. 58).

A questão essencial neste ponto, seria a distinção entre aquelas ideologias historicamente orgânicas, por adquirirem a característica de narrativas necessárias à vida estrutural da sociedade, em contraste com aquelas vistas como arbitrárias, ou simplesmente desejadas.

Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. [...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1978, p. 63).

As ideologias orgânicas ganham tal importância para o seu grupo social e para o conjunto da luta ideológica na sociedade, exatamente porque passam a identificar-se

com os diversos aspectos da *praxis* e da experiência cultural humana, quando mediados pelo gesto da compreensão racional.

O grupo, ou a classe, reelabora intelectualmente a sua experiência coletiva através desta ideologia, assim como seus adversários e inimigos doravante possuem na ideologia adversária, novos elementos cognitivos para compreender e interpretar o seu oponente. A perda ou o abandono por um grupo de sua ideologia orgânica aproxima-se, no terreno da batalha das ideias, a uma rendição incondicional, situação na qual o oponente perde a autonomia sobre seus interesses fundamentais.

A batalha das ideias para a conquista e manutenção da autonomia dos grupos sociais adquire grande importância na reflexão teórico-política de Gramsci. Nela, os sistemas de crenças e as filosofias espontâneas são vistas como elementos presentes nas atitudes humanas, mesmo que de modo heterônomo e fragmentário, revelando um pensar disperso e acrítico dos indivíduos em sua prática social cotidiana.

Este cenário – exemplar da consciência do trabalhador manual em momentos iniciais de seu desenvolvimento histórico político enquanto classe social em si – reifica a sua aparente incompetência filosófica e inaptidão intelectual. Extrapola os elementos de conformismo com a estrutura social existente e conseqüentemente, reafirma sua posição subordinada dentro desta, terminando por relegar para outros setores sociais, classes e indivíduos as responsabilidades pela organização racional superior de sua experiência.

Por esse motivo, quando um grupo social inicia o desenvolvimento de uma concepção própria, mesmo que embrionária e insuficiente em um primeiro momento, tomará emprestado concepções de outro grupo dada a sua subordinação política e/ou filosófica. As contradições não tardam a aparecer, e a decisão de construir uma visão de mundo crítica e consciente recuperando assim a autonomia do pensar, transforma-se em atitude política, o que lhes cobra o diálogo com outras construções filosóficas distintas e críticas aos elementos reprodutores do senso comum e de sua base material.

Desta forma, na visão de Gramsci, a constituição de uma nova cultura, de um novo corpo de ideias e valores próprios à experiência das classes subordinadas e constrangidas à venda da sua força de trabalho, passaria pelo diálogo com a teoria crítica à sociedade de classes. Isto porque a sedimentação histórica da experiência secular desta luta possui, no campo da construção filosófica, um momento privilegiado de sistematização crítica e autoconsciente, em um nível mais elaborado que o senso comum e a religião.

O grande desafio teórico ao marxismo, seria a construção de uma teoria que produzisse e ajudasse a constituir vínculos orgânicos entre a consciência fragmentária – presente ao nível do senso comum cotidiano das classes oprimidas – com os níveis mais elaborados da crítica filosófica. Para isso enfrentar esse desafio teórico, Gramsci lança mão da ideia de intelectual orgânico.

Em sua formulação Gramsci compreende que o papel do intelectual orgânico é desenvolver ao máximo o potencial da *praxis* da classe, o que significa combater o que existe de regressivo e negativo na consciência empírica do povo – o senso comum – visto como agregado caótico de concepções díspares, zona catalizadora de experiências conflitantes e em geral retrógradas. Certas concepções folclóricas refletem importantes aspectos da vida do povo, no entanto não deveriam ser romantizadas, pois combinam contraditoriamente aspectos progressistas e conservadores presentes na consciência popular.

Frente a isso, seria necessário não uma concordância paternalista/populista de modo global com a consciência popular, mas sim, o empenho na construção de uma nova cultura e de uma nova filosofia lastreada em seus elementos progressistas, assim como no combate permanente aos sedimentos opressivos acumulados historicamente, e as formas adaptadas e legitimadoras do bloco social dominante.

A função dos intelectuais orgânicos, em outras palavras, é forjar os vínculos entre ‘teoria’ e ‘ideologia’, criando uma passagem em ambas as direções entre a análise política e a experiência popular. E o termo ideologia, aqui, ‘é usada em seu sentido mais elevado, de concepção do mundo implicitamente manifestada na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida individual e coletiva’. Tal ‘visão de mundo’ cimenta um bloco social e político, mas como um princípio de unificação, organização, inspiração do que como um sistema de ideias abstratas (EAGLETON, 1997, 111).

Isto é o oposto de certa concepção em voga do papel do intelectual, típico da burguesia moderna pós-revolução francesa e atualmente pós-modernista, que se crê independente da vida social e da história, acreditando não mais possuir vínculos orgânicos com valores e plataformas que correspondiam à época de ascensão de sua classe.

Por sua vez, o grande desafio político seria desenvolver agremiação que cumprissem o mesmo papel de amálgama, síntese e potencialização das forças sociais das classes subalternas, possibilitando o convívio entre os diversos setores interessados, objetiva e subjetivamente, na transformação da ordem capitalista.



A visão de partido em Gramsci, tal qual um intelectual orgânico coletivo, passa a incorporar mais explicitamente a dimensão da disputa de ideias, não só voltada para o conjunto da sociedade, como também direcionada aos elementos particulares e coesionadores da experiência social das classes subalternas; em outras palavras, a política em sua dimensão de luta social, convive com as dimensões cultural, simbólica e educativa, caracterizando uma disputa de hegemonias conflitantes na sociedade como um todo, inclusive entre as classes subalternas.

O predomínio da ideologia da classe dominante sobre as demais classes e ideologias, possui em nosso momento histórico, a marca do pensamento burguês como uma

[...] barreira intransponível, já que seu ponto de partida e o seu fim são sempre, mesmo inconscientemente, a apologia da ordem existente das coisas ou, pelo menos, a demonstração da sua imutabilidade (EAGLETON, 1997, p. 61).

Desta forma, o balizamento ideológico, orientado pelas referências à apologia da organização social e à sua imutabilidade, revela, ao mesmo tempo, o grau de aceitação de uma dada hegemonia de classe no conjunto social, assim como, as potencialidades e limites das alternativas contra-hegemônicas presentes e ativas no cenário político.

Enquanto perfazem concepções de mundo distintas e que disputam entre si pela hegemonia da sociedade, as ideologias dos setores dominantes e dos setores dominados informam-se mutuamente, se constroem e desconstroem em permanente disputa.

Na mesma medida que se afirmam e se negam dialeticamente uma à outra, assim o fazem, em relação à arena política concreta e aos valores e ideias presentes e intercambiáveis no todo social. Ou seja, assim como é correto afirmar no interior da tradição marxista de pensamento, que a realidade material determina as condições concretas frente às quais os homens e mulheres desenvolvem as suas potencialidades; também é correto afirmar que a totalidade concreta de uma sociedade, em determinado momento de seu desenvolvimento histórico é, objetiva e subjetivamente, influenciada pela luta ideológica entre os segmentos sociais em disputa por hegemonia em seu interior.

## **1.7 BLOCO HISTÓRICO, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA**

O conceito gramsciano de bloco histórico também é de importância proeminente para a nossa pesquisa. Enquanto um conceito analítico, não se confunde com a ideia de

alianças eleitorais ou de uma coligação para a ocupação de espaços de poder. Refere-se a uma questão teórica central do marxismo: a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia.

Gramsci, mais uma vez, continua seu embate contra as formas de se conceber a realidade social e política originadas de quaisquer visões deterministas e mecanicistas, principalmente aquelas situadas no interior do marxismo. Para ele, não existe uma estrutura que mova de modo unilateral o mundo superestrutural das ideias, não há uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico<sup>21</sup>.

Na concretude histórica, haverá convergência concreta entre os dois níveis, que se resolvem, ou seja, se desenvolvem praticamente e se pode conceber teoricamente, em uma “unidade real”.

Isto acarreta na dificuldade atual de se estabelecer concretamente quais os limites propriamente ditos de ambos os conceitos, por exemplo no caso dos grandes meios de comunicação de massa, que estão a um só tempo, na infra-estrutura e na superestrutura das nossas sociedades.

Infra-estrutura e superestrutura, entendidas em si mesmas de forma separada e estanque, perdem potência política, pois tendem a se relacionar de modo determinista e mecanicista, perdendo contato com o desenvolvimento real das forças produtivas, por um lado e, por outro lado, tendendo a vislumbrar o desenvolvimento da política e da cultura somente idealista.

Podemos dizer ainda que: mesmo sendo objetivamente identificável, trata-se de um movimento no interior da história, não de uma realidade externa à história e situada abaixo dela. Por isso, a política deve levar em conta as tendências de desenvolvimento da estrutura, mas isso não significa que todas elas devam necessariamente se realizar. Ou, por outro lado, de que todas as tendências que se realizam se originam exclusivamente na infra-estrutura.

Ao analista, científico e militante, trata-se, ao contrário, de captar as diversas possibilidades inscritas no decurso do movimento histórico, assim como suas contradições e limites. Existe, ao contrário, uma “reciprocidade necessária” entre estruturas e superestruturas, uma “reciprocidade que é precisamente o processo dialético real”.

---

<sup>21</sup> ZANGHERI, disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=632&page=visualizar>>.

Os conceitos de infra-estrutura e superestrutura compreendidas como formas de manifestação e movimento do todo social que se informam dialeticamente constituindo o bloco histórico das classes dominantes, em contradição com as alternativas contra-hegemônicas presentes em uma dada sociedade, contribuem decisivamente na contemporaneidade para a manutenção da eficácia analítica do paradigma marxista<sup>22</sup>.

Feita a contextualização desta reciprocidade, podemos afirmar que a organização objetiva da divisão social do trabalho da sociedade de classes em nossa formação histórica capitalista, configura o cenário básico no interior do qual os blocos de classe, segmentos sociais e seus instrumentos políticos e ideológicos, se constituem e formam suas alianças e rivalidades, de modo a conformarem objetivos comuns visando a conquista e o controle dos espaços de poder político.

Cada agremiação com objetivos explicitamente políticos, seja na forma de um partido, ou associação política das mais variadas características, possuem relações orgânicas – conscientes ou não – com uma ou algumas das classes e/ou segmentos de classe organizadas em pontos específicos da infra-estrutura desta sociedade e, através de suas práticas – principalmente as discursivas – tenta angariar sempre um número maior de apoiadores.

Para além das inúmeras especificidades das suas narrativas políticas e ideológicas, cada uma destas agremiações políticas se posicionam e se apropriam livremente das pautas políticas e agendas derivadas do modo de produção predominante, se organizando em torno de programas e propostas que ao longo da história dessa sociedade vieram se consolidando e se legitimando como alternativas viáveis de posicionamento político.

Seguimos a macro-análise de Mészáros, citada à página 25, que identifica três principais matrizes estratégicas de modo a perpetuar esta formação social, modificá-la ou a transformá-la revolucionariamente.

O que não significa que a pauta associada diretamente ao modo de produção seja a única digna de atenção, ou que a sua identificação matricial resolva as diferenças entre as diversas formas de agremiações políticas, uma vez que a multiplicidade de aspectos da vida social sempre pode ser reatualizada enquanto interesses e aspirações politicamente autônomas e divergentes.

---

<sup>22</sup> O que equivale dizer que a contribuição gramsciana vem sendo fundamental para a permanência da viabilidade teórica da tradição marxista de pensamento no campo das ciências humanas, uma vez que, em última instância é a eficácia interpretativa um elemento vital para a sobrevivência dos paradigmas teóricos complexos.

Entretanto, por mais autonomia que o espaço da política tenha em relação ao espaço da infra-estrutura, este será sempre um dos pilares fundamentais através dos quais se moverão os atores políticos e sociais, e em função dos quais se conformarão alianças e antagonismos, principalmente em momentos de crise. Em outras palavras, as novas questões e pautas que surgem no universo da luta política, mais dia, menos dia, são chamadas e se posicionam frente às formas objetivas de produção e reprodução da vida, oriundas da organização social do trabalho.

Em função de sua aceitação, se conformarão os blocos sociais dominantes na sociedade. Ao passo que, no campo de expectativas de reforma ou substituição daquela configuração de forças entre as classes, estarão aqueles que se organizarão com a perspectiva de lhe fazer frente e construir uma outra forma de organização política e social.

Quanto à organização e funcionamento do Estado, apesar da importância dos espaços de poder e, principalmente, dos meios de se garantir coercitivamente a obediência social em sua máxima expressão, nenhum grupo social em nenhuma formação histórica dotada de consistência e de futuro pode prescindir de uma expressão intelectual e moral, de um cimento de ideias e de valores.

Para Gramsci, o terreno privilegiado para a construção da hegemonia das classes dominantes, assim como da contra-hegemonia das classes subordinadas, nas sociedades modernas de perfil ocidentalizado, é o terreno da sociedade civil enquanto uma terceira esfera, que se diferencia tanto do universo do mundo da produção de mercadorias, quanto da esfera do Estado e seus mecanismos de coerção política, jurídica e militar.

Assim como se dá com outros conceitos do pensamento gramsciano, o conceito de sociedade civil possui uma forte dimensão histórica e se articula dialeticamente com as outras duas esferas, como pode ser notado em relação ao Parlamento, que é caracterizado ao mesmo tempo como espaço aberto à sociedade civil, estando, porém situado nos marcos da organização legal do aparato estatal.

A hegemonia assume uma conotação de direção política e ideológica, moral e cultural, que se soma ao controle das funções de domínio político, ou seja de coerção propriamente dita. Nessa medida, hegemonia não é homogeneidade, muito menos exclusividade de um ator social, ou bloco de atores, na arena política e sim o exercício concreto e cotidiano, de modo multidimensional, da prevalência de interesses, valores e visão de mundo de um conjunto social dominante, sobre os restantes conjuntos, subordinados ativamente ou passivamente.

[...] uma combinação de liderança (ou direção moral, política e intelectual) com dominação que é exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classe. [...] pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, através de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante (ALMEIDA, 2003, p. 28).

Pensar o exercício da política, e a própria viabilidade de uma organização social complexa e dividida em classes, sem o exercício frequente de algum espaço significativo de direção e consenso, é o mesmo que imaginar que um monarca poderia exercer eternamente o seu reinado somente recorrendo a natureza da besta, seja na força do leão ou na astúcia da raposa<sup>23</sup>; em outras palavras, seria imaginar uma situação sem paralelo na história, pois mesmo os regimes mais violentos e autoritários de que se teve notícia, de alguma forma, em alguma medida, mesmo que religiosa, mítica, simbólica ou cultural, possuíam áreas, ou temas, arregimentadores de consenso.

Podemos portanto afirmar:

[...] o que uma hegemonia estabelece é um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção através de um conjunto de atividades políticas, econômicas, culturais, simbólicas e ideológicas que organizam, operam e viabilizam o consenso<sup>24</sup>.

A perda da hegemonia cultural, ideológica ou moral, de uma classe ou bloco de poder, fazendo com que esses deixem de ser dirigentes e passem a exercer somente uma dominação está destinada à instalação de uma crise, que pode levar à decadência e ao colapso do poder desta classe ou bloco, ou à sua substituição por outra fórmula de dominação.

A possibilidade de perda de hegemonia parte da compreensão de que esta não é absoluta, mas como todas as formas de consciência, é relacional, portanto passível de predominar ou ser suplantada por um outro conjunto de valores, símbolos e ideias oriundos das classes outrora subordinadas; pressupõe a existência de forças e construções ideológicas contra-hegemônicas.

---

<sup>23</sup> “Ensinarão isso aos príncipes, em segredo, os antigos cronistas, que relatam o que se passou com Aquiles e com outros príncipes da Antiguidade, entregues aos cuidados do centauro Quíron, que os educou. É que isso (ter um preceptor metade animal, metade homem) significa que o príncipe sabe utilizar-se de uma e de outra natureza. E uma sem a outra é causa de instabilidade. [...] Precisa, portanto, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para atemorizar os lobos” (MAQUIAVEL, 2004, p. 108 e 109).

<sup>24</sup> TORTORELLA, disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=644>>.

Assim como assinala Eagleton (1997, p. 113) não interpretamos a formulação de Gramsci acerca do sujeito histórico da construção de um projeto societário socialista, como um sujeito absoluto. A nosso ver o sujeito histórico, seja ele a classe operária ou o conjunto das classes e grupos sociais que o compõe não é puro, uno e indivisível.

O sujeito histórico da prática contra-hegemônica, para ser minimamente eficaz, deve articular uma complexa aliança de forças sociais, perspectivas simbólicas, e pautas políticas unificadas em torno de um programa político comum, entretanto, diferenciadas por suas origens diversas quanto às lutas de resistência às múltiplas formas de opressão nas sociedades de classes: de gênero, étnica, internacional, regional, racial, geracional, de orientação sexual, etc.

A construção de uma contra-hegemonia passaria, portanto, por uma prática complexa que articulasse discursos, sensibilidades, lutas e programas diversos, porém conectados em sua utopia emancipatória. Neste processo, a sua dinâmica seria também relacional, não constituída de fora da experiência concreta. É no campo vivo da disputa política que o sujeito histórico se constitui, tendo na ação e na visão dos movimentos do seu antagonista, elementos constituintes, dialogicamente, da sua identidade, das suas ações e dos seus movimentos.

Qualquer classe hegemônica, escreve ele em Cadernos do Cárcere, deve levar em conta os interesses e tendências daqueles sobre os quais exerce o poder e deve estar preparada para soluções de compromisso nesse aspecto (EAGLETON, 1997, p. 113).

O bloco de classes e grupos sociais hegemônicos dialogam com os subalternos – não só no sentido de dar ordens – mas nesse também. Como em cada enunciação discursiva específica, o contexto é definidor dos interesses e da construção de sentidos que serão predominantes.

A luta pela hegemonia no conjunto da sociedade, a constituição de agremiações políticas para esta disputa, assim como para a afirmação de sistemas de ideias e valores emancipadores no interior das forças contra-hegemônicas, estão intrinsecamente vinculados com a constituição de ideologias autônomas, originadas e favorecidas por uma compreensão crítica de si mesmo. Esta é o resultado:

[...] da luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica entre (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva

autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso ‘distinção’, de ‘separação’, de independência apenas instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político-prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 1978, p. 21).

## 1.8 HEGEMONIA E PRÁTICA DISCURSIVA

Compreendemos discurso, em diálogo com a escola francesa da Análise de Discurso, como objeto sócio-histórico, produção de sentidos por um sujeito informado pela ideologia e construído historicamente, não apenas como emissão de um produtor para um receptor. Desta forma, o tratamento dado ao sujeito político não o concebe como a expressão da individualidade autônoma, uma vez que ele é informado permanentemente pelo interdiscurso político que o precede e o envolve, desta forma possibilitando, pelo jogo da memória e do esquecimento, a invenção ‘criativa’ dos termos da sua elaboração discursiva (ORLANDI, 2005; BRANDÃO, 2006).

Contudo, consideramos que os sujeitos políticos possuem, por definição, uma autonomia relativa para a produção de estratégias discursivas, que se pretendem eficazes e apropriadas aos seus objetivos políticos e estratégicos.

Os sujeitos do discurso político são, por essência, na sua *praxis* efetiva, construtores e reconstrutores, criadores e criaturas, derivados da história, da formação social, da cultura, das perspectivas ideológicas, dos seus enquadramentos simbólicos e dos caminhos tomados na luta política concreta na qual se insere no presente e que, pela sua ação, já está construindo para o futuro.

Em vista disto, compreendemos a “*discursividade como parte da prática ideológica dos sujeitos históricos*” (SOBRINHO, 2005, p. 5), destacando no interior dessas estratégias discursivas os seus elementos ideológicos, considerados como balizas norteadoras dos limites permitidos para a ação política, assim como escolhas racionais motivadas pelos programas políticos em permanente e inseparável luta.

A nosso ver, Bakhtin é muito feliz quando compara a palavra, átomo do discurso, com uma ponte que liga dois interlocutores na medida em que ela existe em função do diálogo em relação ao outro e em última instância, em relação à coletividade:

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui o *produto da interação do locutor e do ouvinte* (BAKHTIN, 2006, p. 117) (grifos do autor).

Compreendemos, então, o discurso político é como produto do diálogo entre atores e temas determinados em uma conjuntura específica a um determinado período histórico e seus eventos mais diretamente ligados, assim também com as formas específicas nacionais, regionais e locais através das quais as condições estruturais de uma determinada forma de produção se manifestam.

O contexto social no qual se insere, é inseparável das suas condições de produção, precisando ser identificado teoricamente pelo analista, dada a influência direta nos modos de favorecer a escolha de alguns interesses, em detrimento de outros interesses.

Haveriam dois momentos privilegiados para a compreensão dos contextos de enunciação dos discursos: o contexto mais amplo, no qual interagem com maior destaque os elementos estruturais, sociais, ideológicos e culturais sedimentados no tempo longo, no qual:

Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos ‘a cidade e o mundo’ através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito (BAKHTIN, 2006, p. 116).

O segundo momento privilegiado está vinculado ao tempo mais breve, no qual se condensam os elementos anteriores em maior velocidade, sob a pressão das situações conjunturais, dos acontecimentos fortuitos e as possibilidades de escolha e construção de grupos e indivíduos.

A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação (BAKHTIN, 2006, p. 117).



A situação na qual a enunciação ocorre é, antes de tudo:

[...] determinada da maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa; a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela. [...] A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo mais ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos de sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor (BAKHTIN, 2006, p. 118).

Vale a pena notar a semelhança de família dos conceitos utilizados por Mészáros e Bakhtin com relação aos contextos que interagem sob a produção das ideologias, assim como as semelhanças deste último com Gramsci, quando da reflexão sobre a atividade mental do eu em relação a nós e o movimento das formas de consciência da classe em si e para si, incluindo a crítica ao individualismo burguês<sup>25</sup>. Não temos condições nesta pesquisa de enfrentar o debate sobre o desenvolvimento das formas de consciência da classe trabalhadora brasileira tendo como foco seu principal instrumento político organizado neste período, o Partido dos Trabalhadores, mas acreditamos que os autores aqui citados podem ser muito úteis e instigantes para novas pesquisas que venham a surgir<sup>26</sup>.

O discurso político é produto do diálogo entre atores e temas determinados em uma conjuntura específica a um determinado período histórico e seus eventos mais diretamente ligados, assim também com as formas específicas nacionais, regionais e locais através das quais as condições estruturais de uma determinada forma de produção se manifestam.

Como afirmado acima, o contexto social no qual se insere o discurso, é inseparável das suas condições de produção, precisando ser identificado teoricamente pelo analista, dada a influência direta nos modos de favorecer a escolha de alguns interesses, em detrimento de outros interesses. Porém, a nosso ver, isso não elimina, muito antes oferece as condições de liberdade da prática política tomada em sua discursividade.

As nossas referências anteriormente assinaladas no campo da afirmação da dialética enquanto discurso de método, nos levam a essa posição de certo afastamento em relação

---

<sup>25</sup> Chama a atenção a pouca circulação dos conceitos formulados por Bakhtin entre a esquerda brasileira, ficando este praticamente restrito aos profissionais das áreas de Letras e Linguística.

<sup>26</sup> Acreditamos estar prestando uma contribuição para esse debate, mesmo que parcial, ao focarmos as formas de enunciação e os sentidos do socialismo produzidos na prática discursiva do presidente Lula.

à utilização mais rígida das metodologias próprias à escola francesa da Análise de Discurso, dada a profunda influência althusseriana que a caracteriza, apesar de todas as contribuições que esta escola trouxe e podem ainda trazer ao campo das ciências humanas e sociais.

Nossa distinção fundamental reside na consideração de ideologia como algo de tamanho poder e anterioridade às construções humanas, que o espaço de liberdade da ação política, quase desaparece sobre os condicionantes estruturantes à produção da linguagem e das práticas discursivas.

Para além de toda a consideração estrutural e situacional exposta acima no pensamento de Bakhtin, sobre os contextos de produção do discurso, na qual nos referenciamos, acreditamos ser necessário colocar em relevo as possibilidades e as escolhas estratégicas e táticas dos sujeitos históricos e seus agentes políticos concretos, sob pena de compreender a política como mera derivação causal da dinâmica estrutural, não mais apenas econômica, mas enriquecida agora com a ideologia.

No caso específico dos partidos que se pretendem agentes da construção contra-hegemônica, é fundamentalmente necessário compreender que seus discursos, movimentos e posições políticas constroem trajetórias de liberdade de escolha, pois determinadas opções, no interior de um campo específico de possibilidades históricas concretamente disponíveis. Principalmente, quando analisamos períodos de crise ideológica e política entre as classes subordinadas, como é o caso do contexto internacional pós-URSS.

Não significa considerar que o discurso seja totalmente transparente, e isento dos processos sociais e históricos que determinam as condições de sua enunciação. Apenas que não é correto tratar os discursos dos sujeitos históricos e seus agentes políticos organizados como derivação direta, causal e mecânica de uma condição de classe, ou de uma determinada situação conjuntural e situacional.

Enquanto construção e prática ideológica, o discurso o faz mais explicitamente quando se refere à plataformas programáticas, políticas públicas específicas, orientações e diretrizes de ações coletivas do governo, programas econômicos, metas de desempenho ou orientações similares. Neste campo, o discurso político é mais facilmente perceptível em sua carga de condicionantes hegemônicos ou de afirmação contra-hegemônica, tornando-o mais passível de uma identificação direta.

Por sua vez, no campo da afirmação e negação dos símbolos e significantes associados aos projetos em disputa, os discursos políticos não oferecem tanta clareza,

podendo estes símbolos serem utilizados na contramão das atitudes concretas dos sujeitos políticos. Este aspecto não elimina a importância da análise sobre os sentidos subjetivos associados aos projetos de sociedade por dois motivos:

Em primeiro lugar, porque a eficácia discursiva não está, somente, associada à verificação prática dos elementos de seu enunciado. A importância que um discurso pode possuir não deve ser medida somente pela régua de sua comprovação empírica, mas também pelo impacto subjetivo e objetivo que a sua enunciação pode produzir sobre as pessoas em um determinado contexto.

Sem desmerecer a possibilidade de sua comprovação empírica como discurso voltado para a prática, devemos afirmar contudo que a força simbólica do discurso, em alguns casos, ou o seu impacto para a produção de sentidos em relação às práticas sociais e políticas concretamente viáveis, está em função mesma da sua inveracidade material<sup>27</sup>.

Em outras palavras, a produção de sentido para outrem, através do discurso, por si só possui impacto social e, conseqüentemente, produz a validade para a sua análise, mesmo que os sentidos produzidos não sejam autênticos, verdadeiros ou sinceros.

Em segundo lugar, os sentidos do discurso são importantes enquanto objeto de análise, também enquanto um demonstrativo, parcial porém real, da dinâmica social e política dos sujeitos em relação aos projetos de sociedade afirmados e rejeitados. Em outras palavras, como marcas da trajetória política desses sujeitos ao longo da história de uma sociedade, entre a sua afirmação como parte do bloco das classes dominantes, ou como parte dos setores contra-hegemônicos.

São, portanto, passíveis de interpretação em função daquilo que os seus formuladores expressam em termos da sua possível identidade com a manutenção da hegemonia dominante ou com a construção de um projeto contra-hegemônico.

O fato de que o discurso político seja o resultado da escolha de uma plataforma programática em diálogo com outras plataformas e em conflito aberto com as demais; o fato decorrente da adoção e legitimação de determinadas políticas públicas, programas econômicos, particulares orientações e diretrizes para a ação coletiva; e adote, ou não,

---

<sup>27</sup> Este é o caso em geral das afirmações ideológicas dominantes, como por exemplo a defesa da livre iniciativa, que possui amplo espectro social que o defende, no entanto a posse dos meios de produção continua a ser de uma minoria da população. Sua validade não depende da ampliação do número de proprietários, mas sim, entre outros elementos, da produção da esperança entre as maiorias, de que um dia, eles deixem a sua condição de explorado e venham a ser, exploradores.

metas de desempenho econômico ou superávit estrutural; revelam muito do caráter e do “conteúdo social concreto”<sup>28</sup> dos interesses políticos escolhidos como válidos.

O raciocínio de Bakhtin, se enquadra perfeitamente para justificar e entender a importância do discurso como indicador das transformações políticas de grupos, ainda quando estas estão em processo e pouco amadurecidas.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 2006, p. 42) (grifo do autor).

O discurso político revela, portanto, além de seu conteúdo dirigido para a ação, um diálogo entre interesses possíveis e plausíveis no interior daquele grupo social. Sempre um diálogo específico de um sujeito político defronte as várias alternativas e os seus correspondentes valores, teorias e normas aplicáveis e condizentes aos interesses em jogo, ou das classes dominantes, ou aos grupos subalternos.

Se devo persuadir de que é do seu interesse que eu seja interessado, então só poderei ser efetivamente interessado se me tornar menos assim. Se os meus interesses, para florescerem têm de levar em conta os seus, então serão redefinidos com base nas suas próprias necessidades, deixando assim de identificar-se consigo mesmos. Mas os seus interesses também deixarão de identificar-se com consigo mesmos, uma vez que agora foram retrabalhados de modo a serem alcançados somente a partir da matriz dos meus. Um exemplo ilustrativo desse processo é o Estado político. Para o marxismo, o Estado é fundamentalmente um instrumento de poder da classe governante; mas é também um órgão pelo qual essa classe deve moldar o consenso geral no âmbito do qual seus próprios interesses possam melhor prosperar. Esse último requisito leva o bloco dirigente a negociar com as forças antagonistas dentro da arena do Estado de modos que nem sempre são compatíveis

---

<sup>28</sup> A expressão ‘conteúdo social concreto’ na forma utilizada pelo autor, e adotada neste trabalho, visa colocar em relevo, para além da identificação formal dos conceitos através de oposições binárias, do tipo “diferença-identidade, pluralidade-unicidade e marginal-central” a contextualização dos impactos e usos políticos, econômicos e sociais, entre os diversos agentes políticos e conjunturas históricas específicas (EAGLETON, 1997, p. 117).

com seus próprios interesses a curto prazo (EAGLETON, 1997, p. 61).

Cada discurso político reitera um diálogo particular de força, persuasão e convencimento, que, em si mesmo, legitima uma matriz de interesses implicitamente dada. Esta matriz é adotada mesmo que de maneira inconsciente ou não explícita, pela aceitação normativa, pela aceitação pragmática, pela resistência passiva ou pela resistência ativa frente à legitimidade dos governantes e da manutenção da sua ordem social.

É neste campo que se constrói, em grande parte, a hegemonia das classes dominantes, através da capacidade de combinar, pelos seus agentes diretos, subordinados e aliados no interior do bloco histórico, matrizes de interesses negociadas, as mais diversas. Mas que resultam, ao fim e ao cabo, na legitimação da ordem social e na manutenção de seus interesses fundamentais.

A hegemonia, portanto, é sempre dinâmica e difusa, perene e estrutural, apresenta-se como uma montanha intransponível nos períodos de estabilidade, mas se desfaz como um castelo de areia em situações revolucionárias. É ao nível do discurso, e através dele enquanto prática ideológica por excelência, que a matriz de interesse favorável à hegemonia presente em cada formulação política é compreendida, elaborada e reificada racionalmente.

Não importando se isso é feito de forma racionalizante, ou como erro, mito, falsificação, ou verdade. Deste modo, os processos de hegemonia e contra-hegemonia, de avanço e recuo político das classes subalternas e das classes dominantes possuem, ao nível do discurso, uma de suas dimensões fundamentais, que podem servir como sinalizador de importantes processos que ainda estão em curso, mas que não lograram amadurecer suficientemente. Daí sua importância para a compreensão e interpretação dos processos que interferem na composição social dos blocos sociais mais amplos.

## **1.9 O PROJETO SOCIALISTA E O TRANSFORMISMO**

Podemos tratar agora de um conceito também fundamental na obra de Gramsci, o transformismo. Alfio Mastro Paolo (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1995, p. 1259) identifica a origem do termo transformismo com o discurso de Agostinho Depretis de 1876, após a substituição da direita histórica pela esquerda na liderança da Itália que viria governar o seu país após a unificação. Seu argumento era carregado de

positividade na medida em que apontava uma unificação com as forças liberais geradora de condições para enfrentar os problemas que se abriam na nova situação política italiana. Rapidamente, o termo transformismo se reveste de negatividade na medida em que a fecunda transformação passa a indicar

[...] um novo tipo de prática parlamentar, entre a maioria e a oposição, na corrupção elevada à condição de recurso político fundamental, na frequente passagem de homens políticos de um setor parlamentar para outro ou de partido para outro. Mais genericamente, no transformismo será identificado o sintoma de um Estado patológico de todo o sistema parlamentar, a causa de sua ineficiência e ineficácia como centro nevrálgico do sistema político, da sua incapacidade em estabelecer alinhamentos definidos e compactos, maiorias estáveis e oposições responsáveis. No futuro, com a ampliação do sufrágio e a afirmação dos grandes partidos de massa, o mesmo termo será adotado para indicar os complexos jogos de equilíbrio, as mudanças menos previsíveis de opinião e as coalizões aparentemente menos coerentes que ainda hoje, especialmente com a tendência imposta aos partidos pelas regras da competição eleitoral, e para confundir a própria especificidade e para transformar-se em partidos ‘acolhe-tudo’ (Kirchheimer), nos caem frequentemente debaixo dos olhos (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1995, p. 1259).

Essa visão do transformismo como fenômeno restrito à esfera dos comportamentos políticos parlamentares em suas dinâmicas eleitorais, estão presentes na base dos fenômenos aos quais Gramsci se refere quando elabora e constrói o seu sentido particular de transformismo. No entanto, como veremos adiante, para esse autor o transformismo é um fenômeno político e social muito mais complexo e abrangente do que meramente restrito a dinâmica do sistema político partidário *stricto sensu*.

Destarte a sua utilização em um contexto político e histórico particular, o transformismo enquanto conceito teórico permanece válido, a partir da sua compreensão mais ampla como um mecanismo de integração hegemônica ao bloco de poder das classes dominantes, dos setores sociais identificados inicialmente como portadores de visões de mundo e plataformas políticas contra-hegemônicas, ou tradicionais.

Sua absorção gradual pelo campo ideológico e político das classes possuidoras, independentemente dos mecanismos utilizados para esse fim, em geral passam pela abrogação das antigas crenças e a adesão às teses anteriormente criticadas. O aspecto de sua enunciação discursiva, em geral, é um dos elementos pelos quais este processo se caracteriza, uma vez que não há como se realizar, sem a rejeição explícita, ou implícita, dos valores anteriormente defendidos.

Muito embora causem alguma estranheza, estupor ou indignação este processo em geral leva à crise e desorganização política e teórica do campo contra-hegemônico, particularidade denominada por Gramsci de decapitação intelectual política, em geral redundando em graves consequências para a organização política autônoma dos grupos antagonistas ao *status quo*, por um período frequentemente muito longo.

O transformismo de um grupo político não ocorre em termos abstratos, é uma adaptação ao modo de reprodução sócio-metabólica do capital predominante no seu contexto histórico específico, por isso ele traz as características centrais da fase do desenvolvimento econômico e social da sociedade na qual este grupo está inserido.

[...] o transformismo é um dos aspectos da dimensão política da relação entre os ‘grupos sociais’ no capitalismo, um dos mecanismos ordinários da hegemonia burguesa. [...] absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos<sup>29</sup>.

Os partidos da 2.<sup>a</sup> Internacional que aderiram à 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial tornaram-se, no seu decorrer, segundo formulação de Lênin, nacional-chauvinistas, por abandonarem o internacionalismo proletário e a defesa da autodeterminação dos povos. Característica que continuará durante o processo de descolonização posterior à 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, gerando contradições entre esses partidos e movimentos de libertação nacional. Em outras palavras, o transformismo nos países centrais, no período histórico do domínio do capitalismo financeiro, cuja expansão passava pelo controle imperialista dos mercados periféricos (LÊNIN, 1986), contribuiu decisivamente para que amplos segmentos das classes trabalhadoras abandonassem ou silenciassem frente à luta anti-imperialista.

Na periferia do capitalismo, seria ilusório considerar que a principal característica do processo de adaptação dos partidos da social-democracia dos países centrais se repetisse mecanicamente. Pela condição estruturalmente diferenciada dessas sociedades, o transformismo dos partidos operários democráticos e socialistas da periferia, tenderá a significar a adesão a programas de unidade nacional sob a lógica de manutenção da condição periférica de subserviência aos países centrais do capitalismo.

Apesar da existência de características similares entre os processos de adesão da social democracia no centro do capitalismo e na sua periferia, a busca pela construção

---

<sup>29</sup> GRAMSCI *apud* COELHO, 2005.

de paralelismos mecânicos, ou vaticínio absolutamente irreversíveis tende a ser inócua. Forçosamente haverá traços distintos entre elas. No entanto podemos fazer uma referência a uma hegemonia da plataforma social democrata e reformista em partidos de origem socialista ou ainda formalmente identificados com o socialismo, mas que progressivamente trilharam caminhos de afastamento e negação da ideia de ruptura com a ordem do capital e a construção de uma nova sociedade.

Nestes termos, a social democracia na periferia, sob a égide do neoliberalismo, amadurece e consolida seu processo de transformismo e adere ao bloco de poder, não tendo como fugir à articulação concretamente construída entre opções econômicas e opções políticas deste modelo. Logo, o transformismo da social democracia periférica é incisivamente marcado pelo modelo de acumulação hegemônico no período histórico no qual se dá seu amadurecimento, mesmo que seu discurso e sua identificação formal se recusem a admitir.

Na periferia, como as condições concretas da reprodução do capital não favorecem à universalização de direitos e à constituição de sociedades de bem-estar, o trajeto do transformismo que leva das pretensões reformistas clássicas às realizações do Consenso de Washington é, em si mesmo, o trajeto da impossibilidade política da realização do seu programa original<sup>30</sup>. Ou bem a social democracia adere à macroeconomia hoje hegemônica para consolidar seu processo de transformismo e adesão ao bloco histórico das classes dominantes, ou bem continua lutando por seu programa reformista original e não realiza sua inclusão neste “banquete”.

No entanto, independentemente das latitudes e dos termos da adesão ao bloco social dominante de cada agremiação política específica que um dia orientou-se pela macroestratégia do socialismo radical, e depois se transformou em defensora da macroestratégia gradualista ou social-democrata<sup>31</sup>, este processo em geral é visto como o desenvolvimento natural das coisas, o amadurecimento das pessoas, ou a comprovação das qualidades inerentes do modo de produção capitalista.

---

<sup>30</sup> Seguindo essa linha de raciocínio influenciada por Florestan Fernandes, podemos afirmar que só uma mudança estrutural na condição periférica ou o patrocínio direto por razões geopolíticas pelos países centrais do capitalismo, pode reabrir uma janela de oportunidade para um programa reformista clássico, como por exemplo, a Coreia do Sul. Mas esse convite só acontece em momentos especiais de grande convulsão política e social internacional. A nosso ver, paradoxalmente, a possibilidade histórica de Estados de bem-estar na periferia capitalista poderá ser favorecida através da ocorrência em outros países, de processos políticos de natureza socialista, pela contradição que se repõe no sistema político internacional (FERNANDES, 1973).

<sup>31</sup> Conforme a distinção de Mészáros citada anteriormente.



Principalmente, quando este processo é interpretado com os paradigmas das ciências compartimentalizadoras do real e que compartilham entre si a lealdade sistêmica à divisão da sociedade em classes.

Por sua vez, compreender este processo desde um ponto de vista marxista, tal qual construído até aqui, nos exige o enquadramento de processos de transformismo de modo crítico, o que nos leva a um ponto de vista diverso das leituras apologéticas à democracia liberal representativa sob o modo de produção capitalista.

### **1.10 O SOCIALISMO COMO PROBLEMA: COMPREENSÃO OU RESOLUTIBILIDADE?**

Afirmamos nosso distanciamento em relação às tentativas de constituir o socialismo como um ramo científico próprio, ou de adequá-lo pragmaticamente a uma ou outra ciência específica, seja para efeito didático ou metodológico. Por sua vez, a sua interpretação direcionada somente a uma prática política mais direta e eficaz, em geral também não ofereceu bons resultados, terminando por enfraquecer esta tradição filosófica e amplificar lacunas teóricas previamente existentes ou abertas por esse mesmo processo de “adequação”.

Em consonância com o apresentado até aqui, podemos afirmar que a melhor forma de construir o diálogo teórico entre essa tradição de pensamento e as ciências específicas, se dá quando não são subtraídos os seus pressupostos filosóficos e o movimento próprio das categorias do seu método.

Isolar a filosofia da economia política e da história, com o intuito de constituir um método marxista adequado a alguma ciência específica, é um risco para aqueles que se pretendem portadores de uma metodologia científica particular e, ao mesmo tempo, vinculados à tradição marxista de pensamento.

Este tem sido um campo fértil à proliferação de leituras compartimentalizadoras, que em geral supervalorizam o elemento econômico na interpretação da obra de Marx, em detrimento de outros elementos essenciais da vida real que agem, objetiva e subjetivamente, sobre o desenvolvimento das contradições e das potencialidades da humanidade.

Ao contrário do que essas leituras sugerem, a objetividade do pensamento marxiano não se encontraria em um apego ao empirismo, ou à determinação mecânica da infraestrutura econômica sobre a superestrutura.

A objetividade do conhecimento produzido segundo a tradição de pensamento marxista, encontra-se, privilegiadamente, na visão integradora entre filosofia, história e ciência, como pressuposto da crítica às formas com que se apresenta o mundo real, descortinando suas contradições internas, suas negações e potencialidades, assim como suas possibilidades de superação e realização em outros estados de qualidade.

Desde o ponto de vista utilizado na obra de Marx, podemos dizer então que, independentemente do campo específico no qual esteja inserido o pesquisador que se pretenda vinculado à tradição de pensamento marxista, a necessária busca pela objetividade científica – pressuposto da construção do conhecimento – deve ser presidida pela combinação permanente e criativa entre o arcabouço filosófico, a perspectiva histórica e o método científico próprio da ciência especializada da qual compartilhe.

A visão de ciência incorporada por Engels, dada a nítida influência das ciências naturais, própria do final do séc. XIX, contribui, para além de sua intenção, à desconsideração dos pressupostos dialéticos do método marxista.

Para a filosofia da *praxis*, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido (GRAMSCI, 1978, p. 70).

Consideramos que os fatos produzidos pela humanidade trazem em si as múltiplas dimensões do mundo real, são totalizantes em si mesmos, desta forma não existindo, como concebe a ciência fragmentada, enquanto fatos isolados. A construção abstrata típica de cada disciplina científica, tais como o “fato econômico”, o “fato histórico”, o “fato político” ou o “evento discursivo”, se compreendidas radicalmente em separadas umas das outras, tendem a manter a sua veracidade, principalmente no campo da abstração, pois no campo da realidade material, é impossível delimitar praticamente onde começam e onde terminam as características sociais, econômicas, históricas ou políticas desses fatos.

Todos os fatos existentes possuem dimensões múltiplas que ao nível de sua concretude são radicalmente indissociáveis. No entanto, por opção metodológica, disciplinar e disciplinadamente, os estudamos em suas dimensões separadas (econômica, histórica, discursiva, entre inúmeras outras).

Não se trata de abolir idealisticamente o fato concreto da fragmentação das ciências modernas e da atual configuração do cenário de produção acadêmica em geral e em

particular nas ciências humanas. Trata-se, isto sim, de compreender a permeabilidade das fronteiras epistemológicas entre as ciências e a necessidade, cada vez mais frequente, de as atravessarmos todas as vezes e nas múltiplas direções que o real – mesmo recortado e reconstituído enquanto objeto científico – nos exige.

Feito este brevíssimo relato sob o nosso prisma metodológico, faremos breve incursão no campo da ciência política liberal a fim de ilustrar posições inversas ao movimento aqui sugerido. Através de algumas ponderações críticas pretendemos contextualizar alguns dos pressupostos que norteiam nossa pesquisa.

Entre os diversos autores liberais que problematizaram o socialismo, enfocamos o trabalho de Schumpeter, dada sua ampla repercussão e influência, entre alguns dos autores com os quais trabalhamos em nossa pesquisa. A teoria schumpeteriana procura frisar o *modus operandi* da democracia e pode ser brevemente resumida como sendo

[...] o método democrático é um sistema institucional, para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor (SCHUMPETER, 1961, p. 327 e 328).

Outros aspectos importantes dessa teoria são:

1. Por um lado, a possibilidade de deixar um espaço maior para a interpretação dos comportamentos da liderança política, diferentemente da teoria clássica que atribuía ao eleitorado um grau de iniciativa que equivaleria ignorá-la (a liderança);
2. Diferentemente da teoria clássica, a definição de Schumpeter deixa mais espaço para a liderança política, pois não se satisfaz com a ideia de vontade geral, mas explica como ela surge e como é substituída ou falsificada;
3. As vontades coletivas autênticas ganham maior possibilidade interpretativa, pois são vistas como afirmações dos fatores políticos presentes nas sociedades segundo a leitura dos seus líderes;
4. Essa teoria identifica a concorrência pela liderança política com a livre concorrência pelo voto e que o método eleitoral é praticamente o único exequível;
5. A teoria parece esclarecer a relação que subsiste entre a democracia e a liberdade individual, pois se todos são livres para concorrer à liderança política, isso trará uma considerável margem em liberdade de expressão para todos;

6. Ao considerar a função primária do eleitorado formar o governo, permite-se a inclusão da função de dissolvê-lo, que significa a aceitação da liderança e a retirada dessa aceitação;
7. A teoria clareia a relação entre a questão da vontade do povo e a decisão por maioria simples. O princípio da democracia significaria apenas que as rédeas do governo devem ser entregues àqueles que contam com maior apoio que os outros.

Claramente inspirada na teoria democrática de Schumpeter, têm-se generalizado a associação da democracia com a competição política, enfatizando os elementos claramente mercadológicos entre elites políticas e as conseqüentes indeterminações do jogo político democrático. A nosso ver, fica clara a associação da disputa política com a disputa no mercado capitalista entre os seus diversos agentes econômicos e a ideia da destruição criativa<sup>32</sup>. É colocada ênfase nas estratégias dos competidores e nas condições de competição entre os atores políticos de modo a se compreender o funcionamento do processo chamado de *accountability* vertical através do qual progressivamente os partidos adequam-se às expectativas, demandas e necessidades do eleitorado por um jogo de punição e recompensa (LATTMAN-WELTMAN, 2006).

Em outras palavras, poderiam ser explicadas as transformações programáticas de um partido e a frequência ou não dos seus sucessos eleitorais pela sua capacidade de “ouvir e atender as demandas do consumidor”.

A ideia de cálculo mediante fins, por si só, muito embora também esteja presente nas escolhas individuais e decisões políticas coletivas, remete a um possível mecanismo isento de valores, opiniões e paixões. Pretensamente purificado de concepções e valores ideológicos constituintes das visões de mundo e das avaliações correntes sobre os comportamentos e práticas dos atores políticos organizados presentes neste mundo e em conflito latente.

A nosso ver, pressupõe uma tentativa de tradução para o universo da política, da fantasia liberal clássica típica de Adam Smith e seu *‘homo economicus’*, partindo de uma releitura do homem político de Aristóteles reelaborado segundo a visão da natureza humana típica do capitalismo moderno.

---

<sup>32</sup> Ideia contida na obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de Schumpeter.

Como este homem, ou melhor, os agentes econômicos são naturalmente individualistas, racionais e maximizadores de lucros, o seu processo natural de escolha e tomada de decisões políticas possui também uma técnica matemática que presidiria as ações e escolhas, colocados à priori, em condições iguais no mercado político e, no seu interior, prevalecendo aqueles melhores adaptados e mais eficientes.

É nítido o seu componente reificador e idealista, pois em nenhum momento se questiona sobre as condições históricas nas quais é possível e necessário escolher, nem sobre o desenvolvimento daquilo que hoje é mais valorizado, mas que ontem não era. Muito menos das dificuldades adicionais de estar contra a ordem e as facilidades de estar a favor. Desta feita, naturalizando e eternizando os valores típicos da natureza do homem capitalista moderno, egoísmo, individualismo e busca do lucro, como sendo a natureza do homem na totalidade do seu desenvolvimento histórico mundial<sup>33</sup>.

Outro exemplo desta perspectiva reificadora dos limites da ordem social burguesa, das suas formas políticas e do seu edifício institucional legal, é a leitura de Touraine que se propõe o debate, desde um ponto de vista social-reformista típico dos países onde foi implementado o Estado de Bem-Estar, sobre a globalização e os avanços do liberalismo.

Sua perspectiva é a do mal menor, da defensiva estratégica dos movimentos sindicais e dos direitos universais frente às novas condições de produtividade do capitalismo desregulado transnacional. Frente a este quadro, a sabedoria tática seria o único método. Não cabe aqui discutir quais os caminhos e descaminhos dos trabalhadores franceses para a manutenção de suas conquistas passadas, o que nos chama a atenção é a forma exemplar de compreensão da macro-estratégia socialista.

Da mesma forma que, para Schumpeter e outros analistas políticos que serão tratados mais à frente, o socialismo é um problema a ser resolvido, uma mácula do sistema político e partidário e dos movimentos sociais. Seu enquadramento é o mesmo de um objeto físico, sem história, que não seja aquela previamente oriunda das leituras reificadoras do sistema, e sempre, implicitamente ou não, em função dos interesses maiores da sociedade, da liberdade e da democracia.

Apesar da distância política entre ambos, há sintonia total em relação ao ponto de partida da análise, em uma confluência de valores não pouco expressiva entre o liberalismo e a social-democracia.

---

<sup>33</sup> Interessante notar como apesar desta construção abertamente etnocêntrica e evolucionista, o pensamento liberal no meio acadêmico é preservado destes adjetivos, enquanto o marxismo é frequentemente “qualificado” por eles.

Bastante bien sabemos que los conflictos de intereses entre patronos y asalariados industriales, por importantes que seas, ya no se sitúan en el centro de la vida social y política, y que las palabras ‘comunismo’ y ‘socialismo’ ya no tienen sentido o han adquirido outro diferente al que a comienzos de siglo tenían (TOURAINÉ, 2003, p. 17).

Contudo, o elemento central da naturalização dos processos de transformismos desde a Segunda Internacional, até a pós-modernista Terceira-Via que termina por enquadrar a estratégia socialista e seus defensores na posição dos sem história.

Alguns autores vinculam as vitórias eleitorais dos social-democratas com a perda do elemento discursivo do socialismo

[...] a diminuição da importância ideológica está diretamente relacionada com o aumento da competitividade eleitoral e é um dos principais elementos da transformação dos partidos de massa em agremiações profissionais-eleitorais<sup>34</sup> (AMARAL, 2003, p. 156).

Seu primeiro aspecto de naturalização é a recusa em considerar ideológica qualquer postura que não seja a abertamente socialista, como se a prática discursiva da reforma gradual do capitalismo, ou da manutenção da ordem e das regras da democracia liberal-burguesa não fossem também práticas discursivas e ideológicas.

Apesar de identificar corretamente aspectos destas transformações, como o esvaziamento dos elementos discursivos ligados ao socialismo e o desenvolvimento de aparatos burocráticos nos partidos e sindicatos, a pressa em chegar à conclusão desejada, os fazem muitas vezes incorrer no erro de contar a história pelo ponto de vista dos vencedores.

Nas análises produzidas pelos teóricos que enfocam centralmente as manifestações do processo de adequação sistêmica dos partidos de massa, notadamente os partidos social-democratas, e no caso brasileiro, o PT, salta aos olhos a ausência de voz própria das agremiações defensoras da estratégia socialista-radical entre as fontes historiográficas utilizadas. Quase que exclusivamente, a narração é feita pelos setores que implementaram conscientemente a trajetória de transformismo.

Por fim, e mais centralmente, uma questão permanece inalcançável pela trajetória do raciocínio acima exposto: qual o motivo da permanência formal da identidade socialista

---

<sup>34</sup> Caberia a pergunta: e a campanha de 1989, quando o PT ainda afirmava claramente uma identidade e uma postura político-eleitoral mais ‘ideológica’, como conseguiu alcançar votação tão expressiva? E as recorrentes vitórias eleitorais do presidente venezuelano Hugo Chávez, não seriam incompatíveis com sua carga explicitamente ideológica?

do Partido dos Trabalhadores, se um dos principais motivos de suas vitórias, senão o fundamental, foi o abandono do socialismo como plataforma de identidade ideológica?

Para enfrentarmos esse problema que permanece, retornaremos à nossa metodologia e lançaremos mão da história como fonte de interpretação e compreensão do desenvolvimento das posições acerca do socialismo no interior do PT.

## Capítulo 2

### CAMINHOS E IDENTIDADES

*[...] Meu caminho é de pedras, como posso sonhar  
Sonho feito de brisa, vento vem terminar  
Vou fechar o meu pranto, vou querer me matar  
[...]  
Vou seguindo pela vida me esquecendo de você  
Eu não quero mais a morte, tenho muito que viver  
Vou querer amar de novo e se não der não vou sofrer  
Já não sonho, hoje faço com meu braço o meu viver [...]  
(Milton Nascimento e Fernando Brant, “Travessia”  
In: Travessia, 1967)*

Realizaremos um breve relato sobre o desenvolvimento da autoidentificação socialista no PT, através do relato histórico de momentos considerados de suma importância na disputa entre suas correntes internas. Analisaremos também os documentos que formalizam a sua vinculação formal enquanto partido socialista.

#### 2.1 CONTEXTO E IMPASSES NO NASCIMENTO DO PT

Cabe em nossa pesquisa um momento dedicado ao estudo do desenvolvimento da ideia de socialismo internamente ao PT, levando em consideração todo o processo geral anteriormente citado das relações entre a dinâmica teórica e política de autoidentificação socialista, em consonância com o momento histórico e as alternativas políticas concretas e compreendidas como viáveis em cada momento.

Porém, um estudo detalhado das resoluções internas do PT sobre o socialismo, com o devido cuidado às disputas internas, suas correntes, inclusive o debate interno a cada uma delas, fugiria ao escopo e as dimensões próprias desta pesquisa, podendo levar-nos à perda de foco nos sentidos assumidos pela ideia de socialismo durante os quatro anos do Governo Lula.

Optaremos, portanto, em nos referenciar no recente estudo de COELHO (2005), no qual este autor refaz o percurso político das origens até os momentos finais da década de 90, da Articulação e do Partido Revolucionário Comunista (extinto em 1988) – grupos políticos protagônicos do Campo Majoritário do PT desde o encontro de 1995.



O Partido dos Trabalhadores nasceu como uma alternativa histórica da e para as classes subalternas, em sua longa trajetória de luta social e conquista de direitos de toda ordem. Naquele momento, fins dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, os instrumentos partidários tradicionais da esquerda socialista como o PCB e o PC do B anteriormente construídos, encontravam-se profundamente desgastados além de sofrerem questionamentos variados em sua legitimidade revolucionária e em seus vínculos com a classe trabalhadora. Esta situação era o resultado, tanto das estratégias de aliança de classe<sup>35</sup> que não impediram o rompimento da ordem constitucional em 1964, quanto pela sobrevivência clandestina ao longo período de ditadura militar.

O ciclo das ditaduras latino-americanas estava perdendo legitimidade política e, no Brasil, a luta por liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar fundia-se com demandas sociais de toda ordem, como a luta contra a carestia, a busca pelo emprego, por melhores condições de vida nas complexas redes urbanas recém formadas em torno dos pólos e regiões de industrialização acelerada, além de uma nascente consciência ecológica e preservacionista.

Internacionalmente vivia-se um momento de profundo questionamento à hegemonia norte-americana no mundo, expressado pela derrota militar e política na guerra contra o Vietnã em 1975, pelas revoluções Iraniana e Sandinista em 1979 contra prepostos diretamente escolhidos e sustentados pela Casa Branca, além da recente crise econômica que passou a ser conhecida como a crise do petróleo, que fez com que os EUA unilateralmente rompessem os acordos internacionais firmados na convenção de Breton Woods, na qual garantia o dólar como padrão ouro da economia mundial.

Neste momento de crise forjou-se uma alternativa política e econômica conservadora que há muito estava reduzida a estreitos círculos acadêmicos nos países centrais. Um programa econômico, social e político que veio a ser conhecido mais tarde pelo nome de neoliberalismo, e que, aliado a uma guinada ofensiva na política externa norte-americana no Governo de Ronald Reagan, reverteu a crise do papel dos EUA no mundo, repôs em situação pior a condição subalterna dos países da periferia do capitalismo e asfixiou a economia da URSS, contribuindo à sua queda no início dos anos 90.

---

<sup>35</sup> Interpretações típicas da leitura etapista da formação social brasileira, que subordinava a construção do socialismo no Brasil à derrota dos resquícios feudais, presentes em nossa sociedade na força das oligarquias latifundistas. A revolução teria sua primeira fase democrática por meio de uma aliança do operariado urbano com uma burguesia nacional, em contradição de interesses com o imperialismo norte-americano. Interpretações com este teor influenciaram profundamente a esquerda brasileira, e não será coincidência que este venha a ser o mote da política da Articulação ao longo da década de 90.

No entanto, nos primeiros anos da década de 80, havia no Brasil um cenário de otimismo para as forças políticas de esquerda, pois o lastro material da criação deste novo partido, assim como da Central Única dos Trabalhadores, era a profunda crise econômica e o fim do ciclo político da caserna.

A procura pela definição de qual projeto societário predominava no interior do PT nas décadas de 80 e 90, não deve reduzir a leitura do processo de disputa política interna em toda a sua riqueza de possibilidades, como resultante concreta de forças unidas no interior deste partido político, porém em conflito estratégico latente quando das definições do seu horizonte histórico anticapitalista, reformador ou revolucionário.

As resoluções e os programas apresentados pelo partido são fundamentais para compreender o desenvolvimento das suas lutas internas, não só do ponto de vista de quem ganhou ou de quem perdeu, mas principalmente, como os projetos se transformam no decorrer da luta social e da sequência histórica de possibilidades realizadas e/ou abortadas pelos homens e mulheres em seu cotidiano.

Por seu turno, as disputas eleitorais revelam importantes sínteses dos conteúdos existentes e em disputa no interior da vida política partidária, principalmente quando esse partido aceita formalmente a existência de grupos ou tendências internas. Outros partidos não as aceitam formalmente, no entanto isso não significa a ausência de posições conflitantes e a constituição de grupos internos, ao menos, nos momentos de definição congressual formal.

Porém, a exclusividade do estudo dos programas apresentados, das resoluções congressuais finais, das memórias individuais dos protagonistas dos projetos vencedores ou dos seus discursos, quando descolados de uma perspectiva totalizante, correm o risco de abstrair o desenvolvimento histórico e a produção historiográfica correspondente (ALMEIDA, 2007), retirando de cena os múltiplos impactos e possibilidades da luta política interna, assim como a mobilidade dos atores políticos em meio ao processo concreto em transformação, afetados e influenciados que são pelo conjunto das forças em disputa.

Além disso, leituras e interpretações que pretendam abstrair os conteúdos sociais e políticos em luta, em prol de oposições teóricas do tipo socialismo *versus* democracia, tendem a ser profundamente influenciadas pela correlação de forças predominante quando da sua elaboração. O resultado tende a ser uma narrativa de inevitabilidade do domínio de uma dessas alternativas sobre outras, privilegiando na prática, as fontes históricas do grupo representante das concepções predominantes (ALMEIDA, 2007).

Não é o caso de relegar essas fontes ao esquecimento, mas sim de contextualizá-las politicamente, inclusive em relação aos seus adversários, lendo-as criticamente, para impedir a mera reprodução do discurso que fazem sobre si mesmas. Recorreremos para as fontes secundárias da historiografia sobre o PT, anteriormente citadas, a fim de visualizar algumas passagens e processos fundamentais no desenvolvimento do projeto socialista no interior do PT.

Essa perspectiva se contrapõe às narrativas históricas da fundação do PT excessivamente reificadoras do seu mito fundador e do papel que Lula e o grupo dos sindicalistas do ABC teriam desempenhado nesse processo. Para compreender a sua fundamental contribuição, faz-se necessário, no entanto, situá-la no contexto das diversas correntes e alternativas políticas daquele momento.

Deste modo, podemos ter acesso ao desenvolvimento político e ideológico trilhado pelo grupo que gerou a Articulação, principal protagonista dentre os vencedores da luta pela hegemonia interna e corrente ao qual o presidente Lula nunca se distanciou, mesmo nos momentos mais difíceis.

O projeto de partido que vingou não estava dado no primeiro momento: foi o resultado dos embates e escolhas concretas. Da mesma forma, a questão do socialismo sempre esteve em tensão no interior do PT, como momento da disputa hegemônica na sociedade brasileira e das suas múltiplas correntes internas originadas na resistência armada à ditadura militar, nas comunidades de base da igreja católica e nas bases sindicais em luta contra o arrocho salarial motivado pelo endividamento crescente e a crise do modelo de modernização conservadora.

Seus primeiros documentos retratam a conjuntura política, social e econômica das lutas que contribuíram com o fim da ditadura militar, a demanda por participação política dos trabalhadores de forma livre e independente aos tradicionais arranjos por cima que marcam a história brasileira e, como não poderia deixar de ser, formas específicas de apropriação das lutas anticapitalistas e da construção de um projeto de sociedade mais igualitário.

A Carta de Princípios do PT, lançada publicamente em 01/05/1979 continha um tom – na medida do possível para a época – abertamente anticapitalista e crítico às classes dominantes e a burguesia.

A ideia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora. Uma sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente

necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

As movimentações pela recriação do PTB ou pela submissão dos trabalhadores à representação do MDB são duramente criticadas:

[...] não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo. [...] Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar. [...] O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta de Princípios, 1979).

A crítica ao capitalismo e o papel social do PT frente a ela compõe o encerramento do texto de forma nítida:

[...] o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades. O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. [...] buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta. [...] O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. [...] O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não

há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta de Princípios, 1979).

O Manifesto do partido foi aprovado pelo Movimento pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP) e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980. Começa reafirmando o seu lado no conflito social sob o capitalismo:

Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo. [...] O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. [...] O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política [...] O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Manifesto do PT, 1980).

Encerra com uma citação indireta ao socialismo, afirmando o objetivo de construir uma democracia direta e a defesa do controle das riquezas nacionais pelas massas:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. [...] O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade. [...] O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Manifesto do PT, 1980).

Os textos de fundação refletem a disputa no interior da composição política e social predominante na fundação do PT, dos diversos projetos políticos e societários, de forma crescentemente acirrada. O mundo em ebulição política na década de 80 influenciou concretamente os projetos em disputa no interior do PT, assim como a formação e disputa do PT também influenciou, com o passar do tempo e o advento de seu crescimento, a luta pela hegemonia entre os diversos campos da esquerda no mundo.

Coelho contextualiza a participação do grupo de sindicalistas do ABC, entre as diversas correntes e agrupamentos mais ou menos estruturados organicamente, atuantes desde o Movimento pró-PT que se colocavam no cenário e contribuíam com sua construção:

O mais importante não é que fosse Lula ou outro sujeito qualquer a vocalizar pela primeira vez a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora. O que é realmente decisivo é que essa necessidade se impunha, naquele contexto histórico, a vários sujeitos. Lula e os sindicalistas perceberam a necessidade de construir um novo partido ao mesmo tempo em que vários outros sujeitos em várias regiões do país chegaram a mesma conclusão (COELHO, 2005, p. 51).

Vemos, então, que a percepção da necessidade histórica de construção de um partido desse tipo não era exclusividade de uma categoria ou grupo político o que era potencializado pelas movimentações de outras categorias dos trabalhadores distribuídas pelo território nacional, impulsionadas pela luta pela reposição salarial, contra a falsificação dos índices operados pela ditadura, da luta pela anistia, por liberdades democráticas, contra a carístia, que marcaram este período.

Segundo este autor, o acordo entre aqueles que viriam a se auto definir como os petistas autênticos e as agremiações marxistas organizadas, pela criação de um instrumento político da classe trabalhadora, baseou-se em um eixo aglutinador que permitia a convivência entre todos. Seus elementos constitutivos seriam:

1. A qualificação dos agentes políticos segundo o critério de classe;
2. A afirmação da necessidade de independência política dos trabalhadores;
3. A afirmação da necessidade de construir pelas bases um novo partido.

Desde seus primeiros momentos a vida interna do PT, em geral, assim como a construção e o exercício concreto da hegemonia interna daquilo que veio a se tornar a Articulação, pautou-se tanto pelos elementos constitutivos citados anteriormente quanto pelo combate permanente à esquerda de origem marxista, independentemente de suas características (trotskistas, leninistas, etc.):

Um dos momentos emblemáticos do papel de Lula na constituição do grupo hegemônico do PT ocorreu em setembro de 1981, na 1ª Convenção Nacional do PT, em Brasília. O discurso feito por Lula como primeiro presidente do PT terminou sendo acolhido pelo partido como um dos seus textos constituintes. [...] Na parte final o documento trata de temas mais delicados. Primeiro, sobre os grupos organizados de esquerda que estão ingressando no PT, o texto diz que é preocupante se ‘um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa’. Reconhece o ‘direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas’, mas esclarece que ‘não aceitaremos jamais que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido’. A relação com as demais tendências seria um fator central na aglutinação do núcleo dirigente, como veremos mais à frente. Vale registrar, porém, que o texto fala em nome do PT contra as tendências, como se as tendências não fossem, de pleno direito, petistas (COELHO, 2005, p. 61 e 62).

Podemos confirmar, portanto, desde seu evento fundacional, o papel de Lula no processo de implementação de uma pauta política – e de uma estratégia discursiva a ela associada – que possuía, como um dos seus objetivos, a conquista e consolidação da hegemonia interna, por parte do grupo de sindicalistas que veio a constituir a Articulação, sobre o conjunto do partido, em disputa com as tendências marxistas.

Já pelo seu conteúdo se percebe que este texto é um marco do processo de construção da hegemonia no interior do PT. Estão ali dispostos os elementos de demarcação do grupo dirigente com as “tendências de esquerda” mas estão também as formulações que garantem a aglutinação de todos em torno de um eixo político básico, que se explicita na concepção de como fim da exploração e como obra dos próprios trabalhadores (COELHO, 2005, p. 62).

Sem pretender realizar um panorama histórico mais detalhado do desenvolvimento da relação entre o grupo que veio a se constituir como a Articulação e aqueles grupos que vieram a constituir as tendências de orientação marxista e/ou revolucionária (SILVA, 1987), podemos adiantar que essa disputa desdobrou-se ao longo do tempo principalmente em três pontos fundamentais:

1. A relação com o marxismo;
2. A concepção do socialismo no PT, que pressupunha o debate sobre o desenvolvimento das experiências socialistas no mundo;
3. O padrão organizativo do PT e seu papel histórico, que se manifestava pelo debate, entre as correntes de esquerda, sobre o caráter revolucionário ou tático do PT apropriado pelos sindicalistas como o uso ou não de ‘duas camisas’.

Do ponto de vista que nos interessa – a questão do socialismo – é importante ressaltar na análise do autor sobre o discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do PT que:

O outro tema candente é o do socialismo. O discurso polemiza com as correntes de inspiração leninista: “é falso dizer que os trabalhadores, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária”. Os trabalhadores, maiores explorados da sociedade atual, querem “com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é essa senão uma sociedade socialista?” [...] O texto recusa os modelos de socialismo “burocrático” e também rejeita “buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra”. [...] “O que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar”. [...] “O que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (COELHO, 2005, p. 62; BETTO, 2006, p. 96).

A reelaboração do conflito interno entre as diversas correntes presentes no PT como um embate entre forças políticas estranhas a ele contra aqueles defensores de um ‘sentido autêntico’ do PT foi um procedimento básico, corriqueiro e generalizado que se tornou essencial para a construção de uma hegemonia interna ao PT pelo grupo do Lula, detentor, a partir de então, do monopólio do que seria a proposta original do partido:

[...] pauta das intervenções da Articulação em suas reiteradas divergências com as demais tendências partidárias: 1) uma visão da história do PT marcada pelo mito fundador; 2) a legitimação da posição do núcleo dirigente através da reprodução do mito; 3) a desqualificação das demais tendências, mesmo aquelas que participaram desde o Movimento pró-PT, consideradas como não genuinamente petistas; 4) a condenação da concepção vanguardista da política (que nem sempre se distinguia da condenação pura e simples das vanguardas) e a defesa de uma concepção de “partido de massas”. A este conjunto de noções, que seriam empregadas repetidas vezes nos anos seguintes, eu denomino “discurso do petismo autêntico”. Se o princípio hegemônico do PT era a independência de classe, o petismo autêntico foi a base da estabilização da relação política entre os diferentes sujeitos que compuseram a Articulação”. [...] “Através do princípio do petismo autêntico, os militantes do grupo que estava para se denominar Articulação costuraram sua



identidade (“nós”) em contraposição às correntes adversárias (“eles”) (COELHO, 2005, p. 72 e 73).

Paralelamente ao processo de construção coletiva da posição da Articulação, podemos atestar a centralidade do debate sobre o socialismo naquele momento. Em um dos raros momentos de explicitação das suas posições pessoais a respeito do socialismo, Lula o compreendia como:

Uma sociedade onde o resultado da riqueza produzida pelo conjunto da sociedade é socializada entre todos. É um sistema onde todos são iguais, mas, iguais de verdade, não apenas perante a lei. Iguais também na remuneração, educação, saúde e na questão da propriedade. [...] O socialismo ‘perfeito’ é aquele que não cerceia a capacidade criativa das pessoas, é aquele que não limita a questão cultural, é aquele que não tira das pessoas o elemento principal da razão da vida: o direito de ir e vir, o direito de expressão, contestação e de reclamação. Esse é o tipo de socialismo que eu sonho e que gostaria de ver acontecer (SILVA, 1986, p. 17 e 18).

Neste momento da sua formação, sua concepção do socialismo era profundamente pautada por sua formação cristã (BETTO, 2006):

No socialismo quem tem que ter o grande ganho é o conjunto da sociedade, porque seja pequena ou grande terá que ser dividido em igualdade de condições entre as pessoas (SILVA, 1986, p. 19).

Podemos avaliar que o socialismo naquela quadratura histórica era compreendido por Lula, ao mesmo tempo como uma *possibilidade objetiva* e um processo em transformação, portanto, inacabado:

Depois que eu fui a Cuba e a Alemanha Oriental, acho que o socialismo para mim, deixou de ser uma coisa abstrata. [...] O mundo não está parado, a característica mais marcante deste sistema socialista é: primeiro, garantir ao cidadão acesso a coisas vitais; segundo, é permitir que as pessoas possam viver, efetivamente, num Estado de direito-democrático (SILVA, 1986, p. 19).

Por sua vez, a sua visão da social-democracia era bastante crítica:

A social-democracia só é possível dar certo na Suécia, na Noruega e na Alemanha em função da exploração a que são submetidos os povos do Terceiro mundo. [...] Realmente, nós temos que admitir que nesses países existe (*sic*) algumas coisas mais perfeitas do ponto de vista do atendimento da sociedade do que em vários países socialistas. Mas isso é possível, porque outros povos estão trabalhando como escravos para que o governo possa fazer essas concessões. Não vejo a social-democracia como alternativa, como algumas pessoas tentam dizer, que será a terceira via (SILVA, 1986, p. 19 e 20).

Lula se nega a comparar as experiências do socialismo em busca de qual seria mais bem sucedido ou sua principal referência para a sua concretização no Brasil:

Não dá pra mim fazer a diferença (*sic*) entre o socialismo que sonho e o desses países, porque o socialismo só é possível se fazer, de acordo com a cabeça dos brasileiros. [...] Vamos ter que discutir entre nós e tentar colocar em prática alguma coisa de acordo com a nossa capacidade de percepção, formulação política e organizativa. Temos que encontrar os nossos próprios meios e colocar em prática o sistema socialista no Brasil (SILVA, 1986, p. 20).

Mais a frente, diante da questão tradicional no século XX do socialismo num só país, no caso um socialismo brasileiro, Lula se nega a compreender o desenvolvimento do socialismo no Brasil segundo a lógica tradicional do pensamento stalinista:

Eu não diria um socialismo brasileiro, chinês, cubano, americano ou nicaraguense; porque o ser humano é mais ou menos igual, a cabeça das pessoas também mais ou menos igual. Eu não sei bem se seria um socialismo brasileiro. O tipo de socialismo que eu sonho só seria possível de ser colocado em prática se houvesse concordância por parte da opinião pública (SILVA, 1986, p. 22).

Frente às questões de qual a tática e a estratégia para alcançar o socialismo no Brasil, Lula, tal qual um sofista, escapa de resposta precisa:

Se eu tivesse a resposta como alguns pensam que tenho, já teria dito. Não existe uma fórmula secreta, ou um projeto acabado; quem tem um projeto acabado não consegue dar o primeiro passo. A gente está caminhando, está acreditando numa coisa chamada organização do movimento popular, social, sindical e partidário e a formação política das pessoas. Esses avanços vão fazer a gente vislumbrar a possibilidade de organizar a sociedade para conquistar o socialismo, essa tal de sociedade 'perfeita'. [...] Nós temos que organizar as pessoas, ao invés de dizer: tem que ser de tal jeito! Nós temos que organizá-las para que descubram qual é o jeito de fazer as coisas (SILVA, 1986, p. 22 e 23).

Interessante notar neste raciocínio apesar da afirmação de sua identidade socialista que será renegada por diversas vezes em seus discursos posteriores, a presença da mesma posição de Bernstein quando do debate no interior do Partido Social Democrata Alemão: “*o objetivo final, qualquer que seja ele, não importa; o movimento é que é tudo*” (LUXEMBURGO, 2005, p. 18).

Por fim, respondendo a questão sobre a possibilidade de vinculação concreta entre socialismo e democracia, Lula formula uma posição clara:

Para mim só tem sentido o socialismo se for democrático. Nenhum sistema será bom, se cerceado ou limitado os direitos do ser humano; por isso, o socialismo que eu sonho tem que ser efetivamente um sistema altamente democrático e que permite as pessoas discordar (COELHO, 2005, p. 22).

Em sintonia com o elogio do socialismo como alternativa histórica expressa por Lula nessa entrevista, a tese da Articulação ao 4º ENPT realizado entre maio e junho de 1986, define como um dos objetivos estratégicos do partido a construção do socialismo:

O caminho da construção do socialismo como orientação geral da prática partidária cotidiana deveria ser não apenas como a afirmação de objetivos a longo prazo (COELHO, 2005, p. 81) (grifo nosso).

A segunda metade da década de 80 é um momento da vida do PT no qual se caminha para um clima geral de maiores consensos em torno do debate dos vínculos entre a perspectiva socialista e as futuras disputas eleitorais principalmente a presidencial.

O autor volta a enfatizar a questão do socialismo e o desenvolvimento político da Articulação e na construção da sua hegemonia no PT fazendo referência ao 3º ENPT/1984 e 4º ENPT/1986:

Em 1986, na tese para o 4º ENPT, vimos que a Articulação fazia a análise do estágio de desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes no Brasil e extraía daí a conclusão de que existem condições para travar as lutas na direção da construção de uma sociedade socialista. Socialismo, aqui, é um projeto cuja possibilidade é garantida pelas contradições reais do capitalismo e da luta de classes. Por seu turno, o projeto democrático e popular, formulado pela primeira vez em 1987, traçava uma orientação política que tinha o socialismo como meta e que se baseava em critérios de classe para a definição das alianças (COELHO, 2005, p. 188).

As maiores ambiguidades apareciam na discussão da estratégia da luta pelo socialismo, ou seja, a questão da revolução. Em 1984 a tese para o 3º ENPT não ia além da postulação de que o poder não apenas se toma, mas se constrói desde as bases da sociedade, num movimento de acúmulo de forças. No 4º Encontro a Articulação continua a defender a tese do acúmulo de forças, mas acrescenta a necessidade de uma “ruptura radical contra a ordem burguesa” que inclui a socialização dos principais meios de produção. Não fica claro em que, exatamente, consistiria a ruptura, mas ela é contraposta à ideia de que o acúmulo de reformas seria suficiente para realizar as transformações necessárias. Na tese para o 5º Encontro a estratégia de acúmulo de forças passa a significar a constituição do campo democrático e popular (que incluiria pequenos empresários) e inclui as disputas eleitorais,

particularmente para a presidência, como um momento importante da luta pelo socialismo. A afirmação de que o socialismo deve ser conquistado pela “ação e pela vontade das maiorias”, aprovada pelo 6º Encontro, não excluía o reconhecimento de que a “implementação de um programa democrático popular só pode ocorrer com a revolução socialista”, presente no mesmo documento (COELHO, 2005, p. 189).

É da transformação das relações sociais que produzem as classes, inclusive as formas de propriedade, que se trata quando a Articulação fala em socialismo. Mesmo quando adverte, como em 1986, para a impossibilidade de extinguir por decreto as “leis econômicas em ação numa determinada sociedade” o que está em causa é exatamente a discussão de como transitar para formas superiores de sociabilidade. A sociedade socialista projetada deveria cancelar a necessidade da distinção entre governantes e governados, o que é o mesmo que dizer que o próprio Estado, como modo específico de organização da dominação política, poderia ser superado. O próprio fato de que a transformação dessas relações seja discutida indica que elas são concebidas como construtos históricos, ao alcance da ação humana transformadora (COELHO, 2005, p. 189).

O programa democrático popular defendido no 5º ENPT em conjunto por várias organizações da esquerda e a Articulação se propunha a conectar tarefas políticas de cunho democrático, anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista.

Partia da noção de que o fato da existência das contradições próprias ao capitalismo, por si só, não significava que todas as condições necessárias para a revolução, objetiva e subjetivamente, estivessem colocadas. Desta forma construía articulava-se uma estratégia de construção do socialismo centrada na disputa de hegemonia, por dentro e por fora das disputas eleitorais, em um cenário de correlação de forças, visto ainda como desfavorável para os trabalhadores. Nesta estratégia, posteriormente denominada pelos petistas de Acúmulo de Forças Prolongado, o Governo Democrático e Popular realizaria tarefas de orientação socialista sob o capitalismo, que contribuiriam para o avanço dos trabalhadores no cenário geral da luta de classes, afirmando um pólo contra-hegemônico capaz de alterar a balança de poder na sociedade.

O 5º ENPT constituiu um exemplo da possibilidade de se conectar um programa presidencial e uma tática eleitoral com perspectiva de reformas sociais e estruturais que se vinculariam ao crescimento da mobilização e da participação popular e que, se

realizadas, estariam em diálogo com um programa de transformações sociais e econômicas mais avançados, inclusive de caráter anticapitalista.

O programa de 1989 foi interpretado por várias correntes da esquerda marxista do interior do PT, como um elo possível de conexão com um programa mínimo para a construção do socialismo<sup>36</sup>:

O PT trata a disputa do Palácio do Planalto como um importante passo, dentro dos parâmetros democráticos, para a construção de um bloco que possa conquistar a hegemonia política e abrir as possibilidades de transformações socialistas – principal objetivo do partido (AMARAL, 2003, p. 84 e 85).

Ao longo da década de 90 os grupos marxistas assistiram progressivamente o programa democrático e popular perder a sua articulação efetiva com a estratégia de acúmulo de forças prolongado, principalmente ao nível das campanhas presidenciais. Apesar disso, este programa continuou influenciando, em graus variados, as administrações locais espalhadas pelo Brasil, reatualizando os termos e pautas da disputa política pela hegemonia interna ao PT.

## **2.2 O COMEÇO DO FIM**

A campanha de Lula em 1989 representou uma real demonstração de força dos petistas, decorrência direta do saldo político acumulado durante os anos de luta política e social pelas liberdades democráticas e contra a ditadura militar, das lutas contra a carestia e por diversas formas de inclusão social, política e econômica dos amplos segmentos da população que vieram a se materializar em direitos previstos no texto da constituinte de 1988. Apesar da ascensão das lutas políticas na década de 80, é o signo da derrota que paira sobre as discussões do 7º Encontro.

A espetacularização dos eventos de Berlim trazia a mensagem não apenas da derrocada dos regimes na área de influência de Moscou, como também traduziam o próprio discurso que defendia a falência do projeto socialista como um todo, tanto no nível do ideal, quanto no nível da prática social. Traduziu-se, portanto como um momento inquestionável de afirmação política e ideológica da insuperabilidade da democracia representativa e da sociedade capitalista, além da supremacia

---

<sup>36</sup> Somente as correntes marxistas de extração trotskistas não concordavam em graus elevados com esta estratégia, interpretando-as como uma política excessivamente centrada na disputa eleitoral, na administração do capitalismo e na negação de um programa claramente socialista.

multidimensional dos EUA sobre a URSS e qualquer outro possível concorrente (MELLO, 1999).

Em maior ou menor grau, todas as organizações autoreferenciadas no projeto socialista se viram defronte a necessidade de produzir respostas imediatas, porém, consequentes e substantivas, sobre a crise do socialismo e de como iriam se posicionar politicamente frente aos acontecimentos recentes. O que possuía reflexos imediatos em sua dinâmica organizativa e política interna, reverberando sobre uma questão central para qualquer agremiação política: a sua viabilidade histórica nesta nova conjuntura.

Em alguns aspectos, o debate sobre as experiências socialistas ainda está em aberto, mesmo após já termos passado o ápice da força coesivadora do discurso neoliberal enquanto eixo de articulação da ideologia e das práticas políticas e gerenciais da classe dominante, no centro e na periferia do capitalismo. Hoje ainda podem ser ouvidos os ecos da crise do socialismo nos debates e nas alternativas em disputa no interior das esquerdas, politicamente organizadas, ou não.

A ampla maioria das agremiações, de quase todas as linhas políticas existentes no interior do campo socialista, realizaram processos internos procurando se readaptar ao novo contexto político internacional, visando preparar-se frente às possíveis consequências nas diferentes correlações de forças políticas, sociais e ideológicas específicas nas quais estavam inseridos.

A forma como este processo foi nomeado, sob o impacto de 1989, no interior de cada agremiação, por si só já refletia os conflitos internos de seus agentes políticos e suas predisposições, mais ou menos ácidas, em relação, tanto à experiência soviética e arredores, quanto à viabilidade do socialismo como projeto alternativo de sociedade.

Estes processos ocorreram das mais variadas formas no interior de cada uma dessas organizações, seja como “acerto de contas”, “revisão teórica”, “correção de rota” ou derivados, sem, no entanto diferirem em sua motivação. É neste momento que se inserem o 7º Encontro Nacional do PT e o seu primeiro Congresso realizado no segundo semestre de 1991, ambos os momentos e locais privilegiados da disputa global quanto a viabilidade do projeto socialista, sobre o primeiro impacto daqueles acontecimentos.

Frente à crise do socialismo real *“a Articulação, como toda esquerda, se viu confrontada com a necessidade urgente de tomar posição frente à sequência vertiginosa daqueles eventos”* (COELHO, 2005, p. 202).

A convocação do 7º ENPT (1990) e do 1º Congresso do PT (1991) se dá no quadro do intenso debate das organizações sobre a crise e as formas de se posicionar não só frente ao socialismo como também às formas da disputa política no Brasil, dada a recente experiência das eleições de 1989, dita por todos, como uma vitória política do partido. Estava em pauta também a manutenção ou não do direito de tendência, o programa democrático popular formulado no 5º ENPT (1987), mas que deveria ser aprofundado e a tática de enfrentamento ao governo Collor.

Neste processo começava a se afirmar no interior da Articulação, mesmo que ainda em caráter minoritário, a tese defendida por Aloísio Mercadante do socialismo como conjunto de valores. Mesmo caracterizando a relação da Articulação com o marxismo como prioritariamente constituída na esfera da *praxis*, em seu estudo Coelho destaca que “*a crítica aberta ao marxismo ou mesmo a Lênin ainda era difícil de sustentar no interior da Articulação, ainda mais no interior do PT*” (COELHO, 2005, p. 210).

Como é sabido, esta relação potencializava as ambiguidades da Articulação em relação ao socialismo e ao marxismo, assim como algumas de suas imprecisões teóricas, porém, o autor afirma ser mais importante a posição da Articulação na correlação de forças interna do PT, e sua predisposição hegemônica como principal fator dessas ambiguidades.

A condição de força hegemônica havia exigido da Articulação, ao longo de sua existência, a elaboração de formulações políticas que expressassem as linhas de consenso entre as diversas correntes do PT. Mercadante e Arbix, revelam em suas intervenções, (no debate interno da Articulação) que os termos daquele consenso passaram a ser indesejáveis para a Articulação (ou, pelo menos, para vários de seus dirigentes), mas qualquer nova formulação poderia implicar no rearranjo de forças e em ameaças a posição hegemônica de sua corrente (COELHO, 2005, p. 211).

Neste sentido, podem ser interpretadas as ambiguidades dessa corrente ao 1º Congresso do PT. O ataque ao dogma do marxismo e as concessões feitas em favor do leninismo, são vistas como geradoras de ambiguidades paralizantes no novo cenário da luta política do Brasil, ganhando centralidade no debate proposto pela Articulação.

Coelho relata através de seu estudo sobre o desenvolvimento das posições no interior dessa corrente, como a focalização teoricamente distorcida no debate em torno do tema da ditadura do proletariado adquire ampla repercussão. Mesmo ele não estabelecendo a evidente conexão com a inclusão na pauta do 1º Congresso, na votação da emenda proposta pela Nova Esquerda exatamente para sinalizar o aprofundamento

de sua aliança estratégica com a Articulação pelo móvel da derrota da esquerda de origem marxista.

Ambas as correntes futuras constituintes do Campo Majoritário, neste momento passam a utilizar o termo ditadura do proletariado:

[...] ao invés de tomá-lo como indicador do conteúdo social do Estado na transição para o socialismo, a Articulação rejeita o que lhe parece ser uma forma autoritária de exercício do poder. Em contraposição à forma autoritária, o projeto de socialismo democrático “prevê, portanto, a existência de um Estado de direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas [...]; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder.” [...] Como forma, a ditadura do proletariado é, antes de tudo, uma ditadura. O seu oposto é o Estado de direito e as formas democráticas de organização da política. Ao reduzir o sentido do conceito à dimensão formal a Articulação faz mais do que simplesmente alterar, sem argumentos teóricos, o sentido marxiano original. Ela sai do terreno em que Marx punha a questão central da política, que era a de questionar a autonomia das formas e indagar sua relação com os conteúdos sociais nelas expressos. Na crítica ao conceito de ditadura do proletariado, a Articulação se move no interior da concepção liberal da política e da democracia como forma pura e abstrata. Trata-se, em 1991, de um giro ainda incompleto rumo ao liberalismo político (COELHO, 2005, p. 213).

Mesmo que as correntes organizadas que se reivindicavam marxistas não tenham se dado conta, a problematização em torno da ditadura do proletariado, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma, pode ser vista hoje como uma demonstração pública da desvinculação com conteúdos revolucionários anticapitalistas. Constituiu-se como um momento de atualização da diferença entre os ‘autenticamente petistas’ e, portanto democráticos, contra aqueles oriundos de uma ‘tradição autoritária’, ou seja, ditatorial.

Por mais artificial que fosse naquela conjuntura realizar o debate daquela forma, ele se constituiu como uma retomada da clivagem essencial entre os ‘autênticos’ e os ‘externos’. Independentemente das formulações que cada corrente fizesse sobre o caráter social do Estado, das experiências reais do socialismo burocrático, ou das alternativas políticas de constituição de experiências socialistas com graus mais elevados de participação popular. Não interessava, no fundo, não se tratava de um debate concreto sobre as possibilidades da conexão entre socialismo e democracia.



Tratava-se antes disso, de qualificar toda a esquerda marxista como, intrinsecamente, antidemocrática.

A construção da contradição entre socialismo e democracia, ocorre no interior do PT, no mesmo processo de nascimento do Campo Majoritário. É um símbolo, e uma necessidade, para a construção do afastamento da Articulação em relação às correntes marxistas, condenadas agora a serem vistas como cadáveres insepultos e que atrapalhariam os novos rumos da luta política eleitoral a qual o PT de propunha<sup>37</sup>.

O autor observa que progressivamente a Articulação caminhava rumo a uma *praxis* diferente da que vinha sendo a sua até então, secundarizando a intervenção extra-institucional, privilegiando a disputa institucional muito embora ela ainda se compreendesse como uma organização socialista. Paradoxalmente a manutenção de uma identidade, ou de alguma espécie de vinculação com o socialismo, se tornava cada vez mais uma necessidade, uma vez que, quanto mais o processo se consolidava, intensificavam-se os laços com a Nova Esquerda<sup>38</sup>:

A afirmação do socialismo como objetivo estratégico se tornava mais necessária à medida que o acirramento do debate no interior do PT dava visibilidade às pechas de social-democrata e reformista impingidas à corrente (COELHO, 2005, p. 227).

Era necessário aprofundar a crítica à experiência do socialismo real (uma crítica mais acentuada à tradição bolchevique como um todo, não só os aspectos marcadamente stalinistas da experiência do socialismo burocrático) sem causar uma crise interna. Desta forma, a aproximação com as organizações que já haviam rompido, ou estavam em via de romper com o marxismo e o socialismo era a principal via para a consolidação da sua hegemonia interna neste novo período. Estava em curso um processo de readequação da condição hegemônica da Articulação face às necessidades das novas conjunturas externa e interna ao partido.

---

<sup>37</sup> “Conclamando a corrente e o partido a livrarem-se ‘de uma série de cadáveres (...) que, ao andar, a gente arrasta’. Glauco Arbix (dirigente da Articulação) questiona a eficácia dos mandatos parlamentares petistas orientados principalmente para denúncias e a pouca importância que o partido dava a preparar-se para governar ‘porque essa é a nossa tradição, essa é a nossa herança. Qual herança? Nós temos que pegar a dinamite e enfiar no rabo do Estado e explodir. Então temos que pensar no institucional’” (COELHO, 2005, p. 216).

<sup>38</sup> A Nova Esquerda surgiu na virada da década e desde a sua origem pautou-se pela aproximação com a Articulação e o combate teórico, político e ideológico contra o marxismo e suas correntes. Composto principalmente pela Vertente Socialista e pelo racha majoritário do antigo Partido Revolucionário Comunista.

Este período é marcado por uma profunda revisão programática nas teses e nos discursos dos líderes mais conhecidos da Articulação, apontando a opção cada vez mais generalizada e firme na priorização dos meios de viabilizar vitórias eleitorais, assim como a manutenção dos postos fundamentais de controle do partido, inclusive em atos de supremacia numérica cada vez mais frequentes.

Os projetos de poder em disputa na sociedade perdem centralidade na análise, na mesma proporção em que se desvanecem as leituras e as formulações sobre a contradição dos conteúdos de classe e dos projetos orientadores dessas plataformas de disputa eleitoral. O surgimento do slogan “Feliz 1994” pode ser visto como algo mais do que uma tática, constituiu-se em um símbolo da centralidade da *praxis* partidária voltada às eleições e a conquista de espaços na administração pública. Se o centro da tática são as eleições, “*a prática política coletiva deve tratar, antes de mais nada, de viabilizar sucessos eleitorais*” (COELHO, 2005, p. 216).

No entanto, a força da ideia de socialismo no interior do partido continuava a recolocá-lo na pauta mesmo que fossem mantidas imprecisões teóricas, superficialidades e ou ambiguidades na formulação do socialismo democrático do PT. Por isso mesmo, apesar de considerar um ‘problema’, o resultado do 1º Congresso é visto por analistas, com certo tom de lamúria:

Não se pode afirmar que o PT, em 1991 tenha abandonado a estratégia de ‘acúmulo de forças para a revolução socialista’. Caso positivo, seria preciso que o partido dissesse sem rodeios, sem meias palavras, sem titubeios, sem tergiversações. O PT não o fez. Muito ao contrário, no próprio 1º Congresso afirmava-se ainda que o crescimento, a generalização e a politização dos movimentos sociais é fundamental em nossa política de acúmulo de forças e disputa de hegemonia. Em síntese, o problema permanece, pois ou bem se aceita o jogo democrático ou se acumulam forças para a revolução. O PT não exclui nenhuma das duas hipóteses<sup>39</sup> (grifo nosso).

Fica nítido, então, que o problema da identidade socialista e da sua presença no cotidiano do partido permanece mesmo na leitura de autores que não tem o socialismo como foco de sua análise sobre o Partido dos Trabalhadores. Isto ocorre porque o socialismo no interior do PT, como deveria ser óbvio perceber, não é mero adereço ideológico para fins carnavalescos.

É óbvio, por sua vez, que ao longo da década de 90 foi se consolidando no interior do partido um processo de amadurecimento da rejeição ao socialismo e sua

---

<sup>39</sup> AZEVEDO *apud* AMARAL, 2003.

consequente desqualificação enquanto elemento norteador de um projeto de sociedade alternativa e anticapitalista.

Esse é o processo que define o esvaziamento projeção estratégica do socialismo com os programas presidenciais eleitorais de 1994, 1998 e 2002:

Em 1994 [...] as propostas aparecem timidamente vinculada aos objetivos socialistas do partido. (AMARAL, 2003, p. 118) Embora amplo e com a marcada intenção de marcar-se como de esquerda, o programa não vincula diretamente suas propostas a um iminente futuro socialista e busca articular o aspecto transformador do partido com a capacidade de resolver problemas concretos, enfatizada com a maior inclusão de experiências administrativas consideradas bem sucedidas (AMARAL, 2003, p. 124).

Já em 1998, o mesmo autor analisa que:

[...] saem do programa questões como futuro socialista e a articulação entre democracia representativa e direta e entram a bolsa escola e o orçamento participativo. Não há mais, como em 1989, uma contraposição clara de modelos de desenvolvimento, mas, sim, uma contraposição de políticas (AMARAL, 2003, p. 143).

O PT foi marcado internamente pelas derrotas nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, apesar de seu crescimento eleitoral e institucional por todo o país, tendo alcançado diversas experiências de gestão em nível local e estadual e aumentado significativamente sua representação parlamentar.

Estas vitórias eleitorais em âmbito local, regional e parlamentar ocorriam em um cenário que combinava a consolidação das máquinas e aparatos burocráticos partidários e sindicais, com um movimento social amargando uma sólida defensiva política e organizativa, marcada pelo arrocho salarial do funcionalismo público, a criminalização dos movimentos sociais, como exemplificado pela repressão à greve dos petroleiros.

### **2.3 O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO DO PT**

A definição do ‘socialismo petista’ encontrada na resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, ocorrido entre 31 de maio e 03 junho de 1990, em São Paulo, e reafirmado no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, entre 24 e 28 de novembro de 1999.

O primeiro momento, um ano após a derrota da candidatura presidencial do PT no segundo turno contra Collor de Mello, realizou-se sobre o impacto direto dos eventos sucedidos no ano de 1989, que além da queda do Muro de Berlim, foi marcado também

pela queda da revolução sandinista, pelo massacre da Praça da Paz Celestial, as derrotas eleitorais dos partidos do socialismo oficial na Polônia e na Tchecoslováquia e a insurreição e posterior deposição de Ceaucescu na Romênia.

O segundo congresso – entre 24 e 28 de novembro de 1999 – que ratifica a resolução sobre socialismo aprovada em 1990, já ocorre sobre outro influxo... Apesar da dissolução da URSS e sua área de influência direta na Europa, contra todas as perspectivas e apostas o regime cubano permanecia de pé, mesmo após os anos de “período especial”. Este é o período do início da crise ideológica do neoliberalismo com as crises financeiras especulativas, a desnacionalização do parque produtivo nos países periféricos, o desmonte dos serviços antes oferecidos pelo Estado, as privatizações sobre graves suspeitas de irregularidades enfim, das ilusões desfeitas quanto à entrada rápida do Brasil no círculo dos países ricos.

Vale destacar que, nos dois momentos, o ponto de partida fundamental dessas releituras era a forma específica com que cada grupo compreendia as suas tarefas naquele contexto histórico determinado, como se inseria no cenário político geral do campo socialista e, por fim, como se relacionava com a tradição teórico-filosófica do pensamento marxiano e marxista.

Cabe aqui em pequeno parêntesis. Autores, conceitos teóricos, análises conjunturais, origens sociais, questões metodológicas, nacionalidades, temas e perspectivas culturais diferenciadas, foram elementos utilizados para a demarcação, antagonismo e afirmação de pertencimento aos campos políticos e aos projetos políticos particulares no interior do campo socialista, em escala tão usual, que escapa ao objetivo destas páginas, e cobra, ainda hoje um estudo mais detalhado.

Há, entretanto, uma profunda relação entre elementos de natureza diversa, a saber, os conceitos teóricos inerentes à tradição filosófica marxiana, e os elementos diferenciadores usuais na luta política. Esta relação é tão intrínseca que aparece como sendo algo natural, porém, não é tarde para que seja feita uma pequena ponderação.

Bandeiras políticas, fórmulas táticas e eixos de luta muitas vezes se assentam sobre o trabalho conceitual de incontáveis pessoas, sendo várias delas intelectuais orgânicos das classes em luta, e pode ser bom que assim seja, pois abriria uma via de qualificação e amadurecimento do saber e do fazer político. Como exemplo, temos a monumental obra teórica e política de Lênin que vai de uma radiografia da economia da Rússia, à política internacional, à filosofia, a organização do partido, ao caráter do Estado e

posteriormente às tarefas de organização do Estado Soviético, passando por questões metodológicas várias no interior do campo marxista.

Esta é uma característica da tradição filosófica marxista, a tentativa orgânica da *praxis* que se pretende revolucionária, de buscar a dinâmica essencial da sociedade e a crítica do real tal como ele se apresenta fragmentado, fetichizado e estático pela objetivização da sociedade burguesa organizada para a produção e reprodução do capital.

Por essa razão, falar sobre o socialismo desde um ponto de partida organizado politicamente é remeter-se diretamente à tradição de pensamento marxista, mesmo que dela somente se conheça algumas partes, ou sínteses bem intencionadas. Esta não é uma característica frequente às outras correntes e tradições de pensamento de uso comum no meio acadêmico.

Por outro lado, pensar e produzir cientificamente no interior da tradição marxista, em geral e na maior e melhor parte das vezes, é pensar o ser humano e o mundo a partir de suas dinâmicas, conflitos e possibilidades, políticas e sociais.

Deriva daí o enfoque tomado no início, de fazer referência e tentar pôr, permanentemente, em relação, a dimensão político-histórica do projeto socialista com a dimensão do debate teórico conceitual acadêmico no qual o marxismo se insere.

Nos seus próprios termos, o objetivo desta resolução é:

[...] reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Preâmbulo do documento “O Socialismo Petista”, oriundo da Resolução do 7º ENPT realizado em 1990 e ratificado no 2º Congresso realizado em 1999, p. 01).

Dada a extensão do documento “O Socialismo Petista” acima referenciado, reuniremos a seguir, item a item, uma síntese das principais ideias-força, além de conceitos e definições políticas a respeito do programa para a sociedade socialista defendida pelo PT:

1. É reafirmado o compromisso do PT com a democracia como um valor estratégico, “*a [...] um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada*”, oriundo de sua história de luta pelas liberdades

políticas, os direitos sociais e a soberania popular. Destaca-se a sua trajetória: *"Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornando-nos um grande partido de massas, denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical"*. Afirma-se a necessidade da *"[...] instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos"*(p. 01);

2. Em função da *"[...] vocação democrática do PT"*, o partido declara o respeito à aos movimentos sociais e *"[...] recusa-se, por princípio, a sufocar sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão"* (p. 01);
3. Aqui se destaca o *"[...] pluralismo ideológico-cultural"* do partido em função dos diversos grupos que deram origem, nos quais se destacam: *"o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não-marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc."* Consequentemente, o *"[...] PT não possui filosofia oficial"*, unificando-se pelo *projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão"* (p. 02);
4. Aqui a primeira menção ao capitalismo: *"[...] o compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco nossa luta democrática"*. É citada *"a [...] perversidade estrutural do capitalismo"*, e o *"sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. [...] O capitalismo seja qual for sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social, que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia. É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de um terço da humanidade"*. A presença da tradição marxista torna-se mais nítida e central na afirmação de que: *"É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios"*

*na África do Sul, passando por nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, pelo analfabetismo, pela marginalidade, pela violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil*". Por isso os textos de origem "[...] do PT – Manifesto e Programa de Fundação – já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, em sua origem, nitidamente socialista". Confirmava-se a "[...] opção anticapitalista e [...] os compromissos transformadores do PT" (p. 02);

5. Afirma-se a crítica a trajetória da Social Democracia que: "[...] não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT" (p. 03);
6. Por outro lado o "[...] compromisso estratégico com a democracia", o faz crítico das experiências do socialismo real, mesmo que se posicionando contra o abstrato desta definição que "[...] desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos. [...] O PT apóia a luta dos trabalhadores e dos povos por sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente seu direito de crítica". O socialismo real representava então "[...] uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de

*socialismo. Sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose partido-Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista”. Por fim se define que: “[...] O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo” (p. 03);*

7. *“O sentido geral de nossa política – democrático e anticapitalista -” faz o PT optar “[...] pela construção progressiva de nossa utopia concreta”, tentando evitar “[...] tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos”. Mais à frente se afirma que o fator de legitimação dos “[...] contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares” (p. 04);*
8. *O cenário internacional se faz presente neste ponto, quando se afirma que “[...] atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa. Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia inter-burguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico”. Porém reafirma-se a atualidade do projeto socialista, pois, “[...] muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas” (p. 04);*



9. Este ponto deve ser reproduzido na íntegra, pela importância que adquire para a pesquisa: *“Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes. Para algumas dessas perguntas podemos avançar respostas que decorrem de nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos de nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas por nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna”* (p. 05);
10. Para o PT, *“[...] o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos”* e *“[...] só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal, ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas”*, no qual *“[...] recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre o socialismo e humanismo”* (p. 05);
11. A inspiração *“[...] na rica tradição de lutas populares da história brasileira”*, acrescentar-se-á ao *“[...] princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns”*. A sociedade socialista *“[...] buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável*

*singularidade individual. Assegurando a igualdade fundamental entre cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental [...] que lutará pela libertação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. [...] O pluralismo e a auto-organização [...] servirão como [...] antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades”. Afirma-se “[...] a identidade e a independência nacionais”, assim como a “[...] autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão”. No tocante à estrutura produtiva se diz que: “O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social” (p. 05) (grifos nossos);*

12. As conquistas políticas, tais como as liberdades democráticas serão não só conservadas como ampliadas: *“Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e*

*dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos”* (p. 06);

13. Enfim o PT, “[...] não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se, mais do que nunca, disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira” (p. 06).

Por fim, seguindo o diálogo com o pensamento marxista, podemos alertar sobre o risco de se perder no emaranhado das manifestações assumidas pelos conflitos políticos e sociais. A análise não pode descartar o desenvolvimento da luta política geral muito menos deixar de lado o desenvolvimento concreto dos projetos políticos e societários que permanecem e se transformam para além das manifestações formais que possam assumir em cada congresso ou eleição.

Ao distanciar-se do determinismo mecanicista de cunho stalinista que apontava a história como o resultado inelutável das contradições estruturais, as leituras distanciadas metodologicamente da história, acabam por realizar um equívoco semelhante, porém na direção oposta. Tomam como ponto de chegada, no caso, o esvaziamento do projeto socialista do PT e a consolidação de um processo de valorização progressiva da democracia liberal no interior do partido, como algo natural, inerente à modernização do partido e à conquista de espaços institucionais no aparato estatal burguês (AMARAL, 2003; AZEVEDO, 1995).

Afirmar, simplesmente, que o PT nunca foi socialista é tentar esconder da história a luta dos socialistas no seu interior. Somente é válido enquanto raciocínio abstrato interpretativo à posteriori, portanto, de extração absolutamente idealista, pois nega o desenvolvimento das forças concretas mobilizadas para aquela luta específica, o cenário histórico mais geral no qual a formação histórica brasileira se enquadra, a correlação de forças mais geral na sociedade, a disputa de projetos históricos tidos como válidos naquela conjuntura, a disputa de hegemonia, além dos influxos do acaso que interferem em todos os processos políticos humanos.

Os projetos societários presentes na luta interna de um partido com as características do PT, não estavam – nem estão – imunes ao desenvolvimento da luta política e ideológica entre as concepções hegemônicas oriundas das classes dominantes e seu bloco de poder, contra as afirmações contra-hegemônicas, de resistência ativa e

passiva, oriundas dos ‘de baixo’ e dos segmentos sociais oprimidos pelas relações de poder existentes.

O desenvolvimento político do PT o constituiu como um dos principais desaguadouros das diversas formas de resistência política, social, econômica e cultural contra as formas de realização sócio-metabólica do capital existentes no Brasil (MÉSZÁROS, 2002). Desde as disputas eleitorais, estudantis e sindicais, quanto o desenvolvimento das lutas antirracistas, pela igualdade de gênero, pelo direito à livre orientação sexual, pela preservação do meio ambiente, pelos direitos dos povos originários e dos portadores de necessidades especiais, enfim todas elas tiveram no PT e nos seus militantes, espaços abertos ao diálogo e à afirmação de suas pautas específicas.

A vida interna ao PT catalisou as demandas sociais, facilitou o encontro e a interação entre diversas formas de luta e resistência, contribuiu para a afirmação simbólica do valor inerente à condição de trabalhador, e permitiu a sua interação com projetos societários mais amplos. Isto permitiu que, muito além de meramente refletir de forma passiva a luta entre hegemonia e contra-hegemonia na sociedade brasileira, a luta interna do PT se transformasse em um dos palcos privilegiados para essa disputa. Aquelas correntes que estavam inseridas nesta vida interna, contavam com uma condição tremendamente favorável para testar e afirmar suas visões de mundo ao defendê-las no interior das classes trabalhadoras e seus aliados.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, não podemos negar a importância das lutas internas ao PT no que elas podem nos revelar sobre o desenvolvimento da ideia de socialismo neste partido e no Brasil desde a sua fundação.

Compõe um importante cenário da disputa entre os diversos projetos societários presentes nesse contexto histórico, em busca do predomínio e hegemonia sobre conjuntos cada vez mais amplos de segmentos e setores sociais oprimidos. Decerto a luta pelo socialismo no Brasil, não se esgotava no interior do PT, porém a afirmação desse projeto societário no interior deste partido, constituía uma das arenas privilegiadas para a esquerda de origem marxista sobrevivente à ditadura de 1964.

Com isso não se quer esconder o fato que a década de 90 foi um período marcado pelo esvaziamento da força atrativa do projeto socialista no interior do PT. Não significa dizer que nada está definido e que um dos lados não prevalece sobre o outro. Muito pelo contrário, há claramente o desenvolvimento de uma definição à luz do

desenrolar do tempo e das sucessivas conjunturas políticas e ideológicas internas ao PT, nacionais e internacionais.

Esse processo de definição política e social do PT vem sendo qualificado de transformismo, seguindo a terminologia gramsciana, por diversos autores (BOITO, 2003; OURIQUES, 2005; FILGUEIRAS, 2008; ALMEIDA, 2008). Um processo de avassaladora força frente uma resistência cada dia mais tímida, pragmática e débil, ao longo dos anos que se seguiram a crise do socialismo burocrático de tipo soviético, têm levado o Partido dos Trabalhadores para uma posição social-liberal e a sua integração ao bloco hegemônico das classes dominantes e seus associados e clientes<sup>40</sup>.

Perder de vista as diversas possibilidades abertas aos grupos políticos atuantes neste processo histórico citado, pode levar a uma leitura coisificadora da realidade, como se já estivesse escrito nas estrelas ou em algum lugar do passado, que este processo já estava fadado à derrota do socialismo, ou que não restava outra alternativa política frente à sua crise. Esta não é a nossa perspectiva histórica e portanto não é a nossa avaliação dos acontecimentos.

Os grupos políticos que responderam à crise do socialismo aproximando-se de concepções de mundo liberais, o fizeram de modo multifacetado e consciente, em meio ao processo de disputa de hegemonia interna ao PT, com os ganhos e perdas que advinham da tomada destas posições. O mesmo é válido para os grupos que construíram a sua permanência no campo teórico do marxismo e no campo político da afirmação do socialismo.

Não é nosso objetivo nesta pesquisa oferecer nenhuma leitura consoladora em auxílio dos setores derrotados na luta interna em favor das alternativas atualmente predominantes. Durante a trajetória do PT diversas oportunidades e eventos foram desperdiçados ou derrotados por aqueles que disputavam o socialismo dentro do PT, e a esses setores deve caber o exame dos acontecimentos e do porque destas possibilidades não terem sido corretamente aproveitadas.

O processo permanente da luta de classes envolve invariavelmente paixão, luta, amor, sangue, sacrifícios pessoais e sonhos realizados ou desfeitos, alguns seguindo nossa influência direta, outros passando totalmente ao largo das nossas aspirações e desejos.

---

<sup>40</sup> No capítulo 3 nos deteremos acerca desta questão de modo mais preciso, por enquanto basta afirmar que, a nosso ver, esse processo, embora seja irreversível, ainda não está inteiramente concluído.

Nenhuma revolução socialista vitoriosa foi instalada quando suas forças dirigentes tiveram certeza absoluta do sucesso, nem tampouco, nenhuma experiência socialista, revolucionária ou não, estava condenada ao fracasso no dia em que assumiu o poder de Estado.

Da mesma forma, no caso da definição do PT em relação ao socialismo, nenhuma leitura anacrônica da história deve ser utilizada como uma profecia negativa, que se confirma ao final de um período isentando homens e mulheres de suas responsabilidades frente aos acontecimentos.

O duro fato para os socialistas, querendo ou não aceitar, é que os vínculos do PT com o socialismo, tanto em termos de ideário quanto de tradição política, como também de plataforma programática, se enfraqueceram sensivelmente ao longo da década de 90 e não há o mínimo indício de que esse processo esteja sendo revertido, muito pelo contrário.

A construção de uma distância previamente determinada do PT em relação ao socialismo feita à luz do resultado concreto da sua luta interna, obviamente está sob a influência direta dos campos e dos atores políticos que saíram vitoriosos nesta luta, ou seja, o autodenominado Campo Majoritário cuja fração dirigente sempre foi a Articulação e que galvanizou ao longo do tempo os setores sociais-democratas e sociais-liberais em sua luta contra os setores socialistas de extração leninista, gramsciana e trotskistas.

As leituras históricas que projetam uma distância, a nosso ver artificial, entre o *ethos* do PT e o socialismo, seja esta distância bem vista ou não, não explicam como a vinculação formal com o socialismo continua de pé, apesar das transformações pelas quais passou o Partido dos Trabalhadores, como é verificável em seu estatuto aprovado em 11/03/2001:

Art. 1º: O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Por algum motivo ela persiste. E, se o faz, é legítimo imaginar que alguma influência ainda pode ter internamente e nos discursos do seu líder incontestado.

A linha de interpretação histórica de Coelho aponta para a compreensão do deslocamento de sentido da ideia de socialismo em função da compreensão do desenvolvimento da luta pela hegemonia interna ao PT, entre os setores mais claramente definidos pela superação do capitalismo e aqueles que progressivamente se aproximaram mais das políticas oriundas da social-democracia e do social-liberalismo e de como esta disputa manifestava a dinâmica mais geral da luta de classes, no Brasil e no mundo.

Este deslocamento de sentido da ideia de socialismo no interior da formulação da Articulação, responde ao movimento interno desta corrente em busca da reconfiguração de seu papel dirigente.

É a própria perspectiva de rompimento revolucionário da ordem capitalista o real alvo desta crítica, viabilizando desta forma, o início da aproximação com as organizações que já haviam rompido ou estavam em vias de romper política e teoricamente com o marxismo.

A marca dos deslocamentos do socialismo para a Articulação é a necessidade de disputa e consolidação da hegemonia interna, em função daquelas tarefas políticas consideradas como centrais na conjuntura, daí que *“a formulação política do partido precisa mudar quando a possibilidade de governar se torna real”* (COELHO, 2005, p. 226).

Esta será a tônica dos deslocamentos de sentido: por um lado, responder à adequação ao objetivo de vitória na eleição presidencial, e por outro, preservar a hegemonia política sobre os setores à esquerda, aprofundando o controle sobre o cotidiano interno do partido.

A expressão desse movimento pode ser definida de acordo com o autor citado, no processo de construção do Encontro de 1997, quando, mais uma vez, a esquerda ameaçava conquistar a direção do partido, e foi necessário um movimento de reconfiguração com setores descontentes e que haviam rompido com a Articulação em 1993, formando a Opção de Esquerda.

Foi então necessário e tido como uma condição para garantir esta aliança interna, fazer menção ao projeto de socialismo democrático do PT, mesmo que

[...] esvaziada de conteúdo, a discussão sobre o socialismo satisfazia, no entanto, a exigência de manter os vínculos com o discurso original do PT, isto é, ajudava a preservar a unidade interna do campo majoritário, condição para segurar a maioria que estava para ser outra vez desafiada pela oposição de esquerda (COELHO, 2005, p. 251).

## Capítulo 3

### ESPERANÇA EM MOVIMENTO

*Dizem  
que em alguma parte  
parece que no Brasil  
existe  
um homem feliz.*

(Vladimir Maiakóvski, “Eu”, *in*: Antologia Poética,  
São Paulo: Max Limonad, 1984, p. 59)

Nesse capítulo nosso objetivo será identificarmos as características gerais predominantes do governo Lula, como momento privilegiado das transformações que marcaram a trajetória do PT, caracterizando dessa forma o contexto político e ideológico mais amplo no qual se dá a prática discursiva do presidente Lula.

#### 3.1 A DISPUTA DE 2002

A eleição de 2002 assemelhou-se ao pleito de 1989 do ponto de vista da predisposição oposicionista do eleitorado, conjuntura diferente das eleições vencidas pelo PSDB.

[...] as pesquisas eleitorais, que orientam as grandes campanhas profissionalizadas, revelaram um eleitorado descontente, ávido de mudanças, assustado com os preços e o desemprego (ALDÉ, 2004, p. 106).

Entre os principais candidatos, (Lula, Serra, Ciro e Garotinho) nenhum nome vinculado às oligarquias regionais tradicionais do século XX ou aos partidos historicamente vinculados à direita no sistema partidário, deixando em destaque da cena eleitoral.

[...] o discurso da mudança e preocupação com a injustiça social, com matizes paternalistas, socialistas e populistas em graus variados. Serão as eleições da mudança; as campanhas dos candidatos procurarão qualificar a mudança, transferindo a competição em direção à relativa competência, confiabilidade ou coerência para concretizá-la (ALDÉ, 2004, p. 106).

Neste cenário, a trajetória de esquerda, a origem de classe e o compromisso histórico com os trabalhadores renderam a Lula e ao PT uma posição mais favorável do



que a qualquer um de seus concorrentes. Não por acaso a disputa terminou com a primeira vitória na história do Brasil, de um partido reconhecidamente de esquerda e autodefinido como um partido socialista.

As eleições de 2002 abriram um período que colocou a luta política no Brasil dentro de novo patamar. Vários fatores confluíram para a vitória de Lula. Mas, antes de tudo, refletiram uma hegemonia política instável do Bloco de Poder no Brasil e foram um desaguadouro de um grande processo, um verdadeiro longo ciclo de ações e esperanças de mudanças no país que vem – com avanços, bloqueios, retrocessos e retomadas – desde a crise do regime militar. Assim, foi fruto do acúmulo de médio e longo prazos do bloco de forças operárias, democráticas e populares, que se articulou historicamente em torno do PT; de uma conjuntura mais recente, internacionalmente desfavorável ao desgastado projeto neoliberal e nacionalmente de crise social e desgaste da política econômica em vigor desde 94; da divisão do bloco de poder entre vários candidatos. Mas o fundamental é que, com tudo isso, Lula conseguiu manter sua marca de agente da "mudança" da situação social e do modelo econômico. E isto é o que o povo espera do seu governo (ALMEIDA, 2003, p. 37).

Porém isto não significava necessariamente uma campanha abertamente socialista. Como as eleições de 94 e 98 já haviam espelhado, o processo de inflexão rumo ao centro caminhava a passos largos, legitimando-se a cada novo processo eleitoral, independentemente dos seus resultados, em um processo de contínua e progressiva multiplicação de ambiguidades, nos diversos aspectos práticos e políticos envolvidos nessas disputas: financiamento da campanha, formas de apropriação do marketing eleitoral, construção programática, envolvimento militante, uso de profissionais pagos, tendo ou não envolvimento partidário, etc. (ALMEIDA, 2001; FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007; ALMEIDA, 2006; Benjamin, 2004; dentre outros autores que problematizaram o impacto dessas transformações nas formas como o PT disputou os processos eleitorais no período citado).

O desafio seria demonstrar confiabilidade e serenidade frente aos oponentes históricos, combinando confiabilidade e segurança, sem abrir mão dos desejos de mudança, surge assim o 'Lulinha paz e amor'. A fim de verificarmos se esta imagem desejada foi, de fato, implementada durante a campanha, lançamos mão de um método de identificação dos apelos dos diversos candidatos em campanha, proposta por pesquisadores da comunicação e que assim é dividida (PORTO, VASCONCELOS e BASTOS, 2004, p. 80):

1. Políticas Futuras: propostas e planos de governo;

2. Políticas Passadas: realizações anteriores do partido e/ou do candidato;
3. Atributos Pessoais: qualidades e características do candidato;
4. Partisão: vínculos do candidato com movimentos, partidos, etc.;
5. Ideológico: apelo que relaciona a candidatura com categorias como esquerda/direita, socialista, liberal, conservador, nacionalista<sup>41</sup>;
6. Simbólico: remete a valores culturais, ideais;
7. Análise de Conjuntura: avaliações da situação geral do país;
8. Propaganda Negativa: críticas e ataques aos demais candidatos

Acrescenta-se a existência de quatro segmentos de conteúdo (PORTO, VASCONCELOS e BASTOS, 2004, p. 80 e 81):

1. Metacampanha: divulgação de elementos operacionais e eventos e fatos da campanha;
2. Músicas: trilhas sonoras e *jingles*;
3. Direito de Resposta: tempos cedidos oficialmente pela Justiça Eleitoral com este fim;
4. Outros: todos os demais.

A distribuição do tempo durante os programas de Lula no HGPE demonstra o tom *light* da campanha (PORTO, VASCONCELOS e BASTOS, 2004, p. 81):

1. Análise de conjuntura: 28,2%;
2. Políticas futuras: 18,4%;
3. Músicas: 10,6% (o maior tempo entre os candidatos);
4. Propaganda negativa: 2,5% (o menor tempo entre os candidatos).

### 3.2 O PROGRAMA

A ascensão do PT ao governo central do Brasil em 2002, quando observada desde um ponto de vista histórico, realizou-se de modo um tanto paradoxal:

[...] o PT chega ao poder quando as forças que o sustentavam já não tem mais força. Isso destruiu a possibilidade de hegemonia, no sentido mais rico da palavra, que é o sentido da direção moral da sociedade<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> Damos destaque a este elemento pela centralidade que assume em relação ao nosso tema. Entretanto, embora mereça destaque o fato de que não houve em nenhum programa das eleições de 2002, nenhuma citação qualificada pelos pesquisadores como um elemento de identificação ideológica, acreditamos que, pela sua amplitude e complexidade, deveria ser realizado um estudo mais detalhado sobre os conteúdos ideológicos presentes no HGPE do candidato Lula.

<sup>42</sup> Oliveira *apud* Ouriques, 2005.

Ao contrário de afirmar um processo de profunda alteração contra-hegemônica na correlação de forças em favor dos trabalhadores, a vitória se dá em um cenário de defensiva estratégica em relação ao *ethos* de um projeto contra-hegemônico, ou seja, a crítica à hegemonia existente e a afirmação da possibilidade de sua superação.

O esvaziamento da ideia da viabilidade do socialismo ao longo da década de 90 entre as classes trabalhadoras está dialeticamente intrincado com o seu progressivo abandono no PT, em função do giro social-liberalizante do ‘Campo Majoritário’ são processos que se reforçaram mutuamente.

A resposta estrategicamente defensiva ao discurso neoliberal, mesmo diante dos seus impactos estruturais, ou durante suas crises financeiras ocorridas ao longo da década – e principalmente no segundo governo FHC – contribuiu para fortalecer a hegemonia das classes dominantes, reforçando o sentimento de ausência de alternativas e da necessidade de adaptação à ordem, mesmo que esta lhes fosse opressiva e danosa.

Pacificado, ordeiro e submetido à brutalizadora concorrência em busca da sobrevivência cotidiana, a classe trabalhadora entrou em processo de “derretimento”, perdendo identificação simbólica e material enquanto classe social e simultaneamente, reforçando a impressão da implausibilidade da revolução e do socialismo<sup>43</sup>. Haverá correspondência deste processo no texto basilar produzido pelo partido para as eleições presidenciais de 2002.

O texto “Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil” publicado em março de 2002 não consta do site oficial do partido<sup>44</sup>, somente no sítio da Fundação Perseu Abramo. É merecedor de um estudo mais detalhado, não somente em função das suas ambiguidades – tradicionais aos textos e resoluções petistas. Mais além, pelas possibilidades de análise comparativa entre o que está ali formalizado (como construção coletiva dos petistas), e o conteúdo expresso na “Carta ao Povo Brasileiro” (assinada por Lula em 22/06/2002) em vista das realizações e políticas implementadas durante os quatro anos de governo.

Como o nosso objetivo é identificarmos os sentidos assumidos pelo socialismo na prática discursiva do Presidente Lula e não as realizações de seu governo, nos ateremos

---

<sup>43</sup> Neste sentido, entrevista do sociólogo Chico de Oliveira concedida ao Jornal Brasil de Fato, edição 123, de 14/07/2005.

<sup>44</sup> Os textos que aparecem em destaque no sítio <<http://www.pt.org.br/portaltpt/index.php>> na seção documentos históricos do Diretório Nacional do partido são: Resoluções do 3º Congresso, Carta de Princípios, Manifesto de Fundação, O Socialismo Petista e Compromisso e Mudança. Não aparecem os programas presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Já no sítio da Fundação Perseu Abramo, disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>, estão disponíveis somente as minutas de cada programa, com uma página para cada uma. Com algum esforço e paciência, é possível acessar o programa de 2002.

às suas referências existentes neste texto, sinalizações óbvias para o conjunto da militância e da área de influência, do processo de transformação pelo qual passava o partido e do atual papel que então cabia ao socialismo democrático do PT.

O programa é dividido em um texto de apresentação no qual se destaca com ampla ênfase a necessidade de uma ruptura necessária com o atual modelo econômico:

[...] trata-se, pois, de *propor para o Brasil* um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. Será preciso *ousar*, rompendo com o conformismo fatalista pretensamente pragmático que sonega direitos básicos da população e resgatando os valores éticos que inspiraram e inspiram as lutas históricas pela justiça social e pela liberdade (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, item 1, 2002) (grifos no original).

O texto como um todo é profundamente marcado pela presença dos termos da economia burguesa atual, não importando sobre qual tema discorra, o eixo argumentativo sempre retorna ao campo lógico característico destas construções. Por este mesmo motivo, não é necessário pautar qual o plano econômico do PT, pois “os três eixos estruturantes” nos quais se dividem as “bases de um Programa Democrático e Popular para o Brasil”, o social, o nacional e o democrático, todos eles estão articulados economicamente.

Assume papel central no texto, a crítica estrutural à lógica econômica neoliberal predominante na década de 90, vista como recessiva, antinacional nas suas privatizações, concentradora de riquezas e renda, geradora de pobreza, a serviço do capital especulativo internacional e fator de continuidade da condição de país dependente face os países centrais. Cabe destaque também o tratamento dado à dívida pública e a defesa de uma política articulada com Argentina e México para enfrentá-la.

As medidas de inclusão social e geração de emprego são vistas como eixos de crescimento econômico voltados ao mercado interno essencial de massas e por sua vez gerador de inclusão social.

A aceleração do crescimento econômico, acompanhada de distribuição de renda e riqueza, permitirá integrar expressivos contingentes da população brasileira ao mercado (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, item 39, 2002).

O socialismo democrático do PT não aparece de modo articulado explicitamente no primeiro eixo, o social. Pelo contrário, na medida em que a referência às mudanças de caráter estrutural na posse da terra e da propriedade são ambíguas:

[...] a materialização de mudanças na estrutura de distribuição de renda e riqueza só será possível se as medidas redistributivas adotadas forem acompanhadas por transformações na produção e no investimento que as orientem para um amplo mercado de consumo essencial de massas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, item 26, 2002).

Ganha força e legitimidade a adoção de políticas emergenciais de cunho focalizado, portanto neoliberal:

É preciso, pois, criar condições, proporcionar recursos, para que a população excluída possa transitar para uma situação de inclusão social (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, item 39, 2002).

O socialismo somente aparece no eixo do programa denominado de nacional como uma dimensão da luta por independência nacional efetiva dos povos dos países periféricos do capitalismo. Principalmente no caso latino-americano, região na qual essas lutas se articulavam com o desgaste das políticas de ajuste estrutural defendidas pelo FMI, desde os anos 80 e com maior intensidade e alcance nos anos 90. A referência ao socialismo democrático é, porém, restrita à constatação de que esses processos internacionais favorecem a sua defesa.

Esta mudança do quadro mundial permite combinar a defesa da soberania com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. É neste contexto que a defesa do socialismo democrático começa a tornar-se mais favorável, assim como cresce a perspectiva de apoio a um programa de esquerda em escala internacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, item 54, 2002).

Podemos repor então os limites da ambiguidade do programa de governo proposto pelo PT em 2002, uma vez que, de certo, já continha os elementos centrais da construção das políticas públicas de corte neoliberal. Porém, a bem da verdade, os elementos críticos à política macroeconômica que preside esta lógica estavam lá

situados e estimulavam as esperanças de mudança social, como também as expectativas dos grupos políticos organizados de esquerda, de uma mudança de rumo<sup>45</sup>.

Obviamente, um processo de mudanças estruturais imediatas de cunho socialista não estava pautado, nem no programa, nem por nenhum dos grupos apoiadores da candidatura Lula, no entanto, o programa continha, sim, críticas profundas ao modelo implementado na década de 90. Era neste campo de possibilidades que giravam as expectativas para um futuro governo do PT.

Fica nítido, portanto que o discurso posteriormente implementado pelo governo Lula, a fim de legitimar as ações de seu governo, procurando desqualificar os seus antigos apoiadores, como aqueles que defendiam o socialismo “imediatamente”, não guarda nenhuma conexão com o programa eleitoral apresentado. Este discurso foi tornando-se cada dia mais corrente na medida em que os aspectos da “ruptura necessária”, ou seja, a crítica ao neoliberalismo e a sua substituição por outro modelo, foram progressivamente substituídos pela manutenção da ordem econômica tal qual herdada do governo FHC.

O momento da inflexão apaziguadora das críticas ao neoliberalismo, está situado no decorrer da campanha e têm seu ápice na “Carta ao Povo Brasileiro”. Em meio à linguagem própria de uma campanha eleitoral acirrada, marcada por críticas abertas e provocações veladas aos principais oponentes do momento, entre eles o Presidente Fernando Henrique e seu candidato José Serra, a carta não consegue disfarçar o seu objetivo central: sinalizar ao capital especulativo interno e externo, qual seria o comportamento do PT no comando do governo federal:

[...] O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências

---

<sup>45</sup> Neste sentido, citamos trecho do artigo “¿Brasil: continuidad neoliberal o cambio?”, de Eric Toussaint: “El programa también era contradictorio. El mismo preconizaba la continuación de la política económica aplicada por el gobierno de Fernando Henrique Cardoso. Es una política preconizada por el FMI, que aseguraba ante todo el reembolso de la deuda externa y la prosecución del ajuste estructural. Es justamente ésta política la que reduce de manera considerable las fuentes para obtener los ingresos públicos necesarios para concretizar la parte progresista del programa”.

energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

E assim foi lida por todos os protagonistas desta disputa política, muitas vezes com certo exagero, como se toda “a guinada ao centro pelo PT”, tivesse ali se iniciado, desconsiderando assim, o seu processo de transformismo político, paulatino, porém, mais do que evidente, na década anterior. Os elogios ao agronegócio, a sinalização da lentidão das transformações culminam com a construção da imagem buscada pelo comando da campanha: o candidato da mudança segura, pela manutenção dos compromissos e da estabilidade:

[...] Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas. [...] As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. [...] O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Carta ao Povo Brasileiro, 2002).

O processo anteriormente descrito de rebaixamento programático em relação a ideia de um horizonte socialista a ser construído, é indissociável da adesão à política do

possível, sob a égide da aceitação do modelo macroeconômico então vigente, passando pela submissão às políticas de ajuste fiscal, vista então como respeito aos contratos internacionais e nacionais com o capital especulativo e mais precisamente com o FMI:

O programa e a estratégia aprovados no Encontro Nacional do PT de dezembro de 2001 e os seguidos rebaixamentos dos mesmos, já apontavam para as profundas contradições políticas e de classe no governo. Propondo-se a ser de "união nacional", não pretende ser um Governo Democrático e Popular de profundas reformas de caráter popular nem uma simples continuidade do modelo de neoliberalismo aplicado no governo FHC. Mas sim, a fazer mudanças moderadas e lentas, de melhorias das condições de vida nos marcos do capitalismo e sem a pretensão política de superá-lo (ALMEIDA, 2003, p. 38).

O corolário dessas transformações no projeto de sociedade defendido pelo PT, encontra-se no discurso “Compromisso com a mudança”, lido por Lula em 28/10/2002 após a finalização do processo eleitoral. Não há referência ao socialismo democrático para caracterizar a identidade do partido, que é definida agora como “um partido de esquerda”. Elogios à democracia representativa, alfinetadas nos tucanos do PSDB e loas aos aliados, marcam presença ao lado das homenagens aos construtores anônimos daquela vitória e a reafirmação de que as mudanças não seriam feitas de modo irresponsável:

[...] O povo brasileiro sabe, entretanto, que aquilo que se desfez ou se deixou de fazer na última década não pode ser resolvido num passe de mágica. Assim como carências históricas da população trabalhadora não podem ser superadas da noite para o dia. Não há solução milagrosa para tamanha dívida social, agravada no último período. Mas é possível e necessário começar, desde o primeiro dia de governo. Vamos enfrentar a atual vulnerabilidade externa da economia brasileira – fator crucial na turbulência financeira dos últimos meses – de forma segura. Como dissemos na campanha, nosso governo vai honrar os contratos estabelecidos pelo governo, não vai descuidar do controle da inflação e manterá – como sempre ocorreu nos governos do PT – uma postura de responsabilidade fiscal (PARTIDO DOS TRABALHADORES, Compromisso com a Mudança, 2002).

### **3.3 MUDANÇA E COMPROMISSO**

É sobre esta base material que o cientista político Alberto Carlos Almeida interpreta a vitória de Lula em 2002, como um resultado da marcha ao centro do espectro político empreendida por Lula e pelo PT, materializados na Carta aos Brasileiros e no



compromisso com os acordos firmados com o FMI pelo governo FHC (ALMEIDA, 2006).

Porém, como citado anteriormente, outros estudos apontam como o elemento central propiciador da sua vitória eleitoral (ALMEIDA, 2004 e 2005) o fato de que a candidatura Lula ocupou o lugar de fala da mudança nas eleições de 2002. A nosso ver, ambos os estudos enfocam e dão primazia a aspectos diferentes do mesmo processo, a marcha da adesão petista ao status quo, e o seu lastro histórico eleitoral de partido da mudança.

Como os dois momentos desse processo são reais, acreditamos que ambas as contribuições podem também ser vistos de maneira parcialmente complementar, pois como já foi descrito anteriormente, as pressões internas e externas no sentido da incorporação do PT ao campo da hegemonia burguesa não são uma novidade, sendo fortalecidas com a ocupação de espaços privilegiados na máquina pública ao longo da década de 90.

Por outro lado, seria uma incoerência desconsiderar o desenvolvimento das forças políticas, ao qual o PT se vincula historicamente, como caudatárias dos longos anos de luta pelo desenvolvimento nacional desde uma perspectiva socialmente includente, das liberdades democráticas e da soberania nacional. Desde este ponto de vista, é inegável que a ideia de mudança teve papel decisivo no resultado eleitoral.

O mais importante, porém, é destacar que essas pressões permaneceram ao longo dos quatro anos de governo, e vão se constituir como elementos centrais para a construção das estratégias discursivas do presidente Lula.

Os sentidos construídos pela ideia de socialismo ao longo dos discursos do presidente Lula são um momento expressivo e particular de um processo histórico de transformação da ideia de socialismo no interior do PT, e conseqüentemente com influência sobre parcelas da classe trabalhadora brasileira. Fazem parte desta construção recente, dialogam com ela, mas não estão a priori determinados por ela. Refletem as opções concretas ao longo do período estudado.

Estes sentidos serão, ao mesmo tempo, influenciados diretamente pelas forças sociais e seus projetos contraditórios entre si, expressões que são dos interesses de classe presentes em nossa sociedade. No entanto, em maior medida até, os sentidos do socialismo na prática discursiva do presidente Lula, serão termômetros efetivos para se analisar o grau de aproximação e repulsa das posturas políticas do presidente Lula, em relação às forças hegemônicas e contra-hegemônicas do cenário político e social

brasileiro. Por fim, não será surpresa se, dialeticamente, os sentidos do socialismo presentes nos discursos do presidente Lula se apresentem no decorrer da pesquisa, também enquanto construtores efetivos da relação com os campos políticos e sociais em disputa.

Não consideramos que haja um constrangimento tal por Lula, pelo fato de ocupar a condição de chefe do executivo, que o impedisse totalmente de lidar com a ideia de socialismo em seus discursos. Muito pelo contrário, a história passada e a própria conjuntura internacional do período histórico dos discursos e da nossa pesquisa, reforçam a ideia de que essa prática discursiva foi construída no interior de um amplo campo de possibilidades ideológicas.

Em verdade, esta não é uma construção simples, compondo e sendo parte decisiva de um processo de autoidentificação política e ideológica dos sujeitos políticos individuais e coletivos. Existe uma negociação extremamente tensa, complexa e inconclusiva de chefes de estado e seus programas antissistêmicos e contra-hegemônicos, ao nível de suas estratégias discursivas, com as possibilidades fornecidas e os limites estabelecidos, por sua posição institucional. Entretanto, há uma margem de manobra também considerável para a afirmação explícita das identidades antissistêmicas e contra-hegemônicas pelas lideranças políticas exercendo papéis de direção executiva, como demonstram diversos presidentes latino-americanos, atualmente e ao longo de nossa história.

Portanto, procuramos desta forma valorizar o espaço de liberdade existente no desenvolvimento de posições políticas e ideológicas dos sujeitos políticos, essenciais em seus processos de formação e desenvolvimento histórico.

O que se deve reter, portanto, é a inexistência de um padrão único para a assunção de autoria, e as imposições da liturgia do cargo sob as diversas formas nas quais se realiza a democracia representativa no capitalismo, em relação ao conteúdo programático, a plataforma política, a intencionalidade e a capacidade de gestão de sujeitos políticos contra-hegemônicos e antissistêmicos. Isto é um ponto importante, pois orienta a validade da pesquisa, assim como a impossibilidade de definirmos os seus resultados *à priori*.

### **3.4 HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NO GOVERNO LULA**

O governo Lula guardou desde o primeiro momento elementos de esperança na mudança e transformação social, combinados com os elementos de adequação hegemônica presentes e progressivamente cada dia mais fortes no interior do PT.

Esta combinação expressou-se na aposta programática daquele governo em retomar o rumo do desenvolvimento nacional, dando continuidade à política macroeconômica neoliberal, sem romper com a posição servil em relação ao capital financeiro. O estabelecimento de uma pauta política que pretendia enfrentar as chagas sociais profundas e históricas como a fome e, ao mesmo tempo, elevar as taxas de juros para controlar uma possível subida da inflação, são as implementações concretas dessa opção estratégica.

Esta incorporação política, material e ministerial das contradições e projetos estratégicos alternativos, diferenciados e contraditórios no corpo do Governo, não somente em suas ações, e nas suas inações gerenciais e administrativas, estará presente também ao nível de sua construção simbólica e discursiva, lançando sinais contrários, múltiplos e por vezes paralisantes para a sua base política anteriormente vinculada à ideia de mudança social.

### **3.5 A ECONOMIA POLÍTICA DO GOVERNO LULA**

A análise de José Luis Fiori (2002) sobre a vitória de Lula e os desafios estruturais postos diante de seu governo retoma os termos do velho conflito que atravessa a nossa história, entre três projetos estratégicos de inserção internacional do Brasil que conviveram e lutaram entre si durante todo o séc. XX.

O projeto liberal, que lança raízes nos interesses da burguesia cafeeira, partia de uma visão incorporada e submissa à divisão internacional do trabalho liderada pela Inglaterra. Seus objetivos e políticas se mantiveram praticamente intocados até a crise econômica de 1930, reaparecendo depois, no liberalismo antivarguista e antiestatista do governo Cardoso-Malan.

O segundo grande projeto estratégico, que veio a ser conhecido como nacional-desenvolvimentista, aparece esboçado nas teses dos "industrialistas", presentes na Constituinte de 1891, mas ganha protagonismo político efetivo com a Revolução de 1930. Reação defensiva e pragmática frente à crise econômica de 1929, ganhou contornos de projeto de construção de uma economia nacional e pela amplitude de política de seus defensores no período, entre eles Vargas, JK, General Geisel, este

projeto conseguiu se constituir como uma referência para a construção do Estado nacional no Brasil.

Segundo Fiori (2002, p. 53):

[...] o terceiro e último destes projetos nunca ocupou o poder estatal, nem comandou a política econômica de nenhum governo republicano, mas teve enorme presença no campo da luta ideológico-cultural e das mobilizações sociais e democráticas. Esteve presente em algumas revoluções republicanas regionais do século XIX, e nas lutas sindicais, comunistas e tenentistas das primeiras décadas do século XX. Mas foi a partir da década de 30 e, sobretudo, nos anos 50/60, que estas mobilizações e lutas sociais começaram a se identificar com um projeto de desenvolvimento econômico nacional e popular que tangenciou, no campo das ideias e das alianças políticas, com o "desenvolvimentismo conservador", dos anos 50.

No início da década de 60, esta vertente nacional, popular e democrática do desenvolvimentismo chegou a propor uma reforma do projeto, incluindo, ao lado da industrialização e do crescimento econômico acelerado, o objetivo da democratização da terra, da renda, da riqueza, do sistema educacional e do sistema político. Uma alternativa que foi sintetizada, em parte, pelo Plano Trienal de Celso Furtado de 1963, mas que foi vetada pelas forças conservadoras e inviabilizada pelo golpe militar de 1964.

Depois disso, essas ideias reformistas se confundiram com o movimento da resistência democrática, somando-se mais tarde às mobilizações sindicais, populares e estudantis que se intensificaram na luta final contra o regime militar e que estiveram na origem do Partido dos Trabalhadores. De uma forma ou outra, este projeto de democratização social e política do desenvolvimentismo esteve presente nas intenções e ações reformistas de algumas áreas e políticas dos governos logo depois da redemocratização. Ocupando um lugar importante no texto da Constituição de 1988, sobretudo nos capítulos relacionados com os direitos civis, sociais, políticos e econômicos da cidadania brasileira (FIORI, 2002).

Nos termos do debate da inserção estratégica internacional do Brasil, tendo como referência os três projetos que marcaram nossa história política, aquele que mais dialogava com a necessidade de mudança, apontada pelo eleitorado em 2002, era o terceiro projeto, ao qual historicamente se vinculavam as lutas populares, passando pela democratização e a criação do PT, da CUT e do MST.

Passada a década 90, chegara a hora de acabar com a desertificação neoliberal (ANTUNES, 2004) e retomar a implementação do projeto de desenvolvimento nacional com soberania no cenário externo e caráter democrático e popular. Eis a base concreta da esperança. Ricardo Antunes, em sintonia com essa perspectiva compreendia a vitória do PT em 2002, como uma possibilidade concreta de impingir uma “*efetiva derrota política do neoliberalismo*” (2004, p. 131) apesar das muitas concessões feitas, o que lhe forçaria, a bem da afirmação de outro modelo econômico, o desafio de:

[...] desenhar um programa alternativo e contrário ao modelo atual, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas visualizando um horizonte societal distinto e alternativo, que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica hoje predominante (ANTUNES, 2004, p. 135).

Porém, ao contrário dessas expectativas, não foi o modelo esperado de inserção internacional do Brasil, que terminou triunfando. Antes de definirmos o modelo triunfante nestes quatro anos, pontuamos:

1. Não temos a pretensão de realizarmos um levantamento pormenorizado dos aspectos e processos que caracterizaram os quatro anos do governo Lula, nem do ponto de vista da execução das suas políticas públicas, nem sobre os condicionantes e variáveis estruturais e econômicas com as quais esse governo se deparou. Acreditamos que estudos com estes enfoques são profundamente bem vindos e com certeza, pontilharão no cenário acadêmico nos próximos anos.
2. Não pretendemos nos arriscar nessa perspectiva, além daquilo que seja estritamente necessário para a compreensão do panorama geral característico deste governo, oferecendo um enriquecimento à compreensão do cenário político e social no qual o presidente Lula realizou as enunciações discursivas, que serão analisadas posteriormente.
3. Acreditamos, entretanto, ser de fundamental importância à qualificação do modelo estratégico de inserção internacional do Brasil, a fim de compreendermos os sentidos assumidos pelo discurso de Lula, uma vez que o socialismo – independentemente dos matizes específicos que podem lhe dar características peculiares em termos de orientação ideológica, cultural, nacional e teórica -, é antes de tudo, um projeto de organização social

amplo, totalizante e com uma perspectiva histórica que se pretende de longo prazo.

Devemos fazer um pequeno parêntesis deste momento: sem dúvida em diversas experiências nacionais de governos de esquerda<sup>46</sup>, podem ser encontradas políticas públicas e macroeconômicas inspiradas diretamente pela perspectiva de construção de uma sociedade socialista. Por outro lado, também ocorreram diversas experiências, tanto na Europa, quanto na América Latina, de partidos populares, de esquerda sob influência socialista que, ao assumirem posições de governo, perfizeram inflexões discursivas diversas, mas com um traço predominante, a desconexão do projeto societário socialista com as práticas de governo e suas políticas públicas<sup>47</sup>.

Acreditamos que o estudo dessas experiências e dos caminhos percorridos pelo projeto socialista no interior dos respectivos partidos dirigentes, deva ser empreendido, assim como o fazemos nesta pesquisa: através da busca das conexões entre os contextos políticos e sociais mais amplos e os cenários internos de luta hegemônica entre as duas alternativas estratégicas globais, tais como descrito em Mészáros (2004): a estratégia radical, ou socialista-revolucionária e a estratégia gradualista, ou social-democrata. Estudos apriorísticos sobre a inevitabilidade da opção social-democrata, tendem a não explicar como, porque e com qual objetivo se dão as formas de enunciação do socialismo, seja em partidos abertamente social-democratas e da Terceira-Via, seja em partidos formalmente socialistas, como o PT.

O estabelecimento de estudos comparativos, respeitada essa perspectiva metodológica acima descrita, aplicada ao menos no contexto latino-americano entre as diversas experiências históricas dos partidos de inspiração socialista e as suas formas de enunciação desse projeto de sociedade, é um campo interessantíssimo e inexplorado que claramente não podemos adentrar dada a sua complexidade e amplitude.

Retornamos agora a questão das conexões entre as políticas concretas e as formas de enunciação do projeto socialista. Apesar da importância da possibilidade de investigação dessas políticas propriamente ditas, isto não seria condizente e factível

---

<sup>46</sup> Allende no Chile, Chávez na Venezuela, Morales na Bolívia, para citarmos alguns casos de presidentes eleitos diretamente e que realizaram/realizam políticas econômicas e públicas inspiradas em alguma medida, em perspectiva socialista, no contexto latino-americano, uma vez que este contexto dialoga direta e organicamente ao longo da sua história, com a formação econômica e social do Brasil (FERNANDES, 1973; OURIQUES, 2007; dentre outros).

<sup>47</sup> Em geral, a social-democracia européia é o grande exemplo. Porém, na América Latina, aparentemente a mesma desconexão ocorreu com os governos dirigidos pelos socialistas no Chile pós-ditadura e estaria ocorrendo também com a Frente Ampla no Uruguay, muito embora desconheçamos estudos sistemáticos a esse respeito.

com nosso objetivo de analisar o discurso do presidente Lula e as suas formas de enunciação do socialismo. Contudo, seria contraditório com os objetivos desta pesquisa e com um projeto societário tão amplo e complexo quanto o socialista, se não analisássemos, pelo menos sinteticamente, o cenário estrutural no qual são viabilizadas suas formas de enunciação discursiva.

Segundo a análise que veremos a partir de agora, não se realizaram as expectativas generalizadas de que o primeiro governo Lula realizasse guinada no sentido da construção de um modelo particular de social-desenvolvimentismo. Entre 2002 e 2006, prevaleceu o modelo liberal-periférico reatualizado ao contexto do neoliberalismo do início do séc. XXI (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007) em nossas condições subalternas frente ao sistema econômico internacional, em uma dinâmica macroeconômica de predomínio do capital financeiro e de sua lógica específica.

O modelo liberal periférico tem três conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro.

O modelo é liberal porque se estrutura a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado [em especial na área da Previdência Social] e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração do trabalho.

O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade estrutural nas suas relações internacionais.

Por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 95).

Além da desvalorização cambial de 2002 e da recuperação da Argentina, a conjuntura internacional impulsionada pelo crescimento das economias chinesa e norte-americana, que mantiveram sua posição de compradoras estimulando o comércio internacional e impulsionando o valor das *commodities* e bens primários em geral, levou ao crescimento do volume das exportações dos países periféricos, consequentemente a elevação das suas taxas de crescimento do PIB resultando em uma

melhora generalizada nos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural destes países<sup>48</sup>. O Brasil se beneficiou deste cenário.

Os indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural do Brasil já estavam apontando sinais de recuperação após a crise de 1999 e continuaram no mesmo sentido, permitindo que a mesma política macroeconômica do segundo mandato de FHC, marcada por metas de inflação, ajuste fiscal permanente e câmbio flutuante, produzisse resultados significativamente melhores, porém:

[...] a maior competitividade internacional do Brasil está centrada nos produtos intensivos em recursos naturais e se deu, no essencial, mantendo o mesmo padrão de especialização já existente antes, isto é, sem alterações significativas da densidade tecnológica da pauta de exportação. Não houve mudanças importantes no padrão de comércio exterior por meio da maior diversificação e densidade tecnológica das exportações (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 62).

Esta política resultante do predomínio político, social e econômico da lógica financeira na sociedade brasileira, se constitui como uma verdadeira:

[...] armadilha da vulnerabilidade externa estrutural e do atraso de médio e longo prazos: a perpetuação da inserção internacional do país, apoiada, essencialmente; em commodities e produtos industriais com baixo e médio-baixo conteúdo tecnológico, intensivos em trabalho e recursos naturais. Esse processo mantém o país em situação de grande vulnerabilidade em relação aos ciclos do comércio internacional (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 104).

Esta política, muito embora tenha alcançado o controle relativo da inflação<sup>49</sup>, marcada por uma intensa e ampla abertura comercial e financeira da economia, têm resultado em

[...] um dos mais pífios desempenhos em termos de taxas de crescimento do PIB entre os países em desenvolvimento, além da manutenção de taxas de desemprego ainda muito elevadas e

---

<sup>48</sup> “Vulnerabilidade externa é a capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. [...] Vulnerabilidade externa conjuntural é determinada pelas opções e custos do processo de ajuste externo [...] é essencialmente, um fenômeno de curto prazo. [...] Vulnerabilidade externa estrutural é determinada, principalmente, pelos processos de desregulamentação e liberalização nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira das relações econômicas internacionais do país [...] é um fenômeno de longo prazo. [...] Vulnerabilidade externa comparada é da pelo desempenho externo relativo de determinado país comparativamente ao desempenho externo relativo de outros países” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 35).

<sup>49</sup> “Seus principais fatores são: apreciação cambial decorrente dos elevados saldos na balança comercial e da manutenção de grande diferencial entre as taxas de juros interna e externa; a fraca pressão da demanda interna causada pelas políticas fiscais (mega-superávit primário) e monetária (juros elevados); e a queda dos salários reais” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 116).



do crescimento da dívida pública interna (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 107).

Ao final dos quatro anos do governo Lula a taxa média de crescimento anual do Brasil foi de 3,3%, abaixo da média histórica republicana de 4,5%, correspondendo a nona pior posição no conjunto de trinta mandatos. A correlação com a economia mundial também não é positiva, pois a economia brasileira cresce a taxas bem menores, revelando um “*hiato de crescimento negativo*”, além da tendência crescente da relação dívida/PIB, alcançando “*o mais alto nível de endividamento da história do Brasil (Império e República)*” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 140).

O conteúdo da política social do governo Lula, segundo os autores citados, corresponde à ortodoxia-liberal predominante na economia, não estabelecendo nenhuma contradição com esta, na medida em que sua principal característica é a focalização e o enquadramento político da pobreza, segundo os conceitos metodológicos adotados pelas perspectivas teóricas neoliberais defendidas pelo Banco Mundial e congêneres.

Coube a esta instituição a cunhagem do conceito restrito de pobreza e o estímulo à adoção universal de políticas sociais focalizadas. Seu ponto de vista compreende que

O problema das desigualdades sai do âmbito da relação capital e o trabalho – característica essencial da sociedade capitalista – para o âmbito exclusivo (interno) da classe trabalhadora e suas diferenças. [...] Deixam de fora os rendimentos do capital, principalmente os obtidos no âmbito financeiro. Com isso, as análises de distribuição pessoal/familiar da renda dizem respeito, essencialmente, às desigualdades existentes entre os trabalhadores, que passam a ser classificados como muito pobres, pobres, não pobres e ricos (ou privilegiados), segundo os seus níveis de renda pessoal ou familiar (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 143 e 144).

Desta forma, as políticas públicas, ao focarem as desigualdades no campo dos rendimentos do trabalho, estimulam um processo de nivelamento por baixo, pois identificam segmentos da chamada classe média como se esses fossem os ricos e privilegiados. Isto, pois seu objetivo

[...] se restringe à redução das disparidades salariais e de outros rendimentos do trabalho, deixando de fora qualquer reforma que afete a distribuição da propriedade fundiária (rural e urbana), bem como a estrutura e o funcionamento do sistema financeiro (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 144).

Evidente que o debate sobre desigualdade a partir deste paradigma

[...] camufla as causas reais (estruturais) da pobreza; ignora a existência (e o conceito) de classes sociais e suas expressões na realidade brasileira; esconde a responsabilidade da estrutura de propriedade e do sistema financeiro na (re)produção dessas desigualdades; desconsidera a distribuição funcional da renda, que remete às classes sociais, e cunha conceitos inapropriados e irrealistas de ricos (relativos) e pobres (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 148).

E nos permite compreender que

[...] estamos diante de uma política social que nega radicalmente aquela concebida e implementada a partir da década de 1930 com a formação do Estado de Bem-Estar Social nos principais países desenvolvidos. O objetivo principal das políticas sociais focalizadas, independentemente do discurso político utilizado, não é complementar as políticas universais, e sim substituí-las economizando recursos para pagar a dívida pública (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 153).

Seu principal símbolo é o Bolsa Família e se constitui

[...] de fato, uma política assistencialista e com grande potencial clientelista; portanto, manipulatória do ponto de vista político, em particular quando se leva em conta o seu público-alvo: uma massa de miseráveis desorganizada e sem experiência associativa e de luta por seus direitos. A renda transferida às famílias não constitui um direito social, podendo ser reduzida e/ou retirada a qualquer momento, ao sabor dos interesses de cada governo – bem ao gosto da política fiscal liberal-ortodoxa, que não concorda com nenhuma vinculação orçamentária entre receita e despesa, com exceção, naturalmente, do pagamento dos juros da dívida pública (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 166).

### **3.6 A SÍNDROME DE HILFERDING**

No texto anteriormente citado em que Fiori (2002, p. 54) sintetiza o porquê de suas esperanças com a oportunidade histórica que se abria com o governo Lula, reside ali um aviso. Não se trata de medo, mas sim de uma síndrome que atingiu os partidos social-democratas na Europa no século XX:

Em sua maioria dos casos, esses partidos ficaram paralisados e foram derrotados pelo que se poderia chamar de "síndrome de Hilferding", o grande economista marxista e social-democrata austríaco, que ao assumir o Ministério da Fazenda da Alemanha, em 1928, apostou todas as fichas numa política ortodoxa e monetarista de estabilização, que acabou aumentando a recessão e o desemprego sem conseguir controlar a inflação alemã. Como consequência, foi expulso do Ministério e seu partido perdeu o governo, que foi entregue

logo depois a Hitler. Algo análogo – ainda que com efeitos menos trágicos – ao que passou com o Partido Laborista inglês, ao assumir o governo em 1929 e optar pela "visão do Tesouro" para enfrentar a recessão e o desemprego, contra a opinião na época de John M. Keynes, David L. George e tantos outros laboristas e liberais mais inventivos. Fizeram as mesmas políticas e colheram os mesmos resultados de Hilferding, como viria a ser o caso também do governo social-democrata de Leon Blum, na França de 1936/37.

Sobre a extensa e rica experiência da social-democracia europeia, nos ateremos a pontuar alguns poucos, porém essenciais, aspectos que podem nos permitir alguns paralelos, sem termos a vã ilusão de que seriam realidades similares e que, portanto, seria plausível o desejo de um transplante programático direto, de uma mera imitação, ou ainda pior, de uma condicionalidade das trajetórias. Como veremos mais adiante, a condição periférica se impõe, acima das boas intenções, de alguns dos setores social-democratas presentes no governo petista, no caso concreto brasileiro.

O pressuposto do qual partimos é de que seja possível, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, tratarmos como alternativas políticas e sociais viáveis, não só a existência de aspirações socialistas, como também a existência de forças políticas que possuam e cultivem aspirações de reformas, ou melhorias do sistema capitalista, na forma como esse se organiza no Brasil<sup>50</sup>.

O primeiro aspecto essencial para ambas as experiências é a ampla unidade política, social e econômica, sobre o que seriam as bases da organização social, existente entre os governantes políticos no capitalismo. Há uma crença básica, explícita ou não, nas virtudes e acertos deste modo de produção, de modo que, mesmo quando atores políticos oriundos das classes trabalhadoras e “partidos formalmente socialistas” chegaram aos postos de governo.

[...] embora tais pessoas professassem muitas vezes convicções anticapitalistas, jamais colocaram – e na maioria dos casos jamais desejaram colocar – um desafio sério ao sistema capitalista (ou antes, como a maioria diria, a uma ‘economia mista’), cuja estrutura básica e cujas características essenciais aceitaram muito mais prontamente do que seus pronunciamentos, na oposição ou mesmo muitas vezes no poder, tenderiam a sugerir (MILIBAND, 1982, p. 90).

---

<sup>50</sup> Esta ponderação faz-se necessária dada a caracterização da *sociedade capitalista desenvolvida* que se apresenta em Miliband (1982).

Isto traduz uma aceitação do contexto geral da realidade capitalista ao redor, que termina por moldar o campo das alternativas políticas plausíveis e possíveis de serem implementadas, assim como o campo ideológico que lhes permitiria ser, no mínimo, cogitadas como alternativas legítimas.

O segundo aspecto é a decorrência material do primeiro, pois na medida em que a empresa capitalista é algo inerente, desejável e necessário à organização social, o seu crescimento aproxima-se do interesse geral da sociedade. Dado que o campo das movimentações políticas tidas como aceitáveis é presidido pela lógica do capital, o estímulo aos negócios e as ações segundo a sua lógica de crescimento econômico, corresponde aos objetivos do próprio governo

Isso porque eles aceitam a noção de que a racionalidade econômica do sistema capitalista é sinônimo da própria racionalidade e que ela oferece, dentro de um mundo necessariamente imperfeito, o melhor possível de arranjos humanos (MILIBAND, 1982, p. 96).

O terceiro aspecto curiosamente correspondente é a frequente hostilidade à esquerda social e militante, um fenômeno perene, multifacetado e multidimensional, que ocorre desde a guerra civil pós-revolucionária na Rússia de 1921/1924.

Como visto nos capítulos anteriores, das teorizações de Alain Touraine aos vaticínios de Glauco Arbix e Aloísio Mercadante, passando pela repressão aos manifestantes contra a reforma da previdência em Brasília no ano de 2003<sup>51</sup>, este é mais um elemento de aproximação entre as experiências dos social-democratas europeus e seus congêneres atuais no Brasil.

Não houve outro campo em que o consenso subjacente entre os executivos políticos de diferentes filiações políticas e os governos de diferentes países tivesse sido mais substancial e notável – os líderes de todos os partidos governamentais, quer no poder ou na oposição, aí incluídos aqueles nominalmente ‘socialistas’, sempre se manifestaram profundamente hostis à esquerda socialista e militante, qualquer que fosse a sua denominação, e os próprios governos têm sido, de fato, os principais protagonistas contra a mesma, em seu papel de protetores e guardiões da sociedade contra os perigos da dissidência esquerdista (MILIBAND, 1982, p. 104).

O quarto aspecto similar é o impacto político destas vitórias. Mais importante do que os dois primeiros casos de ascensão reformista/social-democrata ao poder

---

<sup>51</sup> Na ocasião, militantes da seguridade social e a então senadora Heloísa Helena PT/AL, foram agredidos por policiais federais e seguranças, enquanto pleiteavam uma audiência de negociação contra a proposta de reforma da previdência defendida e aprovada pelo governo Lula.

governamental na Europa, tipificados por Miliband<sup>52</sup>, ganham destaque as ocasiões que envolveram amplas vitórias eleitorais, em contextos nos quais, se não se caracterizavam por situações revolucionárias, no mínimo, havia “*um alto grau de valorização popular para uma mudança ampla e até mesmo fundamental*” (MILIBAND, 1982, p. 124) (grifo nosso):

Algo parecido a um estremecimento de expectativa e esperança popular tem quase sempre acompanhado as vitórias da esquerda nas eleições em parte, sem dúvida, porque tais vitórias têm sido tão pouco frequentes em seu conjunto e parecem desalojar do centro do poder político os dirigentes tradicionais da sociedade (MILIBAND, 1982, p. 124).

O quinto aspecto similar está diretamente relacionado com o anterior: é a forma que a esquerda gradualista/social-democrata se relaciona com as forças políticas conservadoras logo após a sua recente ascensão ao poder governamental.

[...] os líderes social-democratas, em seu momento de vitória e ainda mais depois desse momento, têm estado geralmente muito preocupados em tranquilizar as classes dominantes e as elites empresariais quanto às suas intenções em salientar que eles concebiam a sua tarefa em termos ‘nacionais’ e não ‘de classe’, insistir em que sua subida ao poder não constitui uma ameaça para os negócios e, no mesmo espírito, têm se preocupado também em insistir junto a seus seguidores e às classes trabalhadoras em geral quanto às virtudes da paciência, disciplina e do trabalho árduo, em alertá-los de que a vitória eleitoral e a ascensão ao poder de seus próprios líderes não deve servir de modo algum como encorajamento de uma reafirmação militante das reivindicações operárias quanto aos patrões e ao próprio governo, e a enfatizar que os novos ministros, que enfrentam enormes responsabilidades, encargos e problemas, não devem ser impedidos em seus objetivos por pressões irrazoáveis e irrealísticas’ (MILIBAND, 1982, p. 124) (grifos nossos).

Os cinco aspectos citados reforçam as similaridades entre as perspectivas históricas dos projetos reformistas e social-democratas e motivam ainda mais o desejo de analisarmos as suas experiências governamentais. Para Miliban, o interesse principal residiria menos nas intenções destes governantes, do que:

[...] na natureza objetiva de suas reformas e, mais genericamente, no impacto líquido de sua permanência no poder sobre a ordem econômica social e sobre a configuração

---

<sup>52</sup> Primeiro quando estes partidos foram convidados a fazer parte de grandes coalizões de unidade nacional, o segundo caso típico seria quando ascenderam na esteira de uma crise de regime, como no caso da Alemanha de 1918.

do privilégio e do poder em suas sociedades (MILIBAND, 1982, p. 128).

A combinação entre a macroeconomia liberal e políticas sociais como essas, embora guardem distância acentuada em termos metodológicos e concretos das aspirações políticas de cunho socialista, não são de todo incoerentes com várias passagens do processo de transformação percorrido pelo PT, principalmente com os documentos produzidos para a disputa eleitoral de 2002, mencionados anteriormente.

Sua implementação real nos permite afirmar que um novo patamar do processo de transformação interna do PT foi alcançado. Agora não se tratariam mais de aspirações de mudança, ou de um processo de acúmulo de forças prolongado.

Após as escolhas efetuadas pelo governo em seus quatro anos, a postura política da adequação às regras do jogo da democracia representativa liberal, sob o modo de produção capitalista periférico passa a predominar definitivamente no partido. Processo que já estava em curso a mais de uma década, mas que neste momento foi profundamente reforçado pela condição de ter sido governo, isto é, ter concebido, realizado e defendido determinadas políticas públicas e econômicas sob sua inteira e completa responsabilidade.

Visto de uma perspectiva histórica mais ampla, podemos questionar os limites compreensivos e explicativos da narrativa defensora do ‘ajuste para ganhar as eleições’. Sem dúvida este ajuste existiu, mas seu aspecto principal muito possivelmente foi interno, atuando como um mecanismo de redução das resistências organizadas internamente, reforçando a racionalidade adaptativa e minando as expectativas anticapitalistas.

O relato de Coelho (2005) demonstra que o processo de transformação da política do PT já estava em curso há algum tempo. O ‘ajuste’ tornou-se possível, em um contexto geral de perda de força política e ideológica do projeto societário socialista, no mundo e na esquerda; e, dialeticamente, quanto mais se implementava, mais enfraquecia este projeto.

No entanto, este processo se deu de modo contraditório, pois o PT não podia – e aparentemente ainda não pode – abrir mão desse elemento central presente desde a sua origem, que é a autoidentificação socialista. Se assim o fizer, além de abrir espaços para afirmação de outros partidos socialistas no cenário político nacional, terá acentuadas as

suas fraturas internas, redundando na aceleração de seu deslocamento para o centro do espectro político-ideológico do sistema partidário brasileiro.

Desta forma, tanto a política do ‘ajuste’ quanto a análise centrada na avaliação de que a transformação do PT se deu por conta do seu crescimento nos espaços institucionais, ambas secundarizam o elemento essencial desse processo de transformação. Dito de outra forma, o que prevalece para o transformismo não é o desejo de ganhar eleições ou o hábito adquirido nas estruturas do Estado capitalista: o que prevalece no processo de transformismo é, acima de tudo, a aceitação de que não há outra alternativa global a esse modo de produção.

Decerto, o desejo de protagonismo político e ascensão social, são manifestações concretas do transformismo petista, prevalecendo sobre larga parcela dos profissionalizados nas estruturas políticas, sindicais e estatais. No entanto, se esta atração fosse suficiente para compreender o comportamento político coletivo e individual, não se poderia compreender porque diversos militantes, quadros políticos e inclusive parlamentares, optaram por colocar em risco a perpetuação de seus mandatos e as suas profissionalizações saindo do PT.

Coerentemente com esta perspectiva, podemos ressaltar que, assim como não existe a neutralidade da opção individual pela priorização das funções remuneradas no aparelho do Estado em detrimento dos riscos pelo exercício de uma política contra-hegemônica, menos factível é o argumento da neutralidade política da opção tomada coletivamente.

O rebaixamento programático, com a exclusão ou abrandamento das questões sensíveis e/ou polêmicas referentes ao modo de produção capitalista, a transformação do socialismo, na melhor das hipóteses, em um conjunto de valores descarnados de consequência s práticas, a consequente fragilização de uma *praxis* política contra-hegemônica, facilitam e são vetores essenciais para a leitura da ordem capitalista e da administração estatal como algo neutro e meramente técnico.

Não é a ‘neutralidade’ ideológica da ação político-administrativa no interior do Estado que muda o partido, mas antes as condições e opções políticas, ideológicas e históricas internas ao partido, oferecem o terreno aberto para o avanço da racionalidade adaptativa e das concepções ‘neutras’ da gerência do Estado, que desta forma agem para consolidar as modificações que já estão em curso.

Depois de percorrida a trajetória do PT pós-URSS, nos diversos aspectos mencionados no capítulo anterior, somado ao modelo de inserção estratégica

internacional adotado pelo governo Lula entre 2003 e 2006, tal qual caracterizado neste capítulo, podemos chegar a uma conclusão próxima a que segue:

Começamos a assistir, assim, ao nascimento de uma nova experiência política no Brasil, na qual o núcleo do governo tem como instrumento um partido que não é somente uma máquina eleitoral como outras, mas também está enraizado socialmente tanto nos termos históricos dos partidos de trabalhadores como também em bases clientelistas e fisiológicas. E que busca uma relação orgânica de cooptação e controle dos movimentos sociais. É assim um partido de trabalhadores eleitoral de massas que é parte e instrumento do bloco de poder e da estabilização da hegemonia política burguesa (ALMEIDA, 2008, p. 11).

Todavia os impactos destas opções políticas, nas formas de enunciação dos projetos antagônicos de organização social, em disputa na sociedade, não foram contemplados até aqui. Em torno deste tema giram as nossas preocupações, inclusive, pela capacidade que as práticas discursivas possuem para viabilizar o sucesso deste projeto político:

Entretanto, o discurso e algumas políticas pontuais dificultam a rearticulação e a retomada dos movimentos sociais e do movimento sindical, de forma independente e combativa, no sentido de construir outro projeto (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007 p. 190) (grifo nosso).



## Capítulo 4

### SENTIDOS DO DISCURSO

*[...] Hoje o samba saiu, lá lalaiá, procurando você  
Quem te viu, quem te vê  
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer  
Quem jamais esquece não pode reconhecer [...]  
(Chico Buarque, “Quem te viu, quem te vê”,  
in: Chico Buarque de Hollanda, vol. 2, 1967)*

Neste momento, apresentaremos com mais detalhe os procedimentos metodológicos utilizados para a definição do objeto e as técnicas para a delimitação da amostra representativa do conjunto dos discursos do presidente Lula e para as imediatamente posteriores análises, que serão apresentadas também neste capítulo.

#### 4.1 POSSIBILIDADES E LIMITES DO INTERMEIO TEÓRICO

O contexto geral no qual está inserido o problema anteriormente definido – e que motiva esta pesquisa – é um cenário político-eleitoral, com uma temporalidade definida, os quatro anos do primeiro mandato, porém com um amplo lastro histórico.

Situa-se no campo das Ciências Sociais, com destaque à Ciência Política, todo um conjunto de definições teórico-metodológicas que permitiram, não só a formulação do problema, como contribuíram com a própria trajetória intelectual do pesquisador. É deste lugar que a pesquisa nasce e desenvolve-se. É deste lugar que se abre a perspectiva para a descoberta de outros campos teóricos, fundamentais para a sua continuidade, tal qual a Análise de Discurso da escola francesa, predominantemente trabalhada no Brasil.

Por seu turno, além das ponderações e diferenças de ordem fundamental acerca da dialética e da ideologia, que refletem em parte as formas diferenciadas de apropriação de temas centrais da tradição marxista de pensamento, possuímos a compreensão de que a Análise de Discurso constitui um campo teórico riquíssimo que, apesar de situar-se em constante contato disciplinar e científico com outros campos do conhecimento, exige da parte do pesquisador uma formação especificamente voltada aos seus pressupostos teóricos e analíticos.

As diferenças de ordem epistemológica e conceitual reforçam as exigências formativas que se impõe ao pesquisador interessado, porém originário de outros campos do conhecimento. Desta forma, nos valem da prudência de saber aproximar-se, sem aderir às condições metodológicas da AD e sem alimentar a ilusão de uma transparência conceitual e analítica inexistente.

Portanto, a questão em aberto durante todo o processo de pesquisa, se dá na definição das formas e dos limites possíveis para a sua construção interdisciplinar entre a Ciência Política, a História, a Análise de Discurso, em referência à tradição marxiana de pensamento.

#### **4.2 O LEVANTAMENTO DO MATERIAL E AS TÉCNICAS DE PESQUISA**

Ao longo dos seus primeiros quatro anos à frente do Executivo Federal, segundo o sítio oficial<sup>53</sup>, o presidente Lula proferiu 1.101 discursos, concedeu 127 entrevistas, escreveu 15 artigos e participou de 91 programas “Café com o Presidente”, em um somatório total de 1.334 eventos discursivos, distribuídos temporalmente conforme as tabelas abaixo:

**Tabela 1**  
**Distribuição dos discursos proferidos pelo Presidente Lula.**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Janeiro	10	16	17	16
Fevereiro	08	22	24	21
Março	19	27	18	35
Abril	31	20	26	24
Maiο	28	20	19	21
Junho	25	26	19	35
Julho	14	31	27	17
Agosto	17	42	27	19
Setembro	24	25	26	17
Outubro	36	16	26	06
Novembro	31	29	19	17
Dezembro	33	28	28	19

<sup>53</sup> [http://www.info.planalto.gov.br/static/inf\\_briefdiscusos.htm](http://www.info.planalto.gov.br/static/inf_briefdiscusos.htm)

<b>TOTAL</b>	<b>276</b>	<b>302</b>	<b>276</b>	<b>247</b>
<b>Total de 1.101 discursos proferidos pelo presidente no primeiro mandato.</b>				

**Tabela 2**  
**Distribuição das entrevistas concedidas pelo Presidente Lula.**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Janeiro	00	00	01	05
Fevereiro	00	00	03	06
Março	01	00	06	04
Abril	00	00	04	03
Maio	00	03	06	07
Junho	01	02	02	08
Julho	00	02	01	05
Agosto	00	01	00	05
Setembro	00	02	01	02
Outubro	01	00	02	05
Novembro	02	02	03	13
Dezembro	01	02	03	12
<b>TOTAL</b>	<b>06</b>	<b>14</b>	<b>32</b>	<b>75</b>
<b>Total de 127 entrevistas concedidas pelo presidente no primeiro mandato.</b>				

**Tabela 3**  
**Distribuição dos programas de rádio “Café com o Presidente”.**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Janeiro	00	02	02	05
Fevereiro	00	02	02	04
Março	00	02	02	05
Abril	00	03	02	04
Maio	00	03	03	05
Junho	00	02	02	03
Julho	00	02	02	00
Agosto	00	02	02	00
Setembro	00	02	04	00
Outubro	00	02	05	00
Novembro	01	03	04	00

Dezembro	03	02	04	00
<b>TOTAL</b>	<b>04</b>	<b>27</b>	<b>34</b>	<b>26</b>
<b>Total de 91 programas de rádio “Café com o Presidente” no primeiro mandato.</b>				

**Tabela 4**  
**Distribuição dos artigos assinados pelo Presidente Lula.**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Janeiro	00	00	01	00
Fevereiro	00	00	00	00
Março	00	00	02	02
Abril	00	00	00	00
Maiο	00	00	00	02
Junho	00	00	00	00
Julho	00	00	00	00
Agosto	00	00	01	00
Setembro	00	00	00	00
Outubro	00	00	01	00
Novembro	00	03	00	00
Dezembro	00	01	02	00
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>04</b>	<b>07</b>	<b>04</b>
<b>Total de 15 artigos assinados pelo presidente Lula no primeiro mandato.</b>				

Ao utilizarmos as ferramentas de busca do próprio sítio, verificamos no primeiro levantamento que dentre todos os discursos proferidos, a palavra socialismo aparecia em 06 (seis) oportunidades e a palavra socialista em 15. Nas entrevistas a ocorrência da palavra socialismo alcançava o número de 05 (cinco) e a palavra socialista era utilizada em 03 (três) ocasiões. Nos programas “Café com o Presidente” e nos artigos escritos, ambas as expressões não apareciam. Desta forma, optamos por ampliar o número de palavras-chave, de forma a aumentar as possibilidades de encontrarmos sentidos associados à ideia de socialismo.

Vale lembrar que há uma distinção entre o número de eventos discursivos e o número de citações, pois em cada evento a mesma palavra pode ser citada várias vezes como de fato se verificaram na pesquisa em vários momentos.

Muito embora as ferramentas de busca sejam razoavelmente eficazes para identificar as palavras escolhidas, é necessária uma atenção especial aos termos correlatos e

similares, como plural, adjetivos, etc. Desta forma optamos pela diversificação das palavras-chave em torno dos termos considerados próximos, correlatos e similares no interior do tema do socialismo, gerando dessa forma uma ampliação do número total de expressões a serem utilizadas pelas ferramentas de busca textual, como pode ser visto na próxima tabela:

**Tabela 5**  
**Distribuição das palavras-chave em ordem quantitativa decrescente, citadas nos discursos, programas de rádio “Café com Presidente” e entrevistas.**

<b>Item</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Discursos</b>	<b>Café com...</b>	<b>Entrevistas</b>	<b>TOTAL</b>
1	Desenvolvimento	697	34	63	794
2	Economia	522	35	84	641
3	Renda	431	28	52	511
4	Fome	428	09	28	465
5	Reforma	367	20	50	437
6	Democracia	331	05	40	376
7	Salário	267	29	34	330
8	Justiça social	210	05	14	229
9	Revolução	143	08	25	176
10	Reformas	120	02	18	140
11	Estratégia	61	02	15	78
12	Salários	59	04	08	71
13	Esquerda	52	01	16	69
14	Elite	55	01	04	60
15	Direita	34	01	11	46
16	Desenvolvimento nacional <sup>54</sup>	41	00	02	43
17	Ideológico	30	00	06	36
18	Hegemonia	29	00	02	31
19	Igualdade social	28	00	03	31
20	Partido dos Trabalhadores	22	01	04	27
21	Fidel	17	00	07	24
22	Estratégias	16	00	03	19
23	Socialista	14	00	03	17
24	Revolucionário	10	00	02	12

<sup>54</sup> A ferramenta de busca utilizada não impede a sobreposição de consultas em termos compostos, como ocorre com desenvolvimento e desenvolvimento nacional, democracia e democracia participativa e Fidel e Fidel Castro, por exemplo. Os números finais dos termos compostos devem ser tratados, portanto, como aproximações. Optamos pela apresentação na tabela dos termos sobrepostos, pois o número final é coerente com a busca efetuada para cada palavra-chave.

25	Socialismo	06	00	05	11
26	Petista	05	00	05	10
27	Utopia	07	00	02	09
28	Ideológicos	07	00	01	08
29	Ideologia	04	00	04	08
30	Democracia participativa	06	00	00	06
31	Revolucionária	06	00	00	06
32	Elites	05	00	00	05
33	Esquerdista	04	00	01	05
34	Revolucionários	04	00	01	05
35	Petistas	01	00	04	05
36	Fidel Castro	03	00	01	04
37	Burguesia	02	00	01	03
38	Socialistas	03	00	00	03
39	Projeto histórico	02	00	00	02
40	Social-democrata	02	00	00	02
41	Stalin	02	00	00	02
42	Capitalismo	01	00	00	01
43	Esquerdas	01	00	00	01
44	Esquerdistas	01	00	00	01
45	Horizonte estratégico	01	00	00	01
46	Objetivos de longo prazo	01	00	00	01
47	Social-democracia	01	00	00	01
48	Trotsky	01	00	00	01
49	Trotskista	01	00	00	01
50	Direitas	00	00	01	01
51	Esquerdismo	00	00	01	01
52	Utopias	00	00	01	01
	<b>TOTAL APROXIMADO</b>	<b>4.061</b>	<b>185</b>	<b>522</b>	<b>4.768</b>

Deparamo-nos com um amplo terreno de possibilidades de pesquisa em torno de vários temas e sub-temas possíveis, entre várias questões e aspectos que poderiam ser explorados em torno das formas de consciência por parte de Lula do desenvolvimento do real e da luta de classes no período, assim como das formas como seu posicionamento discursivo se desenvolve e sinaliza posições políticas e ideológicas ‘corretas’ e ‘incorretas’ para suas bases políticas, seus companheiros de partido, aliados e eleitores.

Limitamos-nos a compreender o contexto geral dessas possibilidades abertas e as utilizamos como referência para a definição posterior dos termos que seriam de fato

utilizados para compor a amostra final dos eventos discursivos a serem analisados. O passo seguinte foi a realização de uma pesquisa exploratória, originada da análise textual das resoluções internas do PT, tal como apresentadas ao longo do segundo capítulo. Isto nos permitiu definir um conjunto menor de palavras-chave, apresentadas nas próximas tabelas, que por sua vez geraram as condições para a definição da amostra final.

<b>Tabela 6</b>						
<b>Distribuição agregada das palavras-chave citadas pelo presidente Lula no primeiro mandato.</b>						
<b>Palavra-chave: <i>Esquerda</i> e afins</b>						
<b>Item</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b><i>Discursos</i></b>	<b><i>Café...</i></b>	<b><i>Entrevistas</i></b>	<b><i>Artigos</i><sup>55</sup></b>	<b>TOTAL</b>
1	Esquerda	52	01	16	01	<b>70</b>
2	Esquerdas	01	00	00	00	<b>01</b>
3	Esquerdismo	00	00	01	00	<b>01</b>
4	Esquerdismos	00	00	00	00	<b>00</b>
5	Esquerdista	04	00	01	00	<b>05</b>
6	Esquerdistas	01	00	00	00	<b>01</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>01</b>	<b>18</b>	<b>01</b>	<b>78</b>
<b>Palavra-chave: <i>Reforma</i> e afins</b>						
<b>Item</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b><i>Discursos</i></b>	<b><i>Café...</i></b>	<b><i>Entrevistas</i></b>	<b><i>Artigos</i></b>	<b>TOTAL</b>
1	Reforma	367	20	50	05	<b>442</b>
2	Reformas	120	02	18	03	<b>143</b>
3	Reformismo	00	00	00	00	<b>00</b>
4	Reformista	00	00	00	00	<b>00</b>
5	Reformistas	00	00	00	00	<b>00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>487</b>	<b>22</b>	<b>68</b>	<b>08</b>	<b>585</b>
<b>Palavra-chave: <i>Revolução</i> e afins</b>						
<b>Item</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b><i>Discursos</i></b>	<b><i>Café...</i></b>	<b><i>Entrevistas</i></b>	<b><i>Artigos</i></b>	<b>TOTAL</b>
1	Revolução	143	08	25	02	<b>178</b>
2	Revolucionária	06	00	00	00	<b>06</b>
3	Revolucionárias	00	00	00	00	<b>00</b>
4	Revolucionário	10	00	02	00	<b>12</b>
5	Revolucionários	04	00	01	00	<b>05</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>8</b>	<b>28</b>	<b>02</b>	<b>201</b>

<sup>55</sup> Considerando que houve mudança no acesso aos artigos no sítio do governo federal na passagem do primeiro para o segundo mandato do presidente Lula, as palavras-chave pesquisadas nos artigos somente foram as 05 (cinco) selecionadas para a amostra final.

<b>Palavra-chave: <i>Social-democracia</i> e afins</b>						
<b>Item</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b><i>Discursos</i></b>	<b><i>Café...</i></b>	<b><i>Entrevistas</i></b>	<b><i>Artigos</i></b>	<b>TOTAL</b>
<b>1</b>	Social-democracia	01	00	00	00	<b>01</b>
<b>2</b>	Social-democrata	02	00	00	00	<b>02</b>
<b>3</b>	Social-democrática	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>4</b>	Social-democratas	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>5</b>	Social-democrático	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>6</b>	Social-democráticos	00	00	00	00	<b>00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>03</b>
<b>Palavra-chave: <i>Socialismo</i> e afins</b>						
<b>Item</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b><i>Discursos</i></b>	<b><i>Café...</i></b>	<b><i>Entrevistas</i></b>	<b><i>Artigos</i></b>	<b>TOTAL</b>
<b>1</b>	Socialismo	06	00	05	00	<b>11</b>
<b>2</b>	Socialismos	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>3</b>	Socialista	14	00	03	00	<b>17</b>
<b>4</b>	Socialistas	03	00	00	00	<b>03</b>
<b>5</b>	Antissocialismo	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>6</b>	Antissocialismos	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>7</b>	Antissocialista	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>8</b>	Antissocialistas	00	00	00	00	<b>00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>00</b>	<b>08</b>	<b>00</b>	<b>31</b>

Ao ampliarmos o número das palavras-chave, ampliamos também o número total das ocorrências diretamente vinculadas à questão do socialismo, somando 31 citações.

No processo de análise identificamos também que o número de citações iniciais das palavras-chave não correspondia ao número final de citações. Nas palavras-chave que foram analisadas em seu conjunto total – *esquerda*, *socialismo* e *social-democracia* – o número final de citações foi maior do que o número inicialmente determinado pelas ferramentas de busca. Em nenhum caso o número total de citações diminuiu.

Este dado aponta, de um lado, para a efetividade do mecanismo de pesquisa que nos possibilitou encontrar as palavras-chave em todos os eventos discursivos pesquisados; por outro, nos faz considerar os números totais em relação às palavras-chave utilizadas na pesquisa, como valores aproximados, dado que uma pesquisa detalhada em cada um deles, com a leitura de cada evento discursivo, tende a produzir um aumento no número de citações.



Nosso objetivo geral é identificar e interpretar, no interior do contexto ideológico produzido pelo discurso do presidente Lula, decorrente do seu desenvolvimento teórico e político, individual e coletivo, quais os sentidos assumidos pela ideia de socialismo.

Para alcançar nosso objetivo de pesquisa, partimos das ocorrências acima detectadas em torno dos termos correlatos a: *revolução, reforma, esquerda, socialismo e social-democracia*. Chegamos a uma amostra contendo 898 citações, o que nos levou a decidir por uma metodologia que combina aspectos quantitativos e qualitativos.

A opção mais sensata demonstrou ser a escolha aleatória sistemática (CHIZZOTTI, 1995) para os termos *revolução* e *reforma*, cada qual respectivamente com 201 e 585 citações. Foram selecionados os últimos eventos de cada mês que continham citações aos termos similares a *revolução* e em relação aos termos associados a *reforma*, foram selecionados os primeiros eventos de cada mês.

O trabalho quantitativo para os termos *revolução, reforma, esquerda e socialismo*, pautou-se primeiramente pela definição prévia de códigos interpretativos que permitiram compreender de modo mais sistematizado a frequência e a intensidade do aparecimento de determinados sentidos políticos e ideológicos fundamentais ao conjunto das reflexões feitas até aqui nos capítulos anteriores. O conjunto dos termos ligados à palavra-chave *social-democracia*, dado seu pequeno número foi incluído nas quantificações do termo *socialismo*.

Os eventos discursivos contendo as citações de *esquerda, socialismo e social-democracia*, tiveram um primeiro tratamento quantitativo que serviu de suporte e indicador de aspectos importantes da análise, tal como a frequência do aparecimento de tal ou qual expressão. No entanto, para essas três expressões, somente o levantamento quantitativo não seria suficiente, o que nos levou a analisarmos qualitativamente cada evento que contivesse estas palavras chaves e seus similares, segundo critério de amostragem acima descrito.

Dado o amplo número de entradas possíveis, não repetimos o procedimento para analisarmos as expressões vinculadas à ideia de “perspectiva programaticamente estratégica”, ou seja, estas expressões não serão consideradas como chaves para a ferramenta de busca. Estas expressões serão buscadas no interior das amostras já coletadas e analisadas segundo a relação que estabeleçam com a ideia de socialismo e/ou congêneres.

**Tabela 7****Códigos interpretativos associados à ideia de *Revolução*.**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1</b>	Referência histórica a processos revolucionários em geral	<b>03</b>
<b>2</b>	Adjetivação de políticas públicas, ações de governo, etc.	<b>42</b>
<b>3</b>	Referência a algum processo em curso no cenário internacional	<b>01</b>
<b>4</b>	Referência associada positivamente a ideia de estratégia radical objetivando o socialismo	<b>00</b>
<b>5</b>	Referência associada negativamente como método político ou de uma estratégia radical objetivando o socialismo	<b>04</b>
<b>6</b>	Construção positivamente associada à ideia de mudança ética e de valores	<b>01</b>
<b>7</b>	Comparação parcial com aspectos da experiência socialista no séc. XX	<b>01</b>
<b>8</b>	Referência individual elogiosa	<b>02</b>
<b>9</b>	Outros	<b>04</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>58</b>

A ideia de revolução aparece nas construções discursivas de Lula como algo positivo, um indicador de qualidade das políticas públicas e das ações do governo. Acaso fosse uma ideia negativa, não seria usada com tanta frequência para adjetivá-las. Usualmente aparece como padrão de medida, o que se reflete na quantidade de eventos assim catalogados, como pode ser visto no discurso de abertura do 37º Congresso Nacional de Supermercados, no Rio de Janeiro/RJ, 15/09/2003:

Estamos promovendo uma revolução pacífica contra a força bruta do egoísmo social e da injustiça econômica. Muitos já arregaçaram as mangas e vieram reforçar as trincheiras abertas pelo governo e por entidades que apóiam o Fome Zero. No próprio setor público há exemplos encorajadores de como ir além do simples assistencialismo. [...] A dívida deste país com a grande maioria do nosso povo é tão grande que, por mais que façamos, só nos cabe fazer ainda mais. Estamos atacando a fome em várias frentes. Criamos mecanismos para incentivar a agricultura familiar e iniciamos uma revolução no microcrédito para estender, a milhares de brasileiros, o direito de ter conta bancária e financiamento. A Caixa Econômica Federal está abrindo 150 mil contas populares por mês (grifos nossos).

Encontramos a ideia de revolução na forma de adjetivação a essas políticas, porém, o mesmo não ocorre quando procuramos a ideia de revolução associada ao elogio de uma estratégia revolucionária, hoje ou ontem, no Brasil ou fora dele. Ao contrário, a revolução como processo é desqualificada de modo sumário em 04 (quatro) citações, como pode ser exemplificado em entrevista concedida à jornalista Insun Kang, do jornal Chosun Ilbo, em 20 de maio de 2005:

Jornalista: Depois que o senhor foi eleito presidente, qual foi a maior surpresa, o que foi mais difícil para o senhor, que não tinha imaginado antes?

Presidente: Primeiro, depois que eu ganhei as eleições, eu passei vários dias imaginando se era verdade que eu tinha ganho as eleições. Quando eu tomei posse, eu ficava imaginando como a democracia é uma coisa fantástica, porque na sociologia política brasileira não se imaginava que um operário pudesse chegar a presidente da República. Eu mesmo não acreditava. E, em 20 anos, organizamos um partido e ganhamos a Presidência, numa demonstração de que isso pode acontecer em qualquer país do mundo. Ou seja, a minha eleição é a demonstração viva de que a sociedade civil, os trabalhadores, podem governar qualquer país. Tem que se organizar. Essa é uma coisa extraordinária. Você, imagine, em tão pouco tempo, em 20 anos, eu perdi uma eleição para governador de São Paulo, aí fiquei decepcionado em 1982, fiquei decepcionado, que eu não ia ganhar nunca. Depois de um ano eu cheguei à conclusão que precisava continuar organizando os trabalhadores. Em 1986, fui o deputado mais votado da história do Brasil. Depois, eu não quis mais ser deputado. Depois, eu perdi a primeira eleição para presidente. Eu tive quase 47% dos votos. Fiquei vários meses decepcionado, achando que não valia a pena, pensando em desistir de tudo. Depois, eu fiquei pensando: não é todo dia que um operário tem 32 milhões de votos. Então, eu fiquei imaginando a dimensão do que significam 32 milhões de votos. Imagine 32 milhões de seres humanos se levantarem em um belo dia de manhã pensando em votar em você. Isso me estimulou e fui candidato em 1994. Até o mês de abril de 1994 eu estava certo de que eu ganharia as eleições. Os meus adversários, com medo de eu ganhar, diminuíram o mandato presidencial, proibiram colocar imagem externa na televisão, e eu perdi. Juntaram-se todos contra mim e eu perdi as eleições. Outra vez, eu pensei em desistir. Mas, chegou em 1998, eu não queria ser candidato. Eu não queria, porque era muito difícil a eleição, mas eu tive que ser candidato outra vez. Tive 32% dos votos. Aí eu pensei: “Bom, já perdi três eleições, eu acho que está na hora de parar”. Aí, chegou 2002, outra vez eu fui candidato e ganhei. Então, esse processo que aconteceu no Brasil é uma novidade, eu diria, extraordinária para o mundo. Nem na Revolução Russa os trabalhadores chegaram ao poder, nem na Revolução Cubana os trabalhadores chegaram ao

governo. E no Brasil, pela via democrática, com debate político, eu fui eleito. Então eu acho que isso pode despertar em outros trabalhadores, no mundo inteiro, a vontade de acreditar como eu acreditei (grifos nossos).

Por quatro vezes foi verbalizado o posicionamento frequentemente usado pelos defensores das estratégias gradualistas de que é necessário privilegiar a ação imediata, em detrimento de objetivos mais radicais em longo prazo. Por duas vezes na forma do argumento de ‘quem têm fome não faz revolução’.

Isto não é nenhuma surpresa dado o desenvolvimento histórico das posições de Lula em relação ao debate estratégico para se chegar ao socialismo. Muito menos tendo na memória o processo vivido desde o início da década de 90 de redefinição ideológica e política dos setores componentes do campo majoritário, que culminou no transformismo político amadurecido do PT de tempos atuais.

A surpresa, no entanto, não tarda a chegar, pois o resultado da amostra nos chama consideravelmente a atenção para a frequência do recurso ao adjetivo de ‘revolucionário’ para as políticas implementadas por seu governo: 42 citações de uma total de 58. O imaginário da revolução, eminentemente positivo, é constantemente reiterado em permanente associação às ações de governo, apesar de praticamente inexistir enquanto possibilidade de futuro, método para o presente ou de elogio de experiências do passado.

A adjetivação de revolucionária é utilizada para caracterizar diversas políticas públicas e diversos programas do governo, tais como: os ‘bio-combustíveis’, a política externa, as cooperativas, o crédito, o programa de saúde bucal, as reformas nos portos, nos aeroportos e na infra-estrutura de transportes em geral, no programa de saúde mental, implantação de cisternas, entre outras.

Mas, notoriamente, a área do governo mais qualificada dessa forma é a ‘revolução na educação’, como pode exemplificar o discurso na cerimônia de apresentação da proposta do Projeto de Lei de Educação Superior e posse do ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad em 29/07/2005:

O companheiro Tarso Genro deixa o Ministério da Educação para assumir nova, honrosa e desafiadora missão. Assume, em seu lugar, o companheiro Fernando Haddad, até agora secretário-executivo do próprio MEC e, portanto, membro da equipe que o ministro Tarso montou e que, com ele, vem fazendo uma verdadeira revolução na educação brasileira. [...] O dado concreto é que nós conseguimos, com o ProUni, uma primeira pequena revolução na abertura de vagas para jovens

da periferia deste país que não poderiam estar na universidade. [...] Numa cerimônia como esta não poderia deixar de lembrar um dos marcos mais importantes da nossa revolução educacional, que é o projeto de emenda constitucional que cria o Fundeb. Estamos criando um sistema de financiamento muito mais abrangente do que o existente hoje, que vai atender não apenas o ensino infantil mas, também, a educação fundamental e o ensino médio (grifos nossos).

Dada a reconhecida perspicácia e competência política de Lula, reconhecida tanto por adversários quanto opositores em diversos momentos de sua carreira política – sem contar a existência dos aparatos de comunicação, assessoria e *marketing* no entorno petista e do planalto – é justo chegarmos à conclusão de que existe um motivo para tantas reafirmações.

Não possuímos os mecanismos de pesquisa qualitativa para avaliar a intensidade e as formas pelas quais se dá a recepção da ideia de revolução, e mesmo de socialismo, no discurso de Lula. Procuramos interpretar os sentidos adquiridos pela ideia de socialismo em seu discurso, tendo em vista o contexto político e ideológico mais amplo no qual Lula, seu partido e sua tendência interna a esse partido, estão inseridos como protagonistas.

Não nos parece factível que um autêntico plano revolucionário secreto, estivesse em operação, conectando os adjetivos ‘revolucionários’ com uma estratégia deste tipo para a construção do socialismo no Brasil. As políticas concretas do governo federal, o desenvolvimento recente do PT e de suas candidaturas no aspecto programático, nas políticas de alianças, nos financiamentos de campanha, na sua estruturação interna, nada nos autoriza a acreditar que exista uma conexão positiva com uma estratégia deste tipo.

Porém, algum sentido possui a associação das ações de governo com a ideia de revolução, seja ao nível do imaginário, nas formas ideológicas de compreensão da luta de classes e da disputa política no período, seja ao nível do cálculo pragmático petista na relação custo *versus* benefício; ou inclusive, na interação entre os dois elementos.

Nossa hipótese é que essas ocorrências estejam conectadas com a disputa politico-ideológica em torno do projeto societário socialista, não só internamente ao PT, mas em amplas parcelas das suas bases sociais e inclusive do seu eleitorado que almejava uma candidatura de mudança. Neste sentido, as reiteradas afirmações sobre o caráter revolucionário das ações do governo possuem dois aspectos centrais:

1. Reafirmar que este é o governo de esquerda, da mudança, da luta social, independente das inflexões programáticas operadas ao longo da década de 90 e, principalmente, depois da Carta aos Brasileiros.
2. Disputar no interior das bases sociais e políticas do projeto socialista no Brasil, o sentido da transformação desejada, pois se todas essas ações são de fato revolucionárias, o caminho para se alcançar o socialismo é o que já está sendo trilhado. Possuir uma prática revolucionária é defender essas ações de governo e qualquer crítica à esquerda é, não só inconcebível racionalmente, como pode vir a ter efeitos danosos ao processo de transformação.

Prosseguiremos as análises com os influxos decorrentes dos outros pronunciamentos presentes na amostra e coletadas em referência à ideia de *reforma*.

**Tabela 8**  
**Códigos interpretativos associados à ideia de *Reforma*.**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1</b>	Reformas como necessidade positiva, que o "Brasil precisa"	<b>15</b>
<b>2</b>	Reforma do judiciário	<b>28</b>
<b>3</b>	Reforma da previdência social	<b>23</b>
<b>4</b>	Reforma tributária	<b>22</b>
<b>5</b>	Reforma trabalhista e sindical	<b>07</b>
<b>6</b>	Reforma agrária	<b>26</b>
<b>7</b>	Reforma política	<b>18</b>
<b>8</b>	Reforma universitária	<b>03</b>
<b>9</b>	Reforma da ONU e do seu Conselho de Segurança	<b>09</b>
<b>10</b>	Referência positiva à ideia de estratégia gradual objetivando o socialismo	<b>03</b>
<b>11</b>	Referência negativa à ideia de estratégia gradual objetivando o socialismo	<b>00</b>
<b>12</b>	Reforma ministerial	<b>02</b>
<b>13</b>	Referência negativa às reformas dos governos Collor, Itamar e FHC	<b>00</b>
<b>14</b>	Outros	<b>03</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>159</b>

Os dados finais da amostra coletada por meio da ferramenta de busca em relação à palavra-chave reforma e suas variações próximas, apresentam algumas distinções em relação aos resultados da pesquisa em torno da palavra-chave revolução, que nos permitem complementar a análise iniciada imediatamente acima.

O primeiro elemento que chama a atenção é a quantidade. Para a palavra revolução foram encontrados pelos critérios previamente definidos para a definição da amostra, 44 discursos e 58 citações, enquanto que para a palavra reforma foram acessados 48 discursos e um número de citações quase três vezes maior: 159. A pesquisa revela que nas construções discursivas de Lula a ideia de reforma ocupa um espaço central para o desenvolvimento político da agenda das ações governamentais para o período.

É fato de que esta não seja uma novidade, como a maioria das análises das características centrais do governo demonstrou até aqui. Da mesma forma, as análises sobre o PT também nos trouxeram a constatação do esvaziamento protagônico, da capacidade de influência dos setores outrora defensores da estratégia anticapitalista radical em seu interior. Seria, portanto, razoável imaginar anteriormente que as construções discursivas também apontassem para um cenário de fortalecimento da ideia de um governo de reformas.

No entanto, deve ser ressaltado em primeiro plano o acerto da metodologia utilizada que compreende as construções discursivas fazendo parte integral do próprio exercício do governo. Não são meras palavras soltas ao vento. Fazem parte importante do processo de luta política e são um indicador efetivo do novo enquadramento petista na disputa de hegemonia no Brasil.

Desta forma pode ser compreendido por que, no interior das 159 citações sobre reforma, não apareceu uma crítica sequer às reformas neoliberais dos três governos anteriores, apesar destas mesmas reformas terem sido combatidas duramente pelo Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, ao longo da década de 90. Apresentamos anteriormente, que esta ausência tanto pode ser compreendida como amadurecimento e demonstração de sabedoria política, quanto pode ser compreendida enquanto uma manifestação do transformismo político do PT. Independentemente da leitura que se faça a respeito, o fato é que as reformas neoliberais não foram alvo de crítica na prática discursiva do presidente Lula, quando este utilizou os termos associados à *reforma*.

Independentemente de como seja considerada, esta ausência nos diz que as construções discursivas de Lula durante os quatro anos do primeiro mandato pouparam

as reformas anteriormente realizadas, não afirmaram as formas de compreensão anteriores do PT, deste modo preservando o caráter neoliberal das mesmas, na dimensão da batalha ideológica na qual o discurso é a principal arma, como vimos com Bakhtin, Gramsci e Mészáros.

A recusa ao enfrentamento ideológico com as reformas que caracterizaram o neoliberalismo no Brasil, convive com a celebração das reformas que serão implementadas pelo governo Lula, compreendido como aquele capaz de realizá-las, diferentemente dos governos anteriores que por insensibilidade, ou incompetência, não as fizeram. O que não tarda em ser reiterado já no pronunciamento à nação após a cerimônia de posse, Brasília/DF, 01/01/2003:

Mas, ao mesmo tempo, tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas. [...] O meu papel, neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é de dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos. Cuidar da educação, da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais compromissos morais e éticos, que eu quero assumir, aqui, nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui, hoje, tomando posse (grifos nossos).

A crítica a desconstrução neoliberal dos anos anteriores, sintetizado no desejo de mudança que possibilitou a vitória eleitoral e o sentimento de que este seria o governo encarregado de realizá-las, paulatinamente deixa espaço para a afirmação e defesa das ‘reformas que o Brasil precisa’, como transparece no discurso em evento empresarial na cidade de Mauá/SP, 10/03/2003:

Nós não somos um país emergente há muitos anos, não por culpa de qualquer outro país do mundo. Nós não somos um país emergente há muitos anos porque, há 40 anos poderíamos ter feito no Brasil as reformas de que o Brasil hoje precisa. Nós poderíamos ter alfabetizado este país. Nós poderíamos ter feito reforma agrária neste país. Nós poderíamos ter cuidado da saúde, com carinho, neste país. Nós poderíamos ter investido em setores que precisam do Estado para se desenvolver e não o fizemos na medida certa. E, hoje, estamos pagando o preço de não termos feito as coisas certas na hora certa. [...] É por isso que vamos mandar ainda, de comum acordo com os governadores de estado, a reforma tributária que os empresários e a sociedade brasileira tanto reivindicam para ser votada no Congresso Nacional. É por isso que vamos fazer a reforma na Previdência Social. É por isso que vamos fazer a reforma na legislação trabalhista, porque entendemos que



precisamos de uma adequação ao um mundo real em que vivemos hoje. E, a partir dessas reformas, que pretendemos fazer este ano, acho que o Brasil estará pronto, mais do que pronto, para competir com qualquer país do mundo sobre os principais produtos de exportação (grifos nossos).

Sorratamente o neoliberalismo sai de cena, contudo, sem abandonar o espetáculo e tal qual um narrador invisível, afirma sua presença através do conteúdo das reformas prioritárias e dos argumentos que lhe sustentam, agora, contudo, na voz do antagonista das reformas de anos anteriores, como explicitado no programa de rádio oficial de 03/05/2004<sup>56</sup>:

Luís Fara Monteiro: Presidente Lula, o aumento de 20 reais no salário mínimo ainda está repercutindo na sociedade. O que o senhor pode falar sobre isso?

Presidente: Olha, nós tivemos uma grande discussão sobre o reajuste do salário mínimo. E por que uma grande discussão? Porque nós temos um problema entre os trabalhadores da iniciativa privada e os trabalhadores que estão aposentados e que recebem da Previdência Social. Para os trabalhadores da iniciativa privada, você poderia decretar o mínimo de 400 reais, 450 reais, porque muitas empresas já pagam isso, ou mais do que isso. Qual é o nosso problema ao decretarmos o salário mínimo? É o rombo da Previdência Social. Ou seja, nós temos, este ano, um déficit de 31 bilhões de reais e nós vamos consertar isso ao longo do tempo. Foi por isso que nós fizemos a reforma da Previdência Social, para corrigir esse rombo que a Previdência tem. Além disso, a Previdência tem um passivo de 200 bilhões de reais, ou seja, pessoas que não concordam com alguma contribuição que têm que pagar para a Previdência, ao invés de pagar, entram na justiça e, portanto, a Previdência fica com 200 bilhões para receber e não recebe. E isso faz com que o caixa da Previdência não tenha o dinheiro que nós gostaríamos que tivesse, para dar um aumento maior do salário mínimo. [...] Agora, só podemos gastar aquilo que temos. E não podemos gastar mais para endividar uma Previdência que só vai ser recuperada ao longo do tempo, depois da reforma que nós fizemos (grifos nossos).

Opera-se, portanto, um deslocamento de sentido entre a ideia de reforma como mudança social e a ideia de reforma tal como usada pelos políticos neoliberais. No imaginário das duas alternativas estratégicas do socialismo as reformas possuem caráter progressivo, em vista da taxação dos ganhos de capital, redução da taxa de lucro média das grandes empresas para financiar a ampliação de direitos constitucionais sociais de terceira geração e modificações legais visando a distribuição de renda e redução das

---

<sup>56</sup> Para efeito de avaliação quantitativa, não serão consideradas as perguntas dos jornalistas, somente as respostas de Lula. As perguntas são transcritas apenas para favorecer a compreensão do contexto

desigualdades sociais. As reformas dos governos anteriores eram utilizadas em um contexto discursivo antiestatal, no qual prevalecia o elogio à competência do mercado, a busca pela maximização do lucro e a valorização dos elementos da visão liberal de mundo.

A mudança no sentido atribuído às reformas na prática discursiva do presidente Lula é muito sutil, e não representou a adoção integral dos valores liberais, tais como utilizados pelos governos anteriores. No entanto, é inegável que a fórmula das “reformas que o Brasil precisa”, facilitou o esvaziamento do conteúdo social transformador das reformas. Esta fórmula, foi usada com frequência para reformas que, na prática, como analisadas nos capítulos 2 e 3, são exatamente o contrário de reformas contra os interesses do grande capital, portanto, sem nenhum caráter socializante.

Neste contexto, a questão da posse da terra e o advento da reforma agrária, motor de lutas radicalizadas ao longo de nossa história, ocupam um papel especial, pelos envolvimento dela derivados. A reforma agrária sempre foi um tema caro e uma das principais expectativas da militância de esquerda no Brasil em relação ao governo Lula.

Não é por outro motivo que recebe um número consideravelmente expressivo de 26 citações, atrás apenas da reforma do judiciário com 28 e acima da reforma da previdência com 23 citações. Houve pressão por parte dos movimentos de luta pela terra durante o governo, como podemos ver no programa de rádio oficial de 01/12/03:

Luís Fara Monteiro: Presidente, o senhor deixou o seu gabinete, esses dias, e foi a uma reunião com várias entidades ligadas à reforma agrária. Isso é um compromisso?

Presidente: É exatamente isso. Nós fomos conversar com os movimentos que lutam pela reforma agrária e assumimos o compromisso de, em três anos, assentar 400 mil famílias e, ao mesmo tempo, regularizar títulos de terra de pessoas que já estão na terra, mais 130 mil pessoas, perfazendo um total de 530 mil pessoas. Esse é um dado importante porque eu estou dizendo, desde o começo do ano, que nós precisamos qualificar melhor a reforma agrária. Reforma agrária não é pegar uma pessoa, jogar num terreno e dizer: está feita a reforma agrária. Reforma agrária significa garantir a terra para a pessoa, garantir assistência técnica, financiamento, garantir moradia, escola, saúde, garantir o mercado para os produtos que as pessoas vão produzir. Nós estamos convencidos de que essa é a melhor forma de mudar o jeito de fazer reforma agrária no nosso país. Porque o que acontecia até então, era que se transportava os miseráveis urbanos para continuarem sendo miseráveis no campo. Nós queremos dar, tanto à parte urbana, quanto à parte do campo, dignidade (grifos nossos).

A frequência de citações à reforma agrária é muito alta nos primeiros anos e decai intensamente a ponto de desaparecer no último ano do governo, como demonstrado na tabela de distribuição do código interpretativo 6 (tabela 8.6) que segue mais à frente.

Acaso possamos sintetizar em uma frase a análise sobre a utilização dos termos revolução e reforma, esta seria a mais apropriada: o adjetivo que caracteriza de modo predominante as ações do governo é vinculado à ideia de revolução, mas o que preside sua agenda política prática, sua dimensão concreta e substantiva, é a realização de reformas de cunho liberal.

**Tabela 8.1**  
**Código interpretativo 1: reformas como necessidade positiva, que o Brasil precisa**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	01	00	01	00	<b>02</b>
Fevereiro	01	00	02	00	<b>03</b>
Março	01	00	01	00	<b>02</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maiο	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	01	00	<b>01</b>
Julho	01	00	00	01	<b>02</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	03	00	00	00	<b>03</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	01	00	00	01	<b>02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>	<b>00</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>15</b>

**Tabela 8.2**  
**Código interpretativo 2: reforma do judiciário**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	05	07	07	<b>19</b>
Março	00	00	01	00	<b>01</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maiο	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	00	00	01	<b>01</b>

Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	01	00	06	<b>07</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>06</b>	<b>08</b>	<b>14</b>	<b>28</b>

**Tabela 8.3**  
**Código interpretativo 3: reforma da previdência**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	02	01	01	00	<b>04</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maiο	01	02	00	00	<b>03</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	02	00	00	02	<b>04</b>
Agosto	03	00	00	00	<b>03</b>
Setembro	02	00	00	00	<b>02</b>
Outubro	01	04	00	00	<b>05</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	01	01	00	00	<b>02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>08</b>	<b>01</b>	<b>02</b>	<b>23</b>

**Tabela 8.4**  
**Código interpretativo 4: reforma tributária**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	02	01	01	00	<b>04</b>
Abril	00	01	00	00	<b>01</b>
Maiο	01	00	00	00	<b>01</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	01	00	00	03	<b>04</b>
Agosto	03	00	00	00	<b>03</b>
Setembro	02	00	00	00	<b>02</b>
Outubro	01	02	00	00	<b>03</b>

Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	02	01	01	00	<b>04</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>22</b>

**Tabela 8.5**  
**Código interpretativo 5: reforma trabalhista e sindical**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	01	<b>01</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	02	00	02	00	<b>04</b>
Abril	00	00	00	02	<b>02</b>
Maiο	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	00	00	00	<b>00</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>07</b>

**Tabela 8.6**  
**Código interpretativo 6: reforma agrária**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	01	01	00	00	<b>02</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	01	00	00	00	<b>01</b>
Abril	02	00	01	00	<b>03</b>
Maiο	00	00	03	00	<b>03</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	03	00	00	<b>03</b>
Agosto	00	01	01	00	<b>02</b>
Setembro	03	02	00	00	<b>05</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	01	00	00	<b>01</b>
Dezembro	06	00	00	00	<b>06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>08</b>	<b>05</b>	<b>00</b>	<b>26</b>

**Tabela 8.7**  
**Código interpretativo 7: reforma política**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	02	00	<b>02</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maio	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	02	01	<b>03</b>
Julho	00	00	00	04	<b>04</b>
Agosto	01	00	00	07	<b>08</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	01	00	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>05</b>	<b>12</b>	<b>18</b>

**Tabela 8.8**  
**Código interpretativo 8: reforma universitária**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	00	00	<b>00</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maio	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	00	00	00	<b>00</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	03	00	<b>03</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>03</b>

**Tabela 8.9**  
**Código interpretativo 9: reforma da ONU e do seu Conselho de Segurança**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	00	01	<b>01</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maiο	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	01	00	00	<b>01</b>
Julho	00	00	01	00	<b>01</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	01	01	<b>02</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	01	00	01	02	<b>04</b>
Dezembro	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>09</b>

**Tabela 8.10**  
**Código interpretativo 10: referência positiva à ideia de estratégia gradual objetivando o socialismo**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	00	00	<b>00</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maiο	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	02	00	00	00	<b>02</b>
Julho	00	00	00	00	<b>00</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	00	01	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>03</b>

**Tabela 8.11**

**Código interpretativo 11: referência negativa à ideia de estratégia gradual  
objetivando o socialismo**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	00	00	<b>00</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Mai	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	00	00	00	<b>00</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

**Tabela 8.12**  
**Código interpretativo 12: reforma ministerial**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	02	00	<b>00</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Mai	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	00	00	00	<b>00</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>02</b>



**Tabela 8.13**  
**Código interpretativo 13: referência negativa às reformas dos governos Collor, Itamar e FHC**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	00	00	<b>00</b>
Abril	00	00	00	00	<b>00</b>
Maio	00	00	00	00	<b>00</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	00	00	00	<b>00</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	00	<b>00</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

**Tabela 8.14**  
**Código interpretativo 14: outros**

<b>ANO</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>TOTAL</b>
Janeiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Fevereiro	00	00	00	00	<b>00</b>
Março	00	00	00	00	<b>00</b>
Abril	00	00	00	01	<b>01</b>
Maio	00	00	00	01	<b>01</b>
Junho	00	00	00	00	<b>00</b>
Julho	00	00	00	00	<b>00</b>
Agosto	00	00	00	00	<b>00</b>
Setembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Outubro	00	00	00	01	<b>01</b>
Novembro	00	00	00	00	<b>00</b>
Dezembro	00	00	00	00	<b>00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>03</b>

**Tabela 9**  
**Códigos interpretativos associados à ideia de *Esquerda*.**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1</b>	Referências elogiosas ao comportamento político e às ações de governo que pretendem estar acima da distinção esquerda/direita	<b>29</b>
<b>2</b>	Pertencimento histórico geral de esquerda	<b>14</b>
<b>3</b>	Pertencimento geral de esquerda no campo da política internacional	<b>19</b>
<b>4</b>	Referência crítica positiva às práticas, valores, elaborações ou experiências políticas de esquerda	<b>7</b>
<b>5</b>	Referência crítica negativa às práticas, valores, elaborações ou experiências políticas de esquerda	<b>19</b>
<b>6</b>	Referência positiva de um programa de governo, ou políticas públicas de esquerda	<b>0</b>
<b>7</b>	Referência negativa de um programa de governo, ou políticas públicas de esquerda	<b>0</b>
<b>8</b>	Referência crítica negativa às práticas, valores, elaborações ou experiências consideradas esquerdistas	<b>6</b>
<b>9</b>	Referência positiva visando um projeto de futuro, objetivos, horizonte, porvir de esquerda	<b>0</b>
<b>10</b>	Referência negativa visando um projeto de futuro, objetivos, horizonte, porvir de esquerda	<b>0</b>
<b>11</b>	Sentido neutro ou não político	<b>24</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>118</b>

O primeiro elemento que deve ser lembrado é que foram pesquisados todos os 69 eventos discursivos, excluídas as cópias, com a palavra esquerda e seus respectivos congêneres; esquerdismo, esquerdista, etc. O número de citações não alcança o dobro do número de eventos, o que reforça a análise anterior sobre o termo reforma, e a importância da sincronia do discurso ideológico com a agenda prática do governo.

Apesar de todo o processo de transformismo caracterizador do PT neste período e da ausência de crítica ideológica ao neoliberalismo, um rompimento definitivo da prática discursiva ideológica de Lula com a ideia de esquerda, não pode ser identificado quando tomado em seu conjunto.

Seu genérico pertencimento de esquerda é reafirmado várias vezes, tanto do ponto de vista histórico com 14 citações, quanto internacional 19 citações, como bem demonstra o discurso no Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS, em 24/01/2003:

E por que vou agir assim? Vou agir assim porque tenho consciência da responsabilidade que está nas costas das pessoas que me elegeram, que está nas costas dos meus ministros e que está, sobretudo, nas minhas costas. Embora tenha sido eleito presidente do Brasil, tenho a nítida noção do que a nossa vitória representa de esperança, não apenas aqui dentro, mas para a esquerda em todo o mundo e, sobretudo, para a esquerda na América Latina. [...] Em 1979, estávamos lutando neste país pela reconquista das liberdades políticas e eu inventei de criar um partido. Aí, aqueles que queriam liberdades políticas começaram a ficar contra, porque na liberdade política deles não se pressupunha a criação de um partido político. E havia quem dissesse para mim: “Olhe, no Brasil não cabe um partido como o PT. Esse negócio de dizer que Partido de Trabalhadores pode ser criado, que metalúrgico vai dirigir partido, isso é coisa do passado. Não há, na sociologia brasileira ou mundial, exemplo disso.” Pois bem, nós fomos teimosos e criamos um partido, que hoje é o partido mais importante da esquerda em toda a América Latina. [...] Vocês conseguiram um espaço na História. A imprensa, que começou, no I Fórum, a dizer que era um “encontro de esquerdistas”, a dizer que era um “encontro dos malucos do mundo”, hoje reconhece, em todas as primeiras páginas dos jornais: o Fórum Social Mundial é o maior evento político realizado na História contemporânea (grifos nosso).

O que pode ser visto também no trecho do pronunciamento ao Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em 25/08/2005:

Então, me incomodou muito essa possibilidade de envolver o governo nessa crise. Eu disse, desde o primeiro dia: não ficará pedra sobre pedra na apuração das responsabilidades. Eu ajudei a fundar o PT, me orgulho profundamente de ter ajudado a criar o mais importante partido de esquerda da América Latina. E vocês sabem que não foi uma tarefa fácil, em apenas 20 anos, chegar à Presidência da República pela persistência, porque outros desistiram depois da segunda derrota, eu ainda arrisquei a terceira e ainda tentei a quarta. Entretanto, o PT foi criado exatamente para mudar as regras políticas estabelecidas neste país. O PT foi criado exatamente para que estabelecêssemos um outro padrão de comportamento político e que a gente pudesse sonhar um dia em ter regras muito claras, sólidas, com todos os partidos, independentemente de ser de esquerda ou de direita (grifos nossos).

Todavia, esta reafirmação é sempre pautada pelo esforço de diferenciação no interior da esquerda, em contraste permanente com posições criticadas na mesma quantidade (19), das citações de pertencimento e aquelas referências críticas explícitas às posições consideradas esquerdistas, em número quase igual às citações de pertencimento no campo internacional, 06 (seis) citações.

O que é explicitado com muita ênfase nos embates em relação às reformas implementadas pelo governo, principalmente a reforma da previdência e as ponderações acerca dos limites das políticas sociais, como pode ser visto na entrevista à Carta Capital, de 07/12/2005:

Carta-Capital: Mas há quem fale em proletarização da classe média...

Presidente: Não é verdade. Deixa lhe dar um dado importante: nós começamos o programa Fome Zero em fevereiro de 2003. Não tinha cadastro no Brasil. É um trabalho que nós só fomos consolidar a partir do fim de 2003. Muita gente acha que isso é proselitismo, assistencialismo, dar Bolsa Família. Eu de vez em quando vejo dentro do meu partido alguém criticar, na esquerda mais ortodoxa. E eu penso: o cidadão que fala uma asneira dessas nunca passou fome. Eu estava vendo o dado da CNI, o salário subindo 6,9%. Desde 1980, os acordos salariais eram feitos abaixo da inflação. Eram raras as categorias que conseguiam um reajuste igual à inflação. [...]

Carta-Capital: A América do Sul está indo para a esquerda?

Presidente: Eu acho que está indo para a esquerda.

Carta-Capital: O senhor é de esquerda?

Presidente: Você sabe que eu nunca gostei de me rotular de esquerda. Eu sou torneiro mecânico e cheguei à Presidência da República por obra e graça da paciência...

Carta-Capital: Por que não aceitar a definição de Norberto Bobbio? Ser de esquerda é lutar pela igualdade.

Presidente: Eu não preciso ser de esquerda para lutar pela igualdade.

Carta-Capital: Os senhores da mídia nativa lutam pela igualdade?

Presidente: Se lutar pela igualdade for a grande definição de esquerda, não tem mais esquerdista do que eu no mundo. Na verdade, luto para que todos usufruam o resultado produzido pela nação. E acho que é possível conseguir. É que, quando você pega um país que ao longo da sua história não se importou com o social e nas últimas décadas teve 20 anos de atrofiamento, e pega um país com 54 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, você imaginar recuperar isso em pouco tempo é impossível. O que você precisa é construir bases sólidas para que esse seja o resultado final (grifos nossos).

A diferenciação no interior da esquerda ocorre com frequência, muitas vezes associada a reafirmação do mito do petismo original e a qualificação dos seus críticos à esquerda, na posição daqueles que foram derrotados pela trajetória de ascensão de sua liderança sindical e política. Apesar da evidente artificialidade desta construção, pois, como já analisado, diversas organizações de esquerda contribuíram com a formação do PT e da CUT, além de diversas formas de resistência à ditadura militar.

Tamanha a força e a motivação de ocupar um espaço de esquerda, porém sem reconhecer a legitimidade das posições radicais de esquerda, que algum desavisado poderia incorrer em um erro crasso: a inversão dos papéis entre aliados e inimigos de classe na história recente do Brasil.

Isto, pois, quem desejar ler os discursos de Lula hoje, tamanha a frequência da demarcação à esquerda e a utilização do mito do petismo autêntico, poderia ter a impressão de que era a esquerda radical que ocupava os espaços do sindicalismo pelego ou que ameaçava a autonomia dos sindicatos do ABC, pois os militares, os pelegos e a direita são bem menos citados na condição de adversários originais do que a esquerda marxista.

O que pode ser confirmado no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, em Brasília/DF, no dia 21/11/2003:

Quando fui eleito pelo Sindicato, em 1975, os velhos militantes de esquerda, da época<sup>57</sup>, diziam para mim: “Não entre no Sindicato, porque você não vai conseguir fazer nada. A estrutura sindical é cópia fiel da “Carta di Lavoro” de Mussolini, e você vai virar um pelego.” Em três anos nós mudamos a história do sindicalismo brasileiro. Da mesma forma que não faltaram, no Brasil, aqueles que dissessem: é humanamente impossível criar um partido político nos moldes do PT. E, 20 anos depois, nós temos o mais importante partido político da América Latina (grifo nosso).

Mais um exemplo disso ocorreu no discurso no Palácio do Planalto em, 29/11/2004:

A linguagem era exatamente essa: a estrutura sindical é cópia fiel da Carta de Lavoro, de Mussolini, e é um círculo vicioso, ou seja, que não tem saída, então a tendência natural é o dirigente sindical entrar e virar pelego. O Paulo Okamoto é da minha turma, mais novo do que eu, mas sabe que era assim. Então, era quase proibido imaginar que a gente pudesse mudar alguma coisa no movimento sindical. Na teoria deles não havia espaço para mudança, por conta da CLT, por conta da Lei 4330, que regulamentava o direito de greve. Então,

---

<sup>57</sup> Contudo, segundo notícia da *Agência Brasil* em 02 de outubro de 2006, foi “Por intermédio do irmão José Ferreira da Silva, o Frei Chico, Lula aproximou-se do movimento sindical”. E ainda, conforme reportagem de Joaquim Castanheira para a revista *IstoÉ Dinheiro*, intitulada “*Frei Chico, o primeiro irmão: ele encaminhou Lula para o sindicalismo*”, datada 30 de outubro de 2002, no dizer do próprio Lula: “Ele foi quem mais me influenciou no ingresso na política.” Esta reportagem destaca ainda a influência ao irmão eleito presidente e a militância de Frei Chico: “Filiado ao clandestino PCB desde 1971, Frei Chico queria apresentar ao irmão as ideias de Marx e Lenin. Emprestou um livro comprado em sebo, ‘O que é a Constituição’, e parou por aí. Lula nunca quis saber de filiações. [...] Frei Chico foi preso por agentes da repressão do governo militar. Passou 48 dias confinado entre a cela e a câmara de torturas”.

Respectivamente, disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/10/02/materia.2006-10-02.6647636345/view>> Acesso: 18 set. 2008 e <[http://www.terra.com.br/istoedinheiro/270/economia/270\\_lula\\_primeiro\\_irmao.htm](http://www.terra.com.br/istoedinheiro/270/economia/270_lula_primeiro_irmao.htm)> Acesso: 18 set. 2008.

habitualmente, só pelo fato de querer entrar no sindicato você já era chamado de pelego, antes de entrar. E, aí, não havia uma descrição, Palocci, era assim: a ultra-esquerda ficava fazendo oposição o tempo inteiro, no sindicato, e olha que eu quase fazia parte dela no movimento sindical. E o que aconteceu de fato? Como surgiu o tal do novo sindicalismo, em 1977? Surgiu exatamente por conta da criatividade de um conjunto de pessoas, uma grande maioria que não tinha nenhuma teoria sindical, eram peões de fábrica mesmo, que foram percebendo que da forma como vinha sendo feito não dava para funcionar, e que era preciso, então, fazer as coisas um pouco diferentes (grifo nosso).

Contudo, o maior destaque que esta amostra nos traz é a construção reiterada de uma posição política, lastreada em uma visão particular de sua trajetória política individual e coletiva, de valorização do comportamento político que se pretende acima das distinções ideológicas entre direita e esquerda, como pode ser percebido no discurso de Campina Grande/PB, 30/10/2003:

E cheguei à Presidência da República para fazer as coisas que precisavam ser feitas neste país e que muitos presidentes, antes de mim, foram covardes e não tiveram coragem de fazer. Me transformei no sindicalista mais importante deste país, sem ter medo de cara feia, de direita ou de esquerda, e criei um partido que, em apenas 20 anos, se transformou no mais importante partido político da esquerda deste país. E havia muita gente que não queria que eu criasse um partido político. Pois bem, o partido está criado, o sindicalismo hoje é forte, e graças a vocês aqui da Paraíba, pelo menos da grande maioria, eu estou Presidente da República por quatro anos. Aprovamos a reforma da Previdência Social. E aprovamos porque era preciso aprovar. Aprovamos porque previdência é direito e não privilégio de uns poucos que têm acesso a ela. Queremos previdência para todas as pessoas (grifos nossos).

Chama nossa atenção o fato de que o pertencimento de esquerda é sempre genérico, situado no PT como partido de esquerda. Ocorre a identificação na sua forma direta apenas na terceira pessoa, no qual se presume que o presidente Lula esteja inserido como petista. Não há uma referência clara e explícita de pertencimento de esquerda na primeira pessoa. Quando ocorre, está carregada de subjetividade e de identificação indireta, como demonstrada na entrevista acima transcrita à revista Carta Capital, em 07/12/2005.

**Tabela 10**  
**Códigos interpretativos associados à ideia de *Socialismo*.**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1</b>	Projeto societário de futuro secundarizado em função da disputa de espaços políticos no presente	<b>7</b>
<b>2</b>	Perspectiva estratégica; projeto de futuro; horizonte histórico que se deseja construir	<b>1</b>
<b>3</b>	Referência contra-hegemônica para concepção, planejamento e execução de políticas públicas	<b>0</b>
<b>4</b>	Referência ao socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores	<b>1</b>
<b>5</b>	Referência com sentido positivo à história do socialismo em geral, de pertencimento a uma causa, luta ou movimento	<b>5</b>
<b>6</b>	Referência com sentido negativo à história do socialismo em geral, suas experiências, práticas e valores	<b>4</b>
<b>7</b>	Referência de pertencimento à ideia de socialismo no sistema político partidário brasileiro	<b>0</b>
<b>8</b>	Referência de pertencimento à ideia de socialismo no campo da política internacional	<b>6</b>
<b>9</b>	Referência articulada positivamente à estratégia socialista gradualista, ou social-democrata	<b>0</b>
<b>10</b>	Referência articulada negativamente à estratégia socialista gradualista, ou social-democrata	<b>0</b>
<b>11</b>	Referência articulada positivamente à estratégia socialista radical	<b>0</b>
<b>12</b>	Referência articulada negativamente à estratégia socialista radical	<b>1</b>
<b>13</b>	Referência neutra ou descritiva	<b>13</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

A referência majoritária do socialismo no cômputo geral da prática discursiva do presidente Lula é neutra ou descritiva, como podemos ver no discurso no Consea, em 12 de maio de 2004:

Esta semana eu recebi aqui um ministro da Espanha, que vai ser ministro responsável na União Européia. Ele me comunicou que em Guadalajara, o presidente do Conselho de Ministros da Espanha, recém-eleito, do partido socialista, o Zapateiro, quer participar deste grupo junto com França, Chile e Brasil (grifo nosso).

Assim como na abertura do 11º Congresso Nacional do PCdoB, em 20 de outubro de 2005:

Meu querido companheiro Roberto Amaral, presidente em exercício do Partido Socialista Brasileiro (grifo nosso).

O socialismo está presente nos discursos do presidente Lula e sua característica predominante nas duas primeiras aparições é positiva. No discurso da cerimônia de abertura do III Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 24/01/2003, há a afirmação da expectativa e do pertencimento internacional:

Eu já estive na Argentina, já estive no Chile, já estive no Equador, e sei da expectativa que a América do Sul tem no Governo brasileiro. Eu sei a esperança que os socialistas do mundo inteiro têm no sucesso do nosso Governo. É por isso que aumenta a nossa responsabilidade, e eu volto a afirmar: nós esperamos tanto para ganhar, nós perdemos tanto, sofremos tanto, tanta gente morreu antes de nós, tentando chegar lá, que, por esse acúmulo de compromissos, quero olhar na cara de cada um de vocês e dizer: ‘Eu não vou errar e vou fazer um Governo voltado para os pobres deste país’ (grifo nosso).

Enquanto na refinaria de Alumina da Vale do Rio Doce, em Barcarena no dia 04/04/2003, reafirma-se o compromisso socialista com a justiça social e a igualdade:

Então, é como dizia o meu amigo Aloizio Mercadante: nós vamos fazer este país aprender a ganhar dinheiro como um verdadeiro país capitalista, para que a gente possa gastá-lo como socialista. Ou seja, ganhar da forma mais moderna possível e gastá-lo da forma mais justa e mais equânime possível (grifo nosso).

Porém, apenas cinco meses são suficientes para as contradições e ambivalências virem à tona, tal como se pode verificar na visita ao Retiro de Itaici, Indaiatuba, em 1º de maio de 2003:

Eu me lembro que, na última vez em que estive aqui, havia um debate interessante. Nós estávamos discutindo a consulta popular. E é importante dizer para vocês que, naquele dia, eu participei de uma Mesa em que a grande discussão era se nós deveríamos acreditar que, através do processo eleitoral, nós conseguiríamos chegar ao Governo rapidamente, ou se nós tínhamos que preparar a organização da sociedade para que, dali a alguns anos, nós pudéssemos ganhar. Eu me lembro que havia vários companheiros aqui, sindicalistas, do movimento popular. Alguns eu sabia que iam ser candidatos. E eu me lembro que fiz uma pergunta naquele dia. A pergunta que eu fiz foi a seguinte: “Se nós vamos ter que esperar 30 anos para organizar 30% da sociedade socialista, o que eu faço com quem



quer ser candidato agora? Até porque eu não posso esperar mais 30 anos, ou seja, a minha disputa tem que ser por esses dias”. E graças a essa visão de que o processo eleitoral poderia ir abrindo espaço para que nós pudéssemos ganhar uma vaga de vereador, uma vaga de prefeito, uma vaga de deputado e ir colocando a população organizada para participar do poder, é que nós chegamos à Presidência da República. Logicamente que entre chegar à Presidência da República e exercer o poder em sua plenitude, há uma diferença muito grande. Eu, um pouco antes da posse, li uma entrevista do presidente Sarney nas páginas amarelas da revista “Veja” em que ele dizia que lamentava que 80% das ordens do presidente não eram cumpridas, porque não chegavam onde ele queria que chegassem. Ora, não levando isso a ferro e fogo, a verdade é que você tem uma estrutura burocrática dentro da máquina governamental, e não é fácil trabalhar com ela. É delicado. E as mudanças se dão, também, ao longo do tempo, não tem como fazer imediatamente uma ruptura com uma estrutura de máquina que funciona do mesmo jeito há muitos anos. Na verdade, nós somos os intrusos dentro da máquina, ou seja, a máquina não foi feita tal como ela está para nós governarmos (grifo nosso).

No prestigiado evento tradicional da CNBB, a marca do discurso em relação ao projeto socialista será a ambiguidade. O socialismo é apresentado como um projeto de futuro distante, incompatível com a temporalidade individual das lideranças e, por isso mesmo, secundarizado em favor da disputa de espaços eleitorais na institucionalidade democrático-representativa vigente no Brasil atual.

Esta é a principal forma de construção do socialismo no discurso do presidente Lula, ressalvadas as construções neutras e descritivas, compondo um número de 07 (sete) citações em um universo de 40. Como vimos anteriormente na análise do PT, uma das principais características dos setores dominantes do PT ao longo da década de 90, foi a adesão e contingenciamento de seu horizonte político ao presente, constituindo aí o seu campo de construção programática, de consolidação de alianças e solidariedade social e estratégica.

O socialismo não é algo mais de um futuro possível, mas somente de um passado. Um passado que perdeu a centralidade, mas que não se quer (ou não se pode) abandonar e por isso mesmo é mantido sob disputa constante, nas poucas vezes em que aparece, como nos mostrarão, além dos números, os discursos à frente. Esta ambiguidade na relação com o socialismo se reflete nos números, pois as conceitualizações imediatamente posteriores, com 05 (cinco) citações cada, são de pertencimento a

trajetórias e valores socialistas no cenário da política internacional.

Retornando ao evento discursivo no Retiro de Itaici, em Indaiatuba, no 1º de maio de 2003, encontramos neste espaço a possibilidade de repercussão sobre parcelas importantes das bases sociais históricas de Lula e do PT. Ali, contudo, estão presentes setores políticos que não privilegiam a organização em função das disputas institucionais no interior do Estado capitalista<sup>58</sup>. A referência direta a opção pela luta institucional do PT é seguida e complementada com ponderações a respeito das limitações impostas pela máquina do Estado aos projetos de mudança. Existe a consciência de que o edifício institucional e seu modo de funcionamento não favorecem seus objetivos maiores, porém, não há referência aos interesses sociais contraditórios. O tom final da ambiguidade está na afirmação implícita de que é impossível “fazer imediatamente uma ruptura”, mas

Cabe a todos nós, agora, irmos criando a possibilidade de fazer as mudanças e ir adequando essa máquina a um funcionamento democrático, que crie espaço para a sociedade poder, definitivamente, dizer como é que as coisas devem acontecer neste país.

A referência ao termo socialismo adquire negatividade no momento seguinte, no discurso de Lula no Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores, em Brasília/DF, 27/06/2003:

Aquele tempo, sim, era duro. Era duro porque o PT, naquele tempo, não tinha a experiência que nós temos. O PT era mais novo, todos nós éramos mais exigentes, eu diria até, mais inconscientes do que somos hoje, e queríamos, a partir da cidade de Diadema, fazer o socialismo. A gente foi aprendendo que o prefeito tinha limitações de tal ordem que ele não podia fazer, muitas vezes, nem 10% daquilo que era o sonho da militância. Eu morava em São Bernardo do Campo, e aqui, se tiver vereador de Diadema, eu peço o testemunho: as pessoas eram muito radicalizadas, e às vezes, às duas horas da manhã, chegava uma turma partidária do prefeito Gilson na minha casa, alguns até pulavam o muro, com um gravador para ouvir os conselhos que eu dava; aí, quando a turma favorável ao Gilson ia embora, chegava a turma contra o Gilson e eu ficava, às vezes, até às 3, 4 horas da manhã, tentando pacificar. Às vezes eu ia para Diadema, às vezes ia um outro companheiro do PT, e às vezes era briga, “pau puro,” naquelas reuniões, porque as pessoas não tinham experiência e achavam que o prefeito podia tudo, achavam que o prefeito tinha obrigação de

---

<sup>58</sup> Notadamente uma marca característica central do grupo denominado Consulta Popular que reúne entre outros, vários militantes do MST e das pastorais sociais da Igreja Católica.

fazer tudo, tinha que resolver o problema de salário, da água, do asfalto, quando o prefeito tinha uma limitação enorme, como tem até hoje (grifo nosso).

O socialismo aparece aqui como um objetivo inalcançável, para além das suas condições políticas de materialização, um desejo sem base material, possível graças à inexperiência administrativa combinada com voluntarismo e uma dose generosa de sectarismo político. Todos elementos negativos, nenhum positivo ou norteador de uma prática ou um programa.

Mas o elemento central para a análise vem posteriormente, quando a experiência de Diadema e a do Espírito Santo<sup>59</sup>, ambas negativas pela preponderância do radicalismo entre os grupos internos, é enquadrada em seu sentido histórico primordial, ou seja:

[...] o dado concreto é que nós utilizamos aquilo como experiência e essas experiências me davam a certeza de que, quando chegássemos à Presidência da República, nós iríamos fazer um governo inesquecível neste país (Retiro de Itaici, Indaiatuba, em 1º de maio de 2003).

Isto porque um dos objetivos deste discurso também é a consolidação de uma imagem e uma expectativa positiva entre as lideranças internas ao PT, no caso principalmente vereadores e deputados, em relação a equipe presidencial, valorizando aqueles escolhidos para ocuparem os cargos de primeiro escalão.

Este processo, como é sabido, é caracterizado pela disputa, aberta ou não, entre diversos atores institucionais dentro e fora do partido, sendo marcado por razoável tensão e demora, somente sendo inteiramente concluído às vésperas da posse, muito embora já fosse alvo de negociações internas bem antes disso. Por isto a referência ao passado de sectarismo serve como um amortizador de possíveis desavenças sobre a composição do ministério e sobre os outros temas tratados no discurso.

Porém, o tema candente deste período no governo e que preside o contexto deste discurso, é explicitado mais à frente de modo direto por Lula: a questão da reforma da previdência. Como poderá ser visto na defesa do conteúdo da mesma:

Somente nós poderemos fazer as reformas. Quando eu dizia, durante a campanha, que somente nós sabíamos fazer as reformas, é porque eu tinha convicção. Ninguém tem que ter vergonha de fazer as reformas necessárias. Não queremos tirar

---

<sup>59</sup> Ambas as situações se referem a tensionamentos políticos internos ao PT durante as gestões dos ex-prefeitos Gilson Menezes (1982 a 1985) e José Augusto Ramos (1989 a 1992) em Diadema e Vitor Buaiz na prefeitura de Vitória (1989 a 1992) e no governo do Espírito Santo (1995 a 1998), todos da tendência Articulação.

direitos de ninguém, queremos aumentar o direito de quem não tem direito neste país, de quem está excluído. [...] Nós queremos apenas fazer justiça. Não estamos diminuindo o salário de ninguém. Estamos apenas pedindo: companheiro, quando você se aposentar, não pegue aumento de salário. Se um aposentado federal paga 11% de imposto quando está na ativa e, quando ele sai, deixa de pagar e recebe o salário integral, significa que obteve 11% de aumento. Então nós estamos pedindo: companheiro, deixe esses 11% para a gente poder contribuir para que o seu filho ou o seu neto, amanhã, tenha o direito de se aposentar (Retiro de Itaiçi, Indaiatuba, em 1º de maio de 2003) (grifos nossos).

Isto por que:

[...] O que nós não podemos é aceitar que uma minoria determine as condições de vida da maioria do nosso povo. Afinal de contas, hoje, nós somos uma sociedade de maioria excluída, que não está no mundo do trabalho...

Mais à frente o presidente Lula volta a assinalar a sua importância, mas transfere o debate direto aos seus prestigiados ministros:

[...] Aqui vai ter debate sobre a Previdência e eu estou “doido” para debater Previdência, mas o Presidente não pode se meter em tudo. É porque eu estou ouvindo uns discursos contra, e por isso eu adoraria participar dos debates. Para mim, quanto mais radical, melhor. Adoro. Adoro fazer esse debate. Mas eu sei que o Ricardo Berzoini e outros ministros virão aqui debater.

Ao presidente coube a reafirmação da justiça da reforma da previdência através da legitimação dos seus interlocutores e do princípio distributivo que nela estaria implícita. Cabe destacar, no entanto, que em nenhum momento a ideia de distribuição de riqueza é levantada em relação às classes dominantes, burguesia, elites, ou qualquer termo similar que apontasse alguma proximidade com a tradição distributiva dos programas socialistas:

[...] O que nós queremos é repartir o pouco que temos até termos condições para criar o muito que nós precisamos (Retiro de Itaiçi, Indaiatuba, em 1º de maio de 2003).

Ao contrário, o socialismo compõem no discurso o elemento da negatividade relegado ao passado do início da trajetória do PT, superada pela experiência adquirida com o passar dos anos e pela autoridade paternal de Lula explicitada na passagem:

Mas eu sempre trato as decisões que tomo com (*sic*) se eu estivesse fazendo alguma coisa para o meu filho. Eu não quero tratar nenhum brasileiro de forma diferente; às vezes, temos que dizer “não” para um filho da gente, porque isso faz mais bem para o futuro dele do que não dizermos nada. Às vezes, o

bom é aquele que diz “não”, não é o que diz “sim” (Retiro de Itaici, Indaiatuba, em 1º de maio de 2003).

Em suma, neste evento discursivo exemplar, o socialismo não acrescenta ao debate da reforma da previdência, que é seu elemento central, nenhum elemento de positividade estratégica, seja ela programática ou histórica, no sentido de uma sociedade na qual se deseja construir. O socialismo dialoga somente com o passado, traduzido como uma prática política superada, pois, amadora, sectária, voluntarista e irrealizável.

A referência ao termo socialismo está presente no discurso na cerimônia de lançamento da ONG Apoio Fome Zero, em 08/07/2003, São Paulo/SP, para uma plateia marcada pela presença de empresários conhecidos como Toninho Trevisan, Abílio Diniz e Antônio Ermírio de Moraes<sup>60</sup>.

A sua tônica geral será a afirmação do problema da fome como uma questão política central para o governo:

Quando eu falo ‘transformar numa questão política’ é quando as pessoas, dentro de casa, começarem a discutir o assunto; quando um filho falar para o pai, à noite, quando ele chegar do trabalho, cansado, e tirar o sapato para descansar: “Pai, e a questão da fome?” Quando a gente conseguir isso, teremos transformado a fome num problema político. Ou, quando a mulher falar para o filho: “meu filho, não deixe comida no prato, porque tem gente passando fome.” Aí, transformamos isso num problema político. Aí, tudo fica mais fácil para ser resolvido.

Afirmando a necessidade de unidade nacional e da contribuição individual dos empresários como instrumento de superação do problema da fome em geral e da seca em particular, tendo como uma das alternativas para o seu enfrentamento no nordeste brasileiro, a implantação de cisternas:

[...] Eu fiquei feliz, Gabriel, quando vi que a Febraban resolveu contribuir com as cisternas. Um gesto, eu diria, que mostra que a solidariedade não tem fronteiras quando a proposta política toca o coração das pessoas. Eu acho que é isso que nós temos que fazer: tocar profundamente o coração das pessoas. Porque cada um de nós pode fazer infinitamente mais do que já fez. É aquele esforço que cada um de nós tem que fazer para ajudar a resolver, coletivamente, os problemas que habitualmente a gente acha que são do Governo. Eu acho que se o mundo que pode resolvesse ajudar o mundo que não pode, certamente a

---

<sup>60</sup> Toninho Trevisan, compadre de Lula e empresário do ramo de consultoria e assessoria tributária; Antonio Ermírio de Moraes, empresário do ramo industrial e Abílio Diniz, dono da rede supermercados Pão de Açúcar, cujo sequestro em 1989, foi utilizado pela imprensa e opositores contra a candidatura de Lula nos dias anteriores ao segundo turno da eleição presidencial.

gente resolveria este problema da cisterna, Oded<sup>61</sup>, com muita, mas com muita facilidade.

No Brasil, a fome é um problema de falta de solidariedade que pode ser resolvido com “apoio dos que não têm fome” aos “que têm fome”. O apelo à solidariedade individual é a marca deste evento discursivo, sem nenhuma referência a interesses conflitantes entre as classes sociais, ricos e pobres, concentração de renda ou elites e povo:

[...] Agora, o que a gente está querendo é outra coisa. É tentar criar uma ideia de solidariedade entre os seres humanos para ver se a gente consegue encontrar, coletivamente, soluções para problemas que vêm se arrastando ao longo dos anos.

Neste contexto, o socialismo aparece como sinônimo de um mecanismo de protelação da busca de soluções através dos quais aqueles que não têm compromisso com a resolução dos problemas, conscientemente ou não, se utilizam para se proteger e permanecer na inércia:

[...] Quando a gente fala de cisterna, possivelmente algumas pessoas pensem assim: “Ah, mas o problema não é este. O problema é que tem que haver reformas estruturais, é preciso voltar a ter desenvolvimento, é preciso investir em infraestrutura, é isso que vai resolver.” Essa discussão é a mesma que vivi durante muito tempo: as coisas só vão melhorar quando chegar o socialismo. E até não chegar, o que a gente faz? Fica sentado, esperando ele passar, ou a gente vai fazer alguma coisa? Eu acho que isso que nós estamos discutindo, a fome, não acabará por si só, nós é que temos que ter a atitude de estender a mão para ajudar aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que nós (grifo nosso).

Inércia ou má vontade que em última análise se esconde por trás do véu das ideologias, pois quando se têm boa vontade, os problemas comuns podem ser enfrentados por todos, para além das diferenças entre cada um:

[...] Mas, eu quero lhe dar os parabéns, Antoninho. O que você fez, nesta noite de hoje, é uma demonstração de força excepcional e uma demonstração de solidariedade. Outro dia eu disse: ‘Não existe um ser humano totalmente mau, nem todo mundo é 100% bom, nem todo mundo é 100% mau.’ O grande problema é que a gente não sabe aproveitar as coisas boas que as pessoas têm. E eu acho que, aqui, o que nós estamos percebendo é o seguinte: em determinadas coisas, em se tratando de Brasil, em se tratando de combater a miséria, o que a gente percebe é que não existe a linha divisória ideológica em

---

<sup>61</sup> Oded Grajew, empresário associado ao PT fundador do Instituto Ethos.

nosso meio.

Outro importante momento para a identificação dos sentidos do socialismo no discurso de Lula se deu um ano após a vitória eleitoral de 2002, na abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista, 27 de outubro de 2003, São Paulo/SP.

Em um discurso carregado de várias referências ao socialismo, com sentidos também diversos, o que predomina, quantitativa e qualitativamente, é a afirmação da solidariedade e conagração com os partidos e ideais da social-democracia, independente da não aceitação explícita do PT às suas teses e o fato de não ser um partido associado a esta articulação internacional:

Eu quero dizer ao meu querido amigo António Guterres, presidente da Internacional Socialista que, embora o nosso partido nunca tenha se filiado à Internacional, acho que muitos filiados não têm a solidariedade que nós temos tido nos encontros da Internacional Socialista. E fazemos isso porque, para nós, a democracia não é algo menor, a democracia é a essência de tudo que nós faremos depois de conquistá-la. [...] Vamos fazer de tudo para que em todos os fóruns que a Internacional participe, possa ter o nosso querido Brasil e o nosso governo como referência de uma boa prática política nos nossos dias (grifos nossos).

Em sintonia com a análise anteriormente realizada sobre a luta interna ao PT e o desenvolvimento da identidade do Campo Majoritário, a reafirmação do pertencimento de Lula ao vasto campo da história do socialismo, se dá de modo associado à crítica aos ‘paradigmas ultrapassados’ e os elogios ao ‘socialismo democrático’. Bem diverso das críticas à social-democracia na década de 80 e 90:

Não desconhecemos as heranças do socialismo do século XX. Sobretudo, não esquecemos seus sonhos, o sacrifício de tantos, as esperanças que foram capazes de despertar. Mas pertencemos, junto com outras organizações, sobretudo, da América Latina, a uma outra geração de partidos. Refletimos, criticamente, sobre muitos paradigmas teóricos que recebemos e, sem cair no pragmatismo, procuramos criar um movimento que fosse capaz de enfrentar, de forma criativa, não-dogmática, os grandes desafios do nosso país. [...] Espero que esses três dias em que São Paulo se transforma em capital mundial do socialismo democrático permitam a realização de um importante debate. De um debate capaz de renovar as esperanças daqueles que, em todas as partes do mundo, sonham e lutam por um mundo mais livre e justo, que é a essência do socialismo. As profundas transformações pelas quais passou o mundo nas últimas décadas abalaram muitas certezas e

afetaram em parte paradigmas socialistas do passado. [...] O passado do socialismo nos deixou algumas lições. Importantes alternativas políticas se constroem sem dogmatismos, de forma plural e em respeito diferenças. Elas são, antes de tudo, expressão de grandes movimentos sociais. [...] Nas derrotas do socialismo, a desunião sempre ocupou lugar importante; nas vitórias, a unidade foi o ponto fundamental. Essa é, também, a experiência do meu partido. É dentro desse espírito unitário e com a esperança de que todos saberemos contribuir para a reconstrução do projeto socialista democrático no mundo, que renovo meus votos de boas vindas a todos que aqui nos honram com suas presenças (grifos nossos).

A mesma ideia do socialismo como mecanismo protelatário está presente no evento discursivo ocorrido na concorrida e prestigiada abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Olinda/PE, no dia 17/03/2004. Entretanto aqui já está acrescida a ideia subjacente da inutilidade do projeto socialista para a resolução dos problemas estruturais da formação histórica do Brasil, uma vez que os problemas podem ser resolvidos dentro da lógica da cooperação e da boa vontade supra-classista, marca do programa Fome Zero.

Há, portanto, uma elevação no tom da crítica ao socialismo, pois agora esta não está direcionada a uma demarcação de campo interna entre ‘democráticos’ *versus* ‘autoritários’: o socialismo começa a ocupar um lugar em contradição com a possibilidade de se enfrentar concretamente os problemas centrais do povo brasileiro.

Eu me lembro que quando eu comecei a minha militância política, a gente dizia: ‘nós vamos fazer tal coisa, vamos organizar um partido, vamos organizar o sindicato, vamos fazer uma Central’. As pessoas diziam: ‘Não, só vamos resolver o problema quando o socialismo chegar’. Então, tudo se resumia na construção do socialismo. Havia alguns que falam assim para mim: ‘Por que disputar eleição agora? Vamos construir, primeiro, uma sociedade socialista, depois a gente disputa’. E eu comecei a pensar nos anos que eu tinha, nos anos que faltavam. E eu falei: Se ficar esperando esse tal de socialismo, eu morro e não chego a Presidente da República. Eu vou é chegar a Presidente da República para facilitar as coisas para o povo brasileiro (grifos nossos).

Cabe aqui um parêntesis. Pela primeira vez, nos discursos analisados durante o período do mandato presidencial, Lula veicula a ideia de que na sua trajetória política a ideia de socialismo esteve contraposta à sua visão da pauta política que deveria ser enfrentada em um dado momento, expressado na oposição partido/sindicato/central *versus* socialismo.



Esta reconstrução histórica, muito embora esteja de acordo com as posições assumidas por Lula e seu grupo e com o transformismo amadurecido que caracteriza o PT atual, não está de acordo com o breve levantamento feito nesta pesquisa a respeito da importância do papel do projeto societário socialista no interior do PT<sup>62</sup>.

Estamos diante da tentativa de recomposição da identidade política, da história vivida e das experiências passadas, como necessidade para a afirmação de novas identidades, mais adequadas às novas práticas políticas. Este processo é tão mais importante na medida em que não encerra uma demanda individual de Lula por repensar este ‘tal socialismo’: mas transborda por todos os envolvidos no momento histórico em questão, ou seja, pelas histórias, identidades e trajetórias dos construtores e fundadores do PT e seus militantes ao longo de sua trajetória.

Retornando a análise deste evento discursivo, Lula coloca em relevo a urgência da questão da extrema pobreza e define a política de combate à fome como “uma coisa sagrada”. Talvez por isso não esteja em sua estratégia discursiva vincular as causas da fome com a discussão das formas desiguais de apropriação da riqueza produzida socialmente, ou das estruturas concentradoras da posse da terra.

No estado brasileiro de Pernambuco, no qual foram travadas lutas fundamentais na trajetória histórica de organização dos trabalhadores rurais brasileiros pela reforma agrária, a ausência de qualquer referência às Ligas Camponesas, em um discurso tão concorrido e repleto de lideranças da base política do governo federal, é um elemento que não pode passar despercebido.

Este “esquecimento” nos permite, entre outras possíveis, a interpretação de que uma determinada lógica de combate político, baseada na identificação de interesses antagônicos e na compreensão da existência da luta de classes no campo (presentes na tradição política do socialismo), não está na ordem do dia para o enfrentamento das questões que podem ser resolvidas pela solidariedade individual e a convivência pacífica entre as classes (presente na tradição social-democrata).

E mais fácil ainda, é porque o problema da fome no Brasil – diferentemente da fome de outros países que não produzem os alimentos per capita, para sua população consumir – nós produzimos alimentos suficientes para contemplar a nossa população com as calorias e com as proteínas necessárias. O nosso problema é outro. Uma grande parcela da sociedade não

---

<sup>62</sup> Voltamos a citar a importância das obras de Eurelino Coelho e Mauro Iasi para o enfrentamento desta questão.

tem renda para comprar alimentos e, portanto, não tem acesso. E um outro problema muito sério é que, muitas vezes, no Brasil, quem tem fome não tem coragem de dizer que tem fome (Abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Olinda/PE, no dia 17/03/2004).

Mais a frente em outra passagem desse evento discursivo, a fome no Brasil é situada em relação aos países mais pobres que não conseguem produzir os alimentos necessários.

O dado concreto é que nós precisamos criar um fundo de desenvolvimento que possa ajudar os países mais pobres, não a receber cesta básica, mas a receber assistência técnica, conhecimento e financiamento para que possam produzir o seu próprio alimento, gerar empregos e fazer a distribuição de riqueza e de combate à fome.

Há um limite claro na discussão das causas da fome e que não será ultrapassado, pelo menos nos eventos aonde a palavra socialismo venha a ser pronunciada. Estamos no campo da solidariedade, da busca do bem comum e não da construção de uma trajetória voltada para a construção de uma nova sociedade, resultante da luta entre interesses contraditórios internos.

Neste sentido é absolutamente compreensível e perfaz uma lógica coerente, que a ideia de socialismo não apareça como uma sociedade alternativa a ser construída e, portanto, com um papel orientador das ações de uma política social de combate a fome. Isto, pois, o combate a fome segundo a lógica da solidariedade e do bem comum necessita da combinação de esforços, ou seja, uma política de unidade nacional para além dos interesses de classe conflituosos. Mais uma vez, uma política para o presente:

Havia alguns que falam (*sic*) assim para mim: ‘Por que disputar eleição agora? Vamos construir, primeiro, uma sociedade socialista, depois a gente disputa.’ E eu comecei a pensar nos anos que eu tinha, nos anos que faltavam. E eu falei: Se ficar esperando esse tal de socialismo, eu morro e não chego a Presidente da República. Eu vou é chegar a Presidente da República para facilitar as coisas para o povo brasileiro. Essa política de Combate à Fome é isso (Abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Olinda/PE, no dia 17/03/2004) (grifos nossos).

O momento seguinte dos eventos discursivos analisados acrescenta mais um elemento neste processo de redefinição política e teórica do sentido de socialismo. Em

entrevista concedida ao jornal O Globo de 11/02/2005, há a explanação aberta do socialismo não mais como um projeto de sociedade, mas como uma expectativa política e uma vontade de justiça social:

1 – Quando o senhor fundou o PT qual era o seu ideal de ação no poder?

Para resumir em poucas palavras, eu diria que o lema do Partido dos Trabalhadores sempre foi democracia e desenvolvimento econômico com distribuição de renda e inclusão social. O socialismo para o PT sempre foi uma ideia reguladora, de se buscar a justiça social, e não um "modo de produção". Foi a ideia de transformar o Brasil, dentro da democracia, que norteou a fundação do PT. Tenho para mim que o comportamento político do partido sempre foi pragmático e orientado para as reformas estruturais de que o País precisa. Quando me perguntavam se o PT ia ser tático ou estratégico, eu respondia: eu só quero fundar um partido. Tanto em nossa vida sindical, partidária, de oposição quanto agora, no governo, sempre defendemos e praticamos o diálogo democrático, a negociação política intensa. Não só porque esse diálogo é legítimo e justo, mas porque por meio dele estamos resolvendo problemas que nunca foram resolvidos. Na época da fundação do partido, enquanto alguns companheiros de esquerda queriam planejar a revolução social para dali a 20, 30 anos, nós optamos por mudar a realidade já, do micro para o macro: eleger vereadores, deputados, prefeitos, governadores... E foi com essa convicção, aliada a uma ação política prática e efetiva, que chegamos à Presidência da República em 2002 (grifo nosso).

O choque com o relato histórico do debate sobre socialismo no interior do PT é nítido. Primeiro porque, como citado longamente no capítulo 3, o socialismo democrático do PT era muito mais intenso e sintonizado com as expectativas de construção do socialismo e com as plataformas de luta anticapitalista presentes ao longo da trajetória histórica dos trabalhadores brasileiros do que a mera combinação de “distribuição de renda com justiça social”.

Em segundo lugar, porque a Articulação defendia durante a década de 80 que o papel do PT seria estratégico para a construção do socialismo no Brasil. Daí que seus militantes não possuíam ‘duas camisas’, a do PT era única, era a estratégica para os objetivos do partido, naquela época, mais anticapitalistas do que hoje.

Os ‘autênticos petistas’ possuíam, no debate sobre a estratégia para o socialismo e sobre o papel que o partido teria na mesma, um campo de legitimação muito forte, exatamente por afirmar a sua centralidade estratégica.

Muito embora, de fato, o socialismo democrático do PT tenha se caracterizado enquanto uma formulação aberta ao desenvolvimento histórico e aos interesses da classe trabalhadora brasileira e nunca tenha se constituído teoricamente como uma alternativa independente e específica, tal qual uma variante nacional de modo de produção (caso isso fosse efetivamente possível). Entretanto, isto é muito diferente de afirmar que o socialismo no debate interno do PT nunca foi tratado como um modo de produção e um projeto de sociedade alternativo ao capitalismo.

Com relação ao comportamento político do PT, também é bastante questionável a afirmação do pragmatismo de berço, dada sua política de alianças na década de 80, a recusa em votar no colégio eleitoral, a não participação no governo Itamar Franco, para citar somente alguns episódios. De fato o pragmatismo ganha espaços cada vez mais amplos no comportamento petista, mas isso possui uma história e um processo, melhor trabalhados, a nosso ver, com a utilização do conceito de transformismo, do que pela sua naturalização *a posteriori*.

Há uma intenção óbvia de descolorir o socialismo petista de sua lembrança anticapitalista e tratá-lo como um conjunto de objetivos e valores passíveis de alimentar uma lógica de transformação social, sem conflitos, em conformidade com a democracia representativa e a reprodução da ordem burguesa.

Porém, ao fazê-lo afirmando a ideia de mudança e transformação social, desta não pode se abster. Em outras palavras, o mesmo processo de reconstituição histórica da prática e das elaborações petistas que pode ser percebida nos eventos discursivos analisados<sup>63</sup>, com o objetivo de distanciar-se o máximo possível do socialismo, só pode ser feito de modo combinado à afirmação de pertencimento histórico e internacional a trajetória do socialismo, o que por sua vez se combina organicamente com a ideia de transformação e mudança social. Mesmo que esta transformação possua contornos mais indefinidos ainda do que possuía o socialismo petista.

Outro elemento interessante é a reafirmação da diferença com aqueles que estariam ‘à sua esquerda’. Não é a primeira vez nem será a última que o diálogo de Lula é feito com seus críticos à esquerda, dentro ou fora do partido, seja no passado reelaborado ou no presente das ‘reformas que o Brasil precisa’. Este diálogo é sempre recuperado, independente da construção racional do discurso assim o exigir, ou do tema que seja

---

<sup>63</sup> Assim como nos intelectuais orgânicos ao projeto petista que não rompem com o campo de força do petismo original, como citado anteriormente.

tratado, como pôde ser visto ao longo das diferentes palavras chave analisadas até aqui.

No dia 03 de fevereiro de 2006, o evento discursivo ocorre perante diversas lideranças federais e estaduais, além de professores, funcionários e alunos, durante a cerimônia de inauguração dos novos prédios da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte/MG.

As políticas públicas em destaque são aquelas direcionadas à juventude, tais como o ProJovem, definido por Lula como:

[...] o resultado, eu acredito, da mais importante pesquisa feita sobre a juventude brasileira, feita pelo Instituto Cidadania, o Instituto que eu presidia antes de ser Presidente da República, este Instituto fez uma pesquisa muito profunda sobre a juventude brasileira, apresentaram relatório ao governo e determinaram uma série de políticas públicas para a juventude, coordenada pelo companheiro Dulci até a implantação, e o ProJovem é resultado disso.

A segunda política em destaque é o ProUni, apontada como uma política voltada a corrigir distorções históricas, acentuadas por ‘equivocos da pauta sindical’ ao longo das últimas décadas:

[...] Mas o dado concreto é que nós estamos fazendo, por conta de vocês, por conta da nossa relação com a sociedade, por conta da nossa origem, nós estamos tentando resgatar as dívidas históricas que foram se construindo neste país. [...] cansamos de fazer discursos: ‘universidade pública e gratuita para todo mundo’. E a gente fazia esse discurso na porta das universidades públicas e não tinha coragem de ir à porta das universidades particulares fazer isso para os estudantes que estavam pagando. Então, era um contrassenso do discurso. Você ficava dizendo a mesmice para quem já tinha pública e gratuita e não tinha coragem de ir na universidade particular dizer: ‘nós queremos garantir a escola pública para você’.

A questão da prática sindical não é mero detalhe neste contexto, uma vez que a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), desde a reforma da previdência se colocara em campo contrário ao governo Lula, chegando a se desfiliar da CUT.

[...] E, neste momento em que nem sempre as lideranças estão à altura dos seus liderados – e o que eu estou falando vocês conhecem, pelo Brasil afora – em que muitas entidades têm dirigentes muito aquém das necessidades das entidades, em que

muitas vezes o debate ideológico toma lugar à representação da própria corporação.

O ProUni é utilizado em contraponto à ideia de socialismo no mesmo lugar anteriormente ocupado pelo programa Fome Zero, reproduzindo uma lógica na qual o socialismo é o contraponto idealístico – dado que inatingível e, portanto, cômodo – das políticas aplicadas pelo governo federal e que dão resultado efetivo, perceptível e imediato:

[...] E por isso, eu sei que o Fernando Haddad fica meio cismado, e falou: ‘Presidente, o senhor não pode falar do ProUni numa universidade federal’. Posso. Posso falar e vou falar, porque de todas as ideias na educação esta é uma ideia que eu acho genial. Quando eu comecei a minha militância sindical as pessoas diziam: “não, o sindicato não pode fazer nada, porque é preciso mudar a estrutura sindical. Se não mudar a estrutura sindical você não vai fazer nada”. Eu entrei no sindicato, não mudou a estrutura sindical e nós fizemos tudo. Mudamos a história do sindicalismo brasileiro, a partir de 75, sem mudar a estrutura sindical. Depois, quando eu pensei em entrar na vida política, diziam: “não, você não pode entrar, isso não vai dar certo, porque primeiro é preciso construir o Socialismo, depois é que vêm as outras coisas e tal, não está certo esse negócio de criar partido, esse negócio de trabalhador”. Criamos um partido e em 20 anos chegamos à Presidência da República deste país (Cerimônia de inauguração dos novos prédios da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG em Belo Horizonte/MG, 03 de fevereiro de 2006) (grifo nosso).

Por último cabe repor a questão internacional. O aparecimento das citações em eventos com frequência internacional das mais variadas alcançou um número significativo no contexto geral das palavras chave acerca do socialismo, como já comentado o que pode ser visto no discurso em homenagem ao presidente do Uruguai em Brasília/DF, 16/03/2006:

No Brasil, temos acompanhado com grande interesse e entusiasmo as realizações de seu governo. A retomada vigorosa do crescimento econômico com justiça social é também o alvo maior de meu governo. O Plano de Emergência Social e os importantes avanços na área de direitos humanos dão prova do compromisso do governo uruguaio com os valores históricos que iluminaram o socialismo progressista uruguaio. Um movimento que sempre buscou unir crescimento com equidade, avanço econômico com preservação do meio ambiente (grifo nosso).

Sem dúvida e a afirmação histórica de pertencimento ao socialismo está presente, dialogando com a expectativa internacional acerca de seu governo, mas também de modo a afirmar um arco de alianças internacionais que buscam transcender a distinção esquerda e direita, como pode ser averiguado nas palavras ao presidente francês, Jacques Chirac, em Paris-França, 14/07/2005:

Eu queria fazer uma confissão, aqui. Eu venho à França desde 1980, tive muita relação com o movimento sindical francês, quando eu era dirigente sindical. Depois, tive muita relação com o Partido Socialista Francês. Quando ganhei as eleições, no Brasil, e vim à França pela primeira vez, eu fiquei imaginando: “como é que será a relação do presidente Chirac com o presidente do Brasil, sabendo que eu era um sindicalista e sabendo que eu tinha uma proximidade com o Partido Socialista?” (grifos nossos).

As análises efetuadas até aqui, nos permitem afirmar alguns resultados retirados da pesquisa acerca dos sentidos assumidos pela ideia de socialismo no discurso do presidente Lula.

As análises sobre as palavras-chave *revolução, reforma e esquerda*, foram incluídas em nossa pesquisa com o objetivo de ampliar as possibilidades de aparecimento dos sentidos da ideia de socialismo, uma vez que a pesquisa exploratória havia identificado um número absoluto de citações muito pequeno em relação ao número total de citações possíveis. Nenhum desses termos ofereceu possibilidades de interpretação articuladas com algum sentido positivo para a ideia de socialismo.

O socialismo está presente na prática discursiva do presidente Lula.

Não houve qualquer indício de sentido estratégico para a ideia de socialismo na prática discursiva do presidente Lula, seja no enfoque histórico, seja no enfoque programático.

Não pode ser verificado nenhum padrão identitário positivo, em função de circunstâncias, tais como a composição do público, como podemos ver nos eventos discursivos como o congresso do PC do B e os eventos com parlamentares petistas, ou ainda, eventos com a presença de militantes da União da Juventude Socialista.

Não encontramos também, regularidades para a autoidentificação socialista, em relação a datas e eventos políticos de importância para esta tradição, tais como o 1º de Maio e o Dia Internacional da Mulher.

Por sua vez, também não houve sinal de aumento da identificação socialista do presidente Lula em função do cenário mais geral de luta política na sociedade brasileira,

tal como ocorreu no ano de 2005 com a crise do “mensalão/caixa-dois”. Tampouco houve qualquer relação com o calendário da luta interna ao PT. Desta forma, não confirmamos a possibilidade de sentidos táticos positivos para o uso da ideia de socialismo.



## Capítulo 5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Como eu não tenho vergonha e muito menos  
tenho razão para não dizer que eu mudo de posição,  
por isso é que há muito tempo eu digo que prefiro ser  
considerado uma metamorfose ambulante,  
por estar mudando na medida em que as coisas mudam,  
eu não tenho a dureza do manifesto de um  
partido comunista ortodoxo,  
em que tudo já está escrito.*  
(Trecho do discurso do presidente Lula,  
Palácio do Planalto, 05/12/2007)<sup>64</sup>.

Neste momento, faremos uma breve síntese do que foi desenvolvido nos primeiros capítulos, de modo a municiar as formulações elaboradas em diálogo com o objeto, os problemas e os objetivos apresentados no início de nosso trabalho.

Realizamos, no primeiro momento, um esforço de reafirmação crítica de alguns dos postulados do método marxiano de análise e interpretação do real, nos posicionando entre aqueles que buscam compreender o movimento do mundo através das conexões existentes entre a filosofia, a história e as ciências específicas. Compreendemos a razão de ser da busca do conhecimento científico pelo teórico e analista, vinculado à tradição marxista, como uma das manifestações do compromisso de uma *praxis* que se pretende emancipatória.

Afirmamos uma leitura desta tradição de pensamento, muito influenciada por autores que contribuíram para o enfrentamento teórico com as interpretações mecanicistas e deterministas do marxismo, sem, contudo, pontuarem no campo das narrativas apologéticas da ordem do capital.

Desta forma, as ideologias como estruturas materiais complexas que recriam, em nível ‘imaginário’, a unidade da formação social como um todo, adquirem sentido enquanto formas de consciência especificamente orientadas pela e para a prática social e política. As construções ideológicas foram compreendidas, aqui, como a consciência social prática das sociedades de classe.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/Discursos/pr459-2@.doc>> Acesso: 10 nov. 2008.

No decorrer da trajetória do socialismo de fins do século XIX até hoje, ganharam força política e teórica as duas macro-estratégias rivais, quando não francamente antagonistas: a estratégia gradualista e a estratégia radical. Ambas disputaram espaço nos movimentos organizados dos trabalhadores, suas associações e formas de organização política. Com o PT não foi diferente.

A disputa estratégica entre os trabalhadores se dá em sintonia com a disputa de hegemonia no âmbito geral da sociedade, de modo que ambas se comunicam e se influenciam dialeticamente. Hegemonia, portanto, não é homogeneidade, muito menos exclusividade de um ator social ou bloco de atores na arena política, mas sim o exercício concreto e cotidiano, de modo multidimensional, da prevalência de interesses, valores e visão de mundo de um conjunto social dominante, sobre os restantes conjuntos, subordinados ativa ou passivamente.

Compreendemos que a prática discursiva é ideológica por excelência. Assim, os sujeitos do discurso político constroem e reconstróem suas perspectivas estratégicas, também e em grande medida, através da sua discursividade. Na apresentação e funcionamento de suas estratégias discursivas, os seus elementos políticos, ideológicos e simbólicos, se afirmam enquanto balizas norteadoras dos seus objetivos, seus limites e compromissos.

O contexto social em que se insere o discurso político é tão essencial quanto o seu lastro histórico. Através do discurso se realizam as potencialidades da macro-estratégia ideológica, na qual o sujeito político se compreende e se afirma, nas formas possíveis da sua liberdade de ação.

O discurso político é compreendido aqui como ato de um diálogo particular que reitera uma matriz de interesses implicitamente dada. Esta matriz é adotada, mesmo de modo inconsciente, pela aceitação normativa, pela aceitação pragmática, pela resistência passiva ou pela resistência ativa frente à legitimidade dos governantes e da manutenção da sua ordem social.

É neste campo que se constrói, em grande parte, a hegemonia, que flui ao nível do discurso e através dele. Seus agentes diretos, subordinados e aliados no interior do bloco histórico, combinam as mais diversas matrizes de interesses negociadas, mas que resultam, ao fim e ao cabo, na legitimação da ordem social e na manutenção de seus interesses fundamentais.

O Partido dos Trabalhadores nasceu como uma alternativa histórica da e para as classes subalternas, em sua longa trajetória de luta social e conquista de direitos de toda

ordem. A leitura histórica esposada aqui, repõe com destaque a importância do projeto socialista para a construção do PT e de como esse projeto era reapropriado pelas correntes em sua disputa interna, em um momento no qual dentre os defensores da estratégia gradualista, ainda não predominava a adesão completa ao modo de produção capitalista.

Apresentamos a importância da constituição do mito do petismo autêntico como o motor fundamental de legitimação no comando do partido de um determinado grupo político e como esse mito foi reelaborado com as cores de uma dualidade que antes não existia: autoritários *versus* democráticos. Vimos que a formulação desta ‘contradição’ entre socialismo e democracia, coincide com o nascimento do Campo Majoritário. Hoje, essa contradição acompanha a releitura da história produzida pelos teóricos que utilizam como fontes históricas exclusivas os depoimentos dos quadros políticos próximos deste grupo.

Posicionamo-nos, aqui, entre aqueles que assinalam a existência de um processo de transformismo político do PT que o tem levado a uma posição social-liberal e à sua integração ao bloco hegemônico das classes dominantes, seus associados e clientes. Isto tem produzido deslocamentos de sentido da ideia de socialismo no PT, que se não analisados através da compreensão do desenrolar de sua luta interna e do contexto social, tendem a levar a uma leitura naturalizadora da sua adesão à política hegemônica.

Vimos nas páginas anteriores que o governo de Lula não tardou a sentir e aceitar as pressões pela adequação aos cânones das políticas econômicas neoliberais, dado o esvaziamento da força orientadora do referencial socialista que estava na base das transformações programáticas operadas no PT ao longo da década de 90.

Incorporamos leituras críticas às ações e posturas do governo federal petista no primeiro mandato, no qual prevaleceu o modelo liberal-periférico reatualizado ao contexto do neoliberalismo do início do séc. XXI. Compreendemos o conteúdo da política social deste governo como compatível com a ortodoxia liberal, não estabelecendo nenhuma forma de antagonismo com esta, na medida em que sua principal característica é a focalização e o enquadramento político da pobreza, segundo os conceitos metodológicos adotados pelas perspectivas teóricas neoliberais defendidas pelo Banco Mundial e congêneres.

Assim como acontece com diversas experiências da matriz gradualista-social-democrata, existe uma sincronia bastante expressiva entre algumas de suas manifestações políticas, ideológicas e econômicas, tais como:

Ampla unidade política, social e econômica, sobre o que seriam as bases da organização social, existente entre os governantes políticos no capitalismo;

O crescimento da empresa capitalista é algo inerente, desejável e necessário à organização social, sendo visto como do interesse geral da sociedade;

Frequente hostilidade à esquerda social e militante, principalmente aos defensores da estratégia radical-socialista;

Quando das suas amplas vitórias eleitorais, havia, no mínimo, um alto grau de valorização popular da ideia de mudança;

As diversas demonstrações de confiabilidade que caracterizam as formas de relacionamento entre a esquerda reformista/social-democrata e as forças políticas conservadoras;

Integração ao bloco hegemônico.

Este, portanto, é o cenário histórico com seus componentes estruturais básicos do ponto de vista interno e do ponto de vista da inserção internacional do Brasil. Nele se compreendem o contexto da disputa de hegemonia entre as perspectivas ideológicas mais gerais (apologéticas, crítico-adaptativas e crítico-radicais) que, na esquerda política e social, se dividem prioritariamente entre as macro-estratégias gauchista-social-democrata e socialista-radical. Desta forma, estão compreendidos os elementos estruturantes da prática ideológica constituída pelas construções discursivas do presidente Lula, no que se refere à produção de sentidos a respeito do socialismo.

Como dito anteriormente, partimos de um problema teórico: *quais os sentidos assumidos pela ideia de socialismo no discurso do presidente Lula em seu primeiro mandato à frente da Presidência da República?*

Possuíamos o objetivo geral de analisar os sentidos assumidos pela ideia de socialismo no discurso do presidente Lula. Assim sendo, construímos uma metodologia combinando análise quantitativa e qualitativa, com a definição de 05 palavras-chave com o objetivo de ampliar o número de eventos discursivos a serem analisados. Chegamos, então, a algumas conclusões centrais sobre os sentidos do socialismo na construção discursiva do presidente Lula.

Em primeiro lugar, sintetizaremos as descrições das características predominantes das construções discursivas, apresentadas anteriormente: *revolução, reforma, esquerda, socialismo e social-democracia*.

Verificamos a sincronia da prática discursiva ideológica com temas presentes na agenda do governo. A ideia de *revolução* aparece em larga escala como algo positivo, um indicador de qualidade das políticas públicas e um adjetivo das ações do governo. Frequentemente é usada como o padrão de medida, porém, o mesmo não ocorre quando procuramos a ideia de revolução associada ao elogio de uma estratégia revolucionária, no Brasil ou fora dele.

Ao contrário, a revolução como processo de futuro, quando aparece, é desqualificada. A insistência das afirmações sobre o caráter revolucionário das ações do governo possui dois aspectos centrais: buscam, de um lado, reafirmar implicitamente que este é o governo de esquerda; e, por outro lado, disputar o sentido da transformação desejada em amplas parcelas das suas bases sociais, inclusive do seu eleitorado que almejava uma candidatura de mudança.

A ideia de *reforma* ocupa um espaço central para o desenvolvimento político da agenda governamental, sem que haja qualquer grau de diferenciação crítica em relação às reformas neoliberais dos governos anteriores. Ao contrário, foram encontradas argumentações tipicamente sintonizadas com os conceitos próprios aos postulados a esta linha macroeconômica.

Identificamos um deslocamento de sentido entre a ideia de *reforma*, presente com caráter progressivo e anticapitalista nas duas alternativas macro-estratégicas do socialismo, e nos textos do PT, para a ideia de ‘reformas que o Brasil precisa’, defendidas com a utilização de vários tipos de argumentos, entre eles, os neoliberais.

Prevalece em grande número o elogio e a valorização do comportamento político que se pretende acima das distinções ideológicas entre direita e esquerda, associada a uma releitura da trajetória histórica das posições políticas individuais e coletivas, em sintonia com os comportamentos elogiados.

O presidente Lula reafirma o seu pertencimento coletivo e indireto à *esquerda*, o que se dá principalmente por meio do PT. Na mesma intensidade em que procura se diferenciar de práticas consideradas danosas ou equivocadas da esquerda e de setores à sua esquerda. A diferenciação no interior da esquerda ocorre com muita frequência de modo associado à reafirmação do mito do petismo original.

Não há uma referência clara e explícita de pertencimento de esquerda na primeira pessoa. Quando ocorre, está carregada de subjetividade e de identificação indireta, como demonstrado na entrevista acima transcrita à revista Carta Capital (Anexo 3, evento discursivo 53).

O *socialismo* está presente nos discursos do presidente Lula, apesar de ser um elemento muito pouco frequente, aparecendo 22 vezes em um conjunto total de 1.334 eventos discursivos. Tomado a referência do número de aparições das palavras-chave, a presença é relativamente ainda menor, são 37 em um número aproximado de 4.768. Seu sentido predominante é neutro ou descritivo para partidos, pessoas ou processos históricos. O sentido dotado de carga valorativa predominante é o de uma crença compartilhada no passado. Um projeto societário compartilhado no passado, e que, por ser voltado para um futuro distante e inatingível, foi secundarizado em função da disputa de espaços políticos no presente. Esta meta sim, adequada à temporalidade individual das lideranças políticas.

Seu sentido predominante é carregado de elementos negativos: está vinculado a um objetivo inalcançável, para além das suas condições políticas de materialização, um desejo sem base material, mecanismo de protelação, combinado com voluntarismo e sectarismo político.

Possui destaque a frequência de citações com sentido de pertencimento internacional. O sentido de pertencimento histórico de forma elogiosa, voltado para práticas e valores de esquerda é afirmado quase na mesma intensidade.

Por sua vez, o *socialismo* somente aparece como perspectiva de futuro na qual o presidente Lula se insere, no conagraçamento da Internacional Socialista, mais conhecida como a Segunda Internacional. Como projeto estratégico, norteador da formulação de políticas públicas, ele não é formulado.

O termo *socialismo democrático do PT* aparece apenas uma vez, de uma forma muito diversa da resolução petista anteriormente descrita. Neste sentido, é absolutamente compreensível, e perfaz uma lógica coerente, que a ideia de socialismo não apareça como um projeto societário alternativo ao capitalismo, mas como uma expectativa política e uma vontade genérica de justiça social, sintetizado na fórmula: “distribuição de renda com justiça social”.

A *social-democracia* aparece muito pouco, com destaque para a intervenção do presidente Lula no Congresso da Internacional Socialista, à qual o PT nunca foi formalmente ligado, mas à qual dedica, através de Lula, com muita ênfase a sua simpatia e solidariedade.

Aqui cabe um lembrete de ordem conceitual: consideramos hegemonia no sentido forte, da relação multidimensional entre as classes e seus agentes culturais e políticos. Como já foi afirmado anteriormente, hegemonia não é sinônimo de ocupação de cargos

na máquina pública. Não consideramos, portanto, que exista uma ‘hegemonia dos trabalhadores’ no Brasil. A ilusão, alimentada por setores da direção do PT, de que estamos vivenciando uma hegemonia dos trabalhadores, é somente a manifestação, vista através de uma possível positividade, do seu transformismo e da sua incorporação ao bloco hegemônico.

Como analisado no capítulo anterior, o elemento central da afirmação de pertencimento do presidente Lula não é ao socialismo, e sim ao PT e, por meio deste, de forma indireta e subjetiva, à esquerda. O socialismo também ajuda a compor esta identificação, sem dúvida, porém, de modo algum podemos afirmar, em respeito aos discursos analisados, que a autoidentificação com o socialismo é prioritária. Embora o socialismo seja uma postura de esquerda, ser de esquerda é partilhar um conjunto muito mais amplo de valores e desejos de justiça social, que incluem posições não-socialistas.

Para ampliar a inconsistência em igualar o que é ser de esquerda e ser socialista, basta ter em vista o fato de que esquerda é uma posição relacional dentro de um espectro político e ideológico historicamente dado: ser de esquerda em um país, é diferente do que ser de esquerda em outro, ser de esquerda em um momento é diferente do que ser de esquerda em outro.

Poderíamos citar inúmeros exemplos como a posição de ‘esquerda’ do Partido Democrata dos EUA em relação aos ‘conservadores’ do Partido Republicano. Outro exemplo interessante seria o próprio programa democrático e popular defendido pelo PT nas eleições de 1989. Naquele momento ele era um programa de esquerda, hoje, para muitos, senão a totalidade, do seu campo dirigente, ele deve ser visto como um programa quase revolucionário, utópico e irrealizável.

O sentido da construção da identidade ser-de-esquerda é diferente do sentido da construção ser-socialista. Possuir identidade de esquerda, por mais diversa que esta tenha se constituído ao longo da história política moderna, não é uma posição vazia de conteúdo em relação ao oponente que está a sua direita.

E, no contexto mais amplo estudado neste trabalho, o ser-de-esquerda, na prática discursiva do presidente Lula, adquire, em várias ocasiões, a característica de uma manobra escapista, frente à cobrança de uma identidade compartilhada em um passado que não se deseja mais. Outras vezes, é a demonstração sincera de um pertencimento histórico às causas comuns da esquerda, suas lutas, valores e aspirações.

Porém, como já dissemos, embora isso seja importante e inclusive politicamente interessante aos socialistas na base de apoio do presidente Lula, ser-de-esquerda não

possui o mesmo sentido de ser-socialista. Portanto, a identidade socialista é um elemento secundário e acessório no processo de construção da identidade presente na prática discursiva do presidente Lula. Porém, como veremos adiante, mesmo assim, necessário.

Por sua vez, o elogio de comportamentos políticos que se pretendem acima das distinções político-ideológicas entre esquerda e direita, possui expressão bastante relevante. Citações favoráveis a este tipo de comportamento político aparecem com destaque na amostra total das citações de esquerda, em número total (29) maior do que a somatória de todas as referências positivas ao socialismo (13).

Porém, as afirmações do presidente Lula são demasiado explícitas no sentido de se afirmar acima das distinções ideológicas, de modo que não deverá ocorrer muita dúvida em relação a isto. Sem contar com as possibilidades de comparação temática com a utilização de outras palavras-chave, especificamente direcionadas para a percepção deste comportamento acima das distinções ideológicas, como por exemplo a neutralidade, a equidistância, a imparcialidade, etc.

Por outro lado, a afirmação por parte do presidente Lula, do elogio ao comportamento acima das distinções ideológicas entre esquerda e direita, não são uma externalidade artificial derivada da interpretação do pesquisador, são uma forma específica de construção da prática discursiva do presidente Lula.

Esta forma de construção ideológica pode ser compreendida como uma variante discursiva de um mecanismo de exercício de governabilidade, procurando jogar nas costas dos setores oposicionistas o peso de caminhar contra o ‘interesse geral’, vocalizado ‘legitimamente’ pelo presidente Lula. Mas este não é o único mecanismo de governabilidade possível, nem significa necessariamente que o seu administrador estivesse obrigado a secundarizar em grau tão elevado a sua possível autoidentificação socialista.

O recurso a esta forma de tratamento da pauta política é uma escolha perfeitamente adaptada às outras escolhas substanciais das políticas de governo. Em outras palavras, não há contradição alguma no fato de um governo que não realiza o combate ideológico contra o neoliberalismo, realizar a reforma da previdência como sua reforma prioritária e afirmar que realiza o que “deve ser feito” e que os outros presidentes não tiveram coragem de fazer.

Isto porque, os mecanismos de governabilidade atuantes na prática discursiva devem possuir o mínimo de verossimilhança com as políticas implementadas, sob pena



de não alcançarem a eficácia desejada. Mais uma vez, não há naturalidade alguma nas escolhas políticas. Há isto sim, um conjunto de escolhas – políticas, ideológicas, econômicas e simbólicas – que devem permitir um grau mínimo de trânsito entre si, de modo a fortalecerem umas as outras.

O recurso a este mecanismo de governabilidade é a implementação, ao nível da prática discursiva, da validade do raciocínio gramsciano acerca da necessária interconexão das formas de consciência e dos saberes, como condição de viabilidade histórica e política das visões de mundo:

Filosofia-Política-Economia. Se estas três atividades são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de qualquer elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo (GRAMSCI, 1978, p. 113).

Em suma, o conjunto de escolhas políticas, ideológicas, econômicas e simbólicas são compatíveis entre si, fato pelo qual afirmamos a existência de uma coerência na prática discursiva do presidente Lula e as características centrais de seu governo. Além disso, as análises dos dados coletados pela pesquisa a respeito da prática do presidente Lula, não demonstram que os sentidos assumidos pela ideia de socialismo configuram algo além do que um componente secundário da sua prática discursiva.

Ao realizarmos a pesquisa, nos deparamos com o fundamental relato histórico de Coelho (2005) e seus estudos sobre o desenvolvimento das duas principais agremiações políticas do Campo Majoritário do PT na década de 90, o papel de cada uma para a dinâmica interna do partido e as formas pelas quais viabilizaram sua hegemonia.

Possui centralidade em nossa interpretação a utilização reiterada por Lula, pelo grupo de sindicalistas, pelo grupo dos 113, pela Articulação, pelo Campo Majoritário, e por fim, pelo presidente Lula do mito do petismo autêntico, como o principal mecanismo de viabilização prático-discursiva de sua hegemonia interna. Pelo mito do petismo autêntico, forjou-se e viabilizou-se historicamente a unidade de propósito e de ação da direção hegemônica do PT. Unidade esta, indispensável para a formulação política estratégica que viabilizou a trajetória petista e que preside as principais ações do governo Lula.

Como pode ser visto nas análises anteriores, o mito foi reelaborado quando da operação política viabilizadora da constituição do Campo Majoritário no 1º Congresso

do PT em 1991. Também verificamos o uso reiterado na prática discursiva de Lula, do recurso à narrativa heróica do mito do petismo original, porém em contextos um pouco diferentes daqueles usados na década de 80. Isto porque, como pudemos ver em diversos momentos, ganha espaço na reelaboração de sua própria história, o lugar de negatividade do socialismo, contra o qual o ‘antigo Lula’ sempre teria se posicionado.

Os eventos discursivos coletados apontam para a utilização frequente do mito do petismo original na prática discursiva do presidente Lula, porém, o papel que cabe progressivamente à ideia de socialismo, é o de um funcional negativo, de forma que, pela sua crítica reiterada, são justificadas e viabilizadas socialmente a defesa das políticas públicas e ações mais gerais do governo Lula.

O sentido predominante é o de um componente discursivo para a disputa ideológica de segmentos considerados importantes de sua base social, aos quais estão endereçadas as críticas aos comportamentos vistos como sectários, amadores, utópicos ou ideológicos do socialismo e dos socialistas, em geral situados de modo crítico ao governo.

Podemos, enfim, afirmar que nossa análise em relação aos sentidos do socialismo na prática discursiva do presidente Lula, efetivada por esta pesquisa, nos possibilitou o seguinte tratamento ao problema apontado na introdução:

Podemos afirmar que o socialismo está presente no discurso do presidente Lula;

Na única vez em que aparece, o termo “Socialismo Democrático do PT” não corresponde à fórmula presente na resolução oficial do partido usada como referência. Ao contrário, a citação está inserida em um contexto de releitura histórica das posições teóricas e políticas de Lula e do PT em relação ao socialismo em um claro movimento de ‘limpar’ qualquer vestígio comprometedor, que por ventura possa gerar constrangimentos à política aplicada no presente;

Em nenhum momento da pesquisa efetuada, apareceu qualquer possibilidade de análise que corroborasse a interpretação do socialismo como referência estratégica – seja em sua dimensão histórica, seja em sua dimensão programática. Contudo, como analisado no capítulo 4, a ideia de revolução possui uma dimensão relevante, menos como direcionamento das políticas públicas e ações de governo, e mais como um adjetivo positivo para essas políticas;

Não nos parece correto afirmar, de modo simples, que o recurso à ideia de socialismo na sua prática discursiva, possua uma perspectiva politicamente tática de caráter socialista. Vamos tratar deste aspecto com mais detalhamento.

Não podemos afirmar que a conjuntura política geral e a temperatura da luta política interpartidária no Brasil determinaram regularidades no recurso à ideia de socialismo, pois, nas principais crises vividas pelo governo Lula, principalmente a crise do “mensalão/caixa-dois”, não houve alteração significativa na frequência do seu aparecimento.

As características específicas do público ao qual se dirige o discurso, também não apontam para um padrão geral. Isto pode ser afirmado porque vários eventos foram analisados, inclusive de partidos com referência socialista e não houve um uso especificamente positivo da ideia de socialismo. Acaso a intenção do presidente Lula fosse, simplesmente, recorrer a essa ideia como recurso de oratória, em função da plateia, não haveria melhores momentos do que os eventos partidários.

Pelo menos em relação ao socialismo, o presidente Lula não fala somente o que os ouvintes desejariam ouvir, desmentindo assim a interpretação de Ferreira Gullar<sup>65</sup> sobre o discurso citado na introdução e analisado no capítulo 4. Não significa que ele mantenha inalterado o seu discurso, mas de que existem limites políticos e ideológicos nessas alterações. No caso do socialismo, os limites para a autoafirmação socialista do presidente Lula existem, pois ele poderia angariar dividendos afirmando-se como socialista em ocasiões em que não o faz.

No entanto, a intensidade das referências ao pertencimento socialista no cenário internacional e ao pertencimento histórico socialista em geral em espaços políticos internacionais, aponta para a importância da manutenção de uma identidade socialista em algum grau, na arena da política internacional.

Isto pode ocorrer como recurso acessório para elementos da pauta política externa implementada pela Presidência da República, como sugerem as intervenções associadas ao programa Fome Zero, afirmando a necessidade deste tema como tema da política internacional.

A agenda política nacional, seus períodos eleitorais, ou a renovação interna da direção de seu partido político, assim como as datas comemorativas ou referenciais da tradição política socialista como o 1º de Maio e o Dia Internacional da Mulher, dentre outros, também não estabeleceram padrões significativos que explicassem o recurso à ideia de socialismo.

---

<sup>65</sup> Jornal “A Tarde”, de 14/12/06: “O Lula diz qualquer coisa, a qualquer hora, dependendo do público que o assiste e da conveniência do momento. Ele não tem compromisso com coisa alguma, só com o poder”.

Ao final de nosso trabalho, nos deparamos com um contexto geral que também merece atenção. Apesar do transformismo do PT, podemos afirmar que o socialismo está presente na prática discursiva do presidente Lula. Muito embora seu sentido predominante não seja positivo, o socialismo não pode ser compreendido como um ‘peso morto’ que permanece atrasando a marcha do PT rumo ao poder, pois, se assim o fosse, ele já poderia ter sido descartado, faz muito tempo.

Por outro lado, se o socialismo não possui mais influência significativa na orientação estratégica do partido, inexistindo desta forma na prática discursiva do presidente Lula em seu primeiro mandato, tanto do ponto de vista estratégico-histórico, quanto do ponto de vista estratégico-programático, o fato é que ele continua a aparecer.

Sua resistência, não pode ser interpretada de forma autoevidente do ponto de vista tático, ou seja, não equivale a uma operação tática definida *a priori* de modo sincronizado com estratégias e objetivos socialistas. Por este motivo, nenhuma das formas de codificação prévia, concebidas pela sua aproximação a uma função tática positiva, como uma afirmação de pertencimento eventual e seletiva de acordo com o público e a circunstância, demonstrou ser eficaz na interpretação dos dados.

O que, por sua vez, não descarta a interpretação do sentido do socialismo como funcional negativo, enquanto uma tática. Esta, destinada à outros objetivos, tais como a manutenção de relações políticas favoráveis com sujeitos políticos e segmentos sociais vinculados ao socialismo. Não uma tática socialista, mas sim, uma tática voltada para os socialistas.

A questão que ultrapassa os objetivos de nosso trabalho e que pode ser útil para a elaboração de novas pesquisas relacionadas ao socialismo, ao PT e aos impactos políticos e ideológicos de seu governo na configuração da disputa hegemônica no Brasil, reside na seguinte questão: *por que o socialismo permanece na prática discursiva do presidente Lula?*

Frente a este problema teórico, de relevância tanto para a pesquisa quanto para a prática política, e em consonância com os dados e análises levantados em nosso trabalho, apresentamos, uma hipótese inicial: a justificativa desta manutenção seria a consequente conservação de um lastro histórico útil para a disputa política no sistema partidário brasileiro, permitindo ocupar um espaço de esquerda, de modo combinado à aplicação de políticas gerais em sintonia com a incorporação petista ao bloco hegemônico na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *In:* RUBIM, Antônio A. (org.) **Eleição presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

ALMEIDA, Alberto C. **Por que Lula? O contexto e as estratégias políticas que explicam a eleição e a crise**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ALMEIDA, Gelsom R. Estado, relações de poder e sociedade no primeiro programa econômico do PT. *In:* **Tempos Históricos**, v. 10, 2.º semestre, 2007.

ALMEIDA, Jorge. Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula. *In:* **Crítica Social**, n.º 3. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Marketing político-eleitoral e contra-hegemonia: uma conceituação a partir do estudo das campanhas presidenciais de 94 e 98**. Tese de doutoramento. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

\_\_\_\_\_. Evolução de imagem e marketing nos 18 meses do governo Lula.

*In:* **Anais do XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2004.

\_\_\_\_\_. O papel do governo Lula e do PT na estabilização das instituições e da hegemonia. *In:* **Anais do 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Campinas, 2008. Disponível em:  
<[http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22\\_7\\_2008\\_16\\_50\\_39.pdf](http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22_7_2008_16_50_39.pdf)> Acesso: 16 out. 2008.

\_\_\_\_\_; SCALDAFERRI, Sante. O melhor do Brasil é o brasileiro, mas o marketing não desiste nunca. *In:* **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Social**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:  
<[http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/o\\_melhor\\_do\\_brasil\\_e\\_o\\_brasileiro.pdf](http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/o_melhor_do_brasil_e_o_brasileiro.pdf)> Acesso: 16 nov. 2007.

\_\_\_\_\_; CANCELI, V.; VIEIRA, M. **Resoluções de encontros e congressos, Partidos dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

AMARAL, Oswaldo E. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças no programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçon, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, Clóvis B. **A estrela partida ao meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- BENJAMIN, César. **Bom combate**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BETTO, Frei. **A mosca azul: reflexão sobre o poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BEZZON, Lara Crivelaro (org.) **Guia prático de monografias, dissertações e teses: elaboração e apresentação**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2004.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. v. 2, 8. ed.. Brasília: UNB, 1995.
- BOITO, Armando Jr. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *In: Revista Crítica Marxista*, nº 17, São Paulo: Revan, 2003.
- BOURDIEU, Pierre.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **Ofício de sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRANDÃO, Helena N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2006.
- CÂMARA, Antônio da Silva. Lukács: decadência ideológica e recusa da alienação. *In: Anais do I Colóquio Marx e Engels*. Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/antoniocamara.htm>> Acesso: 15 mar. 2008.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- COUTO, Cláudio G. **O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DEUTSCHER, Isaac. **Stalin, a história de uma tirania**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Trotsky: o profeta armado, 1879-1921**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Trotsky: o profeta desarmado, 1921-1929**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Trotsky: o profeta banido, 1929-1940**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo e UNESP, 1997.
- ENGELS, Friedrich. **O Anti-Duhring**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José L. Para ler a vitória de Lula. *In: Revista ADUSP*, dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/28/r28a06.pdf>> Acesso: 11 nov. 2007.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Democracia, informação e mercado político: indeterminação e representatividade da representação. *In: Anais do 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Belo Horizonte, 2006.

LENINE, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. *In: Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LOWY, Michael. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MARCUSE, Hebert. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Prefácio a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. ***Feuerbach Oposición entre las concepciones materialista e idealista. Primer capítulo de La Ideología Alemana.*** Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/feuerbach/index.htm>> Acesso: 20 jul. 2008.

MELLO, Leonel A. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Edusp e Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capilatista.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MUSSI, Fábio. **Ideologia e fanatismo.** Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=645>> Acesso: 16 mai. 2008.

MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. *In: Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.17, n.1. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato**, edição 123, de 07 a 13 de julho de 2005. Disponível em: <[http://ptplano.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=82&Itemid=2](http://ptplano.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=82&Itemid=2)> Acesso: 11 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil.** Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>> Acesso: 18 nov. 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2005.

OURIQUES, Nildo. O fracasso histórico do PT e o novo radicalismo político. *In: Revista ADUSP*, maio de 2005. Disponível em: <<http://74.125.45.132/search?q=cache:m3nc4n2fQc0J:www.adusp.org.br/revista/34/r34a03.pdf>> Acesso: 18 nov. 2007.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Carta ao povo brasileiro.** 2002. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>> Acesso: 22 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Carta de princípios.** 1979. Disponível em <<http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/arquivos/cartadepincipios.pdf>> Acesso: 22 abr. 2008.



\_\_\_\_\_. **Compromisso com a mudança.** 2002. Disponível em:  
<<http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/arquivos/compromissocomamudanca.pdf>>  
Acesso: 22 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil.** 2002. Disponível em: <[http://www.pt-pr.org.br/documentos/pt\\_pag/PAG%202004/PROGRAMAS%20DE%20GOVERNO/Concep%C3%A7%C3%A3o%20e%20Diretrizes%20do%20Programa%20de%20Governo%20do%20PT%20para%20o%20Brasil.PDF](http://www.pt-pr.org.br/documentos/pt_pag/PAG%202004/PROGRAMAS%20DE%20GOVERNO/Concep%C3%A7%C3%A3o%20e%20Diretrizes%20do%20Programa%20de%20Governo%20do%20PT%20para%20o%20Brasil.PDF)> Acesso: 22 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do PT.** 2001. Disponível em:  
<<http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/textos/estatutopt.pdf>> Acesso: 22 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do PT.** 1980. Disponível em:  
<<http://www.pt.org.br/portaltpt/images/stories/arquivos/manifesto.pdf>> Acesso: 22 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **O socialismo petista.** 1999. Disponível em:  
<[http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90/documentos/90\\_socialismo\\_petista.pdf](http://www.pt.org.br/pt25anos/anos90/documentos/90_socialismo_petista.pdf)>  
Acesso: 22 abr. 2008.

PORTO, Mauro P.; VASCONCELOS, Rodrigo F.; BASTOS, Bruna B. A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002: análise do Jornal Nacional e do horário eleitoral. *In:* RUBIM, Antônio A. (org.) **Eleição presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política.** São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. A Direita Doméstica. *In:* **Revista Carta Capital**, nº 359, São Paulo, 14/09/2005.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Antonio O. **História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas.** São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Entrevista concedida a Aliston Lucena. *In:* **Socialismo e Democracia.** Ano III, n.º 11. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

SOBRINHO, Helson S. Trilhar caminhos, seguir discursos: aonde isso poderá nos levar? *In:* **Anais do II Seminário de Análise do Discurso.** Porto Alegre, 2005.

TORTORELLA, Aldo. **Hegemonia.** Disponível em:  
<<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=644>> Acesso: 19 de jul. 2008.

TOURAINÉ, Alain. **¿Como salir del liberalismo?** 1. ed. Barcelona: Paidós Ediciones, 2003.

TOUSSAINT, Eric. *¿Brasil: continuidad neoliberal o cambio?* Disponível em:  
<<http://www.cadtm.org/spip.php?article368>> Acesso: 16 nov. 2007.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 1972.

ZANGHERI, Renato. **Bloco Histórico.** Disponível em:  
<<http://www.acesa.com/gramsci/?id=632&page=visualizar>> Acesso: em 24 abr. 2008.

**FONTE 1 – Eventos discursivos<sup>66</sup> selecionados em relação a palavra-chave *revolução e afins*, em ordem cronológica.**

1. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Vila Irmã Dulce, Teresina/PI, 10 de janeiro de 2003.
2. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea, Palácio do Planalto, 25 de fevereiro de 2003.
3. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Inauguração dos Bustos do Libertador Simón Bolívar e do General Abreu e Lima Abreu e Lima /PE, 25 de abril de 2003.
4. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de Lançamento da Política Nacional de Saúde Mental, Palácio do Planalto, 28 de maio de 2003.
5. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio de Medidas na Área Econômica para Pequenos Tomadores de Crédito, Empresários e Sindicatos, Palácio do Planalto, 25 de junho de 2003.
6. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, Benevides-PA, 21 de agosto de 2003.
7. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do 37º Congresso Nacional de Supermercados Riocentro, Rio de Janeiro-RJ, 15 de setembro de 2003.
8. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato público comemorativo do programa Um Milhão de Cisternas Rurais, Lagoa Seca-PB, 30 de outubro de 2003.
9. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido em sua homenagem pelo presidente Thabo Mbeki, Pretória – África do Sul, 07 de novembro de 2003.
10. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na

---

<sup>66</sup> Todos os eventos discursivos foram extraídos do sítio da Secretaria de Imprensa da Presidência, disponível em: <[http://www.info.planalto.gov.br/static/inf\\_briefdiscusos.htm](http://www.info.planalto.gov.br/static/inf_briefdiscusos.htm)> Acesso: de jun. 2006 a dez. 2007.

cerimônia de início das obras de construção da Plataforma P-52 e de lançamento do Programa Nacional de Petróleo e Gás Natural, Angra dos Reis – RJ, 19 de dezembro de 2003.

11. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Pólo de Biocombustíveis, Piracicaba-SP, 16 de janeiro de 2004.
12. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido, MG, 19 de fevereiro de 2004.
13. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega de novas viaturas ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, São Caetano do Sul, SP, 29 de março de 2004.
14. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva Rádio Nacional (Radiobrás), 05 de abril de 2004.
15. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Contratos e Protocolos na área de saneamento e Anúncio do Programa de Recuperação de Rodovias, Palácio do Planalto, 20 de maio de 2004.
16. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do “Global Compact Leaders Summit”, Nova Iorque-EUA, 24 de junho de 2004.
17. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do 4º Congresso Mundial da Internacional da Educação, Porto Alegre-RS, 22 de julho de 2004.
18. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil”, Santiago-Chile, 24 de agosto de 2004.
19. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação do Projeto de Ampliação da Produção do Pólo Petroquímico União S.A., São Paulo, 18 de setembro de 2004.
20. Artigo: “O Caminho do Desenvolvimento”, publicado na Confederação Nacional do Transporte (CNT), 25/11/2004.
21. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Terminal de Logística de Carga – TECA III –

Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Manaus-AM, 14 de dezembro de 2004.

22. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial, Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005.
23. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da rede de eletrificação em 53 assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, Sidrolândia, 22 de fevereiro de 2005.
24. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da fábrica de software da Eletronic Data Systems – EDS, em parceria com a TAM Linhas Aéreas, Araraquara-SP, 31 de março de 2005.
25. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, Brasília-DF, 20 de abril de 2005.
26. Entrevista coletiva concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornais Yomiuri Shimbun, Nihon Keizai Shimbun e Asahi Shimbun, e às agências Kyodo News e Jiji Press, da imprensa japonesa. Palácio do Planalto, 17 de maio de 2005.
27. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Congresso da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Luziânia-GO, 21 de junho de 2005.
28. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação da proposta do Projeto de Lei de Educação Superior e posse do ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad Palácio do Planalto, 29 de julho de 2005.
29. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Fábrica de Bolas e Camisetas e visita ao Programa Pintando a Cidadania, Bairro Tiradentes, São Paulo, 20 de agosto de 2005.
30. Participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no debate sobre “Responsabilidade Social das Empresas na Construção de um Brasil

Melhor” com empresários integrantes do Grupo de Líderes Empresariais, São Paulo-SP, 24 de outubro de 2005.

31. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Consea, Palácio do Planalto, 29 de novembro de 2005.
32. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração da Meta do Programa Bolsa Família – 8 milhões e 700 mil famílias atendidas em 2005, Osasco/SP – 23 de dezembro de 2005.
33. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Subestação de Energia Elétrica de Viana, Viana-ES, 30 de janeiro de 2006.
34. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de visita às obras do campus do Sul e Sudeste da Universidade Federal do Pará, Marabá-PA, 22 de fevereiro de 2006.
35. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a Lei sobre Sistema Unificado de Atenção à Saúde Agropecuária e da mensagem encaminhada ao Congresso Nacional de Projeto de Lei sobre Previdência Rural, Palácio do Planalto, 31 de março de 2006.
36. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração pela conquista da autossuficiência do Brasil em petróleo, Rio de Janeiro – RJ, 21 de abril de 2006.
37. Brinde do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac, durante jantar no Palácio do Itamaraty, Brasília, 25 de maio de 2006.
38. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de acordos de cooperação técnica para desenvolvimento dos pólos da Universidade Aberta do Brasil, Palácio do Planalto, 30 de junho de 2006.
39. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, Córdoba-Argentina, 21 de julho de 2006.
40. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, Brasília –

DF, 31 de agosto de 2006.

41. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com o Conselho de Ciência e Tecnologia Palácio do Planalto, 05 de setembro de 2006.
42. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao SBT Brasília-DF, 30 de outubro de 2006.
43. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS), Abuja-Nigéria, 30 de novembro de 2006.
44. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 20ª Reunião Ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2006.

**FONTE 2 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *reforma e afins*, em ordem cronológica.**

45. Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse Parlatório do Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2003.
46. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 13 de fevereiro de 2003
47. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da nova unidade da empresa Polibrasil, Mauá – SP, 10 de março de 2003.
48. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos programas “Sementes do Amanhã” e “Escola-Circo” e entrega dos três primeiros Cartões-Alimentação do programa Fome Zero a famílias da cidade de Belém, Belém – PA, 04 de abril de 2003.
49. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na missa dos trabalhadores: “A esperança é fruto de nossa resistência”, São Bernardo do Campo – SP, 1º de maio de 2003.
50. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Evian – França, 01 de junho de 2003.
51. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço comemorativo dos 30 anos dos “Melhores e Maiores” da revista Exame, em homenagem aos 100 maiores empresários brasileiros Hotel Renaissance, São Paulo-SP, 04 de julho de 2003.
52. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Terminal Açucareiro Copersucar, Santos – SP, 1º de agosto de 2003.
53. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 04 de setembro de 2003.
54. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, Palácio do



Planalto, 01 de outubro de 2003.

55. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, Angola, 03 de novembro de 2003.
56. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Rádio Nacional (Radiobrás), 01 de dezembro de 2003<sup>(67)</sup>.
57. Programa de Rádio “Café com o Presidente” com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Rádio Nacional (Radiobrás), 12 de janeiro de 2004.
58. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura dos trabalhos do Judiciário em 2004, Supremo Tribunal Federal, Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2004.
59. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do projeto de lei que estabelece medidas de incentivo ao setor da construção civil, Palácio do Planalto, 04 de março de 2004.
60. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de inauguração da nova fábrica de café solúvel da Nestlé, Araras-SP, 01 de abril de 2004.
61. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva Rádio Nacional (Radiobrás), 03 de maio de 2004.
62. Declaração à imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma, São Paulo-SP, 21 de junho de 2004.
63. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar, Brasília-DF, 12 de julho de 2004.
64. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília-DF, 04 de agosto de 2004.
65. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro

---

<sup>67</sup> Para efeito de avaliação quantitativa, não serão consideradas as perguntas dos jornalistas, somente as respostas de Lula. As perguntas são transcritas apenas para favorecer a compreensão do contexto

- com representantes da Federação Democrática Internacional de Mulheres, Palácio do Planalto, 16 de setembro de 2004.
66. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da Associação Comercial do Paraná, Curitiba-PR, 18 de outubro de 2004.
  67. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva Rádio Nacional (Radiobrás), 01 de novembro de 2004.
  68. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina, Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 02 de dezembro de 2004.
  69. Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo em 2004 e perspectivas para 2005, Brasília-DF, 02 de janeiro de 2005.
  70. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de Abertura do Ano Judiciário, Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2005.
  71. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao Jornal Estado de Minas, Brasília-DF, 02 de março de 2005.
  72. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o falecimento do Papa João Paulo II, Granja do Torto-DF, 02 de abril de 2005.
  73. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Missa de celebração do Dia do Trabalhador, São Bernardo do Campo-SP, 01 de maio de 2005.
  74. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, Blue Tree Park, 07 de junho de 2005.
  75. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião entre Chefes de Estado e/ou de Governo da África do Sul, China, Índia e México, Gleneagles-Escócia, 07 de julho de 2005.
  76. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de instalação do Conselho Nacional da Juventude, Palácio do Planalto, 02 de agosto de 2005.

77. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco, Palácio Itamaraty, 01 de setembro de 2005.
78. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Congresso dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 03 de outubro de 2005.
79. Declaração à imprensa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, Granja do Torto, 06 de novembro de 2005.
80. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às emissoras de rádio Band AM e Bandnews FM, CBN e Jovem Pan, Palácio do Planalto, 07 de dezembro de 2005.
81. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao programa Fantástico, da Rede Globo, Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2006.
82. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Ano Judiciário, Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2006.
83. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao primeiro-ministro da República Tcheca, senhor Jiri Paroubek, Palácio Itamaraty, 03 de março de 2006.
84. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da Semana Internacional da Construção e Iluminação, São Paulo-SP, 04 de abril de 2006.
85. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da Declaração de Chapultepec, Palácio do Planalto, 03 de maio de 2006.
86. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita a Manaus/AM, 01 de junho de 2006.
87. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Financial Times, Palácio do Planalto, 07 de julho de 2006.
88. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 18º Congresso Nacional da Associação Brasileira

de Bares e Restaurantes – Abrasel, Centro de Convenções, Brasília-DF, 1º de agosto de 2006.

89. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, Palácio da Alvorada, 12 de setembro de 2006.
90. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com a Diretoria da Federação das Indústrias do Distrito Federal – Fibra, Palácio do Planalto, 09 de outubro de 2006.
91. Declaração do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o presidente do Peru, Alan Garcia, Palácio do Planalto, 09 de novembro de 2006.
92. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do III Prêmio Innovare: A Justiça do Século XXI, Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2006.

**FONTE 3 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *esquerda* e afins, em ordem cronológica.**

93. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Vila Irmã Dulce, Teresina – PI, 10 de janeiro de 2003.
94. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial Anfiteatro Pôr do Sol, Porto Alegre/RS, 24 de janeiro de 2003.
95. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade comemorativa do Dia Mundial da Saúde, Instituto Butantã, São Paulo/SP, 07 de abril de 2003.
96. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 10 de abril de 2003.
97. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaiçi, Indaiatuba/SP, em 1º de maio de 2003.
98. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Conferência Nacional do Meio Ambiente, Palácio do Planalto, 05 de junho de 2003.
99. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Iº Seminário de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável, Grand Bittar Hotel – Brasília, DF, 25 de junho de 2003.
100. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores, Hotel Blue Tree Towers – Brasília-DF, 27 de junho de 2003.
101. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos Relatórios dos 27 Fóruns da Participação Social no PPA 2004-2007, Brasília, 14 de agosto de 2003.
102. Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo, Brasília, 15 de agosto de 2003.
103. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – Council on Foreign Relations, Nova

Iorque – EUA, 25 de setembro de 2003.

104. Entrevista coletiva do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a emissoras de rádio,\* Palácio do Planalto, 02 de outubro de 2003.
105. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 1ª Conferência Nacional das Cidades, Minas Brasília Tênis Clube, 23 de outubro de 2003.
106. Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Parlamento Regional do Principado de Astúrias, Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003.
107. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista, Transamérica Expo Center, São Paulo, 27 de outubro de 2003.
108. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial Mercosul-União Européia, Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 29 de outubro de 2003.
109. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do novo terminal de passageiros do Aeroporto Presidente João Suassuna, Campina Grande, PB, 30 de outubro de 2003.
110. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembléia Nacional de Angola, Angola, 03 de novembro de 2003.
111. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, Parque da Cidade, Brasília/DF, 21 de novembro de 2003.
112. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de cumprimentos à Delegação Brasileira para os II Jogos Parapanamericanos de Mar Del Plata, Palácio do Planalto, 27 de novembro de 2003.
113. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Meio Ambiente, Centro Comunitário da UnB, Brasília/DF, 28 de novembro de 2003.
114. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Pólo de Biocombustíveis, Piracicaba/SP, 16 de janeiro de 2004.
115. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na

cerimônia de comemoração de um ano do Programa Fome Zero e da criação do Consea, Palácio do Planalto, 03 de fevereiro de 2004.

116. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, Teatro Guararapes, Olinda/PE, 17 de março de 2004.
117. Encontro do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com representantes da Federação Nacional dos Jornalistas, Palácio do Planalto, 07 de abril de 2004.
118. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas, Palácio do Itamaraty, 20 de abril de 2004.
119. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para os Jornalistas Amigos da Criança, Brasília-DF, 16 de julho de 2004.
120. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conjunto Habitacional “Casarão Cordeiro”, Recife, 19 de setembro de 2004.
121. Artigo de 24/11/2004: “O Professor que ensinou a amar o Brasil”.
122. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Palácio do Planalto, 29 de novembro de 2004.
123. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina, Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 02 de dezembro de 2004.
124. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao jornal A Notícia, Brasília-DF, 09 de fevereiro de 2005.
125. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao jornal O Globo, Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2005.
126. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração dos 30 anos da sua posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 18 de abril de 2005.
127. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, Brasília-DF, 20 de abril de 2005.

128. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, Blue Tree Park, 07 de junho de 2005.
129. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo, São Paulo-SP, 02 de julho de 2005.
130. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo presidente da República francesa, Jacques Chirac, por ocasião da Data Nacional Francesa, Paris-França, 14 de julho de 2005.
131. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à jornalista Melissa Monteiro, TV Francesa, e exibida no Programa Fantástico, da Rede Globo, Paris-França, 15 de julho de 2005.
132. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia da inauguração do Complexo Tecnológico de Medicamentos de Farmanguinhos/Fiocruz, Rio de Janeiro-RJ, 22 de julho de 2005.
133. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às novas unidades de produção da Refinaria de Duque de Caxias – Reduc, Rio de Janeiro-RJ, 22 de julho de 2005.
134. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concedida ao jornal Expresso de Portugal, Brasília, 27 de julho de 2006.
135. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 13ª reunião ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 25 de agosto de 2005.
136. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco, Palácio Itamaraty, 01 de setembro de 2005.
137. Entrevista exclusiva, concedida por escrito, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal “El País” (Uruguai).
138. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Programa “Roda Viva”, Palácio do Planalto, 07 de novembro de 2005.
139. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 25º Encontro Nacional do Comércio Exterior –



ENAEEX, Rio de Janeiro-RJ, 23 de novembro de 2005.

140. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções do Projeto Nova Transnordestina, de convênio relativo à viabilização de recursos para o Metrô de Fortaleza e de contrato de empréstimo do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza/CE, 25 de novembro de 2005.
141. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva Rádio Nacional, 28 de novembro de 2005.
142. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à área das futuras instalações da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, 02 de dezembro de 2005.
143. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na V Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília-DF, 05 de dezembro de 2005.
144. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às emissoras de rádio Band AM e Bandnews FM, CBN e Jovem Pan Palácio do Planalto, 07 de dezembro de 2005.
145. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Revista Carta-Capital, Palácio do Planalto, 07 de dezembro de 2005.
146. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de visita às obras do campus do Sul e Sudeste da Universidade Federal do Pará, Marabá-PA, 22 de fevereiro de 2006.
147. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concedida à Revista The Economist, Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2006.
148. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva às obra de recuperação e modernização do Porto de São Francisco do Sul, São Francisco do Sul-SC, 17 de março de 2006.
149. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho, Brasília-DF, 03 de maio de 2006.
150. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Conferência Nacional de Esporte, Marina Hall, Brasília-DF, 04 de maio de 2006.

151. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Academia de Tênis – Brasília-DF, 15 de maio de 2006.
152. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 1ª Conferência Nacional dos Direitos dos Idosos, Brasília-DF, 26 de maio de 2006.
153. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio da nova linha de financiamento do BNDES no âmbito do Programa Pró-Caminhão, Rio de Janeiro-RJ, 09 de junho de 2006.
154. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no 13º Congresso da União da Juventude Socialista, Academia de Tênis – Brasília-DF, 16 de junho de 2006.
155. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração do Centro de Oncologia do Hospital das Clínicas, São Paulo-SP, 29 de junho de 2006.
156. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Financial Times, Palácio do Planalto, 07 de julho de 2006.
157. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de abertura do 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro – RJ, 21 de agosto de 2006.
158. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante vistoria às obras de construção do Armazém Graneleiro II e do Pier de Atracação do TGG, Guarujá-SP, 31 de agosto de 2006.
159. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à TV Globo, Brasília-DF, 30 de outubro de 2006.
160. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos prêmios: “Brasileiro do Ano” pela revista IstoÉ, “Empreendedor do Ano” pela revista IstoÉ Dinheiro, e “Personalidade do Ano” pela revista IstoÉ Gente, São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2006.
161. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante café da manhã com jornalistas, Palácio do Planalto, 22 de dezembro de 2006.

**FONTE 4 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *socialismo* e afins, em ordem cronológica.**

162. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial, Anfiteatro Pôr do Sol, Porto Alegre/RS, 24 de janeiro de 2003.
163. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da terceira linha da cadeia de produção da Alunorte, refinaria de Alumina da Vale do Rio Doce, Barcarena/PA, 04 de abril de 2003.
164. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaici – CNBB, Itaici – Indaiatuba – SP, em 1º de maio de 2003.
165. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores, Hotel Blue Tree Towers – Brasília-DF, 27 de junho de 2003.
166. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da ONG Apoio Fome Zero, Hotel Unique, São Paulo/SP, 08 de julho de 2003.
167. Entrevista coletiva do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a emissoras de rádio, Palácio do Planalto, 02 de outubro de 2003.
168. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista, Transamérica Expo Center, São Paulo, 27 de outubro de 2003.
169. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar Teatro Guararapes, Olinda, PE, 17 de março de 2004.
170. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da nova composição do Consea, Palácio do Planalto, 12 de maio de 2004.
171. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço em homenagem ao presidente da República Socialista do Vietnã, Tran Duc Luong (revisado), Palácio Itamaraty, 17 de novembro de 2004.

172. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Encontro Nacional dos Prefeitos Eleitos do PT Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 29 de novembro de 2004.
173. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao jornal O Globo, Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2005.
174. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, Brasília-DF, 20 de abril de 2005.
175. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva aos jornalistas franceses da TV5 (Slimane Zeghidour), Rádio França Internacional (Pierre Ganz) e Revista Paris Match (Olivier Royant), Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.
176. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo presidente da República francesa, Jacques Chirac, por ocasião da Data Nacional Francesa, Paris-França, 14 de julho de 2005.
177. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 11º Congresso Nacional do Pcdob, Brasília/DF, 20 de outubro de 2005.
178. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a emissoras de rádio de SP e RJ.
179. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à área das futuras instalações da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, 02 de dezembro de 2005.
180. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração dos novos prédios da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 03 de fevereiro de 2006.
181. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez, Palácio do Planalto, 16 de março de 2006.
182. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita às futuras instalações do campus da Universidade Federal do Estado de São Paulo, Guarulhos/SP, 29 de março de 2006.
183. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na

cerimônia de sanção da Lei que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), Brasília/DF, 15 de setembro de 2006.

**FONTE 5 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *social-democracia* e afins, em ordem cronológica.**

184. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Congresso dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo/SP, 03 de outubro de 2005.
185. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura dos decretos de inclusão do trabalhador nos conselhos do Sesi, Senai, Sesc e Senac, Salão de eventos da CNI, 16 de março de 2006.
186. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos prêmios: “Brasileiro do Ano” pela revista IstoÉ, “Empreendedor do Ano” pela revista IstoÉ Dinheiro, e “Personalidade do Ano” pela revista IstoÉ Gente, São Paulo/SP, 11 de dezembro de 2006.

**ANEXO 1 – Eventos discursivos<sup>68</sup> selecionados em relação a palavra-chave *revolução* e afins, em ordem cronológica.**

**1. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Vila Irmã Dulce Teresina – PI, 10 de janeiro de 2003.**

Olhem, nesta hora, para a gente mudar este país, a gente vai juntar todos os homens e todas as mulheres de bem, para a gente poder fazer a revolução moral e ética de que o nosso país necessita. Quem quiser ajudar, eu não quero saber se é de direita ou de esquerda, branco ou preto, baixo ou alto, católico, evangélico ou ateu. Eu quero saber se as pessoas estão dispostas a ajudar, quem está disposto a ajudar a melhorar a qualidade de vida desse povo.

**2. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea Palácio do Planalto, 25 de fevereiro de 2003.**

É uma pena que os famintos não tenham força e nem a consciência política de se levantar contra a sociedade que come e dizer: “Eu existo. Eu também tenho o direito de comer.” A gente ouve muito se dizer “Ah, o povo tem que apanhar para aprender. Ah, tem que passar fome para aprender.” É a coisa que a gente mais ouve na gíria popular. “Não, a pessoa tem que passar fome para aprender.” E eu descobri, depois, na minha vida sindical e política, que a fome não leva nenhum homem e nenhuma mulher à revolução. Se fosse assim, que bom seria. A fome leva à submissão. A fome transforma o ser humano num pedinte, numa presa fácil na mão de determinados tipos de políticos que, no Brasil, se perpetuaram durante séculos, utilizando a fome como cabo eleitoral para se elegerem.

**3. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Inauguração dos Bustos do Libertador Simón Bolívar e do General Abreu e Lima, Abreu e Lima – PE, 25 de abril de 2003.**

José Inácio de Abreu e Lima foi mais do que um herói em dois países. Entre nós, foi capitão de artilharia, que aderiu à Revolução Republicana de 1817, foi preso e viu seu pai fuzilado. Mais tarde, em 1848, lutaria na Revolução Praieira, e acabou desterrado em Fernando de Noronha. Mas as dificuldades da vida

---

<sup>68</sup> Nos anexos só serão reproduzidos os trechos úteis para a compreensão do sentido da palavras-chave.

nunca foram suficientes para silenciá-lo ou desanimá-lo. Ousado no plano das ideias, Abreu e Lima também foi homem de ação.

**4. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de Lançamento da Política Nacional de Saúde Mental Palácio do Planalto, 28 de maio de 2003.**

Em um segundo momento foi na nossa Clínica Anchieta, em Santos, quando a Telma era prefeita e o Davi Capistrano era secretário da Saúde, em que eu vi sob meus olhos acontecer uma revolução na cabeça do ser humano. A primeira vez que eu visitei a Clínica Anchieta, a convite da Telma, eu me deparei com mulheres, homens e jovens, totalmente deformados, pessoas que defecavam no chão, que urinavam, que faziam sexo como se fossem verdadeiros animais irracionais. Poucos meses depois, eu pude voltar a Santos e conviver com parte daquelas pessoas trabalhando em creches, ajudando a cuidar de crianças e que, antes, estavam segregadas a um mundo animal. Essa revolução pode ser feita a partir de uma lei como esta, ela pode ser feita na medida em que se tenha a dimensão de necessidade, na medida em que o Governo consiga envolver a sociedade, e na medida em que se consiga formar uma nova consciência no Brasil, porque, lamentavelmente, nós ainda somos um país onde há “lei que pega” e “lei que não pega”. E eu quero dizer para vocês que todas as leis que nós fizermos vão pegar, porque elas têm que ser consubstanciadas num debate que envolva a sociedade brasileira.

**5. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio de Medidas na Área Econômica para Pequenos Tomadores de Crédito, Empresários e Sindicatos, Palácio do Planalto, 25 de junho de 2003.**

Seiscentos ou duzentos reais parece pouco para quem tem muito. Mas para uma mulher ou um homem que precisa ir a uma loja comprar um aparelho simples para sua casa, e tem que pagar 330% de juros a uma financeira, significa que 2% ao mês são quase que uma revolução do *spread* para o financiamento das pessoas mais pobres neste país.

**6. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato de lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, Benevides-PA, 21 de agosto de 2003.**



Mas eu quero dizer uma coisa para vocês, antes de ler o meu discurso. Possivelmente nem todo mundo tem ainda a dimensão do significado desse ato de hoje, e muito menos, do significado da revolução cultural que vocês estão fazendo aqui, na cidade de Benevides, no estado do Pará e em muitas outras cidades onde os produtores rurais e suas famílias trabalham para produzir a matéria-prima que vocês utilizam aqui.

**7. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do 37º Congresso Nacional de Supermercados, Riocentro – Rio de Janeiro-RJ, 15 de setembro de 2003.**

Estamos promovendo uma revolução pacífica contra a força bruta do egoísmo social e da injustiça econômica. Muitos já arregaçaram as mangas e vieram reforçar as trincheiras abertas pelo governo e por entidades que apóiam o Fome Zero. No próprio setor público há exemplos encorajadores de como ir além do simples assistencialismo. [...] A dívida deste país com a grande maioria do nosso povo é tão grande que, por mais que façamos, só nos cabe fazer ainda mais. Estamos atacando a fome em várias frentes. Criamos mecanismos para incentivar a agricultura familiar e iniciamos uma revolução no microcrédito para estender, a milhares de brasileiros, o direito de ter conta bancária e financiamento. A Caixa Econômica Federal está abrindo 150 mil contas populares por mês.

**8. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato público comemorativo do programa Um Milhão de Cisternas Rurais, Lagoa Seca-PB, 30 de outubro de 2003.**

A cisterna já é uma revolução, porque a água já está melhor tratada, as pessoas podem tratar a água e as crianças podem beber água boa. E, tomando água boa, os dentes das crianças vão nascer mais sadios, as crianças não vão ficar sem dentes e não vão ter cáries. E as pessoas não vão ter que andar léguas e léguas, atrás de um pote d'água para beber. E isso nós vamos fazer.

**9. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido em sua homenagem pelo presidente Thabo Mbeki, Pretória – África do Sul, 07 de novembro de 2003.**

Essa é uma revolução pacífica, cujas bases vêm sendo construídas no âmbito de iniciativas inovadoras que têm a África do Sul como seu pilar: a União

Aduaneira da África Austral (SACU) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

**10. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de início das obras de construção da Plataforma P-52 e de lançamento do Programa Nacional de Petróleo e Gás Natural, Angra dos Reis – RJ, 19 de dezembro de 2003.**

Podem ter certeza de que o Prominp será uma revolução nesse entrosamento, nessa cumplicidade boa entre Estado e empresas. Da mesma forma que quero que vocês tenham certeza de que voltarei aqui, ainda. Eu voltarei. Não sei se pela P-51 ou pela P-90. Sei lá. Não vamos deixar de encontrar petróleo.

**11. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Pólo de Biocombustíveis, Piracicaba-SP, 16 de janeiro de 2004.**

Nós temos que estabelecer políticas de convivência com as situações de intempéries adversas, no nosso país. Nós temos o sol, temos o solo, poderemos ter água, mas nós temos alguns produtos que quis Deus que pudessem nascer nas regiões mais pobres do país, sem precisar de grandes tecnologias. Então, um projeto como este tem que ter, uma parte pensada comercialmente, pensada para disputar, mas tem que ter uma parte pensada socialmente. Tem que ter uma parte dele pensada para quem a gente quer que isso possa gerar empregos. E não precisa fazer nenhuma revolução agrária. As pessoas já têm as suas pequenas propriedades, no semiárido nordestino, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais e em outras regiões pobres deste país. Uma parte dessa gente precisa ser beneficiada.

**12. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à sede do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido, MG, 19 de fevereiro de 2004.**

Nós estamos estudando um outro jeito, para que possamos ter a terra a um preço mais barato. Porque, se gastarmos todo o dinheiro da reforma agrária para comprar terra, não teremos dinheiro para a educação, para as casas, para assistência técnica, e para emprestar. Eu vim aqui há 10 anos, estou aqui hoje, e eu quero estar com a minha consciência tranquila de que, em cada lugar que eu encontrar vocês, eu possa cumprimentá-los de cabeça erguida, olhando no olho,

porque eu quero ter a consciência que, se eu não fiz tudo que eu queria, não foi porque eu não quis, foi porque eu não pude. Mas nunca deixei de ser verdadeiro com aqueles companheiros que, historicamente, estiveram juntos comigo em todas as lutas que nós travamos neste país. A revolução que vocês sonham não acontece com passe de mágica, e muito menos as coisas que nós desejamos acontecem com as facilidades de um discurso. Muitas vezes, quando vamos transformar os nossos discursos em coisas práticas, começamos a perceber que nem tudo é tão fácil, que não estamos no mundo sozinhos, que têm obstáculos, e que temos que ir vencendo cada obstáculo com a tranquilidade necessária, para que não sejamos atropelados. A história mostra que, muitas vezes, pessoas tentaram fazer coisas com mais pressa do que deviam e não conseguiram fazer nada. Eu não ganhei de presente o mandato de presidente da República, eu perdi três eleições neste país. Muitos já teriam desistido, antes de tentar a quarta vez. E eu cheguei lá. Cheguei lá e sei o que se tem que fazer, neste país. Mas farei com o cuidado necessário, para não fazer com a pressa descabida de quem pode parar no meio do caminho.

**13. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega de novas viaturas ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, São Caetano do Sul, SP, 29 de março de 2004.**

É importante que todo mundo saiba que o Brasil ainda tem uma economia vulnerável. E não sou eu que digo isso, qualquer pessoa neste país que acompanha a economia, sabe que a gente ainda tem uma economia altamente vulnerável. Vulnerável porque devemos muito, porque parte da nossa dívida está dolarizada, porque os projetos que queremos ter para fazer uma verdadeira revolução na infra-estrutura deste país têm problemas.

**14. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Rádio Nacional (Radiobrás), 05 de abril de 2004.**

Agora nós vamos oferecer tratamentos que só eram oferecidos para pessoas com poder aquisitivo. O tratamento de canal; o tratamento das inflamações da gengiva; o tratamento do câncer bucal; a correção dos dentes na ortodontia, que é hoje um privilégio das pessoas ricas e, principalmente, a garantia do atendimento de urgência com resolutividade. Este Programa tem tudo para ser

uma revolução no serviço de saúde no Brasil.

**15. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Contratos e Protocolos na área de saneamento e Anúncio do Programa de Recuperação de Rodovias, Palácio do Planalto, 20 de maio de 2004.**

E, se para cada real que nós investimos em saneamento básico, nós economizamos 4 reais na saúde, eu fico imaginando a revolução que a gente vai fazer, na saúde, investindo em saneamento básico neste Brasil.

**16. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do “Global Compact Leaders Summit”, Nova Iorque-EUA, 24 de junho de 2004.**

Houve um tempo em que eu acreditava que quem estivesse com fome ia fazer a revolução. Quem está com fome não faz revolução, quem está com fome se subordina aos responsáveis pelo fato de ele ter fome. A fome leva à submissão do ser humano, enfraquecido, e eu diria até, moralmente combatido para enfrentar a situação.

**17. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do 4º Congresso Mundial da Internacional da Educação, Porto Alegre-RS, 22 de julho de 2004.**

Quero anunciar, no dia de hoje, um projeto que na nossa opinião será revolucionário. O MEC apresentará brevemente, aos estados e aos municípios, uma proposta de controle de frequência das crianças nas escolas através de registro digital.

**18. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do seminário “Como Fazer Negócios com o Brasil”, Santiago-Chile, 24 de agosto de 2004.**

Nós vamos fazer uma coisa, meu caro Ministro da Economia, uma pequena revolução na relação internacional da América do Sul. Ano que vem nós vamos ter, no começo do ano, uma reunião de todos os presidentes dos países árabes com os presidentes da América do Sul, ou seja, nós temos a obrigação de convencê-los de que eles podem olhar um pouco para a América do Sul. Aqui tem paz, aqui não tem guerra; eles podem aportar um pouco do seu capital em

investimentos na América do Sul: em turismo, em ferrovia, em energia, em gasoduto, ou seja, naquilo que eles quiserem.

**19. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação do Projeto de Ampliação da Produção do Pólo Petroquímico União S.A., São Paulo, 18 de setembro de 2004.**

A verdade, José Eduardo, é que nós precisamos mudar a mentalidade. Não é só comprar máquina nova, ou seja, nós precisamos fazer uma revolução administrativa em cada porto. Não é só dragagem. É mudar o comportamento das pessoas que trabalham no porto para melhor, para eles se sentirem mais prazerosos e para a sociedade sentir mais prazer por eles estarem lá.

**20. Artigo: “O Caminho do Desenvolvimento”, publicado na Confederação Nacional do Transporte (CNT), 25/11/2004.**

Em resumo, o Governo Federal trabalha para que 2005 e 2006 sejam anos de notáveis realizações. O desenvolvimento do País virá na esteira da melhoria da infra-estrutura de transportes. Vamos continuar aumentando a disponibilidade orçamentária para o setor no ano que vem, gerando empregos e atendendo às demandas de transporte, sem comprometer o ajuste fiscal ou a solidez dos fundamentos da nossa economia. Gastando mais e melhor, daremos os passos decisivos para uma revolução na infra-estrutura de transportes nacional, construindo uma economia mais competitiva e uma sociedade mais justa e solidária.

**21. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Terminal de Logística de Carga – TECA III – Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Manaus-AM, 14 de dezembro de 2004.**

Eu quero parabenizar o nosso companheiro Carlos Wilson que, depois de indicado para presidir a Infraero, tem feito uma revolução nos aeroportos brasileiros, não pensando apenas na parte dos passageiros, mas pensando em cuidar com carinho dos 66 aeroportos administrados pela Infraero. [...] Nós lançamos, esta semana governador, um projeto de biodiesel que não vai interessar apenas ao Nordeste, por conta da mamona, vai interessar, governador Otomar Pinto, ao Acre; vai interessar ao Pará; vai interessar ao Amapá; vai interessar ao Amazonas, porque nós também queremos produzir o biodiesel do

dendê. E essa região pode produzir muito. E por que queremos produzir biodiesel? Porque queremos fortalecer uma nova matriz energética para que a gente possa ficar mais independente e não depender, como nós dependemos hoje, da importação de óleo diesel, que nos custa uma fortuna. E também porque queremos gerar empregos, e também porque queremos desenvolver as regiões mais empobrecidas do nosso país. Eu diria a vocês, aqui, de Manaus, que o programa do biodiesel será uma nova revolução neste país, como foi o Proálcool, na década de 70.

**22. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência “Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza”, no Fórum Social Mundial, Porto Alegre-RS, 27 de janeiro de 2005.**

Eu estou aqui porque acredito piamente que vocês estão dando o passo mais importante e o passo histórico mais sério do Fórum Social Mundial. Vocês estão deixando de ser um conjunto de pessoas, cada um discutindo o que quer para determinar o tema e transformar a questão da fome de um problema social num problema político. E aí, sim, quando a fome for um problema político a gente vai perceber que outros irão participar. E tem gente que nunca passou fome. Acha que isso não vale nada. Tem gente que toma café de manhã, almoça e janta e ainda toma um chá antes da meia noite para dormir, e acha que isso não vale nada. Isso é uma campanha de proselitismo, porque nunca viu uma criança morrer de fome no colo da mãe como eu vi na cidade Souza, a mãe pedindo esmola para enterrar o seu filho. É proselitismo para quem come as calorias e as proteínas necessárias, mas para a maioria do povo brasileiro, para uma grande parte do povo da África, da América Latina e de países asiáticos, dar três pratos de comida por dia é uma verdadeira revolução que nós estamos fazendo neste planeta Terra. É, possivelmente, mais do que isso.

**23. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da rede de eletrificação em 53 assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, Sidrolândia, 22 de fevereiro de 2005.**

Então, eu acho que a gente precisa, Zeca, é neste momento, não apenas agradecer a vontade do governo do estado de fazer a parceria, mas sobretudo, por causa das mulheres. Essa ideia do programa Luz Para Todos é uma ideia da

nossa companheira Dilma Rousseff, que um dia me procurou e disse: “Presidente, eu tenho uma proposta revolucionária para o senhor. Nós podemos garantir que até 2008 não haverá, no Brasil, uma única casa que não tenha luz, por mais distante em que ela esteja. Se estiver dentro do território nacional, essa casa vai receber energia elétrica”.

**24. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da fábrica de software da Eletronic Data Systems – EDS, em parceria com a TAM Linhas Aéreas, Araraquara-SP, 31 de março de 2005.**

O biodiesel é uma alternativa energética tão ou mais revolucionária para o mundo contemporâneo do que foi o álcool. E é uma fonte energética que não permite guerra, e o petróleo permite: de vez em quando um país invade o outro por causa do petróleo. Nós não queremos invasão, queremos que venham plantar conosco. “Pega um dinheirinho, põe aqui, vamos coordenar direitinho”, e vamos plantar para que a gente transforme este país em uma nação que respeite a si mesma. O problema do Brasil não são os outros, somos nós mesmos.

**25. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, Brasília-DF, 20 de abril de 2005.**

A segunda coisa que eu queria dizer para vocês é que eu não conheço, em nenhum momento da história política de qualquer país do mundo, uma situação como a que nós estamos vivendo hoje. Nem nos países que fizeram a revolução, nem nos países que se constituíram durante muitos e muitos anos em modelos de países socialistas, a classe trabalhadora teve a participação que tem no meu governo. Só para vocês terem uma ideia, além do Presidente da República, tem nove ministros que saíram do movimento sindical. Eu não conheço nenhum momento na história política da humanidade em que um governo, por mais democrático que tenha sido, tenha tido tantos sindicalistas como ministros. E nós temos porque a nossa eleição foi o resultado, foi a construção de um processo histórico nascido há mais de 20 anos que foi fazendo com que os companheiros fossem galgando cargos importantes. Só no meu gabinete, de quatro ministros, três são sindicalistas: Wagner, do setor petroquímico; Dulci, do setor de

educação; Gushiken, dos bancários de São Paulo. Só ali, nas cercanias do meu gabinete.

**26. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à jornalista Insun Kang, do jornal Chosun Ilbo, Palácio do Planalto, 20 de maio de 2005.**

**Jornalista:** Depois que o senhor foi eleito presidente, qual foi a maior surpresa, o que foi mais difícil para o senhor, que não tinha imaginado antes?

**Presidente:** Primeiro, depois que eu ganhei as eleições, eu passei vários dias imaginando se era verdade que eu tinha ganho as eleições. Quando eu tomei posse, eu ficava imaginando como a democracia é uma coisa fantástica, porque na sociologia política brasileira não se imaginava que um operário pudesse chegar a presidente da República. Eu mesmo não acreditava. E, em 20 anos, organizamos um partido e ganhamos a Presidência, numa demonstração de que isso pode acontecer em qualquer país do mundo. Ou seja, a minha eleição é a demonstração viva de que a sociedade civil, os trabalhadores, podem governar qualquer país. Tem que se organizar. Essa é uma coisa extraordinária. Você, imagine, em tão pouco tempo, em 20 anos, eu perdi uma eleição para governador de São Paulo, aí fiquei decepcionado em 1982, fiquei decepcionado, que eu não ia ganhar nunca. Depois de um ano eu cheguei à conclusão que precisava continuar organizando os trabalhadores. Em 1986, fui o deputado mais votado da história do Brasil. Depois, eu não quis mais ser deputado. Depois, eu perdi a primeira eleição para presidente. Eu tive quase 47% dos votos. Fiquei vários meses decepcionado, achando que não valia a pena, pensando em desistir de tudo. Depois, eu fiquei pensando: não é todo dia que um operário tem 32 milhões de votos. Então, eu fiquei imaginando a dimensão do que significam 32 milhões de votos. Imagine 32 milhões de seres humanos se levantarem em um belo dia de manhã pensando em votar em você. Isso me estimulou e fui candidato em 1994. Até o mês de abril de 1994 eu estava certo de que eu ganharia as eleições. Os meus adversários, com medo de eu ganhar, diminuíram o mandato presidencial, proibiram colocar imagem externa na televisão, e eu perdi. Juntaram-se todos contra mim e eu perdi as eleições. Outra vez, eu pensei em desistir. Mas, chegou em 1998, eu não queria ser candidato. Eu não queria, porque era muito difícil a eleição, mas eu tive que ser candidato outra vez. Tive



32% dos votos. Aí eu pensei: “Bom, já perdi três eleições, eu acho que está na hora de parar”. Aí, chegou 2002, outra vez eu fui candidato e ganhei. Então, esse processo que aconteceu no Brasil é uma novidade, eu diria, extraordinária para o mundo. Nem na Revolução Russa os trabalhadores chegaram ao poder, nem na Revolução Cubana os trabalhadores chegaram ao governo. E no Brasil, pela via democrática, com debate político, eu fui eleito. Então eu acho que isso pode despertar em outros trabalhadores, no mundo inteiro, a vontade de acreditar como eu acreditei.

**27. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Congresso da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Luziânia-GO, 21 de junho de 2005.**

A inclusão bancária, ela colocou praticamente cinco milhões de pessoas novas abrindo conta no banco sem precisar pagar para abrir a conta, e com a possibilidade de conseguir sacar um empréstimo para fazer um pequeno empreendimento. É, na verdade, não uma inclusão bancária, mas uma revolução no comportamento do sistema financeiro brasileiro, sobretudo dos bancos públicos que, quando tomamos posse, bancos importantes como o Banco do Brasil, tinha gerentes em alguns lugares que não sabiam mais emprestar dinheiro do Pronaf para o agricultor familiar. Não estavam mais habituados. [...] Nós fizemos uma coisa neste país, que eu, de vez em quando, brinco com meus amigos economistas, que eu fiz tanta reunião e nós nunca discutimos isso. E no governo eu recebi uma sugestão da CUT... Hoje tem muita gente que fala que sugeriu isso para mim. Filho bonito é assim, todo mundo quer ser pai. É uma coisa maluca, porque o crédito consignado ocupa hoje 40% do mercado de crédito pessoal. É muito dinheiro que os trabalhadores estão tomando emprestado, é muito dinheiro que os aposentados e pensionistas estão tomando emprestado a juros de menos de 50% daquilo que ele pagava antes, porque o pobre vivia exatamente na agiotagem. E isso foi uma pequena revolução no sistema bancário deste país.

**28. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação da proposta do Projeto de Lei de Educação Superior e posse do ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, Palácio do Planalto, 29 de julho de 2005.**

O companheiro Tarso Genro deixa o Ministério da Educação para assumir nova, honrosa e desafiadora missão. Assume, em seu lugar, o companheiro Fernando Haddad, até agora secretário-executivo do próprio MEC e, portanto, membro da equipe que o ministro Tarso montou e que, com ele, vem fazendo uma verdadeira revolução na educação brasileira. [...] O dado concreto é que nós conseguimos, com o ProUni, uma primeira pequena revolução na abertura de vagas para jovens da periferia deste país que não poderiam estar na universidade. [...] Numa cerimônia como esta não poderia deixar de lembrar um dos marcos mais importantes da nossa revolução educacional, que é o projeto de emenda constitucional que cria o Fundeb. Estamos criando um sistema de financiamento muito mais abrangente do que o existente hoje, que vai atender não apenas o ensino infantil mas, também, a educação fundamental e o ensino médio.

**29. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Fábrica de Bolas e Camisetas e visita ao Programa Pintando a Cidadania, Bairro Tiradentes – São Paulo, 20 de agosto de 2005.**

Este é um programa que eu acho extraordinário e, no final de quatro anos, nós teremos 760 mil novas vagas nas universidades brasileiras, entre as públicas e as privadas, via ProUni, fazendo uma verdadeira revolução na educação brasileira.

**30. Participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no debate sobre “Responsabilidade Social das Empresas na Construção de um Brasil Melhor” com empresários integrantes do Grupo de Líderes Empresariais, São Paulo-SP, 24 de outubro de 2005.**

Se você imaginar que, ao terminar o mandato, vou pegar o dia 31 de dezembro do ano que vem, a gente termina o nosso governo com 32 extensões de universidades federais pelo interior do Brasil, quatro universidades novas, mais 400 mil novos alunos pelo ProUni, nós fizemos uma pequena grande revolução na educação brasileira. [...] Quando nós mandamos o Fundeb para o Congresso Nacional, é porque nós achamos que a partir do Fundeb a gente pode fazer a revolução que a educação brasileira precisava ter feito há muitos anos atrás.

**31. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Consea, Palácio do Planalto, 29 de novembro de 2005.**

Quero dizer para vocês que quero dizer para vocês (*sic*) que, para mim, a política econômica nunca foi empecilho para a política social. Vamos deixar claro que nós resolvemos um problema aqui, que os teóricos nunca tinham colocado para resolver, e nós colocamos, em 17 meses, 29 bilhões de reais no mercado para o consumo, independente da taxa selic, via crédito consignado. Essa foi uma revolução no crédito brasileiro. Nós saímos de uma poupança interna de 17% durante a campanha de 2002, para uma poupança interna de 24%.

**32. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração da Meta do Programa Bolsa Família – 8 milhões e 700 mil famílias atendidas em 2005, Osasco – SP – 23 de dezembro de 2005.**

Meu caro Roque, que de 1968, revolucionário, hoje continua revolucionário fazendo pesquisa [...] Agora, vamos mais, estamos esperando que o Congresso Nacional possa votar o Fundeb. O Fundeb será a revolução do ensino fundamental para que a gente possa garantir às crianças, desde a creche até a oitava série e depois o ensino técnico, que as crianças possam aprender com mais qualidade.

**33. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Subestação de Energia Elétrica de Viana, Viana-ES, 30 de janeiro de 2006.**

As coisas estão acontecendo, acho que tem contribuição... o Congresso Nacional tem sido um parceiro extraordinário, o que foi votado na Câmara dos Deputados a semana passada foi muito importante para o futuro do Brasil. Votar o Fundeb foi uma coisa excepcional, porque é uma revolução na educação do nosso país, votar a Super Receita foi muito importante, porque é um jeito de a gente combinar de tentar evitar que haja o desgaste que há de falta de dinheiro na Previdência Social.

**34. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de visita às obras do campus do Sul e Sudeste da Universidade Federal do Pará, Marabá-PA, 22 de fevereiro de 2006.**

É por isso que nós estamos fazendo uma pequena revolução na educação. São, ao todo, 42 extensões; são quatro universidades federais novas; são faculdades que estão sendo transformadas em universidades; são 32 escolas técnicas, que

inauguraremos agora, esta semana, porque também o Fernando Haddad aprendeu a reivindicar.

**35. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a Lei sobre Sistema Unificado de Atenção à Saúde Agropecuária e da mensagem encaminhada ao Congresso Nacional de Projeto de Lei sobre Previdência Rural, Palácio do Planalto, 31 de março de 2006.**

O que aconteceu na agricultura familiar? Eu que a conheço há muitos anos, porque percorro este Brasil há muitos anos, eu acho que nós, certamente, teremos muita coisa para fazer, Manoel, mas já fizemos uma pequena revolução na agricultura familiar.

**36. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração pela conquista da autossuficiência do Brasil em petróleo, Rio de Janeiro – RJ, 21 de abril de 2006.**

Quem nunca teve oportunidade como cidadão ou consumidor vive agora um novo Brasil. Um Brasil que reconhece como direito o aumento real do salário mínimo; que reconhece como direito o ganho real na aposentadoria dos idosos e pensionistas; que reconhece como direito a inclusão de nove milhões de lares mais pobres no Bolsa Família; que reconhece como direito e não como gasto, o Fundeb, que possibilitará investimentos de mais de 4 bilhões e 300 milhões nas escolas públicas brasileiras; que reconhece o ProUni, que já colocou 204 mil jovens humildes nas universidades de todo o Brasil, como uma revolução no acesso democrático ao ensino superior em nosso país; que reconhece o Programa Luz para Todos como uma verdadeira máquina do tempo, democrática e republicana, que tem tido o poder de transportar instantaneamente, do século XVIII para o século XXI, milhões de brasileiros e brasileiras que antes, abandonados pelo Estado, viviam nas trevas em plena era da globalização.

**37. Brinde do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac, durante jantar no Palácio do Itamaraty, Brasília, 25 de maio de 2006.**

Muitos companheiros do meu governo já viveram na França, já estudaram na França. A Revolução Francesa é um marco na história da humanidade, é o símbolo da conquista da democracia nesses tempos de sociedade moderna e,

sobretudo, a deferência e o carinho com que fomos recebido na França no ano passado, quando participamos das comemorações da Independência e do ano do Brasil na França.

**38. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de acordos de cooperação técnica para desenvolvimento dos pólos da Universidade Aberta do Brasil, Palácio do Planalto, 30 de junho de 2006.**

Eu quero, portanto, agradecer ao ministro Fernando Haddad. Dizem que habitualmente um presidente da República não tem que agradecer a ninguém, e é exatamente o presidente da República que tem que agradecer. Agradecer pela dedicação, agradecer pela revolução que está sendo feita na educação no nosso país, que começou quando o ministro Tarso Genro ainda era ministro da Educação, agradecer aos governos estaduais que se prontificaram a cuidar da educação e agradecer aos prefeitos.

**39. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, Córdoba-Argentina, 21 de julho de 2006.**

Por isso que eu, quando fico desanimado e lembro o que nós construímos nesse pouco tempo, acho que nós fizemos uma pequena revolução, na mudança do nosso Continente. Mas estamos longe ainda. Cada um de nós, aqui, sabe o sacrifício que cada um passa. Eu, possivelmente, sofra tanto quanto o Nicanor com as inquietações, com a pressão que ele sofre dos seus opositores no Paraguai. Possivelmente eu sofra tanto quanto o Tabaré, nas suas inquietações, quanto o Kirchner, e carrego a compreensão de que Argentina, Brasil e, agora, a Venezuela, nós temos que ser sempre generosos, para que possamos fazer concessões, mesmo contrariando interesses locais, às vezes agrupamentos de empresários ou às vezes, quem sabe, até agrupamento de trabalhadores. Mas nós temos que estar convencidos de que esses países menores precisam se desenvolver, com a garantia de que o nosso bloco vai se transformar, cada vez mais, num bloco mais forte e, cada vez mais, num bloco mais respeitado.

**40. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, Brasília – DF, 31 de agosto de 2006.**

Para isso, nós criamos a Universidade Aberta e já temos convênios com 309 prefeituras para que na cidade, por menor que seja, desde que ela tenha um núcleo para que a gente monte um laboratório, os professores daquela cidade possam se reciclar e se aperfeiçoar na própria cidade, sem precisar da desculpa de que não conseguem se formar porque teriam que ir para a capital. A gente acredita que, dentro de alguns anos, nós estaremos fazendo uma revolução na educação neste País. Essa história de a gente continuar ouvindo alguns setores dizerem que tem criança burra e criança inteligente, eu, pelo menos, não aceito a ideia.

**41. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com o Conselho de Ciência e Tecnologia, Palácio do Planalto, 05 de setembro de 2006.**

O caminho da educação de qualidade é um caminho longo, que requer persistência e empenho, mas tenham a convicção de que poderemos buscar, todos juntos, uma revolução em nosso sistema de educação fundamental e básica. A alta matemática e as ciências brasileiras certamente darão suas contribuições para que essa revolução aconteça. A grande mobilização pela Olimpíada de Matemática já mostra que isso é possível. Mais de uma vez me referi ao exemplo do que o presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, fez no Vale do Tennessee, que era uma das regiões mais pobres dos Estados Unidos, muito semelhante à pobreza do nosso Nordeste. A decisão de Roosevelt, de que era preciso priorizar o desenvolvimento daquela região com emprego, tecnologia e políticas públicas concentradas, transformou aquele vale numa das regiões mais ricas dos Estados Unidos. Aqui, o nosso Vale do São Francisco demonstra o poder transformador da tecnologia aplicada à fruticultura, exemplo que estamos procurando levar para outras áreas pobres e para a agricultura familiar, especialmente no Nordeste. Da mesma forma que o Vale de Tennessee mudou, podemos ver também a incrível força que o conhecimento e a tecnologia produziram em outros vales americanos, como no Vale do Silício, na Califórnia. Lá nasceram os chips de computadores, a indústria de software, os revolucionários sites de busca na internet e algumas das mais importantes modernidades, sem as quais ninguém vive no mundo de hoje.

**42. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula**

**da Silva, ao SBT, Brasília-DF, 30 de outubro de 2006.**

**Jornalista:** Presidente, por falar em ex-presidente, o problema de começar um segundo mandato é que ele é o último, e o senhor ainda é muito jovem. O que o senhor pensa em fazer depois que o senhor deixar a Presidência? Dizem que o senhor quer concorrer em 2014.

**Presidente:** Deixa eu te dizer o que eu penso. Primeiro, eu tenho um compromisso com a minha consciência e um compromisso com o povo deste País. O segundo mandato vai se chamar desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade. Eu estou convencido de que, ou nós fazemos uma revolução na educação brasileira, melhoramos o nível da educação... Por isso que eu disse durante a campanha: vamos fazer uma extensão universitária em cada cidade-pólo, uma escola técnica em cada cidade-pólo, e vamos investir muito na educação básica para que o Brasil dê um salto de qualidade e melhore a vida do seu povo.

**43. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Cúpula África-América do Sul (AFRAS), Abuja-Nigéria, 30 de novembro de 2006.**

Os biocombustíveis – o etanol, o biodiesel e o H-Bio – têm enorme potencial para fazer uma verdadeira revolução agrícola e energética em nossos continentes. Para a África, podem ser a chave de um novo modelo de desenvolvimento, pois diversificam a matriz energética, criam abundantes empregos, mantêm a população no campo e incidem positivamente sobre o comércio exterior dos países.

**44. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 20ª Reunião Ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2006.**

Os próximos passos que nós temos que dar, sem que haja nenhuma má interpretação, é o destravamento: o destravamento da política brasileira, o destravamento de alguma legislação brasileira, o destravamento da burocracia brasileira, porque senão nós não andamos; o destravamento da economia brasileira, o bloqueio, a que estão submetidos estados, municípios e a União, de investimentos, as amarras que foram colocadas no País nos momentos em que o

País estava quebrado, e é importante que a gente não se esqueça disso. E sem cometermos nenhum ato de loucura, porque não abriremos mão da responsabilidade fiscal e não abriremos mão de controlar a inflação, nós vamos ter, meu caro Armando, de fazer uma verdadeira revolução de exercícios de engenharia política e econômica para que a gente possa fazer o Brasil crescer acima de 5%. E estou convencido de que as condições estão dadas. [...] Eu estou convencido, Márcio, de que também na questão da agricultura, a revolução pela qual nós vamos passar em função do papel do etanol no combustível mundial e em função do que podem significar os biocombustíveis, nenhum de nós ainda tem dimensão do que pode acontecer nos próximos dez anos neste País. [...] Vamos continuar com uma forte política social e vamos continuar desenvolvendo este País de forma mais justa. Este País tem oito milhões e meio de quilômetros quadrados, tem regiões que já chegaram na quarta revolução industrial e tem regiões que chegaram, mal e porcamente, na primeira, e nós precisamos fazer com que o País seja mais justo na sua forma de desenvolvimento, na sua forma de política social e na sua forma de distribuição de renda.



**ANEXO 2 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *reforma* e afins, em ordem cronológica.**

**45. Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após a cerimônia de posse, Parlatório do Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2003.**

Mas, ao mesmo tempo, tenho a certeza e a convicção de que nenhum momento difícil, nessa trajetória de quatro anos, irá impedir que eu faça as reformas que o povo brasileiro precisa que sejam feitas. [...] O meu papel, neste instante, com muita humildade, mas também com muita serenidade, é de dizer a vocês que eu vou fazer o que acredito que o Brasil precisa que seja feito nesses quatro anos. Cuidar da educação, da saúde, fazer a reforma agrária, cuidar da Previdência Social e acabar com a fome neste país são compromissos menos programáticos e mais compromissos morais e éticos, que eu quero assumir, aqui, nesta tribuna, na frente do povo, que é o único responsável pela minha vitória e pelo fato de eu estar aqui, hoje, tomando posse.

**46. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 13 de fevereiro de 2003.**

Muito obrigado. Bom trabalho. Eu vou ficar aqui mais um pouco, porque quero ouvir as palestras do Wagner, do Ricardo Berzoini e do Palocci, para ver se eles me convencem realmente da necessidade das reformas de que tanto nós falamos aqui. Tarso, é com você.

**47. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da nova unidade da empresa Polibrasil, Mauá – SP, 10 de março de 2003.**

Nós não somos um país emergente há muitos anos, não por culpa de qualquer outro país do mundo. Nós não somos um país emergente há muitos anos porque, há 40 anos poderíamos ter feito no Brasil as reformas de que o Brasil hoje precisa. Nós poderíamos ter alfabetizado este país. Nós poderíamos ter feito reforma agrária neste país. Nós poderíamos ter cuidado da saúde, com carinho, neste país. Nós poderíamos ter investido em setores que precisam do Estado

para se desenvolver e não o fizemos na medida certa. E, hoje, estamos pagando o preço de não termos feito as coisas certas na hora certa. [...] É por isso que vamos mandar ainda, de comum acordo com os governadores de estado, a reforma tributária que os empresários e a sociedade brasileira tanto reivindicam para ser votada no Congresso Nacional. É por isso que vamos fazer a reforma na Previdência Social. É por isso que vamos fazer a reforma na legislação trabalhista, porque entendemos que precisamos de uma adequação ao um mundo real em que vivemos hoje. E, a partir dessas reformas, que pretendemos fazer este ano, acho que o Brasil estará pronto, mais do que pronto, para competir com qualquer país do mundo sobre os principais produtos de exportação.

**48. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos programas “Sementes do Amanhã” e “Escola-Circo” e entrega dos três primeiros Cartões-Alimentação do programa Fome Zero a famílias da cidade de Belém, Belém – PA, 04 de abril de 2003.**

Nós assumimos compromissos com a educação e com a saúde deste país; nós assumimos o compromisso de fazer a reforma agrária e vamos fazer a reforma agrária, podem ficar tranquilos.

**49. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na missa dos trabalhadores: “A esperança é fruto de nossa resistência”, São Bernardo do Campo – SP, 1º de maio de 2003.**

O que aconteceu ontem, neste país, possivelmente a História futura dará mais importância do que a História contemporânea. Porque, convencer 27 governadores de estado a descerem comigo do Palácio do Planalto – e olha que o PT só tem três governadores – e irmos levar as propostas de reforma ao Congresso Nacional que, numa véspera de feriado, costumeiramente está vazio, mas estava lotado com todos os deputados e senadores, foi um fato histórico fantástico.

**50. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cidade de Evian – França, Evian – França, 01 de junho de 2003.**

Mas sabemos que organizar e dar estabilidade à nossa economia é tarefa necessária, mas não suficiente. Necessitamos forjar um novo paradigma de desenvolvimento, que combine estabilidade financeira com crescimento

econômico e justiça social. Hoje, queremos crescer com financiamento sustentável, distribuindo renda e fortalecendo a democracia. Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria e à exclusão. Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de profundas reformas sociais. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania, e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.

**51. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço comemorativo dos 30 anos dos “Melhores e Maiores” da revista Exame, em homenagem aos 100 maiores empresários brasileiros, Hotel Renaissance – São Paulo-SP, 04 de julho de 2003.**

Hoje, já se pode constatar que o nosso governo mudou a agenda do país. Estamos envolvidos num trabalho muito sério de saneamento das contas públicas, sem aumentar a carga tributária, assim como não queremos e não vamos aumentá-la na reforma tributária em curso no Congresso Nacional. Estamos cumprindo os compromissos assumidos em nosso Programa de Governo e na Carta ao Povo Brasileiro, lançados em junho de 2002. Não há sustos, não há mágicas, não há coelhos tirados da cartola. O que há é muito trabalho, seriedade e amor a este país. Assim está ocorrendo com o processo da reforma da Previdência e assim ocorrerá com todo o conjunto de reformas que ainda faremos. Guia-nos, nesta reforma, a correção de injustiças e distorções muito fortes, além do princípio da sustentabilidade do sistema previdenciário.

**52. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Terminal Açucareiro Copersucar, Santos – SP, 1º de agosto de 2003.**

Nós tínhamos assumido alguns compromissos. Eu me lembro que tinha dito que mandaríamos as propostas da reforma tributária, política, de Previdência Social, no segundo semestre de 2003. E, pela compreensão dos governadores, do governo federal e de tanta gente que participou dos debates, nós conseguimos, no dia 30 de abril, enviar ao Congresso Nacional as propostas de reforma da Previdência e tributária no Brasil. Obviamente que o Poder Executivo não tem como exercer pressão no calendário do Congresso. A democracia só existe de

verdade, porque os poderes são autônomos, senão nós estaríamos numa situação muito delicada. Depois da reforma, nós começamos a trabalhar o Plano Plurianual. E é importante que se diga que, no Brasil, os programas plurianuais apresentados pelos governantes nunca foram levados tão a sério. Contrata-se uma consultoria, elabora-se uma boa perspectiva de programa, envia para o Congresso Nacional, nem se discute, e se vota. Então, pode-se colocar o valor que quiser num plano plurianual. Pode-se colocar 50 trilhões, um bilhão ou um centavo.

**53. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 04 de setembro de 2003.**

Eu estava vendo aqui, companheiros sindicalistas, uma frase, na primeira página de vocês, e me lembrei de uma história. Aqui está dizendo assim: “Redução. É necessária uma redução drástica dos juros”. E eu fico me perguntando por que a palavra “drástica”? Não bastaria falar: redução da taxa de juros? Isso me lembra uma vez, em que eu estava numa comissão em que a Benedita era candidata – acho que à prefeita do Rio de Janeiro ou governadora, e fui fazer um discurso sobre reforma agrária. Eu falei com tanta força o discurso da reforma agrária, e gritando tanto que, quando eu descí, uma velhinha falou assim para mim: “Lula, dá para você falar mais devagar? Você pode dizer a mesma coisa: “eu vou fazer reforma agrária”. Eu entenderia. Mas você gritou tanto que me assustou.” Então, eu acho que a queda dos juros vai acontecer, mas, talvez, não de forma tão drástica como alguns querem. Eu quero dizer que a presença da Marisa aqui é para vocês serem mais gentis comigo. Sempre que tem mulher presente vocês se comportam melhor. Não sei por que hoje as mulheres ficaram todas atrás, não tem nenhuma na frente, só a Benedita. Quero dizer para vocês o seguinte: eu estou feliz, porque eu acho que o Congresso Nacional, ontem – eu até perdôo se o Delfim e o Armando derem uma cochilada aqui, porque ficaram até às três horas da manhã no Congresso – eu estou feliz porque o Congresso se portou com a grandeza que a sociedade brasileira esperava dos parlamentares brasileiros; tanto aqueles que votaram a favor, como aqueles que votaram contra deram uma contribuição extraordinária para o fortalecimento da democracia neste país. [...] E eu estou feliz. Estou feliz porque acreditamos nisso, porque

fizemos o que tínhamos que fazer e o importante é que nós começamos. Eu assumi o governo dizendo: nós vamos fazer primeiro o necessário, depois o possível e, quando menos se esperar, nós estaremos fazendo o impossível. Eu acho que na hora em que a reforma da Previdência Social e a reforma da política tributária forem aprovadas, definitivamente, será quase como atingir o impossível, num país onde os governantes normalmente têm medo de enfrentar as diversidades (*sic*). [...] O que eu aprendi nessa votação das reformas? Os sindicalistas devem conhecer muito bem isso – eu me lembrei da reforma e é impressionante quando se discute reforma, é mais ou menos quando o trabalhador chega com o salário pequeno em casa e não dá para fazer tudo o que a família quer. Muitas vezes a família fica em volta do trabalhador dizendo: eu quero comprar aquilo, eu preciso fazer aquilo, eu tenho que pagar aquilo, eu tenho um casamento, eu preciso de uma roupa nova. Ninguém discute como fazer para o coitado ganhar um pouco mais. Ninguém discute como fazer para ajudar no orçamento, para que a família possa fazer a “farra do boi”, Na reforma também é assim, é impressionante a capacidade das pessoas discutirem o quanto querem, mas é impressionante também a dificuldade de dizerem onde nós vamos arrumar dinheiro.

**54. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, Palácio do Planalto, 01 de outubro de 2003.**

Nós estamos felizes. Felizes por vocês, felizes pelo Brasil, felizes pelo grau de responsabilidade da nossa Câmara dos Deputados e do Senado. Com muita competência, a Câmara já aprovou a reforma da Previdência Social e vai aprovar a reforma tributária, que nós estamos fazendo. O tempo, vocês sabem.

**55. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, Angola, 03 de novembro de 2003.**

Devemos demonstrar capacidade de compartilhar pontos de vista e articular posições sobre temas como comércio internacional, direitos humanos, cooperação internacional para o desenvolvimento, reforma das Nações Unidas, entre tantos outros.

**56. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da**

**República, Luiz Inácio Lula da Silva, Rádio Nacional (Radiobrás), 01 de dezembro de 2003.**

**Luís Fara Monteiro:** Presidente, o senhor deixou o seu gabinete, esses dias, e foi a uma reunião com várias entidades ligadas à reforma agrária. Isso é um compromisso?

**Presidente:** É exatamente isso. Nós fomos conversar com os movimentos que lutam pela reforma agrária e assumimos o compromisso de, em três anos, assentar 400 mil famílias e, ao mesmo tempo, regularizar títulos de terra de pessoas que já estão na terra, mais 130 mil pessoas, perfazendo um total de 530 mil pessoas. Esse é um dado importante porque eu estou dizendo, desde o começo do ano, que nós precisamos qualificar melhor a reforma agrária. Reforma agrária não é pegar uma pessoa, jogar num terreno e dizer: está feita a reforma agrária. Reforma agrária significa garantir a terra para a pessoa, garantir assistência técnica, financiamento, garantir moradia, escola, saúde, garantir o mercado para os produtos que as pessoas vão produzir. Nós estamos convencidos de que essa é a melhor forma de mudar o jeito de fazer reforma agrária no nosso país. Porque o que acontecia até então, era que se transportava os miseráveis urbanos para continuarem sendo miseráveis no campo. Nós queremos dar, tanto à parte urbana, quanto à parte do campo, dignidade.

**Luís Fara Monteiro:** O senhor disse que está com a alma lavada com a aprovação da reforma da Previdência no Senado. O que significam as reformas para o povo brasileiro, na prática, Presidente?

**Presidente:** Eu acho que o Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, deram uma demonstração inequívoca de que, em algum momento da nossa vida, nós temos que nos preocupar com o Brasil, pensar na próxima geração e não na próxima eleição. Por isso eu disse que estava de alma lavada, porque a Câmara e o Senado cumpriram o seu papel dignamente. Nós ainda temos a reforma tributária para fazer e eu estou convencido de que a reforma da Previdência vai permitir que, daqui a 20 ou 30 anos, o meu neto tenha a possibilidade de se aposentar e receber o seu salário porque, até então, não havia essa possibilidade porque os estados estavam quebrados. Ao mesmo tempo, a reforma tributária vai fazer com que haja desoneração das exportações e vai fazer com que haja justiça social, ou seja, através de uma boa política tributária você tira mais de quem tem mais, para garantir benefícios a quem tem menos.

Por isso eu estou alegre, porque acho que o Senado vai cumprir o papel que o povo brasileiro espera que ele cumpra, que é votar as reformas para que a gente possa mostrar ao mundo e dizer: este país é o Brasil, este país tem governo, este país tem um Congresso Nacional, tem vocação para o crescimento, este país gosta de respeitar os outros e quer ser respeitado e vai participar do mundo globalizado com a grandeza do povo brasileiro.

**57. Programa de Rádio “Café com o Presidente” com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Rádio Nacional (Radiobrás), 12 de janeiro de 2004.**

**Luís Fara Monteiro:** Então os empregos virão de todas as áreas, presidente?

**Presidente:** De todas as áreas. Esses empregos vão vir dos investimentos na universalização da energia para o povo brasileiro. Nós ainda temos 12 milhões de residências no Brasil que não têm energia elétrica. Nós vamos universalizar, fazendo com que a energia chegue na casa dessas pessoas. E isso vai gerar empregos, nós vamos contratar empresas locais para fazer, será preciso produzir postes e produzir fios, será preciso colocar as torres. Nós temos uma floresta extraordinária, e com um bom manejo, nós vamos poder utilizar a nossa madeira sem degradar o meio ambiente para gerar emprego na indústria madeireira e na indústria de móveis, neste Brasil. Vai vir a geração de empregos com os investimentos que estamos fazendo na saúde, na área da educação, na área das telecomunicações, nas rodovias brasileiras. Em julho do ano passado nós fizemos acordos com o movimento sindical e foi criada uma linha de financiamento para que os trabalhadores possam tomar dinheiro emprestado a juros baratos. O trabalhador, podendo tomar dinheiro emprestado, vai poder consumir. E consumindo, ele vai poder ativar o comércio, que vai ativar a indústria, e portanto, vai gerar emprego no comércio ou na indústria. A nossa agricultura está crescendo de forma extraordinária. Nós vamos exportar mais. Isso vai ser combinado com uma boa política de investimento na agricultura familiar e na reforma agrária, que já foi aprovada no final do ano passado. O que nós queremos dizer ao povo brasileiro é que tudo isso não vai acontecer de uma vez, mas vai acontecer. E podem ficar certos de que o resultado, o povo brasileiro vai sentir mês a mês.

**58. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na**

**sessão de abertura dos trabalhos do Judiciário em 2004, Supremo Tribunal Federal, Brasília-DF, 02 de fevereiro de 2004.**

Por essa razão, a reforma do Poder Judiciário deve estar centrada em três grandes eixos – a modernização da gestão do Poder Judiciário, as alterações da legislação infraconstitucional e a reforma constitucional propriamente dita. [...] A reforma constitucional já tramita no Congresso Nacional há doze anos. Os temas mais importantes já foram objeto de intensos debates pelos meios jurídicos e pela sociedade. Como já dito, esta reforma constitucional não trará, isoladamente, solução para os problemas relacionados à lentidão da Justiça – mas ela é fundamental para trazer maior racionalidade e transparência para a instituição. [...] A reforma do Poder Judiciário – com a melhoria do seu funcionamento e a ampliação do acesso da população de baixa renda à prestação jurisdicional – é um dos grandes objetivos a serem perseguidos por todos aqueles que, como nós, sonham com um país mais justo e mais democrático.

**59. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do projeto de lei que estabelece medidas de incentivo ao setor da construção civil, Palácio do Planalto, 04 de março de 2004.**

Queria dizer ao presidente João Paulo, em especial ao nosso querido presidente da Câmara, que o Congresso Nacional – tanto o Senado como a Câmara – tem atendido aquelas que são as prioridades determinadas pelo Governo, nos projetos de lei que enviamos à Câmara dos Deputados. O exemplo mais vivo disso, presidente João Paulo, foi a votação da reforma da Previdência e da reforma tributária – para ficar só em dois projetos – que, historicamente, se achava impossível serem votados em tão pouco tempo e, em sete meses, nós conseguimos votar os dois projetos.

**60. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia oficial de inauguração da nova fábrica de café solúvel da Nestlé, Araras-SP, 01 de abril de 2004.**

Eu me lembro o sacrifício que fez o saudoso governador Mário Covas na luta contra a chamada guerra fiscal de estados e mais estados, oferecendo o que tinham e o que não tinham para tentar levar as empresas de São Paulo, com isenção de impostos não sei por quantos anos. E, naquele tempo, o governador



Mário Covas tomava uma medida que aparecia aos olhos de setores empresariais como se estivesse na contramão da história, porque estava defendendo uma política fiscal que fosse mais ou menos igual para todos os estados da Federação, que conseguimos concluir na votação da reforma tributária.

**61. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Rádio Nacional (Radiobrás), 03 de maio de 2004.**

**Luís Fara Monteiro:** Presidente Lula, o aumento de 20 reais no salário mínimo ainda está repercutindo na sociedade. O que o senhor pode falar sobre isso?

**Presidente:** Olha, nós tivemos uma grande discussão sobre o reajuste do salário mínimo. E por que uma grande discussão? Porque nós temos um problema entre os trabalhadores da iniciativa privada e os trabalhadores que estão aposentados e que recebem da Previdência Social. Para os trabalhadores da iniciativa privada, você poderia decretar o mínimo de 400 reais, 450 reais, porque muitas empresas já pagam isso, ou mais do que isso. Qual é o nosso problema ao decretarmos o salário mínimo? É o rombo da Previdência Social. Ou seja, nós temos, este ano, um déficit de 31 bilhões de reais e nós vamos consertar isso ao longo do tempo. Foi por isso que nós fizemos a reforma da Previdência Social, para corrigir esse rombo que a Previdência tem. Além disso, a Previdência tem um passivo de 200 bilhões de reais, ou seja, pessoas que não concordam com alguma contribuição que têm que pagar para a Previdência, ao invés de pagar, entram na justiça e, portanto, a Previdência fica com 200 bilhões para receber e não recebe. E isso faz com que o caixa da Previdência não tenha o dinheiro que nós gostaríamos que tivesse, para dar um aumento maior do salário mínimo. [...] Agora, só podemos gastar aquilo que temos. E não podemos gastar mais para endividar uma Previdência que só vai ser recuperada ao longo do tempo, depois da reforma que nós fizemos.

**62. Declaração à imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma, São Paulo-SP, 21 de junho de 2004.**

Estamos convencidos de que a aceitação do unilateralismo tem agravado e agrava a instabilidade política internacional. Por essas razões, consideramos que

a reforma da Organização das Nações Unidas, particularmente, o Conselho de Segurança, é ainda mais urgente.

**63. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no I Encontro Nacional da Agricultura Familiar, Brasília-DF, 12 de julho de 2004.**

E, por último, eu quero falar de um tema que vocês colocaram aqui: reforma agrária. Nós assumimos um compromisso de fazer a reforma agrária, aqui, nesse plenário, quando viemos num encontro em que estava a Fetraf Sul, os Sem-Terra, a Contag e todos os outros movimentos que lutam pela reforma agrária no Brasil. E nós viemos aqui para conversar com muita franqueza com os trabalhadores e dizer para eles: assumimos um compromisso de assentar 430 mil famílias e, ao mesmo tempo, regularizar mais 130 mil propriedades, ou seja, reconhecer o título de terra. Muita gente pode dizer: é pouco ou é muito.

**64. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Brasília-DF, 04 de agosto de 2004.**

Estamos, portanto, diante de uma mudança histórica, no nível internacional, tão importante quanto a que buscamos implementar internamente, fazendo, por exemplo, a reforma agrária tranquila e pacífica, que está avançando cada vez mais, e corrigindo profundamente a estrutura de distribuição de renda do nosso país. O que importa é que estamos numa rota sustentável e vamos avançar com tranquilidade, com maturidade, sem permitir que a euforia, em algum momento, faça com que saíamos do caminho que traçamos para, definitivamente, colocar o Brasil no rol dos países desenvolvidos.

**65. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da Federação Democrática Internacional de Mulheres, Palácio do Planalto, 16 de setembro de 2004.**

O Incra, que é um organismo que cuida da reforma agrária, também inovou, em outubro de 2003, ao reconhecer direitos da mulher assentada, em projetos de reforma agrária, que antes vinham sendo ignorados. O principal deles é a titularidade conjunta da terra. Ou seja, quando uma família é, hoje, beneficiada com um lote, em um assentamento rural, a escritura é feita no nome do marido, mas também da mulher.

**66. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da Associação Comercial do Paraná, Curitiba-PR, 18 de outubro de 2004.**

Acontece que nós temos que respeitar o Congresso Nacional, porque é a representação democrática da sociedade, e não depende de a gente gostar ou não do que eles votam, depende do fato de que a maioria vota, aprova, transforma em lei e nós temos que cumpri-la. Nós temos um problema na política tributária, que é uma questão, alguns governadores que querem continuar fazendo a guerra fiscal, que não querem aprovar a reforma tributária pertinente aos estados. [...] Mais ainda: nós fizemos a reforma da Previdência. A reforma da Previdência é difícil fazer. E não é difícil fazer no Brasil, não. É difícil fazer no mundo, em qualquer país do mundo. Por quê? Porque você mexe com usos e costumes, você mexe com hábitos, você mexe com os direitos das pessoas. [...] E eu estou tão convencido disso que acho que a reforma da Previdência, com os problemas de disputa, mas eu tinha consciência de como era difícil fazer e conseguimos fazer, até em tempo recorde. Obviamente que você nunca faz do jeito que você acha que seria perfeito. Mas a sua perfeição, ela deixa de ser perfeição quando os outros entendem que você não é perfeito. Bem, depois que nós fizemos as duas reformas, eu me lembro do pessimismo de alguns, de que a situação do país não ia dar certo, de que este país ia quebrar. E, desde julho do ano passado, eu venho dizendo: a economia começou a crescer; a indústria começou a se recuperar; as coisas estão acontecendo.

**67. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Rádio Nacional (Radiobrás), 01 de novembro de 2004.**

**Luís Fara Monteiro:** Você ouve o Café com o Presidente. Nós estamos falando sobre o Bolsa Família. Presidente Lula, a participação dos municípios, portanto, é muito importante. É lá que tudo começa?

**Presidente** – Nós estamos falando de quase seis mil municípios, estamos falando de milhões de famílias. Os prefeitos tomam posse no dia 1º de janeiro e vão ter que ajudar o governo federal no cadastramento, no acompanhamento: se as crianças estão indo para a escola, se a mãe está levando as crianças para tomar a vacina, ou seja, é um processo que tem que envolver a sociedade brasileira

para que a gente possa fazer o plano atingir a sua plenitude e atingir os seus objetivos. Se na prefeitura se faz o cadastramento, nós vamos ter que criar um conselho gestor para fazer o acompanhamento. [...] Agora, que nós vamos fazer uma política, preferencialmente, para ajudar os pobres, vamos fazer. Não é apenas o Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa que está dentro do programa Fome Zero, a reforma agrária está dentro do programa Fome Zero, o seguro agrícola está dentro do programa Fome Zero, a demarcação das terras indígenas, das terras dos quilombolas, está dentro do programa Fome Zero. Tudo isso está pensado num programa para combater a miséria no Brasil, para combater a fome. E isso está acontecendo e eu estou satisfeito. Sei que ainda falta muito para fazer, mas estou convencido de que vamos fazer. Se não tudo, vamos fazer mais do historicamente foi feito no nosso Brasil.

**68. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina, Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 02 de dezembro de 2004.**

Segundo, nós, na construção do Plano Plurianual, fizemos uma coisa, eu acho que inédita na história do Brasil. Foram 2.700 entidades que participaram nos municípios, nos estados, e numa conferência nacional, para que a gente pudesse aprovar o projeto Plurianual. Criamos um Conselho de Desenvolvimento Social, que discute as principais políticas que o governo adota ou os principais projetos que o governo manda para o Congresso Nacional. Por conta disso, nós conseguimos aprovar algumas coisas que eu considero extremamente relevantes e, certamente, em outros países da América Latina isso vai acontecer. Nós aprovamos, em dez meses, a reforma tributária, a reforma da Previdência Social e, mais recentemente, aprovamos a reforma do Poder Judiciário que estava praticamente há 12 anos dentro do Congresso Nacional e não conseguia sair do papel.

**69. Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo em 2004 e perspectivas para 2005, Brasília-DF, 02 de janeiro de 2005.**

**Locutor:** 2002 foi o ano da mudança do Brasil e da coragem. O ano em que a esperança venceu o medo.

**Presidente:** 2003, eu diria que foi o ano da paciência. Para colocar o Brasil nos

trilhos e retomar o tão sonhado crescimento econômico era preciso tomar algumas medidas duras, amargas até. Sem dúvida foi um ano de muito sacrifício para o governo e para todos os brasileiros. Mas não havia outra alternativa. As coisas no Brasil vinham de um jeito que, ou se arrumava a economia de uma vez reduzindo os gastos do país drasticamente, ou não conseguiríamos, adiante, fazer as mudanças e as reformas que pretendíamos, durante os anos seguintes.

**70. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de Abertura do Ano Judiciário, Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2005.**

Meus amigos e minhas amigas,

Vivemos um momento singular na história da nação. A consciência de que é necessário prosseguir com as reformas necessárias para a conquista da justiça social está presente em diversos setores da sociedade civil e do Estado. Para que tais reformas sejam efetivadas, aprofundando cada vez mais as instituições democráticas no nosso país, é preciso manter um diálogo constante e produtivo. [...] No dia 8 de dezembro do ano passado, após 12 anos de tramitação, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 45, mais conhecida como a Reforma do Poder Judiciário. Trata-se da alteração mais profunda realizada na estrutura do Poder Judiciário, desde que a Constituição de 1988 entrou em vigor. Essa reforma não nasceu de nenhuma iniciativa individual. Não é uma proposta inteiramente do governo, dos juízes nem dos advogados. É, sim, um projeto democrático, cuja paternidade deve ser atribuída a todos que participaram do longo processo de tramitação legislativa, aos parlamentares diretamente envolvidos, ao conjunto dos operadores do Direito e às suas associações de classe. [...] A Reforma também contempla a federalização dos crimes contra direitos humanos, a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, a exigência de período mínimo de atividade jurídica para os candidatos às carreiras de juiz e promotor e o fim das férias coletivas nos órgãos judiciais. Devemos reconhecer, no entanto, que os avanços obtidos com a promulgação da emenda constitucional não esgotam, por si, a Reforma do Judiciário. Outros passos precisam ser dados para a construção de um sistema judicial mais transparente, democrático, acessível à população e adequado ao nosso tempo, acompanhando, assim, a demanda social por um sistema mais justo. Por essa razão, no dia 15 de dezembro, uma semana após a promulgação

da reforma constitucional, nos reunimos, os chefes dos três Poderes, o ministro Nelson Jobim, o senador José Sarney, eu, e juntos, assinamos o “Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano”. Naquele ato assumimos o compromisso público de unir nossos melhores esforços para viabilizar a implementação da reforma e das suas medidas complementares. [...] O ano de 2004 foi marcante para o Poder Judiciário devido à aprovação da Emenda. Estamos todos comprometidos em trabalhar duro para que o ano de 2005 seja lembrado, no futuro, pela implementação da reforma e do cumprimento dos compromissos assumidos pelos três Poderes. [...] Nós poderemos fazer do século XXI o século do Brasil. O Brasil perdeu oportunidades, mas pode olhar para trás e perceber que se o século XIX foi o grande século da Europa, se o século XX foi o grande século dos Estados Unidos, as reformas que estamos implantando no Poder Judiciário e as mudanças que podem acontecer, neste século, no Brasil, podem certamente transformar o século XXI no século em que o Brasil passará definitivamente para a história dos países economicamente avançados, do ponto de vista judiciário, moderno, e do ponto de vista social, justo com o seu povo.

**71. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao Jornal Estado de Minas, Brasília-DF, 02 de março de 2005.**

*1) Nesses dois anos, qual foi o principal avanço de seu governo?*

Acho que essa avaliação cabe mais à sociedade e à imprensa do que ao governo. Mas eu diria que o mais importante foi a mudança na agenda estratégica do País. Priorizamos a questão social e a colocamos no centro das políticas públicas – tanto internamente quanto nas ações de nossa política externa. Quando a gente compara a situação em que pegamos o Brasil – com economia estagnada, dólar disparado, inflação descontrolada, relação dívida/ PIB próxima da inviabilidade e carga tributária recorde – com a que se encontra agora, fica claro que ela é substancialmente melhor. Sob qualquer ângulo que se observe. Fizemos reformas fundamentais, que estavam paradas há anos no Congresso: a previdenciária, a tributária e a do Poder Judicial. Aprovamos novas leis de Patentes, de Inovação e de Falências. Retomamos uma política industrial e de exportação para o Brasil.

*6) A eleição do Severino Cavalcanti (PP-PE) para a presidência da Câmara dos Deputados muda o seu projeto de reforma ministerial?*

Não. A eleição do presidente da Câmara é um assunto interno da Câmara, diz

respeito exclusivamente ao Poder Legislativo. Qualquer reforma que o governo decida fazer levará em conta a representação dos partidos da base aliada e o desempenho gerencial que as pastas vêm apresentando até aqui.

9) *Na reforma ministerial, o senhor concorda com os analistas que avaliam que é muito grande o espaço do PT no governo?*

O PT ganhou as eleições presidenciais e tem a maior bancada na Câmara. Portanto, não faz sentido a avaliação de que ocupa espaço excessivo no governo. Como eu disse, a reforma visa maior eficiência técnica e melhor representatividade da base aliada no governo.

10) *Qual é a prioridade do governo para 2005, em termos de reformas constitucionais?*

Todas as reformas, a sindical, a trabalhista, a política, são importantes, assim como a aprovação da PEC paralela, ICMs e outros projetos. As prioridades serão definidas no devido tempo, de comum acordo com as lideranças do Congresso Nacional. O Fórum Nacional do Trabalho já concluiu a proposta de reforma sindical, por exemplo, e elaborou, com base nas negociações, o Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais. A proposta prevê alterações na organização sindical, na negociação coletiva, nas formas de solução de conflitos, no direito de greve e na representação dos trabalhadores no local de trabalho. A mudança na legislação trabalhista é o passo seguinte, para torná-la compatível com a realidade atual do mundo do trabalho e reduzir a informalidade na economia. Quanto à necessidade da reforma política, existe consenso: todos os partidos, inclusive a oposição, estão empenhados. O mais importante é que todos fiquem tranquilos. Este governo sempre praticou e vai continuar praticando o diálogo, a negociação política intensa. As reformas de que o Brasil necessita serão decididas democraticamente, em vistas a trazer benefícios a todos.

**72. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o falecimento do Papa João Paulo II, Granja do Torto-DF, 02 de abril de 2005.**

Todos vocês sabem que eu tenho uma dívida de gratidão com o Papa, na vinda dele em 1980, ao Brasil, porque nós estávamos cassados pelo sindicato dos metalúrgicos e teve um encontro do Papa com os operários, no Morumbi, e ele fez questão de receber parte da Direção que estava cassada. Não foi uma tarefa

fácil, porque naquele tempo os militares, que tomavam conta da segurança do Papa, não queriam que nós entrássemos. Marisa e eu ficamos até duas e pouco da manhã, embaixo de chuva, para podermos ser recebidos pelo Papa. Depois, ele me recebeu em 89. E todas as vezes que um bispo brasileiro ia a Roma, ele falava da questão da justiça social, falava das necessidades da reforma agrária pacífica, falava da necessidade de acabar com a fome e com a miséria e, por isso, eu penso que o mundo perde um grande homem, perde um grande símbolo.

**73. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Missa de celebração do Dia do Trabalhador, São Bernardo do Campo-SP, 01 de maio de 2005.**

Uma outra coisa extremamente importante é a questão da reforma agrária. Eu dizia sempre, e quero aproveitar o 1º de Maio, dom Nelson, para dizer, aqui, que há sempre um conflito na hora de discutir a reforma agrária, se você mede a boa reforma agrária pela quantidade de terras que você assentou, ou se mede pela quantidade do resultado da produção das pessoas que estão na terra. A CPT, historicamente, afirmava que mais gente deixava o campo do que entrava no campo. Nós resolvemos inverter essa política. É por isso que quando nós tomamos posse não existia, praticamente, assistência técnica para a agricultura familiar. Hoje, já atingimos 70% da agricultura familiar e queremos chegar, no final do ano, universalizando a assistência técnica para garantir que o trabalhador que já tem a sua terrinha possa dela extrair não apenas o seu sustento e o de sua família, mas que possa sobrar um pouco para vender, para ter um dinheiro para melhorar a vida de sua família.

**74. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, Blue Tree Park, 07 de junho de 2005.**

Em um governo com democracia, com imprensa livre e com o Ministério Público funcionando corretamente, com liberdade, sem intromissão do Poder Executivo, com o Ministério da Justiça funcionando corretamente, com a Controladoria funcionando corretamente e com a sociedade civil vigilante, certamente nós iremos vencer páginas e mais páginas de denúncias de corrupção, até que um dia nós vamos acordar e descobriremos que os corruptos estão na cadeia porque acabou a impunidade. Essa é a solução para os países em



desenvolvimento. Vamos prosseguir nesse caminho, fazendo com rigor e constância, junto com a sociedade, a parte que nos cabe, com plena consciência de que a luta é difícil e requer outras reformas no Estado, na política, e mudanças de comportamento, de valores e de cultura. [...] Meus amigos e minhas amigas, Os obstáculos, por maiores que possam parecer, sempre oferecem alternativas, soluções. Estou seguro que nosso país sairá mais fortalecido dessa conjuntura. Este não é o momento de anunciar um conjunto de medidas administrativas. Não serão panacéias que nos ajudarão a enfrentar problemas que se arrastam por décadas, quando não por séculos. É evidente que nossas instituições têm que ser reforçadas. É evidente que uma reforma política se faz imprescindível e urgente. É evidente que ela não poderá ser obra de uma só vontade, mas o resultado de uma conjunção de vontades republicanas. É evidente que todos terão que abrir mão de algumas de suas posições, para que o Brasil seja o ganhador. Serão todos os poderes da República, seus partidos, as expressões da sociedade civil que, juntos, se debruçarão sobre um projeto de reforma institucional que assegurará mais transparência à nossa política e que fará da corrupção uma triste lembrança de um passado que não voltará.

**75. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião entre Chefes de Estado e/ou de Governo da África do Sul, China, Índia e México, Gleneagles-Escócia, 07 de julho de 2005.**

Este diálogo Norte-Sul, no marco do G-8, ocorre em um momento em que ganham destaque na agenda internacional temas como o da reforma das Nações Unidas, bem como das principais instituições econômico-financeiras internacionais, para que nelas os países em desenvolvimento tenham maior voz.

**76. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de instalação do Conselho Nacional da Juventude, Palácio do Planalto, 02 de agosto de 2005.**

Se nós formos pegar, Dulci, os gastos que o nosso governo está tendo, com todos os benefícios vinculados ao salário mínimo, nós chegamos aqui com 98 bilhões de reais, que eram pagos a todos os beneficiários que recebem o salário mínimo. Este ano nós atingimos 165 bilhões de reais, 70% a mais do que nós herdamos. Se nós analisarmos a Saúde, nós saímos de 24 bilhões para 37 bilhões. Apenas para dar um dado, por que é que a Polícia Federal está sendo

mais eficiente? É que nós saímos de 342 milhões para 582 milhões, num aumento de 69%. Se nós analisarmos só a reforma agrária, nós saímos de 850 milhões para, praticamente, 1 bilhão e 600 mil reais, praticamente o dobro, e ainda falta um ano e meio para terminar o nosso mandato. Eu estou dizendo isso porque, muitas vezes, num ato como esse, possivelmente o destaque que este ato terá na imprensa será quase nenhum, porque está acontecendo o processo da Comissão de Ética, o companheiro José Dirceu está lá e, certamente, como minha mãe dizia: “coisa ruim sempre tem mais privilégio do que coisa boa”, no noticiário do mundo inteiro, não apenas no Brasil.

**77. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco, Palácio Itamaraty, 01 de setembro de 2005.**

A democratização do sistema internacional não será completa sem uma efetiva reforma das Nações Unidas que necessita maior eficácia e legitimidade. Juntamente com os parceiros do G-4, temos insistido na necessidade, em particular, de ampliar o Conselho de Segurança. É inadiável torná-lo mais representativo, com a inclusão de países em desenvolvimento entre os membros permanentes.

**78. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Congresso dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 03 de outubro de 2005.**

Eu dizia para o Tarso Genro, ele era ministro da Educação, nós lançamos a proposta de reforma universitária que não é uma proposta do governo, é uma proposta da sociedade. E eu fiz questão de dizer, no plenário do Palácio do Planalto, com mais de 200 representantes da sociedade civil, da SBPC, da UNE, educadores: “essa proposta não é uma proposta do governo, é uma proposta da sociedade que o governo vai encaminhar”. Eu fui para Alagoas, cheguei em Alagoas a gente não tinha nem a proposta pronta, meia dúzia de malucos gritando: “contra a reforma universitária. Contra a reforma universitária”. Nem nós tínhamos o projeto... o cara já era contra. Mas tem gente assim, tem gente que é assim. Ou seja, é importante que tenha gente contra, é importante. Mas para ser contra é preciso se dotar de argumento, se preparar. Porque o que nós

fizemos na educação, nesses dois últimos anos, é uma pequena grande revolução, que ainda não está concretizada e, possivelmente, não seja concretizada no meu mandato.

**79. Declaração à imprensa do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, Granja do Torto, 06 de novembro de 2005.**

Temos diálogos sobre temas cruciais para duas nações comprometidas com os desafios da paz e da globalização. Segurança internacional, assistência ao desenvolvimento, equilíbrio das regras comerciais e reforma do sistema multilateral, da ONU, em particular, têm estado no centro de nossas conversas.

**80. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às emissoras de rádio Band AM e Bandnews FM, CBN e Jovem Pan, Palácio do Planalto, 07 de dezembro de 2005.**

**José Paulo de Andrade – Rádio Bandeirantes AM e Bandnews FM:** Mas quem é que movimentou esse valor “valerioduto”, então, se não foi o José Dirceu? O senhor disse que não. Agora, quem sabia?

**Presidente:** Como é que eu posso lhe dizer? Eu não sei quem sabia. O Delúbio assumiu a responsabilidade pela parte do PT, pela parte que ele fez, assumiu a responsabilidade na CPI. O dado concreto e objetivo disso tudo é que nós temos a Polícia Federal apurando, nós temos uma CPI, nós temos um Ministério Público que, depois, vai resolver tudo isso e vai encaminhar ao Poder Judiciário para que chegue ao processo. Eu, particularmente, estou convencido de que a prática política neste país, de caixa dois ou de mais eleitores que gente da população, nas cidades, só vai mudar quando a gente tiver mudanças na legislação eleitoral, quando tiver partidos mais fortes, quando tiver fidelidade partidária. Aí, nós vamos poder mudar as coisas no Brasil. Enquanto não se fizer a reforma partidária, nós vamos ter problemas e problema eleitorais no país.

**José Paulo de Andrade:** Presidente, sobre impostos, nós fomos surpreendidos por uma generosa concessão da Susep ao seguro obrigatório de veículos, um aumento de 43% para o próximo ano nesse seguro obrigatório, que é uma excrescência da nossa legislação. O trabalhador brasileiro esperava que com a subida ao poder do PT, o Imposto de Renda na fonte tivesse a correção justa, o que continua não acontecendo. O que se pode esperar em relação ao Imposto, no

ano que vem, e aos impostos em geral? Alguma surpresa através de Medida Provisória ou, num ano eleitoral, as coisas mudam, Presidente? Como é que vão ficar os impostos no ano que vem? Agora, nós estamos vivendo um momento que de vez em quando é importante a gente lembrar, pela primeira vez na história do Brasil recente, indústrias brasileiras estão tendo mais lucro do que os bancos e, portanto, o Imposto de Renda aumentou muito por conta dos lucros das empresas, isso é saudável para as empresas e isso é saudável para o Estado brasileiro.

**Presidente:** Ainda bem que nós fizemos fora do ano eleitoral. José Paulo, você, como jornalista competente e inteligente, sabe o que foi a carga tributária de 1994 a 2002, sabe perfeitamente bem. E sabe que no nosso governo nós fizemos um trabalho imenso para não aumentar as alíquotas do Imposto de Renda e nem as alíquotas de qualquer outro imposto. Entretanto, nós fizemos um desconto, ou melhor, nós já fizemos um desconto de 10% no Imposto de Renda, tem o compromisso do governo com o movimento social de fazer um outro ajuste, para que no nosso governo, a gente possa igualar as alíquotas do Imposto de Renda para as pessoas, sobretudo para os setores da classe média que vive de salário. Na questão tributária, nós assumimos um compromisso na LDO, e limitamos a carga tributária federal em 16% para 2006. Veja que eu estou remando contra isso que você falou, eu estou remando porque, exatamente em 2006, é que deveria abrir as comportas para arrecadar mais e para gastar mais, e nós limitamos, mandamos uma LDO para o Congresso Nacional limitando em 16% a carga tributária. Nós fizemos, no primeiro ano de mandato, uma proposta de reforma tributária; uma parte, do governo federal, foi aprovada, uma parte, dos governos estaduais, não foi aprovada ainda, porque os governos têm divergências entre eles, uma região não quer isso, outra região não quer aquilo, o ideal seria que fosse aprovada para que a gente pudesse reduzir mais os impostos neste país. Nós, agora, acabamos de aprovar a Medida Provisória 255, que reduz vários impostos, vocês acompanharam bem, nós fizemos uma Medida Provisória reduzindo vários produtos da cesta básica de impostos e a tendência natural é nós irmos à caminhada de redução de mais impostos, para que a gente possa dar maior dinamismo à possibilidade de investimento no Brasil, para que a gente dê maior dinamismo aos pagadores do Brasil, porque a nossa tese é sempre a seguinte: se o imposto for alto você vai receber de menos gente, se o imposto for

mais barato, você corre o gostoso risco de receber de todo mundo, porque tem muita gente que sonega no Brasil, vocês sabem disso. Nós achamos que uma forma de você facilitar o pagamento é você fazer a desonerações no momento certo, e nós já fizemos algumas coisas importantes. Eu vou dizer para você o seguinte: entre 2003/2004, o Decreto nº 5.173, de 2004, que ampliou a desoneração de bens de capital, é uma importante medida para o setor produtivo. A Lei 10.833, de 2003, introduziu o fim da cumulatividade do Cofins, as Leis 10.865, de 2004, e a nº 10.925, reduziram a zero a alíquota do PIS Cofins sobre diversos produtos da cesta básica: arroz, feijão, farinha, mandioca, ovos, hortifrutigrangeiros. O Decreto 5.172, de 2004, reduziu a alíquota do IOF para seguros de vida de 7% para 4%, em setembro será para 2% e em setembro de 2006 será isenção total.

**81. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao programa Fantástico, da Rede Globo, Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2006.**

**Pedro Bial:** Mas, ainda há a sensação no senso comum de que a economia brasileira é um cavalo doido para galopar e com as rédeas de uma legislação trabalhista ultrapassada, de um sistema tributário punitivo. Quero dizer, a crise em 2005 emperrou as reformas. Agora, tem um ano eleitoral. O senhor acha que durante um ano eleitoral pode fazer as reformas trabalhista, sindical, tributária? O senhor tem esse objetivo?

**Presidente:** Não pode. Deixa eu lhe contar: cumpri a minha parte. Nós criamos um Fórum Nacional do Trabalho em que participaram empresários, trabalhadores e o governo. Apresentamos uma proposta, que está no Congresso Nacional. Eu não posso bater escanteio e marcar o gol ao mesmo tempo. Eu enviei o meu processo ao Congresso Nacional, que espero que vote. A reforma trabalhista, acho que precisa ser feita da forma mais madura possível para que a gente possa adequar o Brasil ao século XXI. Agora, ela não pode ser uma imposição de um grupo sobre outro. Ela tem que ser um acordo, em que leve em conta as necessidades do Brasil. É para isso que nós trabalhamos. E por isso que digo que não haverá medida populista, que não tomarei nenhuma atitude que signifique “ah, o presidente está fazendo isso aí por causa da eleição”. Eu vou fazer o que tem que ser feito no Brasil. O país se consolidou e é nisso que peço

que o povo brasileiro acredite. A maior prova de que o Brasil consolidou a sua política de estabilidade e consolidou uma perspectiva de crescimento de longo prazo foi a decisão nossa de dizer para o FMI “não queremos mais o seu dinheiro e não precisamos de um acordo”, sem fazer nenhum alarde, “porque agora nós somos senhores dos nossos problemas e senhores das nossas soluções”. Isso é que me dá certeza de olhar nos seus olhos e dizer: “Pedro, a economia brasileira vai bem, ela vai crescer”. Obviamente que todo mundo que está na oposição quer mais, todo mundo que não está no governo fala em crescimento maior, e quando passaram pelo governo não fizeram. Então, digo sempre o seguinte: esperem terminar o meu mandato para me julgar. Afinal de contas, tenho mais 12 meses de mandato e quero poder comparar os meus números com os números de todos os que passaram por aqui. Alguns vou perder, outros vou ganhar. Mas, me permita pelo menos fazer essa comparação, pelo menos discutir as coisas que eu considero essenciais para o Brasil. Só isso que quero. E, ainda em 2006, para nossa alegria, a Petrobras vai ter autossuficiência do petróleo, que vai consagrar os nossos sonhos. Você, não sei se era nascido, mas eu já tinha nove anos de idade...

**82. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Ano Judiciário, Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2006.**

Os últimos três anos foram marcados por um avanço extraordinário no debate sobre as relações entre o Judiciário e a sociedade. É curioso notar como, até então, o tema parecia reservado a debates entre juízes, advogados e promotores sem que a sociedade, real destinatária das reformas, conseguisse se envolver verdadeiramente com tal assunto. E isso ocorreu não apenas por se tratar de questão bastante técnica, mas também porque alguns setores criaram uma espécie de interdição ao debate, dificultando a participação da sociedade. Qualquer declaração mais incisiva vinda de outro poder podia ser vista como incursão indevida sobre assunto que é para poucos. [...] Também o Executivo teve um papel relevante nesse processo. Logo no primeiro ano de minha gestão foi criada a Secretaria de Reforma do Judiciário, tendo à frente o jurista Sergio Renault. Esta Secretaria empenhou-se na construção de agenda para as reformas, em especial de uma agenda nacional, que transcendesse em muito as ações do

governo federal. Essa agenda, constituída a partir de diagnósticos consistentes, compunha-se de três fases. A primeira era a aprovação da Reforma Constitucional, que tramitava por mais de uma década no Congresso Nacional. A segunda tratava da mudança nos códigos, para tornar o processo mais simples e diminuir o número de recursos protelatórios. A terceira era uma reforma gerencial, aproveitando as práticas bem-sucedidas do próprio Judiciário, para torná-lo mais moderno e eficiente. É gratificante notar o quanto se avançou nos últimos dois anos. O Senado aprovou a Reforma Constitucional, instituindo o Conselho Nacional de Justiça. A partir disso, os três poderes da República, em atitude inédita, firmaram um pacto por um Judiciário mais rápido e republicano. Deve-se ressaltar o papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal e por seu presidente, em especial, ministro Nelson Jobim, para viabilizar a concretização desse pacto. [...] O caminho, agora irreversível, que o Brasil escolheu para o seu Judiciário é o do aprofundamento destes mecanismos de democratização, que consolida o sistema constitucional de separação harmônica entre os poderes. Esta democratização, que vai do choque de eficiência ao corte de formalismos, passando pelo fortalecimento dos mecanismos de controle social, é a expressão maior desse processo de reformas.

**83. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao primeiro-ministro da República Tcheca, senhor Jiri Paroubek, Palácio Itamaraty, 03 de março de 2006.**

Entendo assim o co-patrocínio tcheco ao projeto do G-4 de reforma e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal apoio reflete o nosso empenho comum em assegurar a necessária democratização e representatividade daquele Órgão.

**84. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da Semana Internacional da Construção e Iluminação, São Paulo-SP, 04 de abril de 2006.**

E eu queria dizer Furlan, uma notícia boa, a nossa economia, ela começou o ano, eu diria, altamente promissora. Apesar da quantidade de coisas que se falou da economia, a verdade é que nós, em janeiro, em fevereiro, fevereiro deste ano, nós crescemos 1.2 em relação a janeiro deste ano. No bimestre, nós crescemos 5.4 em relação a fevereiro do ano passado. Fevereiro deste ano com fevereiro do

ano passado. E no primeiro bimestre, juntando fevereiro e janeiro deste ano, a nossa indústria cresceu 4,2% em relação a 2005. Aumentou o nível de emprego, tivemos o melhor fevereiro desde 1992. Foram 176 mil empregos positivos criados no Brasil e, certamente, a construção civil participou com uma parcela disto. Aumentou a massa salarial e, aumentando a massa salarial, conseqüentemente, aumenta o poder aquisitivo, vai aumentar o consumo e, portanto, vai aumentar um pouco mais a indústria. E o aumento de crédito, que eu duvido que alguns de vocês já tenha visto, em algum momento, no Brasil, a quantidade de disponibilidade de crédito para a economia como um todo e, sobretudo, para a construção civil brasileira. Eu quero te agradecer porque habitualmente as pessoas não agradecem as conquistas. Isso é normal na vida humana, a gente está sempre querendo um pouco mais e foi o primeiro discurso que eu ouvi dizendo as coisas boas sem reivindicar coisas novas, mesmo sabendo que tem coisas para ser reivindicadas e que nós apenas começamos um processo de desobstrução ao desenvolvimento da construção civil no país. Obviamente que tudo isso vai ter que ser combinado mais à frente, numa diminuição da informalidade dos trabalhadores, para que a gente possa dar mais trabalho com Carteira Profissional assinada, portanto, mais estabilidade. É isso, obviamente, que leva vocês a ajudarem a gente a fazer o trabalho que é preciso para fazermos, primeiro, a reforma da estrutura sindical, que está no Congresso Nacional, e a reforma da legislação trabalhista, que precisa ser adequada ao século XXI, e não ficar com resquícios da metade do século XX. E isso é plenamente possível fazer se nós continuarmos sentando, empresários, trabalhadores e governo, sem a pergunta ou a insinuação de quem vai ganhar. Só tem um que precisa ganhar: é o país. Se o país ganhar, ganharão os empresários, ganharão os trabalhadores e ganhará o governo. É por isso eu estou convencido que esse será o próximo passo que nós temos que dar. [...] Mas não é apenas isso. Vocês viram o que aconteceu na construção civil no ano passado. Eu me lembro que a fábrica de postes andava até meio em crise um tempo desses aí. Eu tenho amigos que trabalham carregando postes por este país fora e eu me lembro que quando nós começamos a fazer as reformas nos aeroportos brasileiros, esse meu amigo, que é caminhoneiro, dizia: “meu querido Presidente, eu nunca transportei tanto poste na minha vida.” E, certamente, se o programa Luz para Todos está usando um milhão de postes, até agora, vocês



imaginem o que a gente vai poder utilizar porque nós estamos atacando todos os aeroportos brasileiros, estamos atacando os principais 11 portos brasileiros e estamos fazendo um investimento na recuperação das estradas brasileiras que nunca foi feito neste país.

**85. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da Declaração de Chapultepec, Palácio do Planalto, 03 de maio de 2006.**

Depois criamos um partido político onde era pouco previsível, àqueles que montaram a engenharia da reestruturação político-partidária do Brasil, que nós fôssemos surgir no cenário político. A verdade é que a reforma política não estava prevista para que nós criássemos um partido com as características com que nós criamos o PT.

**86. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita a Manaus-AM, Manaus-AM, 01 de junho de 2006.**

**Jornalista:** Como é que foi a conversa com o Quércia? O senhor ficou contente com o resultado?

**Presidente:** Eu acredito que nós estamos chegando a um momento de decisão. Nós temos que saber o que cada partido quer. Eu tenho conversado muito com o Renan Calheiros, com o presidente Sarney. E o Quércia faz parte de uma corrente dentro do PMDB, que é importante, porque significa São Paulo. E eu conversei com o Quércia. Eu fiquei satisfeito com a conversa, uma conversa boa, eu conheço o Quércia desde 1974, e eu disse textualmente para ele que o PT trabalha fortemente com a ideia de que haja uma aliança formal entre PT e PMDB. Se vai ser possível eu não sei, porque tem problemas nos estados, mas se nós permitirmos que o interesse regional, de um estado, atrapalhe um projeto nacional, uma aliança que pode consolidar forças políticas não apenas para disputar as eleições, mas para depois governar este país, será muito ruim. De qualquer forma, foi falado.

**Jornalista:** Ele saiu entusiasmado à beça. Não vai ter resistência no PT com relação a isso?

**Presidente:** Eu não sei. Eu acho que não se trata de resistência. Se tem divergências, as divergências serão superadas. Nós não podemos permitir que o interesse de um estado subordine um projeto nacional. Nós não podemos

permitir, porque às vezes prevalece o interesse de um candidato a deputado, às vezes prevalece o interesse de um candidato a senador que acha que a sua eleição é a coisa mais importante do mundo; às vezes interessa a um governador que acha que, eleito, o mundo está resolvido. Nós temos que fazer uma avaliação: o que é mais importante? Então, eu coloquei com muita franqueza. Nos próximos dias eu vou me dedicar a conversar com todos os partidos políticos para ver se é possível construir alguma coisa que permita, depois das eleições, fazer uma reforma política, transformar este país num país mais sério do ponto de vista da organização política partidária.

**87. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Financial Times, Palácio do Planalto, 07 de julho de 2006.**

**Jornalista:** O senhor foi candidato muitas vezes, aprendeu muita coisa como candidato ao longo dos anos. O que o senhor aprendeu sobre governar, agora, nesses três anos e meio até hoje? Quais as três coisas mais importantes, pode ser positivo, pode ser negativo, três coisas mais importantes que o senhor tem aprendido nos últimos três anos.

**Presidente:** A primeira coisa importante para governar é você ter o domínio da máquina que você governa. Em um país do tamanho do Brasil, você leva algum tempo para ter um certo controle da máquina. É sempre assim, no primeiro ano você planta, para colher durante o restante dos anos. Eu acho que nós estamos vivendo um momento, eu diria, quase mágico na política brasileira. Nós estamos vivendo um momento de solidez econômica, com todas as coisas acontecendo de forma favorável. Nós temos uma forte política social, estamos fazendo uma forte política educacional, e estamos projetando para o futuro coisas extremamente importantes para consolidar o Brasil como um país desenvolvido. Uma coisa muito difícil na democracia, e ao mesmo tempo uma coisa extremamente importante, é a relação com o Congresso Nacional. Eu penso que em todo o mundo democrático essa é uma relação que muitas vezes aparece na imprensa como uma relação conflituosa mas, quando você vai ver, no fundo, no fundo, o Congresso Nacional é o retrato da cara do país na época da eleição e, portanto, você tem que conviver com ele. Eu acho que esse aprendizado foi muito importante mas, o mais importante para mim foi domar a inflação, dobrar as

exportações, facilitar o crédito para o povo brasileiro que, hoje, eu acho que é o maior de toda a sua história. Você quer saber de uma coisa? Eu poderia dizer para você: eu acho que governar é bom. O prazer de ver as coisas acontecerem, o prazer de você ver brotar uma coisa que você plantou. Eu acho que esse é um aprendizado extraordinário, sobretudo o aprendizado da convivência democrática na diversidade. Veja que eu comecei o governo propondo uma reforma tributária e propondo uma reforma na Previdência Social. Fizemos a reforma da Previdência Social, que é uma reforma de longo prazo, e fizemos meia reforma tributária porque a parte federal foi resolvida, mas a parte estadual não foi resolvida. Eu penso que nós vamos ter que consolidar essa segunda fase da reforma tributária para consolidar uma política tributária justa no Brasil.

**Jornalista:** Uma preocupação de muita gente com quem nós falamos, tanto de fontes, tanto de leitores, é o ambiente jurídico no Brasil. Tem desde as acusações de corrupção no Congresso à flexibilização de leis, a interpretação das leis pelos juízes, tipo no caso da recuperação da Varig, que tem uma lei que está sendo testada, está sendo esticada em várias direções. Desde um ambiente geral de, por exemplo, essas matérias que têm saído recentemente sobre o número de parlamentares que são donos de TV e rádios. Esse tipo de coisa, que cria uma preocupação muito grande nos investidores, de um ambiente de não exatamente respeito às leis. Existe algum imperativo de mudar esse ambiente?

**Presidente:** Primeiro, ninguém fez mais reforma no Judiciário do que o meu governo. Fomos nós que mandamos, para aprovar, todas as mudanças que houve no Poder Judiciário, inclusive criando um Conselho de Justiça. É histórico, no Brasil, que poucas famílias detêm todos os meios de comunicação. É histórico, no Brasil, isso não é uma coisa recente, é uma coisa desde que começou a ter a comunicação com um peso importante aqui, no Brasil. Agora, é importante saber que o Brasil convive com isso da forma mais democrática possível, ou seja, o Poder Judiciário tem muita responsabilidade. Qual é o dano que o Poder Judiciário criou a algum investidor estrangeiro, se ele estava dentro da legislação? Nenhum.

**Jornalista:** Alguns momentos de ansiedade, de tensão?

**Presidente:** Alguns momentos de angústia, porque você ser caluniado... No Brasil é assim, um cidadão comum pode abrir um processo contra o presidente da República, mas o presidente da República não pode abrir um processo contra

um deputado que o calunía, porque ele tem imunidade. As minhas inquietações e as minhas frustrações não cabem, enquanto eu exercer o mandato de presidente da República. Ser presidente da República é ter um cargo muito importante para a gente ficar dizendo o que não deve e ficar ofendendo pessoas, ficar culpando pessoas. Não é esse o papel do presidente da República. Quem sabe, um dia, todas as minhas inquietudes, as minhas angústias possam ser ditas, mas quando eu não estiver mais com a responsabilidade de ser presidente da República. Eu digo sempre que o presidente da República tem sempre que se posicionar como os pais. Você tem quantos irmãos?

**Jornalista:** Um.

**Presidente:** E você?

**Jornalista:** Também.

**Presidente:** Eu tenho muitos. Quando você é pequeno, você briga muito com os seus irmãos. Se não tiver o pai e a mãe para ficar contemporizando, a família entra em guerra todo santo dia. Então, o papel do presidente República é um pouco esse. Primeiro, ele não pode ficar nervoso. Segundo, ele não pode tomar nenhuma decisão extemporânea, ele tem que contar sempre até dez antes de tomar uma posição, ele não pode responder a tudo que lhe atacam. Muitas vezes, você é atacado e tem que devolver gentileza. Muitas vezes, as pessoas transmitem ódio contra você e você tem que transmitir paz para elas. Esse é o papel. O dia em que eu não for presidente da República, aí eu posso falar o que eu quero, do jeito que eu quero.

**Jornalista:** Então, o senhor tem que estar acima, um pouco, de tudo isso, não é?

**Presidente:** Tem, o Presidente tem que estar acima de tudo.

**Jornalista:** Manter uma distância.

**Presidente:** O Presidente tem que estar à distância. Eu, por exemplo, acho que uma das grandes reformas que nós vamos ter que fazer, no próximo ano, é a reforma política. A reforma política é urgente e necessária no Brasil.

**Jornalista:** Por quê?

**Presidente:** Porque é preciso consolidar os partidos políticos, dar seriedade aos partidos políticos, fidelidade partidária, financiamento público de campanha. Algumas coisas têm que ser feitas para que a política brasileira seja melhor vista pela sociedade.

**Jornalista:** É mais urgente essa reforma?

**Presidente:** É, na verdade, já deveria ter sido feita há tempo. Acontece que para fazer reforma política, você precisa do Congresso Nacional. Nós temos que ver, se tiver um Congresso novo, é o momento de você ter oportunidade de fazer a reforma política. Eu, por exemplo, sempre me manifestei contra a reeleição, acho que a reeleição é uma coisa ruim, não é uma coisa boa. Nós vamos ter que criar força política... É melhor você ter um mandato de cinco anos sem reeleição. É muito melhor. Agora, é preciso que haja acordo dos partidos políticos para que a gente consiga fazer isso.

**88. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 18º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel, Centro de Convenções – Brasília-DF, 1º de agosto de 2006.**

**Jornalista:** o que o senhor acha da reação à proposta defendida pelo senhor, de uma Constituinte para a reforma política?

**Presidente:** Mais do que a reação, eu acho muito engraçado o comportamento das pessoas e a interpretação que as pessoas dão. Eu, ontem, recebi alguns juristas importantes do Brasil, três ex-presidentes da OAB, inclusive, o Marcelo Lavenère e o Seabra Fagundes. Dentre as discussões que nós tivemos estava a questão da reforma política e saiu a ideia de que, se a sociedade brasileira, através das suas entidades organizadas, divergissem e fizessem uma proposta de PEC, pedindo uma Constituinte só para a reforma política, o governo poderia ser um inclutor da proposta, mas isso é o de menos, o que eu acho é que nós precisamos ter uma reforma política profunda no País, profunda mesmo. É preciso que a gente dê respeitabilidade à política brasileira e vá atrás de uma reforma. Agora, eu não sei se as pessoas que estão legislando em causa própria podem fazer a reforma que a sociedade precisa, é apenas isso. Eu penso que é uma polêmica boa, eu aprecio muito a ideia, acho que a ideia é genial, ela poderia acontecer, poderia discutir, e não precisa ser do Poder Executivo, que já tem muita coisa para fazer, pode ser do Congresso Nacional, pode ser dos partidos políticos, pode ser da sociedade. O que é importante é que a gente tenha alguma coisa que possa dar à sociedade brasileira o alento de que a gente vai ter uma reforma política profunda no Brasil. Eu mantenho a relação com o Congresso, e respeito o Congresso, porque cada cidadão que está lá foi eleito

democraticamente pelo povo brasileiro. Ora, o mesmo povo que elege a gente é o mesmo povo que tem o direito de tirar. O que eu espero é que a cada quatro anos a gente possa ter o povo votando nas pessoas que melhor vão defender os seus interesses. Agora, mais importante do que isso é que a gente tenha estruturas partidárias fortes e que a gente tenha o funcionamento do Congresso forte, e que a gente tenha uma reforma política que leve em conta, desde um financiamento de campanha até o comportamento dos partidos políticos. Que a gente possa, definitivamente, ser um país, não apenas grande, independente e sério na economia, mas que a gente possa também, na política, ser exemplo para o mundo.

**89. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, Palácio da Alvorada, 12 de setembro de 2006.**

Nossa coincidência de posições se expressa na parceria que construímos, com vistas à necessária atualização das Nações Unidas. Temos reiterado que nenhuma reforma da ONU estará completa sem uma ampliação do Conselho de Segurança que inclua países em desenvolvimento como membros permanentes.

**90. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião com a Diretoria da Federação das Indústrias do Distrito Federal – Fibra, Palácio do Planalto, 09 de outubro de 2006.**

Eu fico feliz quando você diz que aumentou o processo de exportação de Brasília e, na medida em que o Brasil exporte valor agregado, a chance de Brasília é enorme. Agora, com o aeroporto funcionando melhor, nós ainda temos que continuar a reforma do aeroporto, eu acho que Brasília tem uma chance de não ficar dependendo do governo federal, de tentar procurar os nichos de oportunidades que já têm no Parque Gráfico de Brasília e em outras coisas, e desenvolver Brasília, porque, como a cidade cresceu muito, não tem a possibilidade de o governo federal e o governo do DF serem os únicos sustentáculos da geração de oportunidades para essas pessoas. Nós temos a UnB, que é uma grande universidade, nós temos, agora, uma extensão para Planaltina, e atrás das universidades pode vir um centro tecnológico, é chamar e envolver o

Reitor e começar a discutir o que nós queremos para Brasília nos próximos 20 ou 30 anos.

**91. Declaração do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à imprensa, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com o presidente do Peru, Alan Garcia, Palácio do Planalto, 09 de novembro de 2006.**

Amigas e amigos,

Brasil e Peru compartilham valores e uma visão comum sobre os desafios globais. É por isso que temos defendido uma ampla reforma das Nações Unidas.

Uma reforma que só estará completa com uma ampliação do Conselho de Segurança.

**92. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do III Prêmio Innovare: A Justiça do Século XXI, Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2006.**

Sabemos que a maior democratização do acesso ao Poder Judiciário e a sua capacidade de solucionar conflitos, cada vez com mais eficiência e agilidade, são fundamentais para garantir a harmonia e a segurança do convívio social, contribuindo para o desenvolvimento da nação. Temos nos empenhado, juntamente com o Poder Judiciário, em levar à frente, por exemplo, uma reforma silenciosa – uma reforma que ainda não ganhou as manchetes dos jornais – que é tão importante quanto as que já foram aprovadas ou estão em tramitação no Poder Legislativo. Estou falando da modernização dos cartórios, dos tribunais, da utilização das novas tecnologias para superar os gargalos administrativos e burocráticos que transformam os processos em verdadeiras corridas de obstáculos sem fim. [...] Em 2003, por exemplo, o ministro Márcio Thomaz Bastos criou a Secretaria de Reforma do Judiciário, que foi o primeiro grande passo para a reestruturação da Justiça no País. [...] Lembro-me muito bem quando assinei, em dezembro de 2004, conjuntamente com o presidente do Supremo Tribunal Federal e os Presidentes da Câmara e do Senado, o Pacto por uma agenda de reformas do Judiciário, contendo compromissos para aprimorar os serviços judiciais. Tratou-se de um comprometimento republicano e inédito que fortaleceu ainda mais os mecanismos de acesso à Justiça e a reforma da legislação processual. [...] Além disso, avançamos no campo da reforma processual. A sociedade deseja ardentemente, por exemplo, abreviar a longa espera pela solução judicial de suas demandas, que chega, em vários casos, a

mais de 10 anos. Superar essa dificuldade significa ampliar a democracia e contribuir para o maior desenvolvimento do Brasil. [...] Portanto, você tem um desafio de fazer tantas quantas reformas você precisar fazer no País, mas sobretudo tem uma reforma que tem que ser cotidiana, tem que ser uma coisa de minuto a minuto – como se nós fôssemos uma metamorfose ambulante, querendo mudar e querendo fazer coisas todo dia diferentes – que é a mudança no nosso procedimento, que é toda vez que a gente tiver um problema, seja na Presidência da República, Márcio, ou seja na menor instância do Poder Judiciário, toda vez que a gente tiver que tomar uma atitude, a gente tem que pensar em todas as regras legais, mas se a gente colocar 30 segundos da nossa cabeça para saber que o resultado daquilo pode beneficiar a sociedade como um todo ou pode prejudicá-la, certamente, eu penso que as mudanças que nós queremos fazer no Brasil serão muito mais fáceis e os ganhadores serão os 190 milhões de brasileiros.



**ANEXO 3 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *esquerda* e afins, em ordem cronológica.**

**93. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à Vila Irmã Dulce, Teresina – PI, 10 de janeiro de 2003.**

Olhem, nesta hora, para a gente mudar este país, a gente vai juntar todos os homens e todas as mulheres de bem, para a gente poder fazer a revolução moral e ética de que o nosso país necessita. Quem quiser ajudar, eu não quero saber se é de direita ou de esquerda, branco ou preto, baixo ou alto, católico, evangélico ou ateu. Eu quero saber se as pessoas estão dispostas a ajudar, quem está disposto a ajudar a melhorar a qualidade de vida desse povo.

**94. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial, Anfiteatro Pôr do Sol – Porto Alegre – RS, 24 de janeiro de 2003.**

E por que vou agir assim? Vou agir assim porque tenho consciência da responsabilidade que está nas costas das pessoas que me elegeram, que está nas costas dos meus ministros e que está, sobretudo, nas minhas costas. Embora tenha sido eleito presidente do Brasil, tenho a nítida noção do que a nossa vitória representa de esperança, não apenas aqui dentro, mas para a esquerda em todo o mundo e, sobretudo, para a esquerda na América Latina. [...] Em 1979, estávamos lutando neste país pela reconquista das liberdades políticas e eu inventei de criar um partido. Aí, aqueles que queriam liberdades políticas começaram a ficar contra, porque na liberdade política deles não se pressupunha a criação de um partido político. E havia quem dissesse para mim: “Olhe, no Brasil não cabe um partido como o PT. Esse negócio de dizer que Partido de Trabalhadores pode ser criado, que metalúrgico vai dirigir partido, isso é coisa do passado. Não há, na sociologia brasileira ou mundial, exemplo disso.” Pois bem, nós fomos teimosos e criamos um partido, que hoje é o partido mais importante da esquerda em toda a América Latina. [...] Vocês conseguiram um espaço na História. A imprensa, que começou, no I Fórum, a dizer que era um “encontro de esquerdistas”, a dizer que era um “encontro dos malucos do mundo”, hoje reconhece, em todas as primeiras páginas dos jornais: o Fórum Social Mundial é o maior evento político realizado na História contemporânea.

**95. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade comemorativa do Dia Mundial da Saúde, Instituto Butantã – São Paulo – SP, 07 de abril de 2003.**

Quero dizer ao meu companheiro Humberto Costa, ministro de Estado da Saúde: a Saúde não tem fronteira territorial, nem tem fronteira ideológica. Eu me lembro que, na Constituinte de 1988, a única discussão que deu unanimidade foi a discussão da política de Saúde. Eu me lembro que pessoas ideologicamente marcadas por serem de direita – como, na época, o líder do governo – na hora de se discutir a política de Saúde, não se via diferença entre o cidadão ideologicamente de direita e o cidadão ideologicamente de esquerda. Essa era uma coisa fantástica. E ainda hoje continua. O que nós estamos assistindo aqui é a dimensão do que a Saúde representa para cada um de nós e, sobretudo, para aqueles que, mais do que nós, precisam de um bom atendimento de saúde.

**96. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 10 de abril de 2003.**

Vocês sabem que todos nós somos muito conservadores, não é apenas a direita que é conservadora. Normalmente, do ponto de vista ideológico, a gente sempre diz que a direita é conservadora. Mas do ponto de vista das reformas, a esquerda também tem comportamentos muito conservadores. Por quê? Porque a gente não quer mudar nada, às vezes. As pessoas têm medo da mudança, têm medo do novo. Então: “Ah, vai mudar a estrutura sindical, mas ela está aí”. Eu nasci dizendo que era preciso mudar a estrutura sindical porque ela era a cópia fiel da “Carta di Lavoro”, de Mussolini. Eu nasci no movimento sindical com esse discurso. Mas tem gente que acha que tem que continuar assim.

**97. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaiçi – CNBB, Itaiçi – Indaiatuba – SP, em 1º de maio de 2003.**

Dom Jayme falava assim, para mim, na entrada: “Por que essas mulheres do PT gostam tanto do Lula?” Não é do Lula que elas gostam. É porque há muitas mulheres aí que estão no movimento há uns 30 anos, 20 anos. E não sou nada mais, dom Jayme, do que o resultado da junção da esperança que esse povo vem acumulando ao longo de tantos anos de sofrimento. Eu sempre disse que não

sou o resultado da minha inteligência, o resultado da minha capacidade; eu sou o resultado da média do grau de consciência política da sociedade brasileira. E chegamos aqui porque acho que é obra de Deus, porque, veja: em 78, por exemplo, eu era totalmente apolítico. Seis meses depois, eu já estava apoiando o Fernando Henrique Cardoso para candidato ao Senado, aqui em São Paulo, porque, na época, ele era um intelectual vindo do exterior, progressista, e era uma novidade. Tem gente que era de Esquerda há 30 anos e, hoje, está na direita; tem gente que era de Direita. O exemplo maior que eu cito sempre é o Teotônio Vilela. Teotônio Vilela foi um homem que pegou em metralhadora para acabar com comício de comunista nos palanques de Alagoas e terminou sua vida sendo um dos mais dignos brasileiros que nós conhecemos na luta pela anistia, na luta pelos direitos humanos. Eu acho que é com essa mobilidade e essa flexibilidade que a gente tem que ver o mundo. A gente nunca pode exigir que as pessoas sejam perfeitas como nós pensamos que somos. É melhor a gente se adaptar a aceitar e conviver com as pessoas como elas são, tentando tirar proveito daquilo que cada um tem de bom para oferecer. Nem todo mundo é 100% bom – só Deus – e nem todo mundo é 100% ruim. Então, nós temos que aproveitar essa sabedoria para tentar conviver com mais facilidade.

**98. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Conferência Nacional do Meio Ambiente, Palácio do Planalto, 05 de junho de 2003.**

É com essa visão de futuro que eu gostaria de anunciar a ampliação do nosso patrimônio público ambiental assinada hoje por mim, e a ministra Marina, por meio dos decretos: a Reserva Extrativista do Badoque, no Ceará, com 601 hectares de terrenos da marinha; a Reserva Biológica da Mata Escura, em Minas Gerais, com 890 hectares – um dos últimos fragmentos de Mata Atlântica na margem esquerda do Jequitinhonha; e a ampliação de 77 mil e 500 hectares da Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul – em áreas secas, fundamentais para o abrigo seguro da vida selvagem durante as cheias.

**99. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Iº Seminário de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável, Grand Bittar Hotel – Brasília, DF, 25 de junho de 2003.**

Primeiro, era necessário construir um discurso verdadeiro para a América do

Sul, porque durante muito tempo direita, esquerda, centro e adjacências fizeram um discurso abstrato de integração para a América do Sul. Porque discurso de integração pressupõe não palavras, mas integração física. Não haverá integração na América do Sul se não houver ponte, estrada, ferrovia, aeroportos. Hoje, um dirigente de vários países da América do Sul, para vir a São Paulo ou a Brasília, tem que ir a Miami. E se ele vem a Brasília para fazer negócio e passa por Miami, já faz negócio lá.

**100. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores, Hotel Blue Tree Towers – Brasília-DF, 27 de junho de 2003.**

Eu estou vendo aqui um companheiro portador de deficiência física. Estou vendo o Arnaldo Godoy sentado, tentando me olhar, mas ele não pode me ver porque ele é cego. Eu estou aqui à tua esquerda, viu, Arnaldo! Agora, você está olhando para mim.

**101. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos Relatórios dos 27 Fóruns da Participação Social no PPA 2004-2007, Brasília, 14 de agosto de 2003.**

Quero cumprimentar os ministros Benedita da Silva; o Rubens Fonseca, que está substituindo o companheiro Cristovam; o Roberto Rodrigues; o Ciro Gomes; o companheiro Furlan; a Matilde; o Roberto Amaral; a Emília Fernandes; o Graziano; o general Félix; o José Fritsch; o Olívio Dutra; o Miguel Rosseto; o Tarso Genro e todos os companheiros que estão aqui; o companheiro Waldir Pires, que estava atrás da Matilde, e eu não estava vendo; a companheira Marina. Eu só estava olhando para o centro do governo, aqui, nem para a direita, nem para a esquerda. Vocês perceberam que eu já decorei o nome de todos os ministros.

**102. Pronunciamento à nação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, sobre as realizações do governo, Brasília, 15 de agosto de 2003.**

A aprovação da reforma da Previdência, da forma como foi construída, é uma clara demonstração de um estilo de governo. Um governo que sabe o que quer e

que é determinado na busca de seus objetivos. Mas que não se sente dono da verdade, e não tem medo de ouvir e de construir acordos. Um governo que, por isso mesmo, antes das decisões importantes, vai sempre sentar à mesa com empresários, trabalhadores, sindicatos, políticos da esquerda e da direita, e negociar, negociar exaustivamente, em busca da melhor solução.

**103. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – *Council on Foreign Relations*, Nova Iorque – EUA, 25 de setembro de 2003.**

Gostaria de salientar, em conclusão, que nossa vitória foi a vitória da sociedade brasileira e de suas instituições democráticas. Vencemos também porque o PT, um partido de esquerda, optou por uma ampla aliança com várias forças partidárias. Entendemos que, para mudar o Brasil, é necessário juntar setores, núcleos, partidos num governo mais amplo. Construimos uma base de apoio político.

**104. Entrevista coletiva do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a emissoras de rádio\*, Palácio do Planalto, 02 de outubro de 2003.**

**Jornalista Hérica Christian – Rádio Tupi:** Presidente, com a aprovação da reforma previdenciária, nós pudemos ver, lá no Congresso Nacional, várias manifestações de repúdio, de cobranças aos parlamentares do PT. O senhor avalia que essas manifestações terão reflexos diretos, agora, nas eleições municipais, já que muitos eleitores que fizeram *lobby*, lá no Salão Verde, advertiram aos petistas de que o troco seria dado agora, nas eleições municipais? Como o senhor avalia essa reação?

**Presidente:** Veja, primeiro, é que nós fizemos uma reforma que o povo queria que fosse feita. Não tem uma pesquisa que não diga que mais de 70% da sociedade brasileira era favorável à reforma. Portanto, não dá para você ficar com medo de um corporativismo minoritário, porque não era o conjunto da categoria. A própria pesquisa feita pelo Ibope demonstra que, no setor mais baixo do funcionalismo público, as pessoas eram favoráveis à reforma.

Então, eu só não posso pedir para as pessoas não fazerem manifestação. Mas você pode ficar certa de que nós teremos mais votos na próximas eleições por conta da reforma, porque as pessoas vão se dar conta de que o que fizemos foi um bem para os trabalhadores, servidores públicos, e demos uma sobrevida aos

estados brasileiros para poder pagar. Porque essas pessoas são simplistas, viu, Hérica. Essas pessoas pedem, mas quando você pergunta de onde vai vir o dinheiro para pagar, ninguém diz de onde vai vir. Ou seja, o cara pensa que o presidente da República é a galinha dos ovos de ouro. Mas o dinheiro não nasce do nada. O dinheiro nasce da produção, nasce do imposto. Então, se as pessoas querem mais, tenham coragem de dizer: “aumente imposto”. Mas ninguém diz, porque todo mundo quer baixar imposto e, depois, querem mais as coisas.

Então, eu estou muito tranquilo com relação à Previdência. Acho que foi um ganho para o Brasil, foi um ganho para os estados. Eu sempre agradeço aos parlamentares pela coragem que tiveram de votar. O que acho estranho é um cidadão de ultra-esquerda, de repente, estar batendo palmas para um cidadão de ultra-direita no Congresso Nacional, que era favorável ao pensamento dele. Isso é o que acho estranho: alguém chamar um deputado de direita de companheiro e chamar um companheiro tradicionalmente de esquerda de inimigo. Esse é o desvio do corporativismo e o desvio do ultraesquerdismo.

**105. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 1ª Conferência Nacional das Cidades, Minas Brasília Tênis Clube, 23 de outubro de 2003.**

*Por isso é que é ruim a tribuna não estar no meio, porque você só vê uma banda. E me colocaram apenas para ver a banda da direita, a banda da esquerda eu não estou conseguindo ver, mas certamente a banda da esquerda é mais barulhenta do que a da direita.*

**106. Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Parlamento Regional do Principado de Astúrias, Oviedo, Espanha, 24 de outubro de 2003.**

E na minha vida política resolvi fazer as coisas mais difíceis se tornarem realidade. Quando entrei no movimento sindical, era muito difícil fazer sindicalismo no Brasil, por causa do regime militar. Em três anos mudamos a história do sindicalismo brasileiro. Depois, resolvemos criar um partido político. Havia muita gente importante que dizia que não era possível criar um partido político nos moldes que estávamos criando. Vinte anos depois, nós temos o maior partido de esquerda da América Latina. E por força deste partido, eu cheguei à Presidência da República.

**107. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista, Transamérica Expo Center, São Paulo, 27 de outubro de 2003.**

Como presidente de um país hoje governado por uma coligação de partidos de esquerda e de centro mas, também, como presidente de honra de meu partido, o Partido dos Trabalhadores, só posso dizer-lhes: sintam-se como se estivessem em suas próprias casas. [...] Estamos, pois, diante de um movimento que tem história. Uma história de acertos e de erros, de vitórias e derrotas. Uma história que foi, é e continuará sendo analisada com paixão, porque é nossa história, a trajetória de homens e mulheres de esquerda. [...] Os conservadores celebraram muito apressadamente, sobretudo, na América Latina, a vitória de suas teses e a derrota das esquerdas. Não foi necessário que transcorresse muito tempo, porém, para constatar que o legado que o conservadorismo deixou foi um continente, um mundo de desempregados e famintos, atravessado por profundas desigualdades e incertezas. Um mundo onde as grandes conquistas científicas e tecnológicas beneficiam relativamente poucos, excluindo muitos; um mundo mergulhado no temor de uma violência que não sabe evitar. Mas um outro mundo é possível; a tarefa de construí-lo não pode ser de uma corrente, de um partido ou de uma pessoa. O passado do socialismo nos deixou algumas lições. Importantes alternativas políticas se constroem sem dogmatismos, de forma plural e em respeito às diferenças. Elas são, antes de tudo, expressão de grandes movimentos sociais. [...] Nós sabemos o peso da responsabilidade, nós sabemos as esperanças e as paixões que a nossa vitória despertou em vários países da América Latina e em vários setores da esquerda no mundo inteiro. [...] Foi graças à teimosia de companheiros como o companheiro Marco Aurélio Garcia e outros companheiros, que acreditaram e criaram o Fórum de São Paulo, onde pela primeira vez, colocamos a esquerda da América Latina, que nem conversava entre si, dentro dos seus países, para sentar, para começar a aprender o básico da democracia, que é a convivência na diversidade.

**108. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da IV Reunião Plenária do Fórum Empresarial Mercosul União Européia, Hotel Blue Tree, Brasília-DF, 29 de outubro de 2003.**

Penso que a visita do presidente Aznar me permitiu, hoje, fazer uma brincadeira

com ele. Passei parte da minha vida achando que o Aznar era conservador. E ele passou parte da vida dele achando que eu era um esquerdista. E, depois de nos encontrarmos duas vezes, nem ele é tão conservador, nem eu sou tão esquerdista. Somos dois governantes. Ele, obviamente, com muito mais experiência que eu, vivendo num continente onde a integração da União Européia teve uma visão muito mais democrática que outras, em outros lugares do mundo, porque a Espanha soube tirar proveito disso.

**109. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do novo terminal de passageiros do Aeroporto Presidente João Suassuna, Campina Grande, PB, 30 de outubro de 2003.**

E cheguei à Presidência da República para fazer as coisas que precisavam ser feitas neste país e que muitos presidentes, antes de mim, foram covardes e não tiveram coragem de fazer. Me transformei no sindicalista mais importante deste país, sem ter medo de cara feia, de direita ou de esquerda, e criei um partido que, em apenas 20 anos, se transformou no mais importante partido político da esquerda deste país. E havia muita gente que não queria que eu criasse um partido político. Pois bem, o partido está criado, o sindicalismo hoje é forte, e graças a vocês aqui da Paraíba, pelo menos da grande maioria, eu estou Presidente da República por quatro anos. Aprovamos a reforma da Previdência Social. E aprovamos porque era preciso aprovar. Aprovamos porque previdência é direito e não privilégio de uns poucos que têm acesso a ela. Queremos previdência para todas as pessoas.

**110. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembléia Nacional de Angola, Angola, 03 de novembro de 2003.**

E sinto mais emoção ainda de estar neste Congresso. Este Congresso, para mim, simboliza muito. Eu perdi três eleições para Presidente da República e já tinha perdido em 1982 uma eleição para o governo do estado de São Paulo. Entretanto, em nenhum momento da minha trajetória política, eu deixei de acreditar que fora da democracia eu pudesse encontrar os meios para chegar ao poder no meu país. A cada derrota tirávamos lição para que pudessemos continuar crescendo e nos organizando. Por conta disso, criamos o mais importante partido político de esquerda da América do Sul.

**111. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na**



**reunião com integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, Parque da Cidade – Brasília-DF, 21 de novembro de 2003.**

Quando fui eleito pelo Sindicato, em 1975, os velhos militantes de esquerda, da época, diziam para mim: “Não entre no Sindicato, porque você não vai conseguir fazer nada. A estrutura sindical é cópia fiel da “Carta di Lavoro” de Mussolini, e você vai virar um pelego.” Em três anos nós mudamos a história do sindicalismo brasileiro. Da mesma forma que não faltaram, no Brasil, aqueles que dissessem: é humanamente impossível criar um partido político nos moldes do PT. E, 20 anos depois, nós temos o mais importante partido político da América Latina.

**112. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de cumprimentos à Delegação Brasileira para os II Jogos Parapanamericanos de Mar Del Plata, Palácio do Planalto, 27 de novembro de 2003.**

Queria que a Imprensa destacasse: nós temos uma companheira, aqui, uma atleta chamada Ádria Rocha dos Santos. Eu dei um beijo naquela moça bonita, nem sabia que era a Ádria, 29 anos de idade. Desde menina a Ádria é portadora de retinose pigmentar, que leva à cegueira. Começou a treinar em 1987 e, hoje, é a velocista portadora de deficiência visual mais rápida do universo paraolímpico. Ela está tão pomposa com as medalhas, que nem as roupas de vocês ela está vestindo mais. Especialista nos 100 metros, 200 metros e 400 metros rasos, ela gosta mais do desafio dos 200 metros. Em fevereiro, submeteu-se a uma cirurgia no joelho esquerdo e, em agosto, conquistou, no Mundial, em Quebec, no Canadá, duas medalhas de ouro, nos 100 e nos 200 metros. E uma de bronze nos 400 metros rasos. [...] Roseane Ferreira dos Santos, Rosinha, 32 anos. Cadê a Rosinha? Bem, a Rosinha... não era eu quem deveria falar isso. Estou falando aqui para a Imprensa registrar. Rosinha tem a perna esquerda amputada e começou a praticar esporte em 1997. Suas especialidades são lançamento de disco, dardo e arremesso de peso. Entre seus diversos títulos ela conquistou três medalhas de ouro no Mundial da Nova Zelândia, em 1999; três de ouro, no Panamericano do México, em 1999; e duas de ouro, nas Paraolimpíadas de Sidney, em 2000.

**113. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Meio Ambiente, Centro Comunitário da UnB – Brasília – DF, 28 de novembro de 2003.**

Meus companheiros e minhas companheiras, eu quero dizer aos companheiros que estão presentes neste ato: não tem forma mais autoritária de comportamento do que uma pessoa tentar fazer com que o seus interesses prevaleçam sobre os interesses da maioria do povo brasileiro. Eu perdi três eleições, ganhei a quarta. Sei de cada compromisso que eu tenho com este país, sei dos compromissos que tinha o nosso companheiro Chico Mendes. E, neste governo, nem direita e nem esquerda fará acontecer nada sem que haja um debate democrático, em que a vontade da maioria prevaleça. Eu nasci na política, na adversidade. Aprendi a fazer política na confrontação e vou exercer o governo desse jeito. Se eu tivesse medo de grito, eu acho que nem teria nascido.

**114. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Pólo de Biocombustíveis, Piracicaba-SP, 16 de janeiro de 2004.**

Quando fomos para o Oriente Médio, perguntaram: “O que vamos fazer no Oriente Médio?” Nós vamos levar o Brasil. Vamos mostrar o Brasil para o Oriente Médio. Vamos mostrar para todos os países árabes que não existem apenas os Estados Unidos ou a Europa, que eles olhem o mapa do mundo, um pouco à sua esquerda, um pouco para baixo, para ver que tem um continente, que existem vários países, e países importantes, dentre eles, o Brasil, e que existe o Mercosul.

**115. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração de um ano do Programa Fome Zero e da criação do Consea, Palácio do Planalto, 03 de fevereiro de 2004.**

Quando fui a Davos, em janeiro do ano passado, já tinha ido ao Fórum Social Mundial. Naquele momento foi uma decisão difícil. Imaginem vocês, o Lula, eleito presidente da República, participante de todos os dois encontros do Fórum Social Mundial, dirigente do principal partido de esquerda deste país, amigo de pelo menos 90% das pessoas que estavam participando do Fórum Social Mundial, e eu inventei de ir a Davos.

**116. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, Teatro Guararapes – Olinda, PE, 17 de março de 2004.**

Quando aquelas pessoas que não estão organizadas em sindicato, que não lêem jornal, que não vêem televisão, que, muitas vezes, não escutam rádio, que nem sabem que tem CUT, que tem PT, PSB, PC do B, PMDB, e cuja única preocupação é sobreviver, quando elas aprenderem que têm força e começarem a se manifestar, aí todo mundo, a imprensa toda começará a escrever sobre elas, e os políticos começarão a se preocupar. Aí a própria Esquerda vai tratar de se organizar e tentar criar um grupo, porque é preciso organizar essa gente também. Aí estará dada a situação e, nós começaremos a resolver o problema da fome.

**117. Encontro do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com representantes da Federação Nacional dos Jornalistas, Palácio do Planalto, 07 de abril de 2004.**

A maioria que está aqui, ou não viveu aquele momento ou era muito criança, mas o movimento sindical dos jornalistas passou um período muito tenebroso quando, em 1975, ressurgiu a partir da eleição do Audalio Dantas para presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Muito mais do que a eleição de Audalio Dantas era o surgimento da quebra de um monopólio de quase 19 anos de conservadores dentro do Sindicato. E aquilo foi um alento extraordinário, porque depois veio uma enxurrada de vitórias de companheiros que eram considerados de esquerda, progressistas, avançados, modernos, no movimento do Sindicato dos Jornalistas. Até que nós tivemos a honra de participar de um processo eleitoral que culminou com a eleição do Castelinho como presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília e, depois, fomos para Alagoas, com Freitas Neto, que morreu num acidente de avião. Aí fomos para Pernambuco e para o Rio de Janeiro eleger o Caó.

**118. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura dos novos diplomatas, Palácio do Itamaraty, 20 de abril de 2004.**

Meu companheiro Marco Aurélio Garcia, assessor especial de política internacional. Muita gente pergunta porque o Presidente tem que ter um assessor especial de política internacional, se ele tem o Itamaraty todo como assessor.

Não sei se vocês estão lembrados, no começo se tentou até cizânia entre o Itamaraty e Marco Aurélio Garcia. E eu sempre disse que quem adquiriu a experiência política tentando organizar a Secretaria Internacional do PT durante dez anos e militando com a Esquerda do mundo inteiro nos últimos 15 anos, não poderia, em momento algum, deixar de prestar esses serviços ao governo brasileiro.

**119. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para os Jornalistas Amigos da Criança, Brasília-DF, 16 de julho de 2004.**

Por último eu queria fazer *merchandising*, Chico. Se você não viu ainda, Heródoto, o filme do Pelé, vá ver. Vá ver porque depois de ver o filme do Pelé, tudo mais em futebol é secundário.

**Jornalista:** Mesmo sendo corintiano?

**Presidente:** É impressionante. Depois de ver o filme cheguei à conclusão que o Pelé fez jus realmente a todos os títulos que lhe deram, não no futebol, mas como atleta. É realmente um ser especial. Eu como corintiano, assisti... eu tive uma relação com o Pelé engraçada, acho que todos nós que não éramos santistas íamos ver o jogo do Santos, porque gostávamos do espetáculo, mas quando o Santos jogava com o Corinthians era uma mistura de admiração e bronca, porque sempre massacrava o Corinthians, foram 11 anos em que a gente não conseguiu ganhar do Santos. Mas eu aconselho vocês a não perderem o espetáculo. Eu vou mandar um DVD para cada presidente da América do Sul.

**Jornalista:** O Kirchner vai gostar muito, não é, Presidente?

**Presidente:** Se ele não gostar... eu ganhei um do Maradona, também. Assisti, o Maradona foi muito bom de bola, também. Agora, o problema é o seguinte: você tem um cara que era bom com a perna esquerda, você tinha um outro que era bom com a perna direita, você tinha um outro que não era bom com nenhuma perna, mas era bom de cabeça. O Pelé é a síntese de todos eles. Vejam uma coisa, eu pensava que eu conhecia o Pelé. Eu não sabia que o Pelé marcava a quantidade de gols de falta que ele marcou. Então, a gente conhece o Marcelinho, porque marca gol de falta; o Neto; porque marca gol de falta. O Pelé marcou muito mais do que eles, com a perna esquerda, com a perna direita.

**120. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no**

**Conjunto Habitacional “Casarão Cordeiro”, Recife, 19 de setembro de 2004.**

Quando fizemos a visita aqui, no começo do ano passado, foi uma visita em que eu trouxe todos os ministros e nós assumimos o compromisso de que iríamos fazer com que as pessoas morassem condignamente. O que me deixou agora mais emocionado, não é o problema de construir uma casa ou duas casas, porque isso qualquer um faz. Não tem que ser governo de esquerda, de direita, de centro ou de qualquer coisa.

**121. Artigo de 24/11/2004: “O Professor que ensinou a amar o Brasil”**

Como Ministro do Planejamento de Jango, Celso Furtado formulou, junto com San Tiago Dantas, o Plano Trienal, num esforço para estabilizar a economia brasileira, que passava por um período de aceleração inflacionária resultante dos desequilíbrios que vieram do processo de industrialização do país. Nesse esforço que combinava, de maneira criativa, medidas de estabilização e reformas estruturais destinadas a superar os gargalos e restrições ao nosso desenvolvimento, não contou com a compreensão necessária, sendo criticado tanto pela esquerda quanto pela direita – uns porque não compreendiam a razão de uma política macroeconômica austera, indispensável naquele momento; outros porque se sentiam ameaçados, em seus privilégios, pelas reformas de base.

**122. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Palácio do Planalto, 29 de novembro de 2004.**

A linguagem era exatamente essa: a estrutura sindical é cópia fiel da Carta de Trabalho, de Mussolini, e é um círculo vicioso, ou seja, que não tem saída, então a tendência natural é o dirigente sindical entrar e virar pelego. O Paulo Okamoto é da minha turma, mais novo do que eu, mas sabe que era assim. Então, era quase proibido imaginar que a gente pudesse mudar alguma coisa no movimento sindical. Na teoria deles não havia espaço para mudança, por conta da CLT, por conta da Lei 4330, que regulamentava o direito de greve. Então, habitualmente, só pelo fato de querer entrar no sindicato você já era chamado de pelego, antes de entrar. E, aí, não havia uma descrição, Palocci, era assim: a ultra-esquerda ficava fazendo oposição o tempo inteiro, no sindicato, e olha que eu quase fazia

parte dela no movimento sindical. E o que aconteceu de fato? Como surgiu o tal do novo sindicalismo, em 1977? Surgiu exatamente por conta da criatividade de um conjunto de pessoas, uma grande maioria que não tinha nenhuma teoria sindical, eram peões de fábrica mesmo, que foram percebendo que da forma como vinha sendo feito não dava para funcionar, e que era preciso, então, fazer as coisas um pouco diferentes.

**123. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Internacional Democracia na América Latina, Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 02 de dezembro de 2004.**

Então, estabelecemos uma relação de confiança. E eu quero dizer para vocês uma coisa, aqui, muito importante, para fazer justiça. Em 1990 eu tinha perdido as eleições e nós, em junho de 90, criamos uma coisa chamada Fórum de São Paulo. Foi a primeira tentativa de unificar a esquerda da América Latina que não conversavam entre si. Eu me lembro que na primeira reunião, em São Paulo, a República Dominicana chegou com 18 organizações de esquerda. Eu me lembro que, a única coisa que unificava a esquerda da Argentina era o Maradona, porque a gente estava em época de Copa do Mundo.

**124. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao jornal A Notícia, Brasília-DF, 09 de fevereiro de 2005.**

**Jornalista** – Hoje, 25 anos depois, o PT mudou muito. O senhor concorda com todas as mudanças que o partido passou? Hoje, ele é mais pragmático e é considerado pelos partidos adversários como “profissional”, principalmente quando disputa as eleições. Era essa a concepção de partido que o senhor idealizava como fundador?

**Presidente** – Em primeiro lugar, o meu comportamento político sempre foi prático. Nunca gostei de ser rotulado. Quando comecei minha vida no movimento sindical era chamado de agente da CIA pelos comunistas e de comunista pela direita. Isso me deixava tranquilo, pois como não era nem um nem outro, ficava livre para escolher o caminho que entendia melhor para os trabalhadores. Na política, tento fazer a mesma coisa. Em junho de 2002, antes das eleições presidenciais, lançamos o documento chamado “Carta ao Povo Brasileiro”, no qual foram definidas as regras da política que seguimos hoje. Em toda a minha vida sindical, partidária, de oposição e, agora, de governo, defendi

e pratiquei o diálogo democrático – a negociação política intensa. Este diálogo não é apenas legítimo e justo: por meio dele estamos resolvendo problemas do nosso País que nunca foram resolvidos. Uma das razões pelas quais decidi fundar o Partido dos Trabalhadores foi justamente o fato de não me identificar com nenhuma das forças partidárias à esquerda ou à direita existentes no Brasil. Enquanto alguns companheiros queriam planejar a revolução social para dali a cem anos, eu queria mudar a realidade já: eleger vereadores, deputados, prefeitos, governadores... Queria a mudança agora, nem que fosse aos poucos, não em um futuro ideal e incerto. Foi seguindo esse caminho, perfeitamente coerente, que o PT chegou à Presidência da República.

**125. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao jornal O Globo, Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2005**

**Jornalista** – Quando o senhor fundou o PT qual era o seu ideal de ação no poder?

**Presidente** – Para resumir em poucas palavras, eu diria que o lema do Partido dos Trabalhadores sempre foi democracia e desenvolvimento econômico com distribuição de renda e inclusão social. O socialismo para o PT sempre foi uma ideia reguladora, de se buscar a justiça social, e não um "modo de produção". Foi a ideia de transformar o Brasil, dentro da democracia, que norteou a fundação do PT. Tenho para mim que o comportamento político do partido sempre foi pragmático e orientado para as reformas estruturais de que o País precisa. Quando me perguntavam se o PT ia ser tático ou estratégico, eu respondia: eu só quero fundar um partido. Tanto em nossa vida sindical, partidária, de oposição quanto agora, no governo, sempre defendemos e praticamos o diálogo democrático, a negociação política intensa. Não só porque esse diálogo é legítimo e justo, mas porque por meio dele estamos resolvendo problemas que nunca foram resolvidos. Na época da fundação do partido, enquanto alguns companheiros de esquerda queriam planejar a revolução social para dali a 20, 30 anos, nós optamos por mudar a realidade já, do micro para o macro: eleger vereadores, deputados, prefeitos, governadores... E foi com essa convicção, aliada a uma ação política prática e efetiva, que chegamos à Presidência da República em 2002.

**126. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na**

**cerimônia de comemoração dos 30 anos da sua posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 18 de abril de 2005.**

O Paulo Vidal era um companheiro extremamente preparado. Eu quero até fazer justiça aqui, neste ato de 30 anos. O Paulo Vidal talvez tenha sido, Feijóo e Marinho, o dirigente sindical mais criticado, porque havia uma birra da esquerda, daquela época, com o Paulo Vidal. Muitas vezes, o pessoal se incomodava até com o tamanho do cabelo do Paulo Vidal, a cor da calça. Naquele tempo havia uma certa disputa aqui no pedaço, muitas organizações de esquerda na categoria, muita gente preparada para fazer oposição no Sindicato. E o Paulo Vidal era isso.

**127. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, Brasília-DF, 20 de abril de 2005.**

Nós estamos há três anos no governo. Vejam que engraçado, este ano vai ter eleições aqui na América do Sul, vai ter eleição na Argentina, no começo de 2007; vai ter no Brasil, vai ter no Paraguai, vai ter na Colômbia, vai ter no Peru, vai ter no Equador também, no comecinho de 2007. O ano que vem é ano em que a gente pode fazer as mudanças que quisermos na América do Sul, o que nós precisamos é tomar cuidado, já que muitas vezes a gente não se cuida para o processo e a gente continua tendo, ao invés de um progresso, um retrocesso nas nossas conquistas políticas. E nós temos dedicado tempo para tentar fazer com que tanto o movimento sindical quanto os partidos políticos de esquerda entendam a necessidade da construção de uma solidez política na América do Sul, porque eu acho que com a solidez política, nós poderemos transformar o século XXI no século dos países em desenvolvimento. [...] E é muito fácil dizer: o que vai resolver a criação de emprego é... eu lembro do começo da minha vida política quando eu imaginei criar o PT, os mais sábios, os mais inteligentes, os mais formados ideologicamente diziam assim para mim: “esse Lula, esse metalúrgico quer criar um partido de trabalhador com ele dirigindo”! Isso não acontece no mundo, isso não existe. Tem aí um bocado de cientista político para dirigir um partido. E nós conseguimos criar em 20 anos, sem nenhuma falsa



modéstia, o mais importante dos partidos políticos de esquerda da América Latina.

**128. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, Blue Tree Park, 07 de junho de 2005.**

Eu estou convencido, Waldir, que o Brasil será agradecido – e, muitas vezes, os agradecimentos não vêm no momento em que a gente espera, vêm depois – mas o Brasil será agradecido. A lição de democracia que você deu, quando instituiu um sorteio em que as bolinhas não têm nome de partido, não têm perfil ideológico, as bolinhas são números que sorteiam cidades. E, independentemente de que partido seja, de esquerda, de direita, do centro, partido do governo ou de oposição, a bolinha que cair será investigada, sem o objetivo de caluniar ninguém, mas com o objetivo, apenas, de transformar a administração pública brasileira num exemplo que vai ficar para os nossos filhos, para os nossos netos e para futuras gerações.

**129. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo, São Paulo-SP, 02 de julho de 2005.**

E eu queria começar com uma visão que eu tenho do Foro de São Paulo. Eu que, junto com alguns companheiros e companheiras aqui, fundei esta instância de participação democrática da esquerda da América Latina, precisei chegar à Presidência da República para descobrir o quanto foi importante termos criado o Foro de São Paulo. [...] Certamente não é tudo que as pessoas desejam, se olharmos o ideal do futuro que queremos construir, mas foi muito, se nós olharmos o que éramos poucos anos atrás no nosso continente. Era um continente marcado por golpes militares, era um continente marcado por ausência de democracia. E hoje nós somos um continente em que a esquerda deu, definitivamente, um passo extraordinário para apostar que é plenamente possível, pela via democrática, chegar ao poder e exercer esse poder. [...] A vitória de Tabaré, no Uruguai: quantos anos de espera, quantas derrotas, tanto quanto as minhas. Ou seja, a paciência de esperar, de construir, de somar, de estabelecer políticas que pudessem consolidar, definitivamente, não apenas a vitória, mas tirar o medo de muita gente do povo, que se assustava quando

imaginava que a esquerda pudesse ganhar uma eleição.

**130. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo presidente da República francesa, Jacques Chirac, por ocasião da Data Nacional Francesa, Paris-França, 14 de julho de 2005.**

E, agora, o fato concreto do que aconteceu: desde a primeira vez que eu vim aqui, em 2003, na primeira reunião com o presidente Chirac, eu senti que não estava diante de um homem de esquerda ou de direita, que não estava diante de um homem preconceituoso, mas que estava diante de um estadista que sabia tratar a todos com respeito e com muita igualdade.

**131. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à jornalista Melissa Monteiro, TV Francesa, e exibida no Programa Fantástico, da Rede Globo, Paris-França, 15 de julho de 2005.**

**Jornalista:** Mas Vossa Excelência estima que tem alguma culpa nessa crise do PT e do país?

**Presidente:** Não. Já faz tempo que deixei de ser presidente do PT. Fui presidente durante três anos. Depois que eu virei presidente da República, eu não pude mais participar das direções do PT, não pude mais participar das reuniões do diretório do PT, e o PT tem muita autonomia com relação ao governo. E o governo tem mais autonomia ainda com relação ao PT.

Eu acho que o PT teve um problema que é a questão da Direção, porque houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda no Brasil eram dirigentes do PT, e depois que nós ganhamos prefeituras, governos estaduais, elegemos muitos deputados e eu ganhei a Presidência, grande partes desses quadros do PT vieram para o governo e a direção ficou muito fragilizada, ficou muito enfraquecida. Possivelmente por isso tenhamos cometido erros que outrora não cometeríamos.

**132. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia da inauguração do Complexo Tecnológico de Medicamentos de Farmanguinhos / Fiocruz, Rio de Janeiro-RJ, 22 de julho de 2005.**

Eu me lembro na Constituinte. Na Constituinte não tinha diferença entre extrema direita e extrema esquerda. Quando se tratava de saúde pública, era todo mundo de mãos dadas, ou seja, eu acho que a maioria das coisas de saúde foram aprovadas quase por unanimidade na Constituinte, tal era o poder de pressão da

sociedade e tal era a paixão.

Eu me lembro que o deputado Carlos Santana, da Bahia, era o líder do presidente Sarney no Congresso Nacional, e era tido como um homem conservador, casado com uma mulher tida como progressista. E eu me lembro que na votação do SUS, ele votou igual votou qualquer deputado de esquerda e ainda fez discurso mais esquerdista do que muita gente de esquerda, numa demonstração de que é possível, um dia, criar um partido que não tenha, nas divergências ideológicas, as razões do seu conflito, porque basta colocar um avental, um sapato branco, dizer que é sanitaria e a gente pode unificar muita coisa neste nosso querido país.

**133. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva à visita às novas unidades de produção da Refinaria de Duque de Caxias – Reduc, Rio de Janeiro-RJ, 22 de julho de 2005.**

E, de vez em quando, eu fico vendo: tem pessoas que são sérias, tem pessoas que são politicamente de direita, mas são sérias, e eu respeito. Respeito e digo publicamente que respeito. Respeito pela inteligência, pela competência, pelo trato que as pessoas têm. Tem gente de esquerda que tem muita competência. Mas também tem gente de esquerda e de direita que não tem essa mesma competência. Tem gente que sabe ser educado e tem gente que não sabe ser educado.

**134. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concedida ao jornal Expresso de Portugal, Brasília, 27 de julho de 2006.**

**Jornalista** – Em tempos, o senhor afirmou que queria uma sociedade socialista. E hoje, considera-se um político do centro?

Quando eu ainda era um líder sindical, certa vez me perguntaram se eu era comunista. Respondi: “Não. Sou torneiro-mecânico”. Com isso quis dizer que minha preocupação fundamental sempre foi a da participação dos trabalhadores na condução da economia e da política, Quando o PT surgiu, em 1980, tínhamos claro que as grandes alternativas de esquerda do século XX estavam em crise. O PT construiu-se como um partido de esquerda, ideologicamente pluralista, compromissado com profundas reformas estruturais e com a democracia. Esse não é o perfil de partido de centro.

**135. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na**

**13ª reunião ordinária do Pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Palácio do Planalto, 25 de agosto de 2005.**

Então, me incomodou muito essa possibilidade de envolver o governo nessa crise. Eu disse, desde o primeiro dia: não ficará pedra sobre pedra na apuração das responsabilidades. Eu ajudei a fundar o PT, me orgulho profundamente de ter ajudado a criar o mais importante partido de esquerda da América Latina. E vocês sabem que não foi uma tarefa fácil, em apenas 20 anos, chegar à Presidência da República pela persistência, porque outros desistiriam depois da segunda derrota, eu ainda arrisquei a terceira e ainda tentei a quarta. Entretanto, o PT foi criado exatamente para mudar as regras políticas estabelecidas neste país. O PT foi criado exatamente para que estabelecêssemos um outro padrão de comportamento político e que a gente pudesse sonhar um dia em ter regras muito claras, sólidas, com todos os partidos, independentemente de ser de esquerda ou de direita. [...] Mas queria lembrar a vocês alguns momentos históricos. Aliás, ontem, comemorou-se a morte de Getúlio Vargas. Então, eu queria lembrar para vocês que crise, neste país, já levou, em 1954, o presidente Getúlio Vargas a se matar. Crise, neste país, levou o Juscelino a ser mais achincalhado do que qualquer outro presidente da história deste país. Se alguém tiver dúvida, pegue os jornais da época para ver o que se falava do Juscelino Kubitschek, para ver quantas manchetes de jornais chamando-o de ladrão e ele só foi reconhecido – hoje todo mundo sente orgulho de colocar um cartaz do Juscelino na sua casa – depois que foi cassado e muito depois que ele morreu. Hoje, ele é exemplo para todos os presidentes de direita e de esquerda, de centro ou não, todo mundo acha que o Juscelino é a marca. Mas pegue, para saber o que aconteceu no mandato dele, foi curto. O Jânio Quadros, que não era nenhum homem de esquerda, desistiu por causa do inimigo oculto, até hoje nós não sabemos quem são os inimigos ocultos. Estão tão ocultos que a gente não conseguiu saber e ele morreu sem contar para a gente. Mas tem adversários ocultos porque tem pessoas que falam coisas, não se apresentam, e você fica pagando pela irresponsabilidade de alguém que falou sem provar nada.

**136. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco, Palácio Itamaraty, 01 de**

**setembro de 2005.**

Eu me lembro que quando eu chamei o Celso Amorim e, logo depois, convidei o Marco Aurélio para trabalhar como meu assessor, não faltaram pessoas que tentaram criar disputas de que eu tinha um chefe das relações internacionais e um assessor especial e que, portanto, ia ter um confronto entre os dois. Saíram matérias, no começo precisou-se explicar, e eu acho que é importante dizer: a relação entre Celso Amorim, que cumpre a função institucional de ser ministro das Relações Exteriores, e a relação com Marco Aurélio, que cumpre uma outra função tão nobre quanto se tivesse o título de ministro ou de embaixador, que faz um trabalho que possivelmente qualquer um outro e até eu, teria dificuldade de fazer, porque o Marco Aurélio vem de uma relação com a esquerda da América Latina e a esquerda européia, que eu acredito que poucas pessoas tiveram o prazer de dizer isso em todo o tempo em que ele foi secretário de Relações Internacionais do PT. E, para nossa felicidade, muitos companheiros que eram militantes de esquerda na década de 80 estão se transformando em governo. Então, nós passamos a ter uma relação privilegiada com presidentes e com ministros que eram militantes, junto conosco, do Foro de São Paulo, tentando encontrar uma saída democrática para a esquerda na América Latina. [...] Foi isso que permitiu que a gente conseguisse criar o Grupo de Amigos para ajudar a Venezuela, porque ao mesmo tempo que a gente conversava com o Chávez, ao mesmo tempo que a gente conversava com a direita na Venezuela, a gente conversava com os setores de esquerda da Venezuela, para que houvesse essa compreensão.

**137. Entrevista exclusiva, concedida por escrito, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao “El País” (Uruguai)**

**Jornalista:** Com a chegada de governos de esquerda a muitos países da América do Sul, pensou-se que o continente entraria em uma etapa de maior harmonia e cooperação. No entanto, tem havido numerosos conflitos e os analistas falam da existência de dois grupos, com a Bolívia e a Venezuela de um lado e o resto por outro. O senhor está de acordo? Quais são as diferenças ideológicas de Chávez e Evo Morales com o senhor?

**Presidente:** Não me cabe, nem me agrada, rotular movimentos de esquerda na América Latina. O fato sumamente positivo é que há, no momento, governos com afinidades, sobretudo quanto à ênfase na promoção das questões sociais,

como o combate à fome, à pobreza e à desigualdade. Temos hoje na região governantes que não pensam apenas no crescimento econômico, mas também na distribuição da renda, na educação e na saúde, ou seja, pensam no bem-estar do povo como um todo. Temos que tirar partido de nossas convergências e trabalhar juntos em todas as esferas possíveis. Nossa política externa não tem uma marca ideológica. Perseguimos objetivos e valores como o multilateralismo, o respeito aos Direitos Humanos, a paz e a cooperação entre os povos e, mais especificamente, a integração e solidariedade da América do Sul.

**138. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Programa “Roda Viva”, Palácio do Planalto, 07 de novembro de 2005.**

**Jornalista:** O senhor falou em história, Presidente. Nós sempre acreditamos que a história tinha um sentido, achávamos, no meu caso, que caminhava na direção do socialismo. Depois houve uma série de mudanças e hoje essa é uma questão a ser discutida. O senhor ainda acredita no sentido da história? E, se o senhor acredita, em que direção a Humanidade, o senhor acha, está caminhando?

**Presidente:** Primeiro, eu acredito no sentido da história, e acho que a história é, possivelmente, o grande ensinamento para que os que virão depois acertem mais do que os que se foram. Quando, por exemplo, nós tivemos a queda do Muro de Berlim, a história nos ensinou o quê? Não existe nenhum regime mais fantástico, por mais problemas que tenha, do que a democracia. Não existe. A democracia não é uma meia coisa, ela é uma coisa por inteiro, porque fazer política em um país que tem imprensa livre, fazer política em um país que tem sindicato livre, fazer política em um país que tem um Congresso Nacional livre, que tem organizações partidárias livres, que tem os estudantes fazendo o que entendem fazer, pode ser difícil, mas é muito mais saudável para o futuro da Humanidade do que você tentar se autointitular “dono da verdade” e fazer apenas a política que interessa a um partido, a uma religião, a uma corrente sindical ou a uma pessoa. Por isso, eu acho que a história nos ensina muito, nós temos muitos erros no passado e, portanto, nós agora temos a chance de corrigir. Eu me lembro de uma frase que eu disse, que não foi muito aceita por alguns companheiros na época do Partidão: “Graças a Deus, caiu o Muro de Berlim, porque agora a esquerda vai ter o direito de pensar novamente, vai ter o direito de criar coisas

novas, vai ter o direito de pensar no futuro. Não está tudo escrito, nós poderemos reescrever a história. E eu acho que é o que está acontecendo hoje.

**139. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 25º Encontro Nacional do Comércio Exterior – ENAEX, Rio de Janeiro-RJ, 23 de novembro de 2005.**

Afinal de contas, nós tomamos uma decisão de afirmar, de forma muito categórica, que nossa política de comércio exterior é prioridade, e não é incompatível com o crescimento interno, e não é incompatível com as brigas que fazemos com a OMC, porque no Brasil tem um tipo de gente que leu algum manual, em algum momento da história, e ele acha que aquele manual é irreversível, que aquilo não muda nunca, que não pode mudar. Por exemplo, quando nós tomamos posse tinha uma briga ideológica sobre a questão da Alca. Então, a Alca, que era uma coisa eminentemente comercial, virou um debate ideológico. Quem era contra era de esquerda, quem era favorável, era de direita. Um debate maluco. Se o Brasil não fizer a Alca o mais rápido possível, o Brasil vai criar problema com os Estados Unidos. Então, é preciso fazer a Alca.

**140. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções do Projeto Nova Transnordestina, de convênio relativo à viabilização de recursos para o Metrô de Fortaleza e de contrato de empréstimo do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Fortaleza – CE, 25 de novembro de 2005.**

Por que ficar assistindo na televisão, a cada ano que tem uma seca, a criação da frente de trabalho, onde os trabalhadores, num ano, pegam uma pedra na margem direita e colocam na margem esquerda; no ano seguinte, pegam da margem esquerda e devolvem para a margem direita? Ou seja, é a produção do nada para o nada, a troco de 30 reais ou 40 reais por mês. [...] Este projeto, já estão desapropriados dois quilômetros e meio à margem direita e esquerda do canal, para que a gente possa fazer projetos de assentamento.

141. Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Rádio Nacional, 28 de novembro de 2005.

**Luiz Fara Monteiro:** Esses investimentos pesados no Nordeste brasileiro, Presidente, contribuem para diminuir a desigualdade entre as regiões do país?

**Presidente:** É um canal que tem uma extensão de, aproximadamente, 700 quilômetros e à margem direita e à margem esquerda foram desapropriados dois quilômetros e meio para que a gente possa fazer experiências com um projeto de cooperativa, com um projeto de agricultura familiar, dando ao Nordeste a possibilidade de ter uma experiência exitosa de reforma agrária.

**142. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à área das futuras instalações da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, 02 de dezembro de 2005.**

O que é importante salientar para vocês é que não estamos pensando apenas nas universidades. Estamos pensando na escola técnica, porque o Brasil não pode ter um cidadão que não tem profissão e um engenheiro. É preciso ter o intermediário nesse meio de campo. Isso é que nem um jogador de meio campo, se não tiver a ligação entre o lateral direito e o ponta esquerda, não funciona.

**143. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na V Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília-DF, 05 de dezembro de 2005.**

Porque, esses dias, eu assisti um programa de televisão, e tem muita gente no nosso meio, mais à direita, mais à esquerda, mais ao centro, tem muita gente que gosta de filosofar com a miséria dos outros, e tem muita gente que diz: “mas essa política é assistencial, aquela outra é assistencial, isso é proselitismo”, e vai por aí fora.

**144. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, às emissoras de rádio Band AM e Bandnews FM, CBN e Jovem Pan, Palácio do Planalto, 07 de dezembro de 2005.**

**José Paulo de Andrade – Rádio Bandeirantes AM e Bandnews FM:** José Dirceu sabia ou não sabia? O senhor leva o José Dirceu para o palanque?

**Presidente:** Eu levaria o José Dirceu para o palanque, até porque ele foi cassado e não foi provado nada contra ele. Ele é um cidadão que perdeu o mandato de parlamentar dele, mas até agora eu não vi nenhuma acusação que possa dizer: “o José Dirceu cometeu um delito.” Vamos esperar, então, que se prove se houve delito.

**José Paulo de Andrade – Rádio Bandeirantes AM e Bandnews FM:** Nem por omissão, Presidente?



**Presidente:** Veja, nem por omissão. (...)

Portanto, na hora em que a gente tiver que acusar alguém, vamos contar até dez, porque a acusação leviana, fácil, é simples de fazer. A apuração, a prova, é uma coisa muito difícil. Então, qual é o papel do governo, qual é o papel do presidente da República? Se ele souber que tem algum funcionário, alguém que cometeu um delito, é exonerar. O presidente da República não pode mandar prender, ele exonera. Depois aquilo vai para um processo, que vai para a Justiça, que vai... aí, quando a pessoa for condenada, vai ser presa. E, aí, não depende do presidente da República, não depende do ministro, depende da Justiça. Então, nessas coisas, eu acho que nós precisamos apenas ser sérios, responsáveis, mas trabalhar com muito cuidado para não cometermos injustiças com quem quer que seja, de direita ou de esquerda, do PT ou de outro partido político, ou até gente da sociedade civil.

**José Maria Trindade – Rede Jovem Pan:** O senhor vai convocar o Congresso, Presidente?

**Presidente:** Eu não discuti ainda se vai ter convocação extraordinária. [...] Eu fui deputado constituinte, fui oposição, eu sei qual é o papel da oposição. Eu confesso a você que, quando eu era oposição no Congresso Nacional, eu era uma oposição de esquerda mais *light* do que a oposição de direita feita a mim. Em determinados momentos, o setor de direita parece muito mais raivoso do que a esquerda já foi em qualquer momento histórico do Brasil.

**145. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Revista Carta-Capital, Palácio do Planalto, 07 de dezembro de 2005.**

**Carta-Capital:** Mas há quem fale em proletarização da classe média...

**Presidente:** Não é verdade. Deixa lhe dar um dado importante: nós começamos o programa Fome Zero em fevereiro de 2003. Não tinha cadastro no Brasil. É um trabalho que nós só fomos consolidar a partir do fim de 2003. Muita gente acha que isso é proselitismo, assistencialismo, dar Bolsa Família.

Eu de vez em quando vejo dentro do meu partido alguém criticar, na esquerda mais ortodoxa. E eu penso: o cidadão que fala uma asneira dessas nunca passou fome. Eu estava vendo o dado da CNI, o salário subindo 6,9%. Desde 1980, os acordos salariais eram feitos abaixo da inflação. Eram raras as categorias que conseguiam um reajuste igual à inflação.

**Carta-Capital:** A América do Sul está indo para a esquerda?

**Presidente:** Eu acho que está indo para a esquerda.

**Carta-Capital:** O senhor é de esquerda?

**Presidente:** Você sabe que eu nunca gostei de me rotular de esquerda. Eu sou torneiro mecânico e cheguei à Presidência da República por obra e graça da paciência...

**Carta-Capital:** Por que não aceitar a definição de Norberto Bobbio? Ser de esquerda é lutar pela igualdade.

**Presidente:** Eu não preciso ser de esquerda para lutar pela igualdade.

**Carta-Capital:** Os senhores da mídia nativa lutam pela igualdade?

**Presidente:** Se lutar pela igualdade for a grande definição de esquerda, não tem mais esquerdista do que eu no mundo. Na verdade, luto para que todos usufruam o resultado produzido pela nação. E acho que é possível conseguir. É que, quando você pega um país que ao longo da sua história não se importou com o social e nas últimas décadas teve 20 anos de atrofiamento, e pega um país com 54 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, você imaginar recuperar isso em pouco tempo é impossível. O que você precisa é construir bases sólidas para que esse seja o resultado final.

**146. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de visita às obras do campus do Sul e Sudeste da Universidade Federal do Pará, Marabá-PA, 22 de fevereiro de 2006.**

Mas eu queria fazer uma alusão especial ao nosso Alex Fiúza de Mello, reitor da Universidade Federal do Pará. Gostaria de fazer, porque sabem o que acontece gente, neste país, para fazer as coisas tem que se ter coragem. Nós temos uma tendência a não gostar de reforma. Tudo que é novo na nossa vida a gente tem medo, por isso que esquerda e direita têm medo de reforma, porque tudo que é novidade as pessoas se assustam, e é normal que se assustem. Mas vejam, eu fui à China, eu cheguei na China e a coisa mais importante era a ligação entre a universidade pública e as empresas da China, transformando o seu conhecimento teórico em produtos que poderiam ser industrializados, gerar riqueza para aquela empresa e uma contrapartida para a universidade. Isso é a coisa mais fantástica que eu vi. E eu voltei para o Brasil convencido de que a gente tem que fazer isso, afinal de contas, nós não podemos ficar a vida inteira produzindo teorias,

guardando numa gaveta, e não tentar fazer aquilo gerar riquezas para um país.

**147. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, concedida à Revista The Economist, Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2006**

**Jornalista:** Concorde com o Chávez que a Alca está morta?

**Presidente:** Eu tive oportunidade de, em Mar del Plata, falar um pouco sobre a Alca. Quando eu tomei posse, a Alca era uma questão eminentemente ideológica. O Brasil era dividido assim: os que eram contra a Alca, eram de esquerda; os que eram favoráveis à Alca eram de direita, ou seja, o que nós fizemos nesses 36 meses? Nós tiramos a carga ideológica da discussão sobre a Alca, privilegiamos a reconstrução do Mercosul, privilegiamos a construção para discutirmos na OMC, como a construção do G-20, que foi criado na reunião de Cancun, e nós não podemos confundir, em nenhum momento, a questão de comércio com a questão ideológica. Não podemos confundir. Hoje, nem os Estados Unidos, e o presidente Bush disse em Mar del Plata que o importante é a gente consolidar os problemas da OMC primeiro para depois a gente discutir o nosso comércio aqui. Porque se você coloca uma carga ideológica numa coisa eminentemente comercial, você termina não fazendo. Hoje, eu posso lhe dizer que nem Estados Unidos, nem Brasil está priorizando a discussão da Alca.

**148. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia alusiva às obra de recuperação e modernização do Porto de São Francisco do Sul, São Francisco do Sul-SC, 17 de março de 2006.**

Então, eu cheguei em casa ontem por volta das 10, 11 horas da noite e eu nunca tinha assistido e assisti o JK. E eu assisti uma coisa que se a gente transportasse para hoje, seria a mesma coisa. Ou seja, o JK, hoje, depois de 50 anos, é considerado o mais importante presidente que este país teve. Getúlio também foi muito importante mas com outra característica. Então, hoje, todo mundo, seja de direita, de esquerda, de centro, respeita e admira JK e eu pensei, Luiz Henrique, que sempre tinha sido assim.

**149. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho, Brasília-DF, 03 de maio de 2006.**

Se pegarmos lá de Santiago do Chile, desde o Lagos até Michelle Bachelet, e formos perpassando todos os países da América Central, do Caribe, da América

do Sul, nós vamos percebendo que há um avanço sistematizado na conquista de espaços pelos trabalhadores, pela democracia, pelas mulheres, pelos índios e pelos negros. E muitas vezes não depende sequer do governo ser de esquerda ou de direita, depende muito mais dele ser humano, com sensibilidade humanística ou não, depende muito mais dele decidir que legado pretende deixar para aqueles que vierem depois de nós. E a evolução é, na minha opinião, extraordinária.

**150. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Conferência Nacional de Esporte, Marina Hall – Brasília-DF, 04 de maio de 2006.**

Agora é obrigação não apenas do Presidente da República fazer o Projeto, é obrigação de cada atleta neste país, é obrigação de cada dirigente neste país, é obrigação de cada um de nós conversar com os nossos deputados, sem ter preferência eleitoral, sem ter opção ideológica, cada deputado ali tem um voto, independentemente de ser de direita, de esquerda ou de centro. E o que nós queremos não é saber se o voto é de esquerda ou de direita, o que nós queremos saber é que a Lei de Incentivo ao Esporte tem que ser aprovada para o bem do esporte amador do nosso país.

**151. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Academia de Tênis – Brasília-DF, 15 de maio de 2006.**

A partir desta Conferência, quem quer que seja governo daqui para diante tem que saber que todo ano, neste país... antigamente nós só tínhamos a Conferência da Saúde. A Conferência da Saúde ganhou uma força tão grande que independia ser de direita, de esquerda ou de centro, quem fosse Presidente ou Ministro da Saúde fazia a Conferência. Nós, agora, já temos 18 Conferências realizadas no Brasil, desde a Conferência dos Sem-Teto, dos Sem-Casa até a Conferência dos Portadores de Deficiência.

**152. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da 1ª Conferência Nacional dos Direitos dos Idosos, Brasília-DF, 26 de maio de 2006.**

E por que nós fazemos essas conferências? Porque uma coisa sagrada que um governo pode deixar para a Nação é a relação entre o Estado e a sociedade, entre

o governo e a sociedade. Houve um tempo em que no Brasil só tinha Conferência Nacional da Saúde, porque era o pessoal mais organizado, era o pessoal que vinha, independia de governo, podia ser de direita, de esquerda, de centro, a Conferência Nacional da Saúde era sagrada e é sagrada. Foi uma conquista do pessoal da Saúde, e muitas das melhorias que nós tivemos na saúde no Brasil é resultado dessas conferências, inclusive o surgimento do SUS.

**153. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio da nova linha de financiamento do BNDES no âmbito do Programa Pró-Caminhão, Rio de Janeiro-RJ, 09 de junho de 2006.**

Maria da Conceição Tavares, você não imagina quantas pessoas, que trabalharam comigo durante tantos e tantos anos, ficaram perplexas com o sucesso do crédito consignado. E o crédito consignado não era nenhuma ideia de esquerda. A conclusão era simples: se o país é um país capitalista, precisa de capital girando. E o povo tem que ter acesso a ele.

**154. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no 13º Congresso da União da Juventude Socialista – UJS, Academia de Tênis – Brasília-DF, 16 de junho de 2006.**

Esses dias eu estava olhando a importância, quer dizer, o PSB tem dois ministérios. Quando é que a esquerda imaginou ter essas coisas, porque no máximo o que a direita dava, quando queria fazer uma concessão com a esquerda, era um ministério da área social, mas dava um ministério da área econômica e os outros para todo mundo e ficava o coitado da área social sem poder fazer política social, porque os outros prendiam o dinheiro.

**155. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração do Centro de Oncologia do Hospital das Clínicas, São Paulo-SP, 29 de junho de 2006.**

O Jatene sabe que o problema da saúde, hoje, não é só dinheiro, é um problema de gestão. É um problema de gestão, é um problema de definição de prioridades corretas, você sabe, você amargou no Ministério da Saúde, independentemente de quem fosse governo. Essa não é uma questão ideológica porque, se tem uma coisa no Brasil que dentro do Congresso Nacional é uma unanimidade, é a questão da saúde. Eu vi várias votações no Congresso Nacional em que os ideologicamente de extrema direita votavam igualzinho aos ideologicamente de

extrema esquerda e contava com a maioria das pessoas de bom senso no centro. E a gente conseguiu aprovar todas as coisas importantes, inclusive aprovamos o SUS por conta disso. Então, não é uma questão de dinheiro, é uma questão de a gente definir algumas coisas que precisam ser feitas no Brasil.

**156. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Financial Times, Palácio do Planalto, 07 de julho de 2006.**

**Jornalista:** Podemos falar um pouco sobre a América Latina? Na semana passada o senhor esteve em Caracas, com a questão do Mercosul. E, obviamente, a América Latina tem sido, durante todo o governo, uma prioridade, o eixo central, talvez, da política exterior do Brasil. Como o senhor estima o progresso em tudo isso? Recentemente temos visto alguns problemas na Argentina e Uruguai, o problema da Bolívia, obviamente, o conflito sobre o gás, entre vocês e eles, tem muita controvérsia sobre o papel que está assumindo o presidente Hugo Chávez. Como o senhor vê todo esse processo, a integração que está procurando? Estamos avançando ou o processo está mais difícil do que, talvez, estava esperando?

**Presidente:** Toda vez que alguém do Japão, dos Estados Unidos ou da União Européia vê a América Latina, é preciso compreender duas coisas básicas. Nós somos um Continente que estamos consolidando o processo democrático. É importante lembrar que não faz muito tempo que quase todos os países importantes da América Latina estavam vivendo sob regimes autoritários, e é importante lembrar que vários setores da esquerda, na América Latina, viam como única opção de chegar ao poder, a luta armada. Desde 1990 nós estamos, junto com outros setores da América Latina, construindo a ideia de que a democracia é a melhor forma pela qual os setores que se sentem excluídos da política possam chegar ao poder. Então, nós somos um Continente num processo... um Continente em formação. Nós não temos problema de geologia, mas nós temos problemas ideológicos, ou seja, estamos num processo de formação, estamos consolidando uma dinâmica democrática na América Latina. A minha eleição, a do Kirchner, do Nicanor, do Tabaré, do Evo Morales, do Chávez, tem mudado o cenário político da América Latina. Os conflitos, que muitas vezes aparecem com força na imprensa, são os conflitos naturais das

diferenças assimétricas entre os países. Nós temos que compreender que sempre o Paraguai, sempre o Uruguai, sempre a Bolívia, vão ter um argumento para dizer que eles são pobres por conta dos países mais ricos. Como muitas vezes, aqui na América Latina, nós dizíamos que éramos pobres por causa dos Estados Unidos, por causa da Europa, e não olhávamos os nossos defeitos, não olhávamos as coisas que nós deveríamos fazer e não tínhamos feito. [...] Qual é a minha tranquilidade? A minha tranquilidade é que, primeiro, a Bolívia tem consciência da importância do Brasil na relação com a Bolívia e, sobretudo, na exploração do gás. O Brasil tem noção da importância do gás boliviano para o Brasil. Na verdade, nós precisamos uns dos outros, a Bolívia precisa vender o gás para o Brasil e o Brasil precisa comprar o gás da Bolívia. Então, ninguém vai conseguir impor, a ninguém, uma única visão.

**Jornalista:** Mas a despeito disso tinha alguns atritos não? Com a nacionalização?

**Presidente:** É, mas é normal. Primeiro, porque cada dirigente fala para o seu povo de acordo com os seus interesses. Como o Brasil é o maior país, o Brasil tem que ser mais cauteloso, o Brasil tem que ter mais cuidado com as palavras. A chamada “direita conservadora brasileira” queria que eu abrisse uma guerra com a Bolívia, que eu fizesse qualquer coisa abrupta com a Bolívia. E como eu achava que era possível negociar e ir encontrando solução, que era preciso deixar a poeira abaixar um pouco, aconteceu. Eu tive uma conversa com o presidente Evo Morales em Viena, chegamos a uma visão sobre o problema do gás e hoje, normalmente, a Petrobras, a empresa boliviana, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Bolívia estão conversando. Essa conversa pode demorar um mês, pode demorar três meses, pode demorar quatro meses, mas o dado concreto é que nós estamos na época da renovação do acordo do preço. Então, é normal que estejamos à mesa negociando, é normal. Eu fico imaginando se fosse no Brasil, um referendo como o da França, sobre a Constituição europeia, e o povo brasileiro tivesse votado contra. Como nós seríamos atacados: “por que aquele país terceiromundista, da América Latina, radical, esquerda, não sei das quantas.” Mas na França houve voto da direita e voto da esquerda contra o referendo. A Inglaterra passou muito tempo sem querer... discutindo a União Europeia, passou muito tempo divergindo da moeda única, passou muito tempo divergindo... e tudo isso é encarado com

normalidade. E é normal da democracia. Democracia sem divergência, não é democracia. Não existe democracia consensual.

**157. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de abertura do 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro – RJ, 21 de agosto de 2006.**

Eu fui deputado constituinte, tive o prazer de ver o SUS ser votado. Possivelmente a única votação unânime no Congresso Nacional, da extrema direita à extrema esquerda, o voto era unânime, todo mundo queria. Apanhamos muito, houve muitas críticas à implantação do SUS, até hoje ainda tem, mas hoje, mesmo os críticos, já contam até dez, porque sabem que o SUS não é perfeito, mas nós nunca tivemos um sistema de saúde que desse ao povo mais pobre do País as condições de ser atendido que o Sistema Único de Saúde garante ao povo brasileiro.

**158. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante vistoria às obras de construção do Armazém Graneleiro II e do Pier de Atracação do TGG, Guarujá-SP, 31 de agosto de 2006.**

Essa perimetral é uma reivindicação antiga. Eu a vi, pela primeira vez, quando vim inaugurar, no Porto de Santos, aquele terminal de açúcar. É um processo que está em andamento desde 2004, e agora é que está pronta a primeira licitação. Ideologicamente foi feita para a direita, primeiro, mas também há tendência de fazer para a esquerda, agora.

**159. Entrevista concedida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à TV Globo, Brasília-DF, 30 de outubro de 2006.**

**Jornalista Willian Bonner:** Agora, Presidente, o senhor menciona a observação feita, ainda há pouco, pelo o ex-presidente Fernando Henrique, de que não haverá uma trégua. Há uma sinalização nesse sentido mas, paralelamente aos projetos do seu interesse, que o senhor espera ver aprovados no Congresso, haverá ainda as investigações sobre a origem do dinheiro do dossiê. Como é que o senhor pretende conviver com a oposição nesse período em que as investigações estarão rolando ainda?

**Presidente:** Convivendo como se convive no mundo inteiro, como convive o partido Democrata Republicano e o partido Republicano, ou melhor, o partido



Democrata dos Estados Unidos e o partido Republicano, como vivem os partidos conservadores e os partidos de esquerda no mundo inteiro. Isso não é problema, Willian. O que é importante para nós é ter claro que tem que haver uma diferenciação entre o que é uma oposição eleitoral, o que é uma oposição partidária programática e o que é tentar atrapalhar um país de dar certo. É isso que está em jogo. Os projetos que eu tenho no Congresso Nacional e os projetos que eu pretendo mandar não me favorecem um milímetro, mas favorecem 190 milhões de habitantes, e eu espero que a oposição seja responsável para votar aquilo que for de interesse do Brasil. Só isso. Depois, podem continuar falando mal de mim, não tem nenhum problema. O que não pode é atrapalhar o Brasil por conta das disputas eleitorais.

**160. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos prêmios: “Brasileiro do Ano” pela revista IstoÉ, “Empreendedor do Ano” pela revista IstoÉ Dinheiro, e “Personalidade do Ano” pela revista IstoÉ Gente, São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2006.**

Se nós pegarmos um período mais recente em que todos nós participamos dele, o chamado milagre brasileiro, que vai de 1967 a 1973... eu não sei se o Delfim Netto está aqui, porque eu agora sou amigo do Delfim Netto. Passei vinte e poucos anos criticando o Delfim Netto e agora o Delfim Netto é meu amigo e eu sou amigo dele. E por que eu estou dizendo isso? Porque eu acho que é a evolução da espécie humana. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda, e as coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo e de acordo com a responsabilidade que você tem, não tem outro jeito. Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela está com problema. Se conhecer uma pessoa muito nova de direita, também está com problema. Então, quando a gente tem 60 anos, Antônio Ermírio, é a idade do ponto de equilíbrio, em que a gente não é nem um nem outro, a gente se transforma no caminho do meio, aquele caminho que precisa ser seguido pela sociedade.

**161. Entrevista do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante café da manhã com jornalistas, Palácio do Planalto, 22 de dezembro de 2006.**

**Jornalista:** Presidente, com 60 anos, o senhor se sente de esquerda?

**Presidente:** Vejam, quando eu tinha 40 anos de idade, eu nunca fiz questão de carimbar na minha testa o que eu era. Se você perguntar para mim se eu sou de esquerda ou de direita, eu vou dizer: eu sou torneiro mecânico de profissão e católico por opção religiosa, e corintiano por opção futebolística. Eu acho que, se ser de esquerda é defender as coisas que eu defendo na área social, eu sou de esquerda. Mas o governo não é um governo de esquerda, o governo é um governo que governa em função da correlação de força política na sociedade, com forte inclinação para atendimento das demandas sociais, que é para isso que o povo me elegeu, e eu, portanto, fico feliz. Eu prefiro que você diga o que eu sou.

**ANEXO 4 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *socialismo* e afins, em ordem cronológica.**

**162. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial, Anfiteatro Pôr do Sol – Porto Alegre – RS, 24 de janeiro de 2003.**

Eu já estive na Argentina, já estive no Chile, já estive no Equador, e sei da expectativa que a América do Sul tem no Governo brasileiro. Eu sei a esperança que os socialistas do mundo inteiro têm no sucesso do nosso Governo. É por isso que aumenta a nossa responsabilidade, e eu volto a afirmar: nós esperamos tanto para ganhar, nós perdemos tanto, sofremos tanto, tanta gente morreu antes de nós, tentando chegar lá, que, por esse acúmulo de compromissos, quero olhar na cara de cada um de vocês e dizer: “Eu não vou errar e vou fazer um Governo voltado para os pobres deste país.”

**163. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da terceira linha da cadeia de produção da Alunorte, refinaria de Alumina da Vale do Rio Doce, Barcarena – PA, 04 de abril de 2003.**

Então, é como dizia o meu amigo Aloizio Mercadante: nós vamos fazer este país aprender a ganhar dinheiro como um verdadeiro país capitalista, para que a gente possa gastá-lo como socialista. Ou seja, ganhar da forma mais moderna possível e gastá-lo da forma mais justa e mais equânime possível.

**164. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Retiro de Itaici – CNBB, Itaici – Indaiatuba – SP, em 1º de maio de 2003**

Eu me lembro que, na última vez em que estive aqui, havia um debate interessante. Nós estávamos discutindo a consulta popular. E é importante dizer para vocês que, naquele dia, eu participei de uma Mesa em que a grande discussão era se nós deveríamos acreditar que, através do processo eleitoral, nós conseguiríamos chegar ao Governo rapidamente, ou se nós tínhamos que preparar a organização da sociedade para que, dali a alguns anos, nós pudessemos ganhar. Eu me lembro que havia vários companheiros aqui,

sindicalistas, do movimento popular. Alguns eu sabia que iam ser candidatos. E eu me lembro que fiz uma pergunta naquele dia. A pergunta que eu fiz foi a seguinte: “Se nós vamos ter que esperar 30 anos para organizar 30% da sociedade socialista, o que eu faço com quem quer ser candidato agora? Até porque eu não posso esperar mais 30 anos, ou seja, a minha disputa tem que ser por esses dias”. E graças a essa visão de que o processo eleitoral poderia ir abrindo espaço para que nós pudéssemos ganhar uma vaga de vereador, uma vaga de prefeito, uma vaga de deputado e ir colocando a população organizada para participar do poder, é que nós chegamos à Presidência da República. Logicamente que entre chegar à Presidência da República e exercer o poder em sua plenitude, há uma diferença muito grande. Eu, um pouco antes da posse, li uma entrevista do presidente Sarney nas páginas amarelas da revista “Veja” em que ele dizia que lamentava que 80% das ordens do presidente não eram cumpridas, porque não chegavam onde ele queria que chegassem. Ora, não levando isso a ferro e fogo, a verdade é que você tem uma estrutura burocrática dentro da máquina governamental, e não é fácil trabalhar com ela. É delicado. E as mudanças se dão, também, ao longo do tempo, não tem como fazer imediatamente uma ruptura com uma estrutura de máquina que funciona do mesmo jeito há muitos anos. Na verdade, nós somos os intrusos dentro da máquina, ou seja, a máquina não foi feita tal como ela está para nós governarmos. [...] Cabe a todos nós, agora, irmos criando a possibilidade de fazer as mudanças e ir adequando essa máquina a um funcionamento democrático, que crie espaço para a sociedade poder, definitivamente, dizer como é que as coisas devem acontecer neste país.

**165. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Nacional de Vereadores e Deputados Estaduais do Partido dos Trabalhadores, Hotel Blue Tree Towers – Brasília-DF, 27 de junho de 2003.**

Eu queria provar a muita gente no país e no mundo que a mazela da coisa chamada “experiência” não é a principalidade, como diria o Genoíno, para você fazer um belo Governo. Eu venho aprendendo a governar desde 1982, quando a gente elegeu uma única prefeitura, a prefeitura de Diadema, no estado de São Paulo. Aquele tempo, sim, era duro. Era duro porque o PT, naquele tempo, não

tinha a experiência que nós temos. O PT era mais novo, todos nós éramos mais exigentes, eu diria até, mais inconscientes do que somos hoje, e queríamos, a partir da cidade de Diadema, fazer o socialismo. A gente foi aprendendo que o prefeito tinha limitações de tal ordem que ele não podia fazer, muitas vezes, nem 10% daquilo que era o sonho da militância. Eu morava em São Bernardo do Campo, e aqui, se tiver vereador de Diadema, eu peço o testemunho: as pessoas eram muito radicalizadas, e às vezes, às duas horas da manhã, chegava uma turma partidária do prefeito Gilson na minha casa, alguns até pulavam o muro, com um gravador para ouvir os conselhos que eu dava; aí, quando a turma favorável ao Gilson ia embora, chegava a turma contra o Gilson e eu ficava, às vezes, até às 3, 4 horas da manhã, tentando pacificar.

**166. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da ONG Apoio Fome Zero, Hotel Unique/São Paulo – SP, 08 de julho de 2003.**

Quando a gente fala de cisterna, possivelmente algumas pessoas pensem assim: “Ah, mas o problema não é este. O problema é que tem que haver reformas estruturais, é preciso voltar a ter desenvolvimento, é preciso investir em infraestrutura, é isso que vai resolver.” Essa discussão é a mesma que vivi durante muito tempo: as coisas só vão melhorar quando chegar o socialismo. E até não chegar, o que a gente faz? Fica sentado, esperando ele passar, ou a gente vai fazer alguma coisa? Eu acho que isso que nós estamos discutindo, a fome, não acabará por si só, nós é que temos que ter a atitude de estender a mão para ajudar aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que nós.

**167. Entrevista coletiva do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a emissoras de rádio\*, Palácio do Planalto, 02 de outubro de 2003.**

**Jornalista Romoaldo de Souza – Rede Católica:** Presidente, neste ano, cerca de 50 lideranças foram assassinados no campo, na luta pela reforma agrária. Enquanto isso, o Ministério perdeu verbas e se multiplicam os números de acampamentos e invasões. O senhor disse, quando se encontrou com o MST, que apresentaria, ainda neste ano, um plano nacional de reforma agrária. Eu pediria que o senhor adiantasse alguns desses itens, alguns dos pontos do plano nacional de reforma agrária ao ouvinte da Rede Católica de Rádio, presidente.

**Presidente:** Olhe, eu não tenho o plano ainda, porque o Ministério do

Desenvolvimento Agrário está trabalhando esse plano. O problema é o seguinte: não dá para você continuar discutindo reforma agrária como se discutiu até outro dia. Ou seja, é preciso criar um novo conceito de reforma agrária, porque, veja, você não pode ficar nessa disputa alucinante de assentar as pessoas, colocar as pessoas no campo e, depois, não dar condições de as pessoas trabalharem, não ter financiamento, não ter assistência técnica, não ter moradia, não ter educação, não ter saúde, e 80% dos assentamentos viverem de cesta básica do governo. Isso é irracional. Isso é apenas a transferência da miséria urbana para a miséria rural, sem resolver o problema da reforma agrária. O que estamos exigindo do Ministério do Desenvolvimento Agrário? É que seja feito um projeto em que possamos não apenas ficar assentando famílias em 50 ou 60 hectares, sem dar condições de trabalho para essas pessoas. Que, em função daquilo que a pessoa for plantar, ela tenha uma área menor em vez de colocar uma casa a 6 quilômetros da outra, a 10 quilômetros da outra, dificultando a criança de ir à escola, a gente vai tentar fazer uma espécie de agrovila – um núcleo habitacional em que você possa ter as casas, possa ter um posto de saúde, possa ter uma escola, possa ter uma venda, possa ter uma série de coisas que uma comunidade tem que ter. E que as pessoas, então, que vão trabalhar, os homens e as mulheres que vão trabalhar levantem mais cedo. Queremos combinar a produção com a industrialização, criando agroindústrias, com a comercialização, para poder gerar empregos para a juventude. E, ao mesmo tempo, queremos dimensionar o seguinte: a pessoa vai fazer o quê? Vai criar peixe? Não precisa de 50 hectares. A pessoa vai plantar tomate, vai plantar pepino, vai plantar cebola? Isto é, dependendo do que a pessoa vai plantar, a pessoa, com uma área menor, pode ter muito mais produtividade se tiver assistência técnica e se tiver, por exemplo, água e ainda puder irrigar. Então, nós queremos mudar isso para poder tornar produtivo e para poder fazer com que as pessoas possam ganhar alguma coisa. Porque qual é o prazer de você colocar uma pessoa em 30 hectares, num lugar em que não tem água, não tem consumidor para o seu produto, não tem semente, não tem assistência técnica? Ou seja, para o cara ficar lá, abandonado, com a família? Isso que é reforma agrária? No meu conceito, não é. Então, quero apresentar e, quem sabe, convidarei todos vocês para o dia em que a gente for inaugurar o novo modelo de reforma agrária que vamos instituir neste país. [...]

Só um dado, com relação à violência: a violência é um problema sério. Eu tenho

pedido ao ministro da Justiça que aja nas investigações. Agora, é preciso que as pessoas tenham clareza: a reforma agrária vai sair, não porque alguém está invadindo ou porque alguém está matando. Ela vai sair por uma necessidade de se fazer justiça social no Brasil. Ela tem que sair, não com os equívocos cometidos durante tantos e tantos anos. Se eu tenho a oportunidade de apresentar um novo modelo – e confesso a vocês que seria importante as pessoas conhecerem o que é um kibutz, em Israel, que não é um país socialista. Vocês vão perceber que tem algo excepcional que você não vai trazer para cá, mas que pode utilizar muita coisa boa que tem nesses países. E nós queremos, efetivamente, fazer a reforma agrária, fazer com que as pessoas produzam e fazer com que as pessoas vivam com dignidade. Esse é um compromisso meu. Não é de campanha. É um compromisso de história, que está no meu sangue e que, se Deus quiser, vou fazer.

**168. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista, Transamérica Expo Center, São Paulo, 27 de outubro de 2003.**

Meu caro companheiro António Guterres, presidente da Internacional Socialista, É com grande alegria que o Brasil acolhe, na cidade de São Paulo, este Congresso da Internacional Socialista. Saúdo todos os delegados, com menção especial a meus colegas chefes de Estado e de governo, que muito nos honram com a sua presença. Aqui estão importantes representantes de forças políticas que, nos cinco continentes, lutam pelo progresso social de seus povos. [...] O Partido dos Trabalhadores, embora não integre a Internacional Socialista, manteve e mantém com a Internacional uma relação fraternal. Participou, nesses 20 últimos anos, de inúmeros de seus congressos e reuniões e compartilhou muitas de suas iniciativas, em âmbito regional e mundial. [...] Quando a Internacional Socialista foi criada, em 1899, no Congresso de Paris, ela reuniu partidos e organizações que travavam intensa luta contra os efeitos socialmente excludentes da Revolução Industrial, nos países mais desenvolvidos. [...] Não desconhecemos as heranças do socialismo do século XX. Sobretudo, não esquecemos seus sonhos, o sacrifício de tantos, as esperanças que foram capazes de despertar. Mas pertencemos, junto com outras organizações, sobretudo, da América Latina, a uma outra geração de partidos. Refletimos, criticamente,

sobre muitos paradigmas teóricos que recebemos e, sem cair no pragmatismo, procuramos criar um movimento que fosse capaz de enfrentar, de forma criativa, não-dogmática, os grandes desafios do nosso país. [...] Espero que esses três dias em que São Paulo se transforma em capital mundial do socialismo democrático permitam a realização de um importante debate. De um debate capaz de renovar as esperanças daqueles que, em todas as partes do mundo, sonham e lutam por um mundo mais livre e justo, que é a essência do socialismo. As profundas transformações pelas quais passou o mundo nas últimas décadas abalaram muitas certezas e afetaram em parte paradigmas socialistas do passado. [...] O passado do socialismo nos deixou algumas lições. Importantes alternativas políticas se constroem sem dogmatismos, de forma plural e em respeito às diferenças. Elas são, antes de tudo, expressão de grandes movimentos sociais. [...] Nas derrotas do socialismo, a desunião sempre ocupou lugar importante; nas vitórias, a unidade foi o ponto fundamental. Essa é, também, a experiência do meu partido. É dentro desse espírito unitário e com a esperança de que todos saberemos contribuir para a reconstrução do projeto socialista democrático no mundo, que renovo meus votos de boas vindas a todos que aqui nos honram com suas presenças. [...] A essência da democracia e a essência da Internacional Socialista é ensinar que a grandeza da democracia é a gente aprender a respeitar as pessoas como elas são e tirar delas apenas aquilo que puder somar na nossa luta objetiva, e não aquilo que pode nos dividir. [...] Eu quero dizer ao meu querido amigo António Guterres, presidente da Internacional Socialista que, embora o nosso partido nunca tenha se filiado à Internacional, acho que muitos filiados não têm a solidariedade que nós temos tido nos encontros da Internacional Socialista.

**169. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, Teatro Guararapes – Olinda, PE, 17 de março de 2004.**

Eu me lembro que quando eu comecei a minha militância política, a gente dizia: “nós vamos fazer tal coisa, vamos organizar um partido, vamos organizar o sindicato, vamos fazer uma Central”. As pessoas diziam: “Não, só vamos resolver o problema quando o socialismo chegar.” Então, tudo se resumia na construção do socialismo. Havia alguns que falavam assim para mim: “Por que



disputar eleição agora? Vamos construir, primeiro, uma sociedade socialista, depois a gente disputa.” E eu comecei a pensar nos anos que eu tinha, nos anos que faltavam. E eu falei: Se ficar esperando esse tal de socialismo, eu morro e não chego a Presidente da República. Eu vou é chegar a Presidente da República para facilitar as coisas para o povo brasileiro.

**170. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse da nova composição do Consea Palácio do Planalto, 12 de maio de 2004.**

Esta semana eu recebi aqui um ministro da Espanha, que vai ser ministro responsável na União Européia. Ele me comunicou que em Guadalajara, o presidente do Conselho de Ministros da Espanha, recém-eleito, do partido socialista, o Zapateiro, quer participar deste grupo junto com França, Chile e Brasil.

**171. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço em homenagem ao presidente da República Socialista do Vietnã, Tran Duc Luong (revisado), Palácio Itamaraty, 17 de novembro de 2004.**

Excelentíssimo senhor Tran Duc Luong, presidente da República Socialista do Vietnã,

**172. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Encontro Nacional dos Prefeitos Eleitos do PT Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 29 de novembro de 2004.**

Meu querido companheiro Luis Ayala, secretário-geral da Internacional Socialista,

**173. Entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concedida ao jornal O Globo Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2005.**

**1 – Quando o senhor fundou o PT qual era o seu ideal de ação no poder?**

Para resumir em poucas palavras, eu diria que o lema do Partido dos Trabalhadores sempre foi democracia e desenvolvimento econômico com distribuição de renda e inclusão social. O socialismo para o PT sempre foi uma ideia reguladora, de se buscar a justiça social, e não um "modo de produção". Foi a ideia de transformar o Brasil, dentro da democracia, que norteou a fundação do PT. Tenho para mim que o comportamento político do partido sempre foi pragmático e orientado para as reformas estruturais de que o País

precisa. Quando me perguntavam se o PT ia ser tático ou estratégico, eu respondia: eu só quero fundar um partido. Tanto em nossa vida sindical, partidária, de oposição quanto agora, no governo, sempre defendemos e praticamos o diálogo democrático, a negociação política intensa. Não só porque esse diálogo é legítimo e justo, mas porque por meio dele estamos resolvendo problemas que nunca foram resolvidos. Na época da fundação do partido, enquanto alguns companheiros de esquerda queriam planejar a revolução social para dali a 20, 30 anos, nós optamos por mudar a realidade já, do micro para o macro: eleger vereadores, deputados, prefeitos, governadores... E foi com essa convicção, aliada a uma ação política prática e efetiva, que chegamos à Presidência da República em 2002.

**174. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do 16º Congresso Continental Ordinário da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores Brasília-DF, 20 de abril de 2005.**

A segunda coisa que eu queria dizer para vocês é que eu não conheço, em nenhum momento da história política de qualquer país do mundo, uma situação como a que nós estamos vivendo hoje. Nem nos países que fizeram a revolução, nem nos países que se constituíram durante muitos e muitos anos em modelos de países socialistas, a classe trabalhadora teve a participação que tem no meu governo. Só para vocês terem uma ideia, além do Presidente da República, tem nove ministros que saíram do movimento sindical.

**175. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva aos jornalistas franceses da TV5 (Slimane Zeghidour), Rádio França Internacional (Pierre Ganz) e Revista Paris Match (Olivier Royant), Palácio do Planalto, 04 de maio de 2005.**

**Jornalista:** Senhor Presidente, os europeus, os franceses, descobriram a sua biografia desde que o senhor é Presidente, desde até quando a sua biografia é importante? Muitas vezes o senhor diz que “eu penso, por exemplo, o que teria feito a minha mãe no meu lugar” O seu passado está muito presente no seu dia-a-dia, no seu cotidiano de hoje?

**Presidente:** Eu não sei se alguns europeus descobriram a minha biografia agora, depois que eu fui eleito. O dado concreto é que nós sempre fizemos uma forte

relação enquanto sindicalista e enquanto partido político com as entidades sindicais e os partidos políticos europeus. O PT tem relações com o PF francês desde a sua fundação. Nós temos relações com o SPD alemão desde a nossa fundação, nós temos relações com o Partido Socialista Português há muito tempo. Eu tive relações sindicais com as centrais sindicais francesas desde a década de 80, com a italiana desde a década de 80, com a alemã desde a década de 80. Então, a minha relação era muito forte.

**176. Palavras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo presidente da República francesa, Jacques Chirac, por ocasião da Data Nacional Francesa Paris-França, 14 de julho de 2005.**

Eu queria fazer uma confissão, aqui. Eu venho à França desde 1980, tive muita relação com o movimento sindical francês, quando eu era dirigente sindical. Depois, tive muita relação com o Partido Socialista Francês. Quando ganhei as eleições, no Brasil, e vim à França pela primeira vez, eu fiquei imaginando: “como é que será a relação do presidente Chirac com o presidente do Brasil, sabendo que eu era um sindicalista e sabendo que eu tinha uma proximidade com o Partido Socialista?”

**177. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 11º Congresso Nacional do PCdoB – Brasília-DF, 20 de outubro de 2005.**

Meu querido companheiro Roberto Amaral, presidente em exercício do Partido Socialista Brasileiro,

**178. Entrevista coletiva do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a emissoras de rádio de SP e RJ, Palácio do Planalto, 24 de novembro de 2005.**

**Antônio Carlos – Rádio Globo:** Presidente, a CPMF não é para a saúde?

**Presidente:** É.

**Antônio Carlos – Rádio Globo:** E vai para a saúde?

**Presidente:** Vai para a saúde.

**Antônio Carlos – Rádio Globo:** Mas não chega ao município.

**Presidente:** Chega. Grande parte do dinheiro chega ao município. Eu posso te oferecer isso depois, para você levar para os seus debates, e saber quanto dinheiro é repassado para a saúde, para cada município do Rio de Janeiro,...

**Antônio Carlos – Rádio Globo:** Então estão gastando errado, Presidente.

**Presidente:** ...cada município de São Paulo.

**Antônio Carlos – Rádio Globo:** Estão gastando errado.

**Presidente:** Olha, pode ser que nem tudo seja gasto adequadamente. Eu não posso afirmar que está sendo gasto errado. Mas, na verdade, eu posso te mostrar a relação de cidade por cidade, quanto vai para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Minas Gerais, quanto cada estado recebe, quanto cada município recebe, para a saúde. Posso te dizer que é muito dinheiro. As transferências de dinheiro, voluntárias, do governo federal para o Rio de Janeiro, em 2004, foram 5 bilhões e 800 milhões de reais, são 18% da arrecadação própria do Estado. Em São Paulo, a transferência em São Paulo, as voluntárias, foram... São Paulo, como é mais rico, recebe menos, essa é a lógica do socialismo brasileiro. Ou seja, São Paulo recebeu, de transferência voluntária, praticamente quase 4 bilhões de reais, além do dinheiro obrigatório. Você vê, transferências obrigatórias, são 11 bilhões para São Paulo e 8 bilhões para o Rio de Janeiro, de transferências obrigatórias. E esse dinheiro vai para município, esse dinheiro vai para o estado, e eu espero que eles estejam gastando da melhor forma possível.

**179. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à área das futuras instalações da Universidade Federal do ABC, Santo André-SP, 02 de dezembro de 2005.**

Companheiros da União da Juventude Socialista, que estão aqui com as suas faixas,

**180. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração dos novos prédios da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte-MG, 03 de fevereiro de 2006.**

Quando eu comecei a minha militância sindical as pessoas diziam: “não, o sindicato não pode fazer nada, porque é preciso mudar a estrutura sindical. Se não mudar a estrutura sindical você não vai fazer nada”. Eu entrei no sindicato, não mudou a estrutura sindical e nós fizemos tudo. Mudamos a história do sindicalismo brasileiro, a partir de 75, sem mudar a estrutura sindical. Depois, quando eu pensei em entrar na vida política, diziam: “não, você não pode entrar, isso não vai dar certo, porque primeiro é preciso construir o Socialismo, depois é que vêm as outras coisas e tal, não está certo esse negócio de criar partido, esse

negócio de trabalhador”. Criamos um partido e em 20 anos chegamos à Presidência da República deste país. Também na questão da educação é um pouco isso. Nós não temos que esperar a gente poder construir universidade federal para todo mundo, ter todos os prédios no Brasil inteiro, para falar: “o pobre tem que entrar na universidade”. Não precisamos. Seria muito cômodo a gente ficar com o discurso que eu cansei de fazer, e não faço isso criticando ninguém, faço me criticando, cansei de fazer. Wagner Benevides está aqui, que fez comigo, Carlinhos Calazans está aqui, Paulo Funghi está aqui, estava Arnaldo Godoy, que está lá em cima, cansamos de fazer discursos: “universidade pública e gratuita para todo mundo”. E a gente fazia esse discurso na porta das universidades públicas e não tinha coragem de ir à porta das universidades particulares fazer isso para os estudantes que estavam pagando. Então, era um contrassenso do discurso. Você ficava dizendo a mesmice para quem já tinha pública e gratuita e não tinha coragem de ir na universidade particular dizer: “nós queremos garantir a escola pública para você”.

**181. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente do Uruguai, Tabaré Vasquez, Palácio do Planalto, 16 de março de 2006.**

No Brasil, temos acompanhado com grande interesse e entusiasmo as realizações de seu governo. A retomada vigorosa do crescimento econômico com justiça social é também o alvo maior de meu governo.

O Plano de Emergência Social e os importantes avanços na área de direitos humanos dão prova do compromisso do governo uruguaio com os valores históricos que iluminaram o socialismo progressista uruguaio. Um movimento que sempre buscou unir crescimento com equidade, avanço econômico com preservação do meio ambiente.

**182. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita às futuras instalações do campus da Universidade Federal do Estado de São Paulo, Guarulhos-SP, 29 de março de 2006.**

Quero dizer para vocês, quero agradecer aos meninos da União da Juventude Socialista, quero agradecer ao Petta, quero agradecer o papel que a UNE está cumprindo no Brasil, porque essa UNE, quando foi preciso ir às ruas enfrentar o Regime Militar, ela soube ir. A UNE, quando teve que ir à rua para derrubar o

Collor, ela soube ir, mas a UNE também sabe discutir coisas que ela considera importante.

**183. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de sanção da Lei que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), Brasília – DF, 15 de setembro de 2006.**

Quis o destino que a segurança alimentar fosse incluída em nossas leis como um direito humano inalienável no mesmo ano que uma obra que mudou a compreensão nacional face à tragédia da fome se torna sexagenária. Em 1946, o médico, diplomata e militante socialista brasileiro Josué de Castro lançava “Geografia da Fome”, o livro que desvendou a verdadeira face de uma privação socialmente construída. E que, portanto, teria que ser enfrentada como uma questão política, e não como uma fatalidade natural. Quando escreveu sua mais conhecida obra, Josué de Castro sofreu pressões para que o título incômodo fosse substituído por outro mais ameno.

**ANEXO 5 – Eventos discursivos selecionados em relação a palavra-chave *social-democracia* e afins, em ordem cronológica.**

**184. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Congresso dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 03 de outubro de 2005.**

Então, 85% das categorias de trabalhadores neste país terem aumento real de salário não é pouca coisa. E eu acho que isso deve ser motivo de orgulho para vocês. Deve ser motivo e, de vez em quando, eu vejo umas faixinhas por aí, até dentro da Volkswagen eu vejo faixinhas. Tem que enfrentar o debate com essa gente, tem que politizá-los. Precisa mostrar para eles onde nós chegamos. Jorginho, uma coisa importante, a Volkswagen está em greve, a peãozada recebeu uma oferta de R\$ 4.664,00 de participação nos lucros, eles não querem, querem R\$ 5.500,00. A Mercedes-Benz já deu R\$ 6.200,00; a Scania já deu R\$ 6.400,00; a Ford já deu R\$ 5.000,00, e a Fiat, em Betim, só deu R\$ 1.300,00. E ainda a turma, aqui, é chamada de “pelego”, a turma, aqui, é chamada “social-democrata”.

**185. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura dos decretos de inclusão do trabalhador nos conselhos do Sesi, Senai, Sesc e Senac, Salão de eventos da CNI, 16 de março de 2006.**

O Alemãozinho – permita-me chamar de Alemãozinho, ou quer que eu fale Enilson Simões de Moura, presidente da Social Democracia Sindical?

**186. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega dos prêmios: “Brasileiro do Ano” pela revista IstoÉ, “Empreendedor do Ano” pela revista IstoÉ Dinheiro, e “Personalidade do Ano” pela revista IstoÉ Gente, São Paulo-SP, 11 de dezembro de 2006.**

Se nós pegarmos um período mais recente em que todos nós participamos dele, o chamado milagre brasileiro, que vai de 1967 a 1973... eu não sei se o Delfim Netto está aqui, porque eu agora sou amigo do Delfim Netto. Passei vinte e poucos anos criticando o Delfim Netto e agora o Delfim Netto é meu amigo e eu sou amigo dele. E por que eu estou dizendo isso? Porque eu acho que é a

evolução da espécie humana. Quem é mais de direita vai ficando mais de centro, quem é mais de esquerda vai ficando social-democrata, menos à esquerda, e as coisas vão confluindo de acordo com a quantidade de cabelos brancos que você vai tendo e de acordo com a responsabilidade que você tem, não tem outro jeito. Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela está com problema. Se conhecer uma pessoa muito nova de direita, também está com problema. Então, quando a gente tem 60 anos, Antônio Ermírio, é a idade do ponto de equilíbrio, em que a gente não é nem um nem outro, a gente se transforma no caminho do meio, aquele caminho que precisa ser seguido pela sociedade.